



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

PAULO RENATO DA SILVA

**ENTRE “MATAS FRONDOSAS” E UM “RIO PERIGOSO”:
REPRESENTAÇÕES DE VIAJANTES SOBRE A CONQUISTA
DO MÉDIO PARANAPANEMA (1878-1906)**

Londrina
2019

PAULO RENATO DA SILVA

**ENTRE “MATAS FRONDOSAS” E UM “RIO PERIGOSO”:
REPRESENTAÇÕES DE VIAJANTES SOBRE A CONQUISTA
DO MÉDIO PARANAPANEMA (1878-1906)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Centro de Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina - UEL, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em Territórios do Político.

Orientador: Prof. Dr. Gilmar Arruda

Londrina
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

S586e Silva, Paulo Renato da.

Entre "matas frondosas" e um "rio perigoso" : representações de viajantes sobre a conquista do médio Paranapanema (1878-1906) / Paulo Renato da Silva. - Londrina, 2019.
220 f. : il.

Orientador: Gilmar Arruda.

Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2019.

Inclui bibliografia.

1. Vale do Paranapanema - Tese. 2. Modernização paulista - Tese. 3. Conquista territorial - Tese. 4. Frente de expansão - Tese. I. Arruda, Gilmar. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Social. IV. Título.

CDU 93

PAULO RENATO DA SILVA

**ENTRE “MATAS FRONDOSAS” E UM “RIO PERIGOSO”:
REPRESENTAÇÕES DE VIAJANTES SOBRE A CONQUISTA DO
MÉDIO PARANAPANEMA (1878-1906)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Centro de Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina - UEL, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em Territórios do Político.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Gilmar Arruda
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Profa. Dra. Dora Shellard Corrêa
Universidade de São Paulo - USP

Prof. Dr. José Miguel Arias Neto
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 03 de setembro de 2019

SILVA, Paulo Renato. **Entre “matas frondosas” e um “rio perigoso”**: representações de viajantes sobre a conquista do médio Paranapanema (1878-1906). 2019. 225 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

RESUMO

Em um contexto de crescimento econômico da província de São Paulo, a partir de meados do século XIX, suas elites político-econômicas lideraram transformações políticas e nas relações de trabalho, acentuadas na década de 1880, e passaram a propagar a “modernização” da sociedade brasileira. Nas últimas décadas do século, cerca de metade do território paulista era representada como “desocupada” ou “desconhecida”, coincidindo com a constante demanda pela abertura de novas fazendas cafeeiras. Nesse sentido, novas capacidades técnicas, científicas e consensos políticos dos grupos que detinham o poder serviram para criar instituições e financiar agentes com funções de reconhecer esses territórios, apontar suas potencialidades econômicas e traçar os melhores planos para transformar o meio ambiente em “progresso”. Ao se analisar relatos de técnicos encarregados de explorar uma das frentes de interiorização populacional, as margens paulistas do vale do rio Paranapanema, percebe-se que os caminhos convergiam até a porção média do vale, e as últimas povoações ali estabelecidas a oeste permaneceram, durante décadas, como um limite civilizacional dos “brancos”. Nesse período, viajantes encarregados de explorar essa área representavam a sua constituição ambiental como uma das mais ricas do Brasil; ao mesmo tempo, defendiam que essa somente se tornaria riqueza econômica se transformada pelos elementos da técnica moderna. No entanto, as dificuldades para descer o rio, penetrar nas matas a partir do médio Paranapanema e os povos indígenas anteriormente estabelecidos, significavam dificuldades para a efetiva conquista do vale do rio Paranapanema. A partir dessa problemática, será pesquisada a representação social sobre um meio ambiente rico e hostil, que precisava ser controlado e integrado economicamente pelos elementos da técnica moderna. Para isso, serão analisados relatos de viajantes que visitaram o médio Paranapanema entre em 1877, quando iniciaram-se planos para estender linhas férreas até a povoação de Salto Grande, e 1905, quando desencadeou-se a integração econômica dessa área.

Palavras-chave: Vale do Paranapanema. Meio ambiente. Modernização paulista. Conquista territorial. Frente de expansão.

SILVA, Paulo Renato. **Between "leafy forests" and a "dangerous river":** representations of travelers on the conquest of the middle Paranapanema (1878-1906). 2019. 225 s. Dissertation (Master's Degree in Social History) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

ABSTRACT

In a context of economic growth in the province of São Paulo, in the mid-nineteenth century, its political-economic elites led political transformations and labor relations, accentuated in the 1880s, and began to propagate the "modernization" of Brazilian society. In the last decades of the century, about half of the territory of São Paulo was represented as "unoccupied" or "unknown", coinciding with the constant demand for the opening of new coffee farms. In this sense, new technical, scientific and political consensus capacities of the groups that held power served to create institutions and to finance agents with functions to recognize these territories, to point out their economic potentialities and to make the best plans to transform the environment into "progress". When analyzing reports of technicians in charge of exploring one of the fronts of population internalization, São Paulo river banks of the Paranapanema river valley, the roads converge to the middle portion of the valley, and the last settlements settled westward decades, as a civilizational boundary of the "white man". During this period, travelers in charge of exploring this area represented their environmental constitution as one of the richest in Brazil; at the same time, argued that it would only become economic wealth if transformed by the elements of modern technology. However, the difficulties to go down the river, to penetrate the forests from the middle Paranapanema and the indigenous peoples previously established, meant difficulties for the effective conquest of the Paranapanema river valley. From this problematic, the social representation will be researched on a rich and hostile environment, that needed to be controlled and integrated economically by the elements of the modern technique. For this, we will analyze reports of travelers who visited the mid-Paranapanema between 1877, when plans began to extend railway lines to the village of Salto Grande, and 1905, when the economic integration of this area was unleashed.

Keywords: Vale do Paranapanema. Environment. Modernization of São Paulo. Territorial conquest. Expansion front.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Representação do relevo do estado de São Paulo, com destaque para a área do médio Paranapanema	13
Figura 2 - Representação do traçado da ferrovia Sorocabana	16
Figura 3 - Representação da área do médio Paranapanema	37
Figura 4 - Esboço Geomorfológico do estado de São Paulo	38
Figura 5 - Domínio dos biomas do estado de São Paulo.....	40
Figura 6 - Representação das bacias hidrográficas do estado de São Paulo	42
Figura 7 - Mapa Pedológico do Estado de São Paulo	44
Figura 8 - Rendimento do café no estado de São Paulo, 1934-35 a 1939-40	76
Figura 9 - Região da Alta Sorocabana.....	83

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Provincia de S. Paulo (1879).....	126
Mapa 2 - Mappa da Provincia de São Paulo (1886).....	129
Mapa 3 - Carta geral do Estado de São Paulo (1910).....	134

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEFNOB	Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil
CGG-SP	Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo
IHGSP	Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 FRONTEIRAS, POPULAÇÕES E MEIO AMBIENTE	21
1. Referencial teórico conceitual	21
1.2 Fronteiras e frente de expansão	26
2 CONQUISTA DOS TERRITÓRIOS DO MÉDIO PARANAPANEMA	35
2.1 Indígenas e senhores de terras no Paranapanema	45
2.2 Pequenos produtores rurais e criadores entre as cuestas e o Paranapanema	55
2.3 Expansão de fazendas cafeeiras e via férrea no médio Paranapanema	73
3 ECONOMIA, MODERNIZAÇÃO E AS ELITES PAULISTAS	89
3.1 Economia, política e modernização em São Paulo	89
3.2 Representações sobre o meio ambiente e as populações do interior paulista	102
3.3 Intelectuais e o problema dos “terrenos desconhecidos” do oeste paulista	118
4 REPRESENTAÇÕES DE VIAJANTES SOBRE O MÉDIO PARANAPANEMA ENTRE OS ANOS DE 1878 E 1906	139
4.1 Meio ambiente	155
4.2 Populações	167
4.3 Técnicas para a modernização regional	188
CONSIDERAÇÕES FINAIS	203
FONTES	214
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	216

INTRODUÇÃO

Em meados do século XIX, a matriz econômica da província de São Paulo passou a se estruturar diretamente com o mercado mundial a partir da produção e comercialização do café. O café se tornou o principal produto de exportação do Brasil, e São Paulo se consolidou como maior produtor nacional, em posição que manteve até meados do século XX. Esse foi o principal fator no desenvolvimento das forças produtivas internas, as quais operavam em dependência do mercado mundial e em conjunto com a atuação de investimentos estrangeiros. Isso significou ainda a imposição dessa economia sobre outras fontes produtivas na província e a centralização da política econômica estruturada na cafeicultura como se fosse de interesse nacional.

No período entre as décadas de 1850 e 1889, as estruturas econômicas e políticas do Brasil foram formalmente reformadas com a proibição do tráfico de escravizados e a aprovação da Lei de Terras, em 1850, com a abolição da escravidão, em 1888, e com a Proclamação da República, em 1889. Essas medidas foram diretamente efetivadas com a participação das elites paulistas, que passaram a se tornar cada vez mais detentoras do poder econômico e político nacional. Com a República, os interesses dessas elites foram assegurados e seus representantes estiveram no poder, ou diretamente ligados a ele, durante praticamente todo o período da Primeira República (HENRIQUES, 2015).

No entanto, essas transformações internas e as influências da reprodução do capital no plano externo chocaram-se com as características da sociedade brasileira, cujas populações do interior eram interpretadas pelas elites e classes médias letradas como “atrasadas” ou “selvagens”: faltava um “povo nacional”. Além disso, a maior parte do território do interior do Brasil ainda era representada como “desocupada”: as elites político-econômicas clamavam pelo controle das fronteiras, além da integração econômica dos territórios (ARRUDA, 2000). Esses problemas ficaram evidentes em São Paulo, nas últimas décadas do século XIX, pois o Planalto Ocidental Paulista, ou seja, metade do território, era uma incógnita para as autoridades.

Para a integração territorial do interior paulista, além das distâncias e da necessidade técnica – tecnologias, saberes, políticas públicas e investimentos econômicos –, o principal obstáculo era a existência de extensas florestas do bioma da Mata Atlântica, atravessadas por serras e rios, que dificultavam a penetração dos agentes “modernos” para o seu reconhecimento – apesar de essas serem as características ambientais demandadas ao plantio dos cafeeiros. Nas últimas décadas do século XIX, quase metade do território paulista aparecia nos mapas oficiais como “terrenos desconhecidos” ou “desocupados”. Além disso, em grande parte dos territórios do interior, para onde era expandida a fronteira agrícola, desenvolveu-se ocupações prévias de populações de pequenos produtores posseiros, além da existência de diversos povos indígenas, com diferentes arranjos socioespaciais. Por isso, inicialmente, era preciso conquistar os territórios e abrir espaço a um gradativo processo de reocupação (GIAVARA, 2008).

Na maior parte do território da porção ocidental paulista, sua conquista foi efetuada por pequenos produtores posseiros, o “caipira”, ou por senhores de terras e seus agentes, cuja ação era voltada principalmente para a especulação fundiária. A conquista dos territórios era um processo simbólico e bélico, que se iniciava com viagens a partir das quais produzia-se relatos com descrições e (re)nomeação dos elementos ambientais existentes, e era concluído através de ações como expulsão ou extermínio das populações indígenas, demarcação e solicitação de posses e inicial transformação dos elementos ambientais através de queimadas e caça de animais.

Ao longo do século XIX, pequenos grupos populacionais e agentes de grandes senhores de terras penetraram pausadamente por limites “civilizacionais” a partir de corredores entre rios e serras, campos avançados nas matas ou vales que se estendiam em sentido leste/oeste. Batidas contra os indígenas, picadões, queimadas, abriam espaço para a instalação de novos moradores nos territórios, ou somente para serem solicitadas posses de grandes glebas (CORRÊA, 2013). A partir disso, eram criados postos avançados que serviam como elemento estratégico, tal como as “bocas do sertão”, lugarejos pouco desenvolvidos em termos de complexidade econômica, frente aos chamados “terrenos desocupados”

(MONBEIG, 1984). A expressão desse movimento em uma conjuntura regional de interiorização pode ser interpretada como uma frente de expansão¹.

A integração econômica direta dos territórios do oeste paulista somente se constituía em uma área depois do gradativo processo de registro de posses, abertura de estradas, derrubada das matas, abertura de fazendas, fundação de vilas e disponibilidade de mão de obra. Ocorriam pausas e acelerações nesse movimento, dependendo das oscilações da economia e da falta de técnica ou incentivo para a abertura de novas áreas. Esse processo foi favorecido por uma conjuntura de desenvolvimento de novas técnicas de transporte e logística, representadas nas linhas férreas, que propiciaram o transporte rápido da produção e o movimento dos trabalhadores imigrantes para as fazendas. Formavam-se, assim, centros produtivos e de serviços a partir divisões entre as estruturas topográficas delimitadas como zonas de linhas férreas (FALEIROS, 2007).

A representação social sobre a necessidade de se constituir um espaço moderno em oposição às áreas de “terrenos desconhecidos” e do “sertão caipira”, ganhou força com a criação de instituições de educação, pesquisa e reconhecimento dos chamados “recursos naturais” das terras paulistas, a partir da década de 1880 (HENRIQUES, 2015). Agentes a serviço das elites político-econômicas instaladas na província/estado de São Paulo², principalmente engenheiros, saíram a campo para inventariar os aspectos ambientais e sociais, geralmente exaltando o meio ambiente e traçando planos para sua integração econômica direta. Além de definir quais seriam as melhores culturas para cada área e de reclamar a falta de estradas, era comum esses viajantes criticarem o mal uso dos solos pelos primeiros moradores “brancos” e sugerirem melhores práticas agrícolas para o futuro (FIGUEIRÔA, 1987).

Uma das representações sociais acerca de uma região constantemente presente nos diversos relatórios dos agentes do poder, produzidos no período em que se ganhou força esse apelo pela modernização da sociedade paulista, foi a

¹ Os usos de diversos conceitos e categorias apresentados nessa introdução serão explicados no Primeiro Capítulo.

² É importante assinalar que “elites político-econômicas” aqui não exclui a atuação de investidores de outros estados, além empresas estrangeiras e capitalistas instaladas em São Paulo.

chamada região do vale do Paranapanema. Atribuições a essa região apareceram em diversos textos em que viajantes descreveram um lugar sem fronteiras e populações definidas, uma vez que tais limites se deslocavam de acordo com quem e em que momento a descrevia. O “Vale do Paranapanema” acabou se tornando um “lugar de memória”, que, inclusive, foi naturalizado pela historiografia regional. Mesmo assim, a partir dessas representações, foram propostas medidas e traçados planos para o gradual controle político e integração econômica da área a partir das margens paulistas do rio Paranapanema (ver Figura 1).

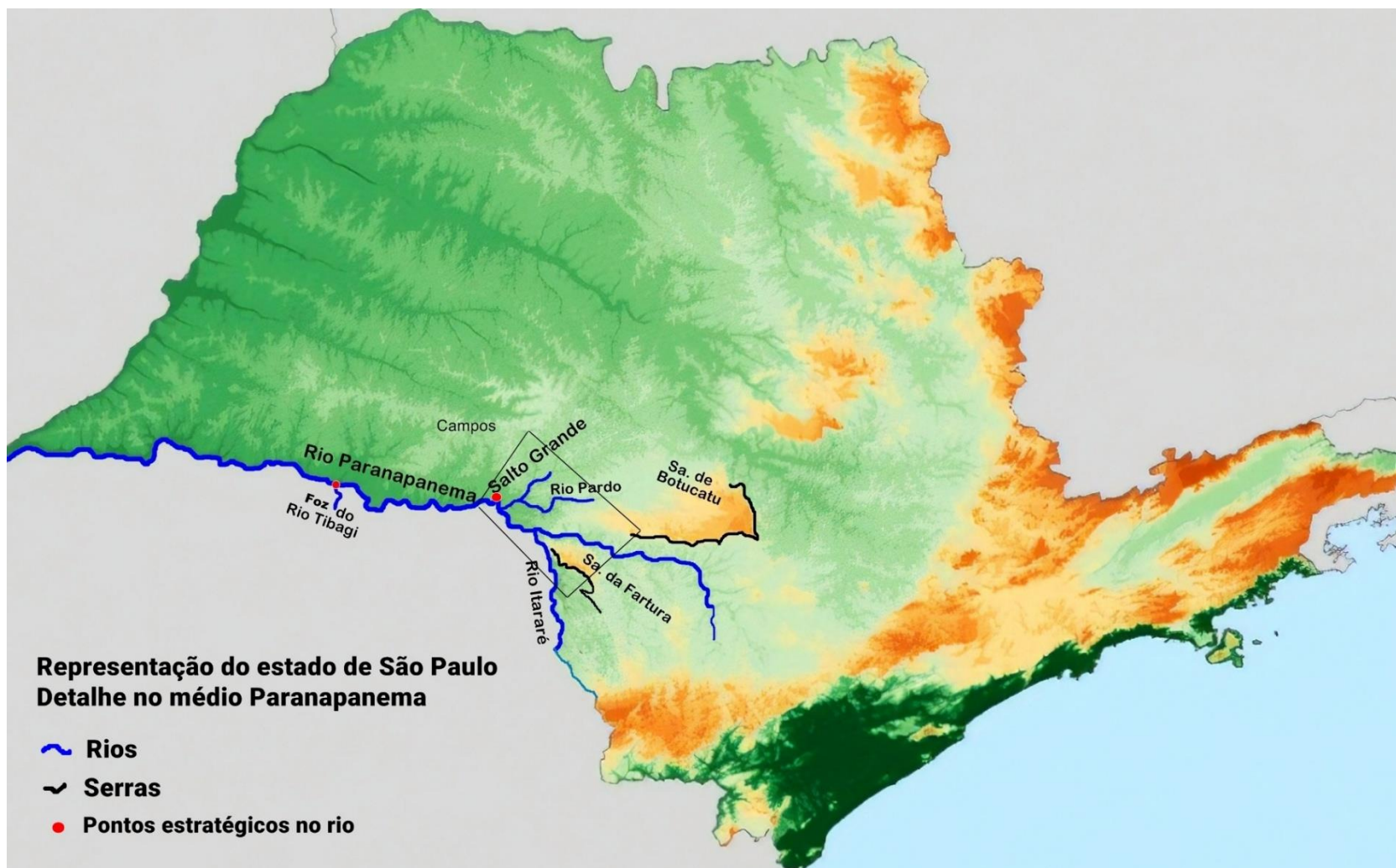


Figura 1: Representação do relevo do estado de São Paulo, com destaque para a área do médio Paranapanema

Fonte: Modelo Digital de Elevação de São Paulo - CATI/Governo do Estado de São Paulo – adaptação própria.

Em meados do século XIX, foram criados aldeamentos indígenas nas margens dos rios Itararé e Paranapanema (sudoeste paulista), os quais possibilitaram que populações “brancas” intensificassem a conquista das terras de matas próximas da área onde esses rios se encontravam, no médio Paranapanema (CORRÊA, 2013). Concomitantemente, a partir da década de 1850, criadores, pequenos produtores e especuladores também passaram a transpor o limite topográfico representado pela serra de Botucatu (centro-oeste paulista), ocupando os campos/cerrados que se estendiam no espigão, paralelamente ao curso médio do rio Paranapanema, gradativamente penetrando na mata que o margeava (GIAVARA, 2008). O vale do rio Paranapanema passou a ser uma das principais frentes de expansão dessas populações, as quais acionaram um processo de intensas e efetivas modificações socioambientais.

Nas últimas décadas do século XIX, o lugarejo Salto Grande e a vila de Campos Novos, distantes cerca 35 quilômetros uma da outra e em uma mesma longitude, foram constituídas no médio Paranapanema como pontos avançados no oeste paulista, estratégicos para o controle e integração econômica das terras do vale do rio Paranapanema. Até a primeira década do século XX, esses pontos continuaram a figurar nos mapas e relatos oficiais, como os últimos elementos da “civilização” frente aos chamados “terrenos desocupados” entre o baixo Paranapanema e o Rio Tietê.

As demandas por esses territórios implicaram que agentes a serviço das elites políticas e econômicas estabelecidas em São Paulo fossem encarregados de explorar o vale do rio Paranapanema, onde os conflitos entre os indígenas e os “brancos” eram comuns. A partir dessas viagens, foram criadas e propagadas representações sociais acerca de um meio ambiente rico em diversidade ambiental: uma das zonas mais férteis de São Paulo e do Brasil. Esses agentes descreviam uma espessa mata que se estendia pelas porções média e baixa do vale e por serras adjacentes, ideais para a agricultura; além de uma faixa de campos que se estendia pelo espigão e facilitava a locomoção entre as matas, podendo ser ali constituídos criatórios naturais de gado. Além disso, o traçado do rio Paranapanema, que penetrava para oeste, possibilitaria uma rota natural para viajantes e para o controle das fronteiras políticas (GIAVARA, 2008).

Nesse contexto, a partir do final da década de 1870, esses agentes das elites político-econômicas criaram um projeto para estender os trilhos da ferrovia Sorocabana até a zona de matas do vale do rio Paranapanema, onde as características ambientais impunham que o traçado alcançasse os terrenos que margeavam a cachoeira de Salto Grande, na divisa com a província do Paraná. A partir disso, os trilhos poderiam finalmente ser estendidos até a frente da foz do rio Tibagi, no lado paulista do baixo Paranapanema, ponto a partir de onde se acreditava ser possível a navegação por vapores em direção ao rio Paraná – como será demonstrado no Quarto Capítulo.

Esse traçado ferroviário, a ser gradativamente planejado e construído ao longo dos anos, ficou conhecido como Ramal Tibagy. O Ramal Tibagy passou a ser representado como o principal elemento para o controle político da região da bacia do rio Paraná, para o desenvolvimento econômico do lado paulista do vale do rio Paranapanema e, depois, dos territórios do norte da província do Paraná e Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul), além de desenvolver comunicações com as repúblicas vizinhas. Esses planos foram constantemente atualizados ao longo das décadas seguintes, com diversas expedições para a área além (oeste) de Botucatu, a partir da qual os técnicos apresentavam relatórios de suas considerações sobre as vilas que se formavam, o rio e as matas do vale – ou do que ouviam falar dessa área, constantemente representada como hostil.

No entanto, a partir da primeira década do século XX, esse projeto de navegação no rio Paranapanema deixou de aparecer nesse tipo de discurso, apesar da importância de se levar a ferrovia até às suas margens sempre ser reiterada. Quando finalmente os trilhos da Sorocabana foram estendidos até a cidade de Salto Grande, em 1909, esses planos de navegação foram abandonados, pois os agentes do poderes públicos e os responsáveis pela empresa apontaram que o projeto inicial era inviável. Ao longo da década seguinte, os trilhos foram estendidos até o rio Paraná, pelo espigão, alcançando a fronteira com o Mato Grosso, em 1922 (ver Figura 2). Além disso, o desenvolvimento proposto pelos agentes que visitaram essa área no período não se realizou, e municípios como Salto Grande perderam importância regional (MARQUES, 2009).



Figura 2: Representação do traçado da ferrovia Sorocabana

Fonte: Elaboração própria a partir de Marques, 2009.

Partindo desse contexto de conquistas territoriais e projeções sobre desenvolvimentos técnicos futuros, a proposta dessa pesquisa é investigar um conjunto de discursos produzidos, em um mesmo período, por agentes das elites político-econômicas estabelecidas em São Paulo. Em comum, tais agentes foram encarregados de reconhecer e propor transformações nos aspectos ambientais de uma mesma área ainda não integrada diretamente à assim chamada “sociedade moderna”. A partir disso, a proposta é demonstrar uma base comum nos discursos, que corresponde a um conjunto de representações sociais desses agentes explica sua atuação no contexto.

Inicialmente, foi selecionado um conjunto documental formado por relatos de viajantes, relatórios técnicos, mapas, colunas de jornais, produzidos por representantes de diferentes instituições, empresas ou do poder público. Nossa hipótese inicial é que a produção desse conjunto de discursos estava submetida aos interesses das elites econômicas e dos grupos que detinham o poder político em São Paulo, já que grande parte dos intelectuais que atuaram na imprensa ou nas instituições de pesquisa no período estavam submetidos ou em consonância com os principais projetos no que diz respeito a problemática econômica e social aqui discutida. Demonstraremos que, ainda que esses intelectuais possuíssem divergências entre si, e com aqueles que os financiavam, em linhas gerais, os discursos continham as mesmas características, com mudanças significativas somente quando mudavam os objetos observados. Por isso, esses textos serão caracterizados como “discursos do poder”³.

Os agentes, cujos relatos serão analisados, foram encarregados de explorar o vale do rio Paranapanema: inventariar seus elementos ambientais e propor melhorias técnicas para seu gradativo desenvolvimento socioeconômico. A partir das últimas décadas do século XIX, viajantes aventuraram-se a partir das margens paulistas do rio, em roteiros que convergiram para a porção média do vale, onde a faixa de matas se tornava mais densa e, por décadas, povoações “brancas” ali estabelecidas significaram pontos avançados frente ao rio e aos territórios indígenas.

³ A proposta dessa pesquisa é investigar os textos selecionados enquanto objetos que exemplificam uma representação social. Não propõe-se aqui discutir os meios de circulação dos discursos, principalmente periódicos, e sua recepção pelo público.

Nossa hipótese principal é que, a partir de viagens para a área do médio Paranapanema, foram produzidas representações de estranhamento frente aos elementos ambientais, que eram percebidos como imponentes e hostis; ao mesmo tempo que tais características eram supervalorizados enquanto prova de uma riqueza potencial, “adormecida”. Para usufruir dessa riqueza ambiental, transformando-a em riqueza monetária e desenvolvimento social, precisariam ser constituídos localmente os mais importantes elementos da técnica disponíveis nesse contexto histórico. Nesse sentido, será demonstrado que, em termos socioambientais, esses discursos reproduziram os principais aspectos do imaginário social das elites e classes médias letradas instaladas em São Paulo.

Os primeiros relatórios a serem analisados datam de 1878, quando começaram a ser publicadas propostas para levar os trilhos férreos da Sorocabana ao lugarejo de Salto Grande⁴, às margens do rio Paranapanema e na divisa com a província do Paraná. Esse recorte diz respeito ao inicial reconhecimento do território acima da área da cachoeira de Salto Grande e nas áreas de campos que se avizinhavam ao norte. Por isso, a partir desses discursos, é possível interpretar que o acesso ao rio, e a existência de algumas propriedades nesse local, passaram a ser interpretados e replicados em tais discursos como “elementos civilizacionais” em meio a uma área hostil e percebida como praticamente “desabitada”. Além disso, outros relatos de viajantes continuaram a referenciar esse ponto, ao longo das décadas seguintes, sempre enfatizando o anseio de integração econômica direta dessa área.

A última publicação a ser analisada foi escrita em 1906, mas refere-se a uma viagem de 1905. A delimitação cronológica aqui é simbólica, e 1905 relaciona-se ao período em que o governo de São Paulo assumiu o controle da empresa Sorocabana, que havia falido em 1902, e retomou a construção dos trilhos, que nos anos seguintes foram prolongados até o médio Paranapanema. Nesse ano, também foram tomadas medidas para o controle dos territórios da zona do rio Tietê, com o início da construção da ferrovia Noroeste do Brasil (CEFNOB), a partir de Bauru. Em

⁴ O distrito de Salto Grande foi criado em 1891, elevado à categoria de Vila em 1906, em 1911 tornou-se município, ocorrendo o desmembramento do município de Santa Cruz do Rio Pardo. Posteriormente, foi criada a vila de Ourinhos em território de Salto Grande, a qual veio a ser desmembrado e se tornou município em 1918.

1905 também foram organizadas três expedições da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo para reconhecimento do território a partir do Rio do Peixe. Ainda que nesse momento tenham ocorridas poucas mudanças de fato nesses territórios, esse pode ser interpretado como o ano em que ganharam força novas iniciativas para sua integração econômica direta.⁵

As fontes que serão analisadas foram publicadas pelas seguintes instituições: jornal *Correio Paulistano* (1854-1963), jornal *A Província de S. Paulo* (1875-), Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo (1886-1931), *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* (1895-1948), e o livro de ensaios *O Sul de S. Paulo: contribuição para o estudo da geographia phisica d'esta zona da província* (1886), de Domingos Jaguaribe Filho. Apesar de serem publicações com finalidades diversas, essas não apresentam significativas diferenças em sua escrita e exposição, inclusive alguns textos foram publicados em mais de uma dessas instituições.

Para a exposição dessa pesquisa, propõe-se esclarecer, no Primeiro Capítulo, o uso que será feito de conceitos, categorias e o referencial teórico que a estrutura.

No Segundo Capítulo, será feita uma discussão historiográfica sobre os movimentos de conquista e (re)ocupação da margem paulista do vale do rio Paranapanema, principalmente em sua porção média, para onde, a partir da segunda metade do século XIX, convergiram as principais rotas de penetração no vale. Para isso, será preciso discutir, enquanto tipos ideais, quais as populações que se encontraram nessa área; quais as relações estabelecidas entre essas populações; e como os agentes modernizantes gradativamente tornaram sua organização socioespacial hegemônica. O enfoque dessa investigação é abordar como a historiografia explicou o processo de conquista e integração econômica direta dessa região.

⁵ A investigação de como os agentes sociais reproduziram esse período posterior de integração econômica direta foge das propostas dessa pesquisa. Além disso, fica aberta a discussão sobre o “Ramal Tibagy”: quando e por que foram abandonados os planos de navegação do baixo Paranapanema? Por que Salto Grande perdeu importância regional e não se desenvolveu nos termos planejados? Como o imaginário social que representava a integração regional a partir desse elemento perdeu sentido e precisou ajustar-se a mudanças concretas que a conjuntura histórica impôs?

No terceiro Capítulo, será feita uma relação entre o contexto político e econômico mundial, constituído nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, com o desenvolvimento de forças produtivas organizadas no território paulista. Isso implica em investigar as significações e propagação do aparato ideológico sustentado pelas elites político-econômicas estabelecidas em São Paulo e seus agentes intelectualizados, no qual o desenvolvimento econômico era associado a “progresso” e “modernidade”, em oposição ao “atraso” de regiões do interior paulista. Também será discutida a política partidária paulista a partir de meados da década de 1870, enquanto instância que atuava na defesa dos interesses dos grandes cafeicultores, muitos dos quais ocupavam cargos ou mandatos públicos.

Em seguida, será discutido quais eram as representações sociais hegemônicas dessas elites e seus agentes intelectualizados sobre o meio ambiente e as populações que viviam no interior do território. A partir dos problemas socioambientais percebidos por essas elites, é preciso discutir como seus membros financiaram viajantes para reconhecer e conquistar os territórios do extremo oeste paulista e qual o papel atribuído à “técnica moderna” – tecnologias, saberes, políticas públicas e investimentos econômicos. Finalmente, a partir da análise de mapas do período (fontes), será apresentado o principal problema reclamado por essas elites: a representação da existência de “terrenos desocupados” ou “desconhecidos” no extremo oeste paulista.

No Quarto Capítulo, discutirei alguns relatos publicados por viajantes a serviço das elites paulistas, a partir dos quais é possível esboçar suas representações sociais sobre uma mesma temática e investigar se esses podem ser agrupados como “discursos do poder”. Para isso, selecionei viajantes encarregados de explorar a área em torno da parte média do lado paulista do vale do rio Paranapanema, entre 1877 e 1905. Será demonstrada a reiterada representação de uma região de natureza fecunda e imponente, para onde se projetava o progresso a partir do desenvolvimento dos elementos da técnica moderna.

Finalmente, a partir desses discursos, será analisada a construção de um imaginário social que, ao longo de décadas, descreveu as povoações em torno do médio Paranapanema como uma área avançada em um meio ambiente hostil, ao

mesmo tempo que projetava sobre sua integração econômica o desenvolvimento logístico de São Paulo e uma acentuada melhora na comunicação com os estados e países ao redor. Será investigada qual a relação que os agentes históricos atribuíam a uma “mata frondosa” e um “rio perigoso” com a “técnica moderna”.

1 FRONTEIRAS, POPULAÇÕES E MEIO AMBIENTE

1.1 Referencial teórico conceitual

Em meados do século XIX, a densidade populacional e o desenvolvimento econômico no território do interior da província de São Paulo ampliaram-se significativamente com a constituição de fazendas cafeeiras, com a demanda por abertura de propriedades de produção de gêneros alimentícios devido ao aumento populacional nas cidades e fazendas, com a valorização das terras decorrente da Lei de Terras de 1850 e pela atuação de grupos de pequenos produtores rurais que migraram a partir de Minas Gerais. A partir disso, os territórios da porção ocidental de São Paulo, em geral ocupados por povos indígenas, passaram a ser conquistados por novos agentes.

Os agentes modernizantes, principalmente a serviço de grandes fazendeiros de café, desenvolveram rotas de penetração e conquista territoriais: frentes de expansão rumo ao extremo oeste. A investigação desse processo implica em inicialmente apontar: quais eram essas populações que se encontraram nos territórios; quais eram suas organizações sociais e de apropriação territorial; e como se constituíam essas frentes de transformação socioespacial. Como, nesse momento, não serão apontadas conjunturas concretas, a discussão desse tópico permitirá teorizar um amplo processo.

Inicialmente, a partir do próprio problema proposto para essa pesquisa, é preciso entender a importância da relação do ser humano com os elementos do meio ambiente como um dos fatores determinantes de um processo histórico. Ainda que o imaginário social de agentes de um contexto implicasse na superação de um meio ambiente a eles hostil, a estruturação econômica desse processo de transformações ocorreu em decorrência desses elementos ambientais. Por isso, as próprias características da problemática aqui proposta implicam que a interpretação teórica desse contexto se estruture a partir da história ambiental.

De acordo com Donald Worster, a perspectiva historiográfica ambiental busca a promover a compreensão de como os seres humanos foram afetados e, ao mesmo tempo, afetaram o meio ambiente no passado. O pesquisador aponta três níveis de análise que precisam ser percebidos em conjunto na composição dessa

interação: o primeiro é o meio ambiente e seus fatores orgânicos e inorgânicos; o segundo é a inter-relação socioeconômica dos atores históricos; e o terceiro são as constituições mentais e culturais dos seres humanos em determinado contexto. A história ambiental visa entender o ser humano como parte da natureza, ainda que esse a veja como algo externo a si, sempre tentando dominá-la (WORSTER, 1991).

José A. Drummond destaca a importância do diálogo das ciências sociais com as ciências naturais em uma mudança de paradigma, tal como propõe-se para a história ambiental. Essa mudança de perspectiva “[...] implica necessariamente atribuir aos componentes naturais ‘objetivos’ a capacidade de condicionar significativamente a sociedade e cultura humanas” (DRUMMOND, 1991, p.199). Por outro lado, não se trata de um determinismo geográfico, uma vez que as diferentes civilizações reagem de maneiras diversas frente aos elementos do meio ambiente. Nesse sentido, é a cultura que percebe e compartimenta os ecossistemas em recursos naturais e, muitas vezes, gera a separação ideal entre ser humano e o meio ambiente. Cabe ao historiador ambiental interpretar a formação dessas representações no contato entre o agente histórico e o meio representado, e o quanto isso impacta no seu agir sobre esse meio ao longo de um contexto.

José A. Drummond também discute a relação da história ambiental com a história regional, uma vez que certas demandas econômicas sobre os elementos de uma área impõem um impacto em seu meio ambiente. Uma paisagem pouco diversa pode ser compartimentada pela presença de um polo industrial, de uma linha férrea, de uma represa; o que implica que o historiador investigue o quanto essa ação humana operou transformações e diferenciações nesse meio. Por outro lado, em determinados casos, é o meio ambiente *a priori* que determina os limites da ação humana, a partir de “[...] *uma região com alguma homogeneidade ou identidade natural*: um território árido, o vale de um rio, uma ilha, um trecho de terras florestais, um litoral, a área de ocorrência de uma árvore de alto valor comercial e assim por diante” (DRUMMOND, 1991, p. 181, grifos do autor).

Em acordo com a metodologia sugerida por Donald Worster, o nível de análise ambiental que aqui será discutido é a constituição ambiental da porção ocidental do território paulista, e mais especificamente, do médio Paranapanema; o nível de análise político-econômico é a demanda pela integração econômica direta

desses territórios a partir da segunda metade do século XIX; as construções mentais, fruto de um imaginário social, são o conjunto de representações sociais de agentes que atuaram a mando ou em consonância com as perspectivas das elites político-econômicas que atuavam em São Paulo nesse período – os principais responsáveis pelas maiores transformações nesse meio ambiente. Também em acordo com José A. Drummond, a região (área) com alguma homogeneidade natural a qual faz parte desse contexto abordado e na qual foram projetadas essas representações é a área do médio Paranapanema.

É preciso discutir também a interpretação do movimento conjuntural a ser analisado a partir das categorias fronteira, franja pioneira e frente de expansão, enquanto elementos para reprodução ideal de contextos de transformações socioambientais. É a partir do apontamento das determinações que constituíram a realidade concreta que, posteriormente, serão investigadas as representações dos atores que produziram essas transformações. O sentido de fronteira que será discutido refere-se a uma zona de transição entre organizações sociais desenvolvidas sobre um território, quase sempre implicado em movimento, estranhamento sociocultural e gradativa expulsão. Diferentemente do sentido político, como limite entre dois países, fronteira aqui constitui-se de um conjunto de relações socioespaciais⁶.

A problematização desse processo implica que inicialmente sejam apontados, enquanto tipos sociais, os grupos de agentes que se relacionam no contexto a ser pesquisado: indígenas, pequenos produtores posseiros (o “caipira”) e agentes modernizantes (fazendeiros, engenheiros, comerciantes, imigrantes). Apesar de atuarem de formas diversas na transformação espacial e das diferenças na

⁶ Em termos de comparação, é importante apresentar brevemente o sentido de fronteira investigado por Sergio Buarque de Holanda, que também pesquisou a região paulista, mas focalizando outras formas de movimentações populacionais e em contextos diferentes. Em “Caminhos e Fronteiras”, o pesquisador investigou como os habitantes do Planalto de Piratininga souberam se adaptar aos elementos ambientais e aos costumes indígenas. A fronteira era movimento pelo território, na qual o “outro”, o indígena, a floresta, os rios e os animais eram os senhores, por isso, o paulista precisava resignificar esses elementos à sua própria sobrevivência. Nessa perspectiva, o sertão era o lugar onde o novo era produzido a partir de seus próprios elementos, sem negar o arcaico. A luta era entre o “selvagem” e o “civilizado”, mas o campo de batalha implicava em adaptações aos domínios desse primeiro: as técnicas indígenas eram mais eficazes que a cultura material que os bandeirantes dispunham para sobreviver no sertão. Nesse aspecto, o meio selvagem não era negado a partir de seu oposto – como fizeram os agentes no final século XIX, a partir da ideia de moderno que a tudo transforma –, para o paulista do século XVII, o vitorioso no sertão, antes de tudo, era aquele que conseguia se adaptar (HOLANDA, 1994).

densidade demográfica, em grande parte do território do interior paulista, predominaram consecutivamente esses três tipos. Os agentes modernizantes superaram as organizações sociais dos outros dois tipos e criaram representações dominantes sobre o espaço, resignificando o meio ambiente pretérito e convertendo sua atuação em memória. Nesse aspecto, o meio ambiente foi, em linhas gerais, interpretado de três formas: “natureza selvagem”, “natureza decadente” frente a atuação do “caipira”, e natureza transformada em “progresso” pelo agente moderno.

Em termos territoriais, um primeiro elemento a ser destacado no processo de (re)ocupação territorial do interior paulista é a sua forma de acesso formal, regulada pela Lei de Terras de 1850. Em meados do século XIX, o Brasil se consolidava enquanto império independente e, para as elites econômicas, a perspectiva de superação da escravidão apontava para a necessidade de se consolidar uma economia mais diretamente estruturada em termos capitalistas⁷. A partir disso, foi criada uma lei que fixava todas as terras ainda não requeridas legalmente perante os poderes públicos enquanto terras devolutas⁸. Glebas de terras somente poderiam ser adquiridas através da compra, ficando as províncias responsáveis por regulamentar esse processo (MARTINS, 2010).

Essa era uma forma de limitar o acesso à terra e obrigar os despossuídos a venderem sua força de trabalho, principalmente os imigrantes europeus que foram trazidos ao Brasil. Isso agravou problemas como a expropriação de territórios indígenas e impediu financeiramente que pequenos produtores e ex-escravos adquirissem terras. Ao mesmo tempo, as autoridades não impediram a grilagem de terras, a especulação e a concentração no poder de grandes proprietários,

⁷ A discussão sobre quando o Brasil passou a ser capitalista não nos interessa aqui. No entanto, concordo com a perspectiva teórica dos pesquisadores da Teoria Marxista da Dependência: desde o período colonial, o Brasil possui uma função subordinada e necessária ao desenvolvimento do capital nas economias centrais. Nessa perspectiva, o capitalismo é um todo desigual; e, a partir da divisão geográfica do trabalho, mesmo relações não capitalistas de produção são necessárias para a reprodução do capital nos países centrais. No Brasil, apesar das transformações ocorridas com a independência e com a industrialização – o país que mais cresceu ao longo do século XX –, internamente ocorreu um *desenvolvimento do subdesenvolvimento*. Sobre esse referencial teórico, ver: LUCE, 2018.

⁸ Para as populações indígenas continuou a valer o que estava estipulado em um regulamento de 1845: mesmo onde houvessem populações indígenas efetivamente fixadas, essas terras não seriam posses efetivas, apenas concessões que poderiam voltar ao controle do poder público (DORNELLES, 2017).

principalmente na província de São Paulo, onde a interiorização da economia cafeeira e o crescimento populacional aumentaram a demanda territorial.

Nesse contexto, a fronteira somente pôde existir frente a disponibilidade de terras, uma vez que a relativamente baixa densidade demográfica indígena e a negação do seu direito implicavam na ideia de que as terras não estavam ocupadas. Nesse aspecto, é importante a comparação com a Europa, onde todo o território já estava ocupado. Nos países centrais do “velho mundo”, os fazendeiros e, mesmo os camponeses, eram efetivamente proprietários, e praticamente não havia a disponibilidade de expansão para novas terras. Esse é um dos aspectos do capitalismo constituído, no qual a terra é uma propriedade limitada⁹.

Por outro lado, é recorrente a comparação do impacto social da disponibilidade de terras no Brasil e nos Estados Unidos, ao longo do século XIX. Em São Paulo, aos imigrantes europeus, que foram trazidos em grandes levadas a partir da década de 1870, o acesso à terra foi impedido, uma vez que aqueles que eram encaminhados para as fazendas não possuíam dinheiro para adquirir terras (MARTINS, 2010). No caso dos EUA, em grande parte do território (oeste), o acesso à terra foi facilitado aos imigrantes, que poderiam adquirir terras livremente, desde que pudessem ocupá-las¹⁰. Esse foi um dos motivos pelo qual o processo de conquista dos territórios indígenas do oeste daquele continente ter produzido a representação social sobre uma fronteira mais estável, baseada no povoamento, enquanto que no contexto paulista favoreceu a especulação e o latifúndio (SILVA, 2001).

Outro esclarecimento conceitual necessário é o uso que será aqui feito do termo “conquista”. Para iniciar-se a (re)ocupação desse território era preciso estabelecer bases concretas que impusessem localmente o poder de novos

⁹ Essa questão estava em discussão na Europa quando Karl Marx publicou *O Capital*, em 1867. Nesse sentido são importantes duas indicações presentes no texto. Primeiramente o papel da acumulação primitiva, que possibilitou a concentração de terras e a liberação forçada da mão de obra do campo para a cidade, além da produção de capitais através de métodos de espoliação. Por outro lado, o autor também demonstra que a industrialização em uma ex-colônia somente poderia ocorrer após a estabilização da fronteira, que impedisse o acesso à terra ao trabalhador, criando-se um excedente populacional de despossuídos obrigados a vender sua força de trabalho. Ver: MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

¹⁰ As discussões sobre a questão da fronteira nos EUA sempre mencionam o texto escrito por Frederick Jackson Turner, em 1893, o qual não cabe ser aqui abordado. Ver: TURNER, F.J. **The frontier in american history**. New York: Henry Holt and Company, 1920.

senhores. No entanto, diferente de uma conquista estritamente militar, para operar a conquista aqui discutida era preciso a identificação do “outro” como inimigo da “civilização”, e o “eu” como o único ator possível portador de humanidade e capaz de aproveitar os recursos naturais. Por isso, conquistar, aqui, designa ao mesmo tempo o consecutivo processo de reconhecimento simbólico dos territórios, expulsão das populações instaladas preteritamente e a criação de uma representação hegemônica sobre esse processo, transmitida através de discursos de poder e fixada através de memórias sociais.

Finalmente, a descrição do processo após a conquista, (re)ocupação do território e o desenvolvimento dos elementos da fronteira econômica, será referenciado como “integração econômica direta”. O termo “direta” se faz necessário para diferenciar da produção do pequeno produtor que se adiantava a essa integração – que aparentemente se organizava totalmente alheio às relações econômicas do mercado, mas produzia alguns produtos para necessárias trocas nas vendas.

1.2 Fronteiras e frente de expansão

A partir do contexto enunciado para a investigação nessa pesquisa, discutirei dois textos significativamente diversos entre si, mas que serão utilizados como referências na interpretação de um problema que perpassa ambos: a apropriação de territórios à sociedade capitalista. Primeiramente, um texto de Pierre Monbeig (1984), que nessa pesquisa será referência de um conjunto de interpretações¹¹ sobre os movimentos das fronteiras econômicas¹² no território paulista, a partir da categoria de franja pioneira. Em seguida, um texto de José de Souza Martins (1997), que apresenta uma proposta mais complexa sobre as fronteiras territoriais no Brasil: a categoria de frente de expansão. O texto de José S. Martins, aqui interpretado

¹¹ Essa afirmação sobre a obra de Pierre Monbeig, seu caráter sintético das discussões metodológicas vigentes nos anos de 1940-50 e sua influência em toda uma geração de geógrafos no Brasil nas décadas seguintes se baseia em: NOGUEIRA, 2013.

¹² Fronteira econômica no contexto específico aqui pesquisado refere a um conjunto de elementos que possibilitaram uma área ser diretamente integrada à rede produtiva mundial: fundação e cidades, desenvolvimento do aparato jurídico Estatal, abertura de linhas e estações férreas, constituição de fazendas de especialização produtiva, chegada de levas de imigrantes.

como uma síntese de uma discussão historiográfica mais ampla¹³, será a principal referência para a teorização sobre os movimentos de expansão territoriais no contexto pesquisado.

As representações sociais sobre o papel dos pioneiros na transformação do interior paulista acabaram se tornando uma memória: o mito do pioneiro vencendo o sertão e convertendo paisagens a ele perigosas e “desertas” em modernas fazendas e cidades. O papel heroico atribuído aos pioneiros ignorava a presença, ou negava o direito de grupos indígenas e pequenos produtores a pertencer, em territórios que passavam a ser integrados a uma nova lógica. É preciso apontar que alguns aspectos dessa perspectiva foram assimilados por cientistas sociais ao longo do século XX, e que explicações sobre conjunturas de processos de transformação espacial e social são analisadas unicamente a partir da perspectiva do invasor, que estabeleceu as bases da sociedade capitalista. Mesmo assim, não cabe aqui demonstrar possíveis insuficiências em interpretações a partir dessa perspectiva.

O que nos interessa são as formulações metodológicas que ainda contribuem para o entendimento do contexto que está sendo pesquisado, principalmente as complexidades ambientais e espaciais. Limitemo-nos ao clássico texto do geógrafo francês Pierre Monbeig, tese de doutorado, fruto do contexto intelectual paulista e mundial das décadas de 1930-40. Esse é o mais importante texto sobre as transformações no interior paulista, operadas principalmente pelo desenvolvimento territorial da economia cafeeira, e uma referência metodológica para pesquisadores de diversas áreas. Pierre Monbeig explica a relação da demanda da economia mundial com o aparato político e técnico que produziram uma fronteira econômica expressa nas transformações na paisagem rural, fundação e crescimento das cidades, desenvolvimento das redes de comunicações, alterações de produtividade, crises econômicas e a decadência das áreas já atravessadas pela frente pioneira – elementos que foram, ao mesmo tempo, expressão e ingredientes determinantes do desenvolvimento da fronteira econômica.

¹³ A afirmação de que a obra de José S. Martins possui um caráter sintético, constituindo a mais complexa perspectiva sobre frentes de deslocamentos populacionais é problematizada em: MONDARDO; GOETTERT, 2007; QUEIROZ, 2014; LOBATO, 2017.

Explicando a fronteira que se expandia rumo ao oeste paulista, o geógrafo assinala seu caráter dinâmico, irregular e imprevisível, que se movia a partir de diversas determinações, tanto externas (como alta nos preços da principal mercadoria a ser produzida) quanto internas (como qualidade dos solos de uma área). Assim, a fronteira não era uma linha perceptível continuamente; se assemelhava mais a uma franja irregular:

O avanço do povoamento está longe de ter o aspecto de um front contínuo que se pudesse balizar cuidadosa e regularmente. Trata-se mais de incursões de grupos numerosos, difíceis de localizar. É, portanto, melhor falar, como Isaiiah Bowman, em “franja pioneira”, expressão um tanto vaga, mas que convém melhor a esta região instável e incerta, onde manchas de floresta subsistem, as vezes por muito tempo, envolvidas por culturas ou pastagens, mesmo quando já bem distante o solo abriga os primeiros cultivos. É uma fronteira que progride irregularmente e em direções confusas (MONBEIG, 1984, p. 165).

A expansão da fronteira econômica em terras paulistas, era um negócio ligado diretamente às oscilações da economia mundial, o que se expressava nas zonas que eram abertas nos limites do território integrado. Na perspectiva de Pierre Monbeig, mesmo com a gradativa diversificação da produção agrícola ocorrida nas fronteiras econômicas paulistas, a partir da década de 1920, essa economia continuou a operar principalmente em consonância com as demandas externas. Nesse aspecto, a fronteira econômica de exportação se diferenciava estruturalmente da organização econômica de camponeses estabilizados na produção diversificada de alimentos:

Assim se confunde o dinamismo da frente de povoamento paulista com o da economia mundial. Num velho país rural, os abalos da economia raramente acarretam o abandono brutal das culturas do solo; está o camponês por demais ancorado, para que a borrasca o arraste; participa ele de uma economia regional ou nacional, que amortece o choque dos acontecimentos internacionais. Nas zonas novas, não existe amortecedores, pois a produção se limita a alguns produtos destinados à exploração e diretamente submetidos às vicissitudes do mercado mundial. A franja pioneira é o ponto de encontro dos apetites e ambições tanto nacionais como estrangeiros. O que a expõe a ser duramente atingida pelas crises, mas ao mesmo tempo lhe permite recuperar muito depressa sua vitalidade (MONBEIG, 1984, p. 118).

O movimento de uma franja incerta e imprecisa espacialmente implicava em relações sociais pouco estáveis, que se desenvolviam ao longo desses espaços no

decorrer do tempo. De acordo com Pierre Monbeig, a síntese entre a existência de terras a serem integradas e as próprias características da economia organizada na cafeicultura acabavam desestabilizando a fronteira que se formava – ao menos onde não se desenvolveram importantes centros de serviços. Mesmo a centenas de quilômetros no interior, a expansão da fronteira influenciava um estado de coisas caracterizado por mudanças administrativas, incertezas estatísticas e vazios cartográficos (p. 19). O geógrafo ainda presenciara tal situação:

O dono de uma plantação abandonada falava do filho que partiu para abrir uma fazenda, na franja pioneira; o colono, assalariado rural, informado sobre as retribuições pagas nas zonas novas sonha com o pedaço de floresta que possa desbravar. Por toda a parte, na cidade e no campo, sente-se que nada se estabiliza, nada é definitivo, e que economia e povoamento se solidarizam com a marcha pioneira, que inexoravelmente arranca rumo ao oeste, a centenas de quilômetros (MONBEIG, 1984, p. 21).

Pierre Monbeig também demonstra o papel dos grupos indígenas e de pequenos produtores (o mineiro e, depois, o paulista) em uma inicial transformação do meio ambiente paulista e do norte do Paraná. No entanto, a perspectiva da frente pioneira diz respeito a um movimento no qual a presença dessas populações já fora superada, ignorando-se conjunturas regionais de conflitos e desajustes temporais¹⁴.

Por isso, é importante a discussão sobre a categoria de frente de expansão, proposta pelo sociólogo José de Souza Martins, em ensaio de 1995, publicado com outros textos de mesma autoria em livro de 1997. O pesquisador argumenta que as diferentes formas de ver/interpretar a fronteira dizem tanto a respeito de quem fala, quanto aos grupos observados, já que o vínculo dos pesquisadores com seus lugares sociais guia seu olhar a determinados aspectos constitutivos de um mesmo processo, cuja aparência são as transformações espaciais. Essa categoria permite

¹⁴ Pierre Monbeig não problematizou como os atores da franja pioneira – interpretada a partir de sua face já constituída, a fronteira econômica – potencializaram ou foram os responsáveis pela criação de frentes de conflitos. Essa perspectiva está, inclusive, presente no papel atribuído a natureza, que só pode ter função se transformada pelos agentes modernos: “as vantagens que, a determinada região, conferem uma topografia sem obstáculos, um clima acolhedor, solos virgens, constituem vantagens só em relação às necessidades dos pioneiros, aos seus hábitos e aos meios técnicos de que dispõem. Por mais bem dotada que seja, por mais rica que se apresente, uma zona ainda inatingida pelo movimento moderno, é em si mesma desprovida de virtude capaz de desencadear o avanço do desbravador e de assegurar o seu próprio aproveitamento econômico. As qualidades intrínsecas só existem na medida em que correspondem aos apelos e às possibilidades humanas. Ficariam elas adormecidas, como estiveram durante longos séculos de ocupação indígena, se o movimento colonizador não tivesse sido acionado por circunstâncias fortuitas” (MONBEIG, 1984, p. 93).

ao pesquisador designar o movimento socioambiental que se desloca espacialmente sem limites precisos, promovendo que grupos humanos se confrontem e ocorram transformações econômicas. Essa perspectiva evoca uma maior complexidade sócio histórica, se comparada a categoria de franja pioneira, pois as expansões das fronteiras nos territórios do interior do Brasil, além da reprodução ampliada do capital, assumem o papel de produção de meios de produção na frente de expansão (MARTINS, 1997).

José S. Martins parte de descrições sobre a existência, em diversos casos no Brasil, de duas fronteiras dentro de uma mesma área de expansão que, por seu movimento, nem sempre coincidem: a fronteira demográfica e a fronteira econômica. Na maioria dos movimentos de avanço de agentes do capital sobre territórios não demarcados juridicamente, pode ser notado um espaço de conflitos entre essas duas fronteiras:

[...] adiante da fronteira demográfica, da fronteira da “civilização”, estão as populações indígenas, sobre cujos territórios avança a frente de expansão. Entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica está a frente de expansão, isto é, a frente da população não incluída na fronteira econômica. Atrás da linha da fronteira econômica está a frente pioneira, dominada não só pelos agentes da civilização, mas, nela, pelos agentes da modernização, sobretudo econômica, agentes da economia capitalista (mais do que simplesmente agentes da economia de mercado), da mentalidade inovadora, urbana e empreendedora (MARTINS, 1997, p. 158).

É nesse sentido que a categoria frente pioneira, difundida por geógrafos na primeira metade do século XX, e recorrente na historiografia sobre expansões econômicas territoriais, não expressa a diversidade socioeconômica dos grupos que se encontram na fronteira. Ao se falar de frente pioneira, traz-se a percepção do movimento de reprodução ampliada do capital, localmente estruturada na produção de mercadorias a serem diretamente enviadas aos mercados mundiais. José S. Martins considera que:

[...] quando os geógrafos falavam de frente pioneira estavam falando de uma das faces da reprodução ampliada do capital: a sua reprodução extensiva e territorial, essencialmente mediante a conversão da terra em mercadoria e, portanto, em renda capitalizada, como indicava e indica a proliferação de campanhas de terras e negócios imobiliários nas áreas de fronteira em que a expansão assume essa forma. Nesse sentido, estavam falando de uma das dimensões da reprodução capitalista do capital (MARTINS, 1997, p. 156).

A categoria de frente de expansão traz para discussão os impactos sobre os grupos indígenas, que acabam pressionados a abandonar seus territórios e mesmo entrar em conflito entre si. As formas de relação com o meio, os diversos aspectos culturais e os contrastes entre os diversos povos indígenas são afetados pelo movimento da fronteira, criando um período de estranhamento, que marca o início de novos tempos. É decorrente da fronteira demográfica práticas de grilagem de terras, escravidão por dívida, peonagem, violência e extermínio, que se prolongam enquanto decadência nas formas de reprodução social desses grupos na frente de expansão (MARTINS, 1997).

O avanço territorial da fronteira econômica também afeta grupos camponeses que não possuem títulos oficiais das terras. Vivendo sempre além das últimas cidades e fazendas no interior, esses grupos se organizam em economia de excedentes, mudando suas redes de propriedades de acordo com ciclos de cultivo e pousio das terras e dos elementos ambientais de cada zona. Suas concepções de propriedade e direito são baseadas em costumes, e suas tradições, como manifestações religiosas, são reproduzidas por famílias que se organizam em uma teia a partir de um território de referência (MARTINS, 1997).

A interiorização das grandes fazendas e a divisão social do trabalho, força essas populações a migrarem em ritmos acelerados, distintos de suas migrações espontâneas. Para legitimar essa expulsão, quando não negada sua presença, o pequeno agricultor é visto como improdutivo e sem vínculos com a terra, migrante, fugindo da “civilização” e penetrando nas florestas por sua própria vontade. Por um lado, novas demandas econômicas e concepções de direito e poder passam a ser organizadas através do racionalismo econômico capitalista. Por outro lado, na frente de expansão, o Estado e o mercado não podem operar diretamente, favorecendo a peonagem e a coerção econômica. De acordo com José S. Martins:

Essa expansão é essencialmente expansão de uma rede de trocas e de comércio de que quase sempre o dinheiro está ausente, sendo mera referência nominal arbitrada por quem tem o poder pessoal e o controle dos recursos materiais na sua relação com os que explora, índios ou camponeses. O mercado opera através dos comerciantes dos povoados, com critérios monopolísticos, mediados quase sempre por relações de dominação pessoal, tanto na comercialização dos produtos quanto nas relações de trabalho (sendo aí característica a peonagem ou escravidão por dívida) (MARTINS, 1997, p.157).

Uma população atingida pela frente de expansão perde o espaço para sua organização social, seus membros acabam tragados pela lógica do dinheiro e da produção de mercadorias, tendo que se especializar na produção de bens determinados por uma lógica externa, perdendo o controle de seus próprios meios de existência. Esse novo ritmo marca o início de um tempo de lutas, no qual a redenção está no passado, e os elementos da modernidade aparecem como símbolo do mal. Diferentemente da lógica modernizante, externa e, ao mesmo tempo, impactando essas populações, a tradição e o imaginário se tornam mais decisivos em suas práticas, como forma de explicar seus dramas. Esse apego às tradições acaba servindo de base para que agentes modernizantes representem o estranhamento social imposto a essas populações unicamente como atraso e decadência (MARTINS, 1997).

De acordo com José S. Martins, a interação conflituosa entre grupos indígenas, camponeses e agentes diretos e indiretos do capital impõem relações sociais fundadas no estranhamento e na incapacidade de entender o “outro”: a *contemporaneidade na diversidade*. Nesse sentido:

A fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso que faz dela uma realidade singular. À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não é só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História (MARTINS, 1997, p.151).

Para os agentes da modernização, a incapacidade de entender ou aceitar culturas diferentes é metamorfoseada como incapacidade ou atraso econômico do “outro”. Essa diferença acaba com a sobreposição territorial da fronteira econômica sobre a demográfica, que continua a existir mais além, no interior. Para essas populações forçosamente integradas:

A fronteira só deixa de existir quando o conflito desaparece, quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política, quando o *outro* se torna parte antagônica do *nós*. Quando a História passa a ser a *nossa História*, a História da nossa diversidade e pluralidade, e nós já não somos nós mesmos

porque somos antropofagicamente nós e o outro que devoramos e nos devorou (MARTINS, 1997, p. 151, grifos do autor).

Por outro lado, em períodos de superação da situação de frente de expansão, as mudanças defendidas pelos agentes modernizantes, ou efetivamente impostas pela fronteira econômica, não necessariamente produzem realidades regionais opostas ao que existia e efetivamente em sintonia com os grandes centros¹⁵. Em muitos casos, essas frentes podem regredir, quando estão ligadas a extrativismos ou a produção de mercadorias que dependem de demanda e remuneração favorável na conjuntura econômica mundial – como na produção de borracha no interior da Amazônia, no início do século XX. Em outros casos, quando efetivamente desenvolvidas cidades e redes de comunicação, continuam a existir traços diretos das populações indígenas e, principalmente, das populações camponesas, que continuam a fazer parte dessa sociedade, ainda que com diferentes graus de fragmentação e reajustes socioeconômicos. Nesse aspecto, traços culturais, como arcaísmos religiosos, permanecem residualmente entre os espaços de domínio das cidades e fazendas capitalistas (MARTINS, 1997).

Na frente de expansão, além de grilagem de terras, a superexploração da força de trabalho, através de práticas como trabalho familiar, trabalho por temporadas e escravidão por dívida, constituem elemento de acumulação primitiva – acumulação de capital por espoliação. Diferente da reprodução de capitais investidos na compra de fazendas já formadas, na frente de expansão ocorre a produção não capitalista de meios de produção. Para José S. Martins, além da perspectiva de que é necessário reivindicar um território devoluto e especular à espera de redes de comunicações e compradores, a própria conquista territorial fornece um elemento para futura integração: a mão de obra de atores que antecedem a fronteira econômica (MARTINS, 1997).

Nesse ponto, é importante voltar a um outro texto de José S. Martins, “O cativo da terra”, que abordou as relações de trabalho especificamente no contexto paulista. Na pesquisa ficou demonstrado como a utilização do trabalho parcialmente

¹⁵ Para José S. Martins, a modernização é um movimento de integração populacional e territorial desigual e própria da lógica do capital: um todo desigual, no qual o centro desenvolvido necessita da periferia subdesenvolvida. Nessa perspectiva, a modernização e o desenvolvimento econômico continuam a operar em conjunto com a superexploração da força de trabalho e a pobreza (MARTINS, 1997; 2010).

não remunerado de grupos despossuídos de seus territórios na fronteira foi utilizado por fazendeiros na derrubada das florestas e criação de fazendas. Além da produção nas fazendas já estabelecidas, o avanço sobre as terras do oeste paulista possibilitou também a reprodução de capital por fazendeiros que não necessariamente produziam ou comerciavam café. Uma propriedade, e não somente o terreno, constituída com muito pouco dispêndio de capital, poderia ser vendida a um preço que permitia ao dono de uma gleba duplicar seu capital em poucos anos, sem sequer ter produzido mercadorias em níveis significativos (MARTINS, 2010).

Ao adquirir a uma baixo preço uma gleba de terra em floresta, distante dos centros de serviços, o fazendeiro aproveitava o deslocamento forçado do “caipira” impelindo-o a atuar no desmatamento e na formação da fazenda – temporada. Depois de cumprida a tarefa, esse desmantelava seus ranchos e partia rumo a uma nova fronteira, e o trabalho na fazenda era entregue aos colonos imigrantes. Durante cerca de cinco anos, o colono cuidava dos novos cafeeiros praticamente gratuitamente, tendo em troca um pequeno pagamento em dinheiro, mas, principalmente, a autorização para plantar, entre os novos pés de café, suas culturas de subsistência. O pouco café produzido nesse período servia para sanar as necessidades financeiras do fazendeiro; mas restava-o uma fazenda formada, produzindo cada vez mais, e progressivamente mais servida pela expansão da rede de comunicações (MARTINS, 2010).

2 CONQUISTA DOS TERRITÓRIOS DO MÉDIO PARANAPANEMA

A proposta desse capítulo é analisar como a historiografia explica o processo de conquista e integração econômica direta das terras em torno do médio Paranapanema – uma das frentes de interiorização dos “agentes modernos”. Para isso, serão discutidas algumas pesquisas sobre a apropriação territorial da “região do vale do Paranapanema” e integração econômica da “região da Alta Sorocabana” – que, em aspectos gerais, representam um mesmo território. Visa-se discutir como esse processo se desenvolveu no médio Paranapanema paulista¹⁶, a área central do vale (Figura 3), cujos elementos de formação histórica serviram de base para a conquista/integração das áreas ao redor, como parte do norte do Paraná.

Nessa pesquisa, “região do vale do Paranapanema” e “região da Alta Sorocabana”, enquanto objetos recorrentes em recortes para análises historiográficas sobre a conquista da natureza, a economia cafeeira e a formação dos municípios, serão interpretadas como “regiões subjetivas”. Ainda que muitas pesquisas busquem alguma objetividade em recortes espaciais¹⁷, como um grupo de municípios ou em trecho do vale, a ideia principal de região acaba sendo subjetiva: a região que se constituiu e foi resignificada ao longo do tempo, convertendo-se em uma memória social. Ao se falar em “região do vale do Paranapanema” nesse contexto histórico, evoca-se principalmente a margem paulista do rio, a área em

¹⁶ Médio Paranapanema aqui refere a área de matas em torno do rio entre a cachoeira de Jurumirim e a cachoeira de Salto Grande. Essa delimitação da área está ligada às características do movimento histórico analisado e das próprias divisões referidas pelos seus agentes históricos – e não a delimitação político administrativa atualmente utilizada. Atualmente, essa área corresponde aos municípios: Bernardino de Campos, Campos Novos Paulista, Canitar, Chavantes, Fartura, Ipaussu, Manduri, Óleo, Ourinhos, Piraju, Ribeirão do Sul, Salto Grande, Santa Cruz do Rio Pardo, São Pedro do Turvo, Sarutaiá, Tejupá, Timburi.

¹⁷ Não é possível traçar limites objetivos para o que seria a região do vale do rio Paranapanema, haja visto a diversidade ambiental correspondente a bacia hidrográfica do rio Paranapanema, que na margem paranaense e, principalmente, paulista se estende por centenas de quilômetros em diferentes formações geológicas, cruzando campos, serras e matas. Por outro lado, a perspectiva de “região da alta Sorocabana”, zona que se prolonga entre Botucatu até as margens do rio Paraná, generaliza um processo histórico de conquista e integração econômica com transformações conjunturais ao longo de várias décadas. Mesmo a divisão a partir das zonas cafeeiras não pode ser aceita, uma vez que, ao se definir médias produtivas da cultura do café por municípios, os resultados dos grandes centros produtores acabam sendo rebaixadas por municípios de culturas variadas e produtividade cafeeira reduzidas, além da diferença temporal de décadas entre o pico produtivo de ambas as extremidades desse traçado da ferrovia.

torno de Piraju, Santa Cruz do Rio Pardo e Salto Grande¹⁸, onde investiga-se principalmente as transformações ambientais e os conflitos territoriais. Quanto a “região da Alta Sorocabana”, é mais recorrente nos textos sobre a economia cafeeira e a linha férrea (ver Figura 2) enquanto elementos de transformação espacial.

¹⁸ Seria complexo e confuso enunciar em cada momento ao longo do texto a designação administrativa desses núcleos populacionais (bairros, vilas, cidades, municípios). Por isso, muitas vezes, será aqui usada genericamente a designação “cidade”.

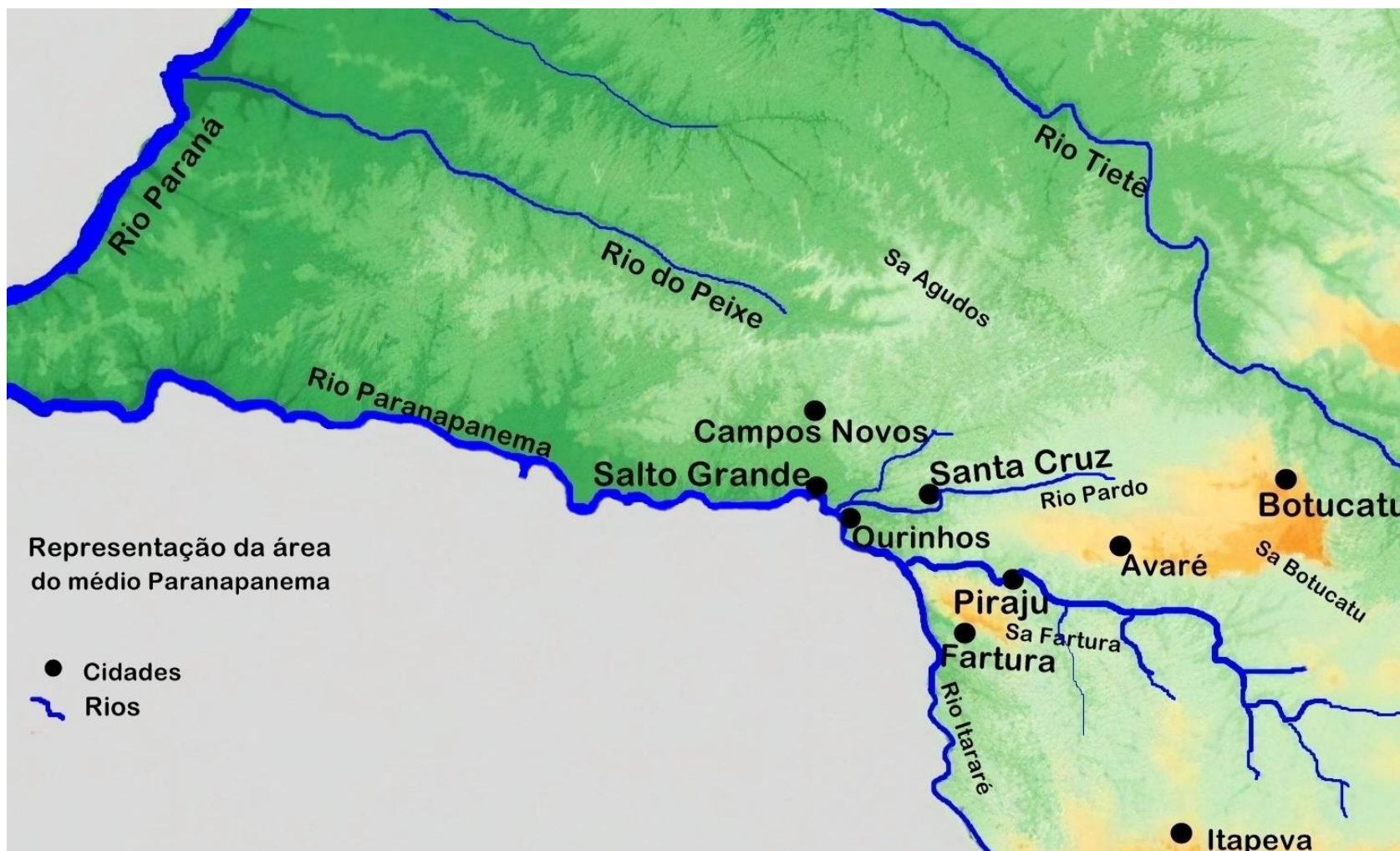


Figura 3: Representação da área do médio Paranapanema

Fonte: Elaboração própria – adaptado de Modelo Digital de Elevação de São Paulo - CATI/Governo do Estado de São Paulo.

Até meados do século XIX, os núcleos populacionais não indígenas se estendiam até a formação geológica Depressão Periférica, na porção oriental do território paulista¹⁹. Além da falta de incentivos e da baixa densidade demográfica, para as populações paulistas interiorizar-se para oeste significava transpor as Cuestas Basálticas²⁰, uma extensa faixa de serras que cortava esse território no sentido norte/sul, e que, em geral, marcava o limite com a maioria dos territórios indígenas nesse período. A formação das cuestas poderia variar localmente desde altas escarpas até acidentes menos elevados, onde grandes rios, como o Tietê e o Paranapanema, penetravam para cortar o Planalto Ocidental Paulista e desaguar no rio Paraná (MACHADO, 2014).



Figura 4: Esboço Geomorfológico do estado de São Paulo

Fonte: Mantesso-Neto et al., 2013.

¹⁹ As formas geológicas expostas no relevo existentes no estado podem ser divididas nas seguintes unidades geomorfológicas: Planície Costeira, Planalto Atlântico, Depressão Periférica, Cuestas Basálticas e Planalto Ocidental (MACHADO, 2014).

²⁰ Em São Paulo, as Cuestas Basálticas constituem uma faixa de serras de origem vulcânica, que separa a Depressão Periférica do Planalto Ocidental. Ocorrem em uma linha que se estende de sudoeste a norte do estado, com altitude que pode variar de 600 a 1000 m (BÉRGAMO; ALMEIDA, 2006).

Nesse contexto, também é preciso apontar a importância dos elementos ambientais constitutivos do território paulista e do norte do Paraná: uma zona de encontros vegetais, onde o clima subtropical favoreceu o desenvolvimento dos biomas Cerrado²¹ e, principalmente, Mata Atlântica do Interior (Floresta Estacional Semidecidual)²². Na perspectiva do ser humano, isso facilitava um diversificado extrativismo de vegetais e animais, proporcionando ainda que diversas culturas alimentares pudessem ser cultivadas em uma mesma área e a expansão de criatórios a partir das áreas de campos. Esse foi um dos fatores determinantes para que nas terras do oeste paulista fossem desenvolvidas extensas plantações de cafeeiros a partir da segunda metade do século XIX (DEAN, 1996).

²¹ O Cerrado paulista foi historicamente chamado de “campos”, devido às áreas onde se caracteriza por plantas de menor estatura. As plantas desse bioma podem ser divididas entre cinco estratos, os quais mudam de acordo com as características pedológicas, climáticas e evolutivas. Segundo Warren Dean, o cerrado apresenta tipos de solo com baixa capacidade de armazenamento de água, baixa fertilidade natural e acidez elevada. Mesmo assim, o bioma é bastante rico em biodiversidade, dispondo de variada flora e fauna. Sua presença em terras paulistas ocorria ao lado das matas, marcando uma transição sutil entre esses biomas (DEAN, 1996, p. 27,48). Ainda que na área em torno do alto rio Itararé tenha realmente predominado campos, excetuando-se as áreas de matas, a maior parte do território do interior paulista era constituído pelo Cerrado (PEREIRA, 2009). No entanto, nas fontes analisadas e na historiografia, esses cerrados foram representados como campos – o que está inclusive presente em elementos da toponímia regional. Por isso, usarei aqui generalizadamente sempre o termo “campos”.

²² Predominante no território ao norte do Tópico de Capricórnio, a Mata Atlântica do Interior, que possuía uma composição variada, era penetrada por campos e cerrado. O clima variava de tropical para subtropical, com níveis pluviométricos que diminuía no interior (com duas estações de chuva bem demarcadas), mas cujo alto índice de humidade se mantinha nas matas ao longo dos grandes vales e nas encostas das serras (PEREIRA, 2009).

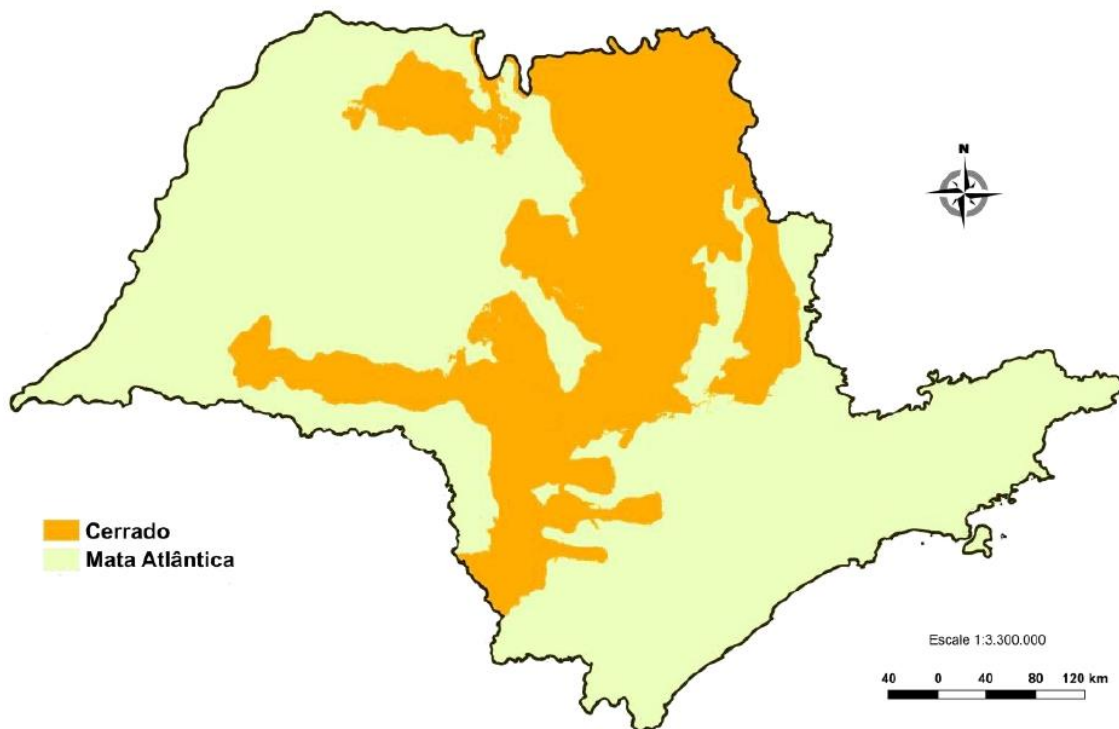


Figura 5: Domínio dos biomas do estado de São Paulo

Fonte: SOSMA/INEP, 2018.

Quando se intensificou o aumento demográfico e as demandas por territórios, a partir de meados do século XIX, essas diferenças no relevo, o percurso dos rios²³ e a vegetação, além das regionalizações dos grupos indígenas, impunham que rotas de penetração rumo ao interior fossem desenvolvidas. Essa estruturação dos elementos geográficos e a valorização de seus elementos produziram “franjas” de conquista e integração do interior paulista – frentes de expansão. Por isso, pontos estratégicos se tornaram conhecidos como bocas do sertão: “sertão de Itapeva, “sertão de Botucatu”, “sertão do Paranapanema” (MONBEIG, 1984).

Viajantes e posseiros que se aventuravam além dos campos (bioma Cerrado) de Itapeva e do reverso das cuevas de Botucatu adentravam uma área que ficou conhecida como “região do vale do Paranapanema”. Essas rotas convergiam para a zona central do vale: uma extensa faixa de matas fechadas, rodeada por campos e

²³ Os principais rios do interior do estado de São Paulo: Rio Grande, limite político com Minas Gerais; rio Itararé, divisão sudoeste com o Paraná, até desaguar no Paranapanema; rio Paranapanema, que faz toda a divisão com o Norte do Paraná, até desaguar no rio Paraná; rio Tietê, que cruza quase todo o estado no sentido leste/oeste; rio Paraná, que corresponde a bacia que recebe os demais rios.

serras e cujos limites hostis relativamente demoraram a ser reconhecidos por esses agentes. A partir das últimas décadas do século XIX, criou-se um conjunto de representações sobre a área em torno do médio Paranapanema, que foi apresentada como um lugar perigoso e de limites incertos, mas rica em elementos ambientais e com futuro potencial econômico.

Um dos pontos de penetração nessa mata se estendia até a cachoeira de Salto Grande. A maior cachoeira do Paranapanema dividia parte do trecho seguinte do rio em dois braços e impunha um obstáculo àqueles que o navegassem. Canoeiros que desciam em direção ao rio Paraná precisavam fazer um trabalhoso contorno por terra e estabelecer pouso às margens do rio. Ao mesmo tempo, para aqueles que descessem pelas margens dos rios Pardo-Turvo²⁴ e Novo, ambas as fozes alcançavam, a área de Salto Grande – o que também poderia significar uma diversidade maior de pesca.

Os rios eram uma expressão da contraditória relação entre os seres humanos e o meio ambiente. Por um lado, nas terras baixas, a umidade e águas paradas constituíam os ingredientes ideais para o desenvolvimento de insetos e microrganismos transmissores de doenças aos seres humanos. As principais doenças das beiras de rios e matas, na época conhecidas como maleitas, eram verminoses, disenteria, beribéri, lepra, chagas, amarelão, bicho de pé e, principalmente, a malária. Por outro lado, também havia a necessidade de localização espacial, locomoção, pesca e abastecimento de água. Por isso, vilas eram fundadas em áreas altas próximas aos rios ou em margens de trechos encachoeirados, onde a movimentação das águas impedia o desenvolvimento de transmissores de doenças.

O rio Paranapanema²⁵ simboliza os atuais limites políticos entre os estados de São Paulo e Paraná, desde a foz do rio Itararé, no sudoeste paulista, até o extremo oeste, quando desagua no rio Paraná. Esse rio desenvolve-se no sentido leste-oeste e possui a extensão de cerca de 929 Km. A parte superior de seu curso corta área de predomínio natural de campos, na Depressão Periférica Paulista, onde o principal afluente é o rio Itapetininga (RUBIO, 2014).

²⁴ Não confundir com os rios Pardo e Turvo da bacia do Rio Grande.

²⁵ Na língua Tupi Guarani “Paranapanema” significa “rio improdutivo”.



Figura 6: Representação das bacias hidrográficas do estado de São Paulo

Fonte: Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo, 2019.

Quando entra no reverso das cuestas da Serra de Botucatu e da Serra da Fartura, desde a cachoeira do Jurumirim, nos limites leste do atual município de Piraju, o rio se estende por um trecho encachoeirado até superar a cachoeira de Salto Grande, já no Planalto Ocidental: é o trecho que está aqui sendo classificado como médio Paranapanema²⁶. Nesse trecho, recebe o rio Itararé, afluente da margem esquerda, que desce da Depressão Periférica, o Pardo e seu afluente, o Turvo, que descem do reverso das cuestas de Botucatu, e o Novo, que desce dos campos do espigão (interflúvio)²⁷ que divisa as nascentes do Rio do Peixe. Superado a descida em meio ao relevo acidentado do reverso da Serra da Fartura²⁸, principalmente na área de Piraju, o relevo além das margens estende-se suavemente até os espigões pouco acidentados do Planalto Ocidental. Toda a porção média do vale do rio Paranapanema e a porção inferior do Itararé é uma zona de ocorrência natural do bioma de Mata Atlântica do Interior. O solo predominante é o de latossolo vermelho, de formação basáltica, conhecido como terra roxa apurada (OLIVEIRA et al.; 1999; PEREIRA, 2009; RUBIO, 2014).

²⁶ Traçando-se uma linha reta, esse trecho corresponderia a cerca de 90 km. Atualmente, o Paranapanema possui um total onze barragens de usinas hidroelétricas, das quais seis são no médio Paranapanema, entre os municípios de Piraju e Salto Grande. O fato de o rio descer apertado entre ao relevo das margens e a composição geológica basáltica favoreceram esses represamentos (MACHADO, 2014; RUBIO, 2014).

²⁷ Espigão é o termo usado para descrever a área mais elevada de uma bacia hidrográfica, servindo de divisor entre uma bacia e outra. O termo atualmente utilizado é Interflúvio. No entanto, como a maior parte da historiografia consultada usa o termo espigão, para não confundir a exposição usarei esse termo.

²⁸ A Serra da Fartura, com altitudes que variam de 600 a 900 m, é uma exposição das Cuestas Basálticas (entre a Depressão Periférica do Planalto Ocidental) e divide parte dos vales dos rios Itararé e Paranapanema (BÉRGAMO; ALMEIDA, 2006). Atualmente, na Serra da Fartura, entre os municípios de Fartura e Piraju, existem os municípios Timburi, Sarutaiá e Tejupá.

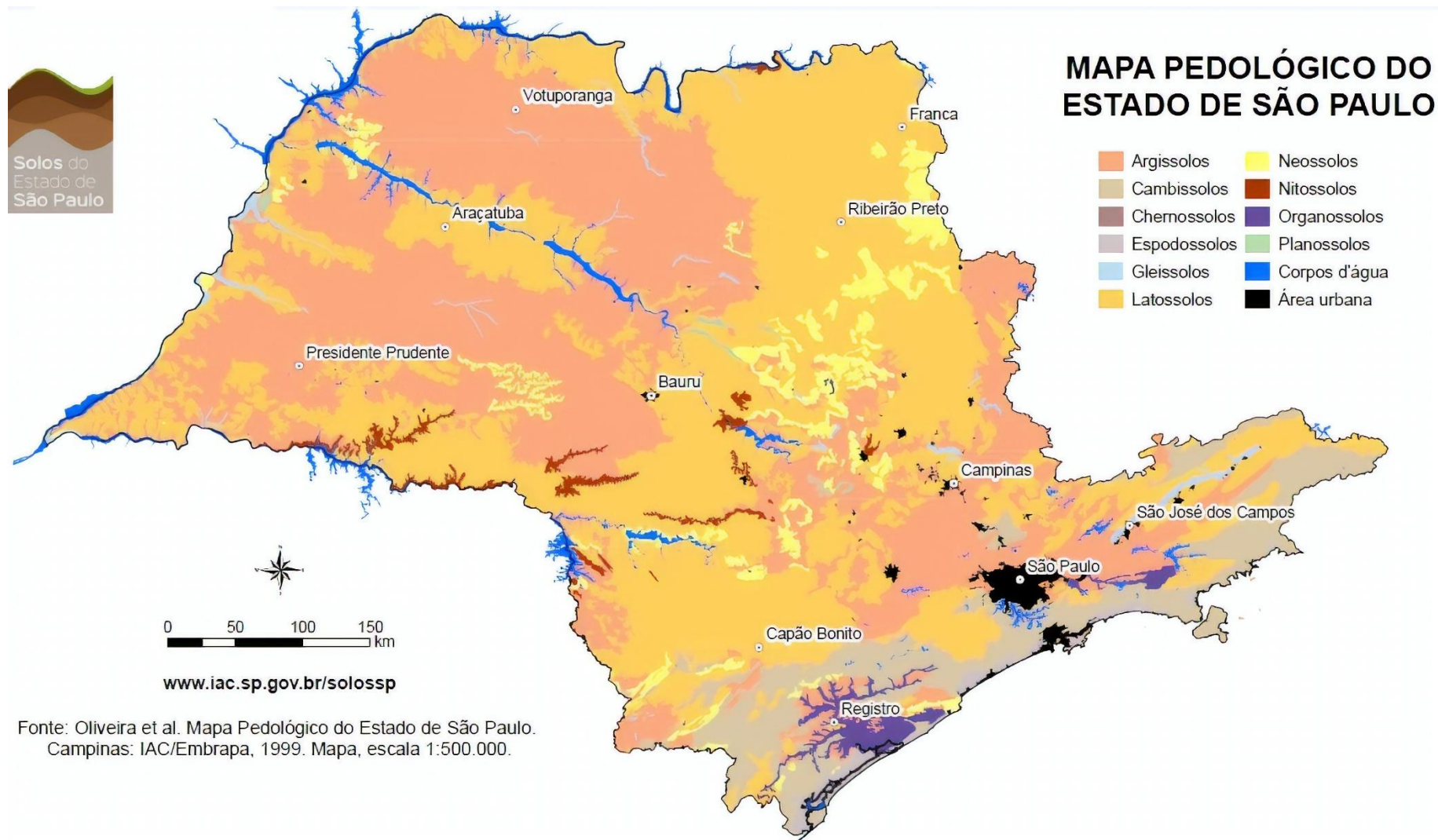


Figura 7: Mapa Pedológico do Estado de São Paulo

Fonte: Oliveira et al., 1999.

No trajeto do baixo Paranapanema, destacam-se os afluentes da margem paranaense, como o Rio das Cinzas e o Tibagi, onde a faixa de matas é (foi) mais extensa e o predomínio da terra roxa é ainda mais abrangente. Nas margens paulistas, abaixo da cachoeira de Salto Grande, o rio corre ainda no vale coberto por mata em terra roxa, perpendicularmente ao espigão de formação sedimentar que o separa do Rio do Peixe. A faixa de campos, que se estende pelo espigão desde o reverso das cuestas de Botucatu, se comprime até terminar frente a mata que ocorre continuamente entre os rios Paranapanema e Tietê (OLIVEIRA et al.; 1999; PEREIRA, 2009; RUBIO, 2014).

2.1 Indígenas e senhores de terras no Paranapanema

Visa-se nesse tópico problematizar a pressão exercida por fazendeiros, seus agentes e grupos de pequenos produtores sobre os grupos indígenas²⁹ no médio Paranapanema, a partir da segunda metade século XIX. Por isso, será discutido como esses três tipos agiam no meio ambiente e organizavam sua economia em conjunturas de encontros populacionais na frente de expansão.

A partir da década de 1840, exploradores brancos penetraram nos campos de Itapeva/Itararé, na porção sul da Depressão Periférica Paulista, e passaram a reconhecer e “liberar” territórios indígenas nas bacias dos rios Itararé e Paranapanema. Organizados a partir de grandes fazendas de criação de muaras que se estendiam até os Campos Gerais, no território do atual Paraná, os “senhores de terras” iniciaram o efetivo processo de transformação dos territórios indígenas.

Essa penetração ocorria pelos campos, pois, além de ser mais fácil a circulação e reconhecimento, nesses terrenos, mulas, cavalos e bois poderiam ficar soltos, poupando o trabalho de derrubar matas e cuidar de pastos. Inicialmente, os territórios mais distantes dos centros produtivos, além das áreas em matas, eram uma reserva de valor para a integração econômica futura; por isso, práticas como queimar os campos eram uma forma de reivindicar tais posses. Nos terrenos onde desenvolvia-se alguma atividade econômica, as queimadas anuais serviam para

²⁹ Em relação aos povos indígenas, que viviam nesse território, geralmente seminômades, conceitos como “ocupar” e “posse” devem ser relativizados, pois as designações socioculturais que essas terminologias representam não explicitam as relações que esses possuíam com seu meio.

acabar com a vegetação mais alta e as plantas e insetos considerados pragas, facilitando a pastagem dos animais, além de renovar o capim. Como não havia motivo para conter essas queimadas, o fogo se espalhava pelas terras ainda não ocupadas e nas orlas das matas, favorecendo a gradual penetração dos criadores (DEAN, 1996, p. 218)³⁰.

Lúcio Tadeu Mota pesquisou sobre as populações indígenas que ocupavam e disputavam entre si e com os “brancos” os territórios da bacia do rio Paranapanema, ao longo do século XIX³¹. Entre as décadas de 1840 e 1860, intensificou-se um processo de interiorização de grupos de “brancos” na parte alta do rio Paranapanema, no alto rio Itararé e no médio Rio Tibagi: pontos estratégicos para a conquista dos territórios em matas no entorno. Para possibilitar essas entradas em territórios indígenas, senhores de terras organizaram arranjos com os grupos indígenas, influenciando na intensificação de conflitos tribais que já ocorriam anteriormente (MOTA, 2007).

Segundo Lúcio T. Mota, as populações indígenas que viviam nessas terras eram, no tronco linguístico Macro-jê, os Kaingang e Xokleng e, no tronco linguístico Guarani, os Kaiowá. Os grupos falantes da língua Guarani ocupavam os vales dos grandes rios do interior, como o Itapetininga, alto Paranapanema, Itararé e Tibagi, enquanto que os Kaingang e Xokleng ocupavam as regiões mais altas nos interflúvios (espigão) desses rios, nos Campos Gerais do Paraná e no território entre o rio do Peixe e o rio Tietê (MOTA, 2007).

Em meados do século XIX, grupos de fazendeiros criadores e especuladores de terras passaram a se relacionar com povos Guarani-Kaiowá que ocupavam

³⁰ Segundo Warren Dean: “as repetidas e frequentes queimadas de pastos nativos constituíam uma grave ameaça às orlas interiores e mais secas da Mata Atlântica. O écotono consistia tipicamente de florestas de galeria – longos tentáculos de floresta beirando os cursos d’ água – e de capões de mato. Eram vulneráveis à invasão do fogo porque o capim penetrava suas bordas. Por isso, o gado vagava satisfeito por esses refúgios sombreados, pastando a grama que cobria o solo, principalmente os brotos de bambu, favorecidos pela sombra. Cavalos e mulas também entravam, para mascar as cascas dos troncos das árvores. Os pecuaristas valorizavam os solos dessas faixas de florestas, que tendiam a secar menos nos meses de inverno, quando muitos de seus animais morriam por falta de forragem e quando estavam empreendendo longas jornadas até o mercado; por isso, frequentemente as queimavam” (DEAN, 1996, p. 219).

³¹ É importante lembrar que não estão sendo abordados aqui a constituição de aldeamentos e da Colônia Militar Jatahy, nas margens do Rio Tibagi e nem a conjuntura econômica do sul do Mato Grosso. Também não estão sendo investigadas as movimentações desses grupos indígenas anteriores ao século XIX.

territórios ocidentais da bacia do rio Paranapanema. O principal desses fazendeiros, o Barão de Antonina³², se especializou em reconhecer e conquistar territórios, negociar terras e serviços dos povos indígenas e mediar a relação do Império com os administradores de aldeamentos que foram constituídos. A partir da demanda por terras, esses fazendeiros passaram a se utilizar das disputas territoriais entre os povos indígenas para tentar empurrar os Kaiowá em direção ao rio Tibagi e aos territórios ocupados pelos Kaingang. De acordo com Lúcio T. Mota:

[...] as populações brancas aproveitavam da guerra tribal entre Kaingang e Kaiowá para expandirem suas conquistas e apossarem-se das excelentes terras dos vales dos rios Paranapanema e Itararé. Por isso o empenho do Barão de Antonina junto ao governo provincial de São Paulo para conseguir recursos que viabilizassem a fixação dos Kaiowá cada vez mais no interior dos territórios dos Kaingang (MOTA, 2007, p. 55).

Nesse período, a partir de Itapeva, coronéis de terras organizavam expedições para descer os rios Itararé e Paranapanema, até o rio Paraná, com intuito de adquirir controle de territórios e arregimentar indígenas como mão de obra. Terras mais acessíveis e controladas foram registradas por agricultores que comercializavam mantimentos nas vilas e nas rotas dos criadores. Porém, muitas posses reivindicadas nem sempre eram integradas economicamente, devidos às distâncias dos centros, das rotas comerciais e de conflitos (MOTA, 2007).

A partir das demandas por liberação desses territórios e da utilização da força de trabalho indígena, o Império constituiu aldeamentos para aglomerar os grupos Kaiowá que dominavam as terras em torno do alto e médio Paranapanema e seus afluentes. Às margens do rio Itararé, foi constituído o aldeamento de São João Baptista do Rio Verde, em 1845, e na seção superior do médio Paranapanema (início da área encachoeirada do rio) foram criados os aldeamentos de São Sebastião do Piraju, em 1854, e o de São Sebastião do Tijucu Preto, 1865 (MOTA, 2007).

³² Segundo Dora S. Corrêa, o Barão de Antonina “era um invasor do sertão, um apossador de terras e demarcador de fazendas. Seu interesse pelos índios não estava tanto na utilização de sua força de trabalho agrícola ou doméstico, e sim em agrupá-los em áreas restritas e apossar-se de suas terras liberadas. Colocava-os como vigias em suas propriedades e utilizava-os como proteção contra grupos considerados hostis” (CORRÊA, 2013, p. 173).

Nas décadas que se seguiram à construção desses aldeamentos, as terras das partes média e baixa do rio Paranapanema, zona de predomínio da Mata Atlântica do Interior, eram praticamente inacessíveis por terra, salvo pontos estratégicos, como os aldeamentos no médio Paranapanema, nas proximidades dos campos, e a foz do rio Tibagi, que era navegado por pequenas embarcações com destino ao rio Paraná. A cachoeira do Salto Grande era o ponto de referência mais isolado nas matas do vale, onde os indígenas se instalaram por terem sido empurrados pelos não indígenas a partir da década de 1860. Lúcio T. Mota afirma que:

Apesar de criado por lei, o aldeamento dos Kaiowá no rio Paranapanema, nas imediações de Salto Grande, não chegou a ser transformado em aldeamento oficial do Império. Ele continuou, por um bom tempo, como território dos Kaiowá que ali mantinham seu modo de vida antigo apesar dos seus contatos com as populações brancas que estavam ocupando o vale do Paranapanema (MOTA, 2007, p. 65).

Porém a política de aldeamentos não resultou em estabilidade para os grupos indígenas de ambos os aldeamentos, que passaram cada vez mais a sofrer com o estranhamento social, doenças, diminuição de suas terras e em conflitos com os não indígenas. Como os aldeamentos no Paranapanema deixaram de existir na década de 1860, muitos desses indígenas acabaram se dispersando e se refugiando no baixo Paranapanema e em terras no norte do Paraná. Enquanto o território do aldeamento de São Sebastião do Piraju e o de São Sebastião do Tijuco Preto foram completamente reocupados por não indígenas, os remanescentes do aldeamento de São João Baptista do Rio Verde continuaram a ocupar uma parte que conseguiram manter do que teria sido o território original.

Dora S. Corrêa pesquisou discursos de agentes das elites político-econômicas sobre as transformações socioespaciais efetuadas em torno de uma área de matas próxima ao rio Itararé, na porção sul da Depressão Periférica Paulista. A atuação de fazendeiros e seus agentes implicou na expulsão de indígenas ou em sua redução a aldeamentos, além de liberar territórios que passaram a ser ocupados também por pequenos posseiros. A historiadora investigou como os elementos ambientais, como os campos e as matas, foram significados e apropriados pelos grupos humanos – indígenas, posseiros e

fazendeiros – que se relacionaram nesse período. As gradativas transformações socioeconômicas em uma mesma área implicaram na sobreposição de representações sobre o espaço e, conseqüentemente, a consolidação de memórias que as legitimaram (CORRÊA, 2013).

A inicial interiorização na ocupação não indígena do território do rio Itapetininga e das cabeceiras dos rios Itararé e Paranapanema se desenvolveu a partir da segunda metade do século XVIII, em consequência da criação de caminhos nas áreas de campos e solicitação de sesmarias para transporte, internada e criação de muares, os quais eram usados como meio de transporte de pessoas e produtos. Nesse século, na capitania de São Paulo, que passava por uma estagnação agrícola, fazendeiros especializaram-se no comércio de muares entre o sul do Brasil e a região de Minas Gerais. Com a constituição de feira de muares de Sorocaba, as fazendas de internada e os caminhos em torno da porção sul da Depressão Periférica Paulista foram estendidos pelo Caminho do Viamão aos Campos Gerais do território do atual Paraná.

Esses agentes que se interiorizavam demandavam pelos campos, e as matas eram evitadas, pois, além do temor da presença dos grupos indígenas, nos territórios mais distantes dos centros não era economicamente viável derrubar as árvores para a plantação de alimentos. Por isso, senhores de terras penetraram pelos campos em direção ao rio Itararé e evitaram as matas de ambas as margens do rio Paranapanema. Dora S. Corrêa aponta que:

Até o começo do século XIX, a ocupação não aconteceu obrigatoriamente nas zonas ainda cobertas de matas, onde se acreditava serem as terras mais férteis. Ao longo da estrada que ia até o Viamão, os campos foram procurados e as matas, consideradas perigosas por esconderem o índio, desprezadas. A agricultura de exportação era ali economicamente inviável pela distância, pelo mercado, pelos custos de sua instalação e manutenção. Para se estabelecer no sertão, o desmatamento requeria muitas mãos além de muitos homens armados para assegurar os terrenos invadidos das tentativas de reconquista por parte dos indígenas (CORRÊA, 2013, p. 54)

A partir desse impulso comercial, e cada vez mais em demanda por titulações de novos territórios, em reflexo da Lei de Terras de 1850 e do crescimento econômico de São Paulo, em meados do século XIX, fazendeiros, como o conhecido Barão de Antonina, gradativamente passaram também a se especializar em liberar

territórios dos povos indígenas, que, quando não mortos ou expulsos, eram utilizados como mão de obra. A partir de Itapeva, expedições foram organizadas para descer os rios Itararé e Paranapanema até o rio Paraná e estabelecer contatos com os grupos não indígenas fixados às margens do rio Tibagi e no Mato Grosso. Desenvolveu-se o controle das matas no baixo Itararé e no médio Paranapanema, onde grupos indígenas passaram a ser aldeados. Nessa área, o Império construiu o aldeamento de São João Baptista do Rio Verde, às margens do rio Itararé e o de Piraju, no médio Paranapanema – separados pela Serra da Fartura (CORRÊA, 2013).

Concomitantemente, populações de pequenos produtores posseiros que se interiorizaram pelo centro da província, em sentido ao oeste e ao noroeste, também acompanharam a atuação de criadores, negociantes de terras e dos aldeamentos nas margens dos rios Itararé e médio Paranapanema, inicialmente se integrando a esses domínios, mas, gradativamente, se apossando de novos territórios. Nas últimas décadas do século XIX, atuando como posseiros de pequenas glebas, grupos desceram as margens do rio Itararé (sudoeste paulista) e passaram a se estabelecer em territórios onde matas predominavam, ao redor da Serra da Fartura e nas proximidades do, então, decadente aldeamento de Piraju. As áreas de matas, por serem mais produtivas, eram queimadas e utilizadas para cultivo de alimentos e criação de suínos, apesar de, em seu interior, temidas pela possível presença dos grupos indígenas (CORRÊA, 2013).

Devido a distância das cidades e das rotas comerciais, além do próprio caráter de baixa produtividade praticada por esses posseiros, essas terras não podiam ser integradas a uma economia mais dinâmica que se desenvolvia na província. Além disso, a relativa pobreza monetária desses produtores os desestimulava a titular as terras, sendo mais prático avançar seus domínios pelas bordas das matas, onde o Estado e as demandas territoriais de grandes fazendeiros não implicavam em sua expulsão imediata. De acordo com Dora S. Corrêa, diferentemente dos fazendeiros, esses pequenos produtores não se apossavam das terras como reserva de valor ou para acumulação:

A zona onde se localiza, grosso modo, o atual município de Itaporanga foi efetivamente povoada por lavradores que acompanharam a entrada do Barão de Antonina, depois de os índios

terem sido expulsos ou aldeados. Esses lavradores não descendiam de invernadores de gado nem de negociantes; originavam-se de famílias de agricultores e vinham criar suínos produzir milho ou algodão, se pudessem, como aconteceu com os que se localizaram além da Serra da Fartura, na vertente oeste da cuestas, onde plantariam café (CORRÊA, 2013, p. 88).

Nas últimas décadas do século XIX, com a queda na demanda por muares, devido a interiorização das vias férreas, com a valorização de territórios em matas para a futura plantação de café, com a entrada de imigrantes europeus enquanto força de trabalho, as demandas por campos de invernada e as políticas de aldeamentos perderam força (CORRÊA, 2013, p. 70). O movimento de interiorização a partir das entradas dos criadores pelos campos do sudoeste paulista passou a ser reorganizado nas cidades que existiam a partir do sul da Serra da Fartura, como Itaporanga, em torno de uma economia diversificada, como a alimentos para o mercado interno e algodão.

A partir da última década do século XIX, a abertura de fazendas cafeeiras em Botucatu e a possibilidade de as expandir pelo reverso dos cuestas, em direção ao rio Paranapanema, desestimularam os vínculos políticos e econômicos das povoações que se formavam no médio Paranapanema, como Fartura, Piraju e Salto Grande, com aquelas que viviam ao sul da Serra da Fartura, como Itaporanga. Dora S. Corrêa afirma que, por conta de aspectos climáticos, o Trópico de Capricórnio demarca, a grosso modo, o limite até onde a cafeicultura de exportação conseguiu avançar, sendo a referida serra o encontro de diferentes frentes econômicas. A partir do sul da Serra da Fartura, no encontro entre as Cuestas Basálticas e a Depressão Periférica, o clima menos quente era impróprio para a prática da cafeicultura em larga escala – ali a cafeicultura praticada era voltada para o consumo local (CORRÊA, 2013, p. 78).

Os fazendeiros, expandindo seus domínios cada vez mais pelas matas ao norte da Serra da Fartura, deixaram de depender de grupos indígenas aliados para o reconhecimento dos territórios e para assegurar as posses conquistadas de outros grupos indígenas. Com efetiva apropriação da maior parte dos territórios do rio Itararé e do médio Paranapanema por senhores de terras, já com o horizonte da criação de futuras fazendas cafeeiras, todos os grupos indígenas tornaram-se

dispensáveis³³. Gradativamente, o papel de incômodo que antes era atribuído aos indígenas, passou também aos pequenos produtores, “posseiros” em meio aos legalmente legítimos territórios dos fazendeiros (CORRÊA, 2013, p. 61).

A historiadora Soraia S. Dornelles analisou o processo de apropriação dos territórios indígenas no interior da província paulista durante o período do Império. O objetivo foi investigar como grupos não indígenas operaram mecanismos de aquisição de terras em concordância ou burlando a legislação criada a partir do Regulamento acerca das Missões de catequese e civilização dos índios, de 1845, e da Lei de Terras, de 1850. Em um contexto de gradual demanda por territórios, a criação de (alguns) aldeamentos deveria servir para organizar esse processo. Nesse aspecto, ao mesmo tempo que aldeamentos criados pelos governos imperial e provincial serviram para “liberar” os territórios dos chamados indígenas “mansos”, também categorizava aqueles que continuavam a “vagar pelos sertões” como “bravios” – por isso, deveriam ser combatidos (DORNELLES, 2017).

Soraia S. Dornelles argumenta que o papel dos aldeamentos em terras paulistas era pressionar os indígenas a se integrar territorialmente para convertê-los em cristãos e, principalmente, trabalhadores disciplinados: “o trabalho, mais que o padre, seria o grande redentor da civilização” (p. 117). Na perspectiva dos políticos e proprietários, como os territórios reservados aos indígenas eram concessões, e não propriedade, a partir da conclusão do processo de integração do indígena, os territórios reservados tornar-se-iam terras devolutas da União. Por isso:

[...] houve, tanto nas formulações da lei de 1850 quanto no Regulamento de 1845, a disposição que previu a preferência de instalação dos aldeamentos nas proximidades de vilas e povoados existentes ou que viessem a ser fundados. Assim, além de liberar as terras para o Estado, o sistema legal colocava à mercê dos fazendeiros, sedentos por braços para a lavoura, grandes contingentes de trabalhadores indígenas (DORNELLES, 2017, p. 53).

No entanto, no tocante a administração dos aldeamentos, pela falta de recursos e pessoal adequado, não se conseguiu manter condições mínimas de

³³ É importante ressaltar que, embora a maior parte dos territórios indígenas tenham sido usurpados e suas populações tenham sido expulsas ou mortas, parte do território que originalmente correspondia ao aldeamento de São João Baptista do Rio Verde, às margens do rio Itararé, foi mantida pelos indígenas. Hoje, esse território existe no município denominado de Barão de Antonina, que divisa o município de Itaporanga (CORRÊA, 2013).

vivência para os indígenas que eram instalados. Por parte dos indígenas, havia uma óbvia recusa em permanecer nos aldeamentos frente ao que os era imposto e a existência de territórios “livres”, para os quais poderiam migrar. Assim foram os casos dos aldeamentos constituídos na parte superior do médio rio Paranapanema (São Sebastião do Piraju e São Sebastião do Tijuco Preto), que, em finais da década de 1860, haviam deixado de existir oficialmente.

A própria fragilidade no cumprimento da legislação criada para regular a propriedade de terras deixava brechas para fraudes fundiárias e registro de posses sem a compra pós 1850. A pressão exercida pela abertura de picadas, propriedades e aldeamentos e a migração dos grupos indígenas para oeste serviam para liberar territórios ainda não demarcados. Soraia S. Dornelles explica que “quando as propriedades dos aldeamentos eram tomadas por devolutas abria-se a possibilidade de que as posses ali existentes fossem legitimadas” (DORNELLES, 2017, p. 52).

A atuação das autoridades também não coibia crimes cometidos por fazendeiros e seus agentes, inclusive incentivava o combate aos índios apontados como “bravios”. Além disso, mesmo para os grupos não assim categorizados, os constantes embates com as populações que se instalaram em suas terras foram interpretados como inevitáveis, frente a recusa do indígena ao trabalho disciplinado. Segundo a pesquisadora: “para os casos dos grupos que não participaram do sistema de aldeamentos coube a perseguição genocida, ancorada em práticas conhecidas e apoiada pelas autoridades, na maior parte das vezes, os grandes proprietários na região” (DORNELLES, 2017, p. 249).

As frentes de conquista territorial que partiram de Itapeva e Botucatu rumaram para o médio Paranapanema e estabeleceram núcleos na área dos aldeamentos de São João Batista e Tijuco Preto e pressionaram os indígenas ali instalados, principalmente Kaiowá, a migrarem, descendo ambas as margens do vale do rio Paranapanema. Nesse aspecto, as margens da cachoeira de Salto Grande serviram como um ponto em que os indígenas se concentraram. De acordo com Soraia S. Dornelles:

Nos anos iniciais da década de 1860, ocorreu que os índios passaram a reunir-se, por vontade própria, numa região conhecida por Salto Grande do Paranapanema e Itacorá pelos Guarani, situada próxima à confluência dos rios Turvo e Pardo, onde fazem barra no

Parapanema. Guaranis-Kaiowá, Kaingang e Xavantes habitaram e transitaram por aquela região de frondosas matas, de variadas espécies de madeiras, abundante em recursos de caça e pesca (DORNELLES, 2017, p. 120).

O avanço de criadores que abriram propriedades no reverso das cuevas de Botucatu pressionou os indígenas dos campos do espigão entre os rios Parapanema e Peixe, principalmente os Oti-Xavante, a se movimentarem em direção a zona de matas de ambos os rios. Diferentemente dos grupos que possuíam vínculos étnicos diretos com populações de outras regiões, os Oti-Xavante eram uma etnia cuja população completa, que era a menor que as outras da região, havia se estabelecido somente nessa área. Pressionados, acirraram também conflitos com grupos Kaingang que ocupavam principalmente os territórios a partir das nascentes do rio do Peixe. Nas últimas décadas do século XIX, a maior parte dos seus membros acabou morta por fome, doenças contraídas dos não indígenas, por lutas intertribais e, principalmente, pelo extermínio efetivo por parte dos invasores não indígenas. Os últimos relatos sobre os Oti-Xavante apontam que essa etnia deixou de existir no início do século XX³⁴ (DORNELLES, 2017).

Quanto aos grupos Kaingang dessa área (conhecidos como coroados), impuseram intensa resistência aos invasores não indígenas. Recuando para as matas entre o baixo Parapanema e o rio Tietê, resistiram até as primeiras décadas do século XX. Enquanto as demandas pelas terras paulistas cresciam, os críticos a matança dos indígenas pressionaram pela criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI/STN), em 1910. Finalmente, com a conquista dos territórios em torno dos trilhos da ferrovia Noroeste do Brasil (CEFNOB), os grupos Kaingang remanescentes foram realojados em postos de atração, e o período de 1912 ficou conhecido como a “Pacificação dos Kaingang paulistas”.³⁵

³⁴ Um importante relato sobre o extermínio dos Oti-Xavante é o texto “O fim da Tribo Oti”, publicado pelo antropólogo Curt Unkel Nimuendajú inicialmente no jornal *Deutsche Zeitung*, em 1910. Também disponível em NIMUENDAJÚ, Curt. *Textos Indigenistas: relatórios, monografias, cartas*. São Paulo: Loyola, 1982, p. 33-41

³⁵ Sobre o processo de construção da ferrovia Noroeste do Brasil e suas consequências ver: GHIRARDELLO, 2002. Sobre esse processo de “pacificação” e reestabelecimento dos remanescentes kaingang de São Paulo ver: CRUZ, 2007.

A partir dessas fazendas e do desmantelamento dos aldeamentos, foram fundadas vilas, como São Sebastião do Tijuco Preto (atual Piraju) e São João Batista do Rio Verde (atual Itaporanga), que passaram a significar pontos avançados e estratégicos na área de matas. Nas últimas décadas do século XIX, grupos de agricultores/criadores que atravessaram o Itararé também criaram núcleos populacionais no nordeste do atual Paraná³⁶. Com o desenvolvimento da economia cafeeira, a partir da primeira década do século XX, as populações que se instalaram na cidades de Piraju, Fartura e no povoado às margens da cachoeira de Salto Grande passaram a se ligar diretamente com as cidades de Santa Cruz do Rio Pardo e Botucatu, enquanto que as populações em torno de Itaporanga continuaram economicamente ligadas a Itapeva³⁷.

2.2 Pequenos produtores rurais e criadores entre as cuestas e o Paranapanema

A partir da segunda metade do século XIX, senhores de terras, sitiante de criar e, principalmente, pequenos produtores posseiros penetraram pelas bordas da área de matas do lado paulista do médio Paranapanema e operaram a conquista dessas terras. As movimentações populacionais do chamado “caipira” constituíram em si a principal característica da frente de expansão no centro-oeste paulista; a qual era, ao mesmo tempo, consequência e elemento da expansão dos agentes da sociedade capitalista. Antes de discutir a atuação desses agentes, é preciso explicar sua organização socioambiental.

Inicialmente, é importante diferenciar a posição do pequeno produtor em relação a fronteira econômica e apontar as limitações de sua organização econômica. Isso também evita a naturalização de caracterizações pejorativas ou

³⁶ Nesse mesmo período, partir das entradas dos criadores nos Campos Gerais e da fundação dos núcleos populacionais na área de Itaporanga, agricultores e criadores atravessaram o rio Itararé e passaram a ocupar terras na porção norte da área do Segundo Planalto Paranaense. Economicamente organizados na policultura, nas últimas décadas do século XIX, municípios como Tomazina, Siqueira Campos, Carlópolis e Ribeirão Claro se emanciparam politicamente.

³⁷ Essa divisão entre polos econômicos regionais pode ser percebida pela diferenciação na constituição dos ramais dos trilhos da ferrovia Sorocabana, que foram expandidos a partir do início do século XX em duas direções: a Alta Sorocabana, a partir de Botucatu com destino a Salto Grande/Mato Grosso, e o ramal Itararé, a partir de Boituva, que ligou Itararé a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande.

datadas historicamente, como “caboclo”, “caipira”, “sertanejo” e “mineiro”. A partir disso, pode-se falar em: pequeno produtor posseiro, aquele que se adiantava a fronteira econômica e constituía posse de terras a partir do direito costumeiro; o sitiante criador, que reivindicava médias glebas, principalmente para criação de gado e equinos; e o pequeno proprietário, inserido dentro dos limites das cidades e fazendas, atuando enquanto pequeno sitiante.

Em pesquisa sobre a organização desse tipo social, o “caipira”, Darcy Ribeiro investigou os elementos que estruturaram sua gradual interiorização no que corresponde ao atual território do sudeste do Brasil, perdendo grande parte dos vínculos políticos e econômicos com a sociedade dos grandes centros. Isso foi parte de um processo desencadeado já no período colonial, quando populações não indígenas passaram a expandir suas roças e criatórios em terras cada vez mais distantes dos centros urbanos e das grandes fazendas, constituindo organizações econômicas e matrizes culturais similares. Em linhas gerais, no território da Paulistânia, região que abrange os atuais estados de Goiás, Mato Grosso do Sul, sul de Minas Gerais, o norte do Paraná e mais caracteristicamente São Paulo, as populações que se desenvolveram passaram a ser caracterizadas como “caipira” (RIBEIRO, 2013).

Na região do interior de São Paulo, essa interiorização ganhou força em meados do século XIX, sobretudo a partir de levas populacionais que partiram de Minas Gerais e se estabeleceram principalmente no centro-oeste paulista. Darcy Ribeiro argumenta que a decadência socioeconômica da província de Minas Gerais – onde se concentrou a maior parcela da população do Brasil ao longo do século XVIII – potencializou um vasto contingente populacional a se ruralizar e perder grande parte dos vínculos com a economia de mercado (RIBEIRO, 2013).

Para Darcy Ribeiro, a organização social do caipira era um reflexo frente às mudanças econômicas as quais a região em torno da província de São Paulo se defrontava em meados do século XIX. Por um lado, a disponibilidade de terras livres propiciava que esses grupos desenvolvessem economia e costumes com aspectos em comum, cuja principal forma de organização ocorria em torno de bairros. Por outro, a falta de títulos impelia que esses reproduzissem sua organização social em bases tradicionais, do costume, e alheios às normas do Estado. Nesse sentido, o

caipira possuía as mesmas estruturas sociais dos pequenos proprietários que ocuparam terrenos em diversas regiões do Brasil, diferenciando-se desses mesmos grupos, e cada um de si, a partir dos elementos ambientais locais (biomas) ou da área cultural de influência (regionalismos) (RIBEIRO, 2013).

Ainda que as formas de vida do caipira fossem vistas pelas elites como precárias, esse possuía alguma autonomia socioeconômica e condições de vida que atendiam às suas necessidades. Embora diferencie a organização econômica caipira da indígena, Darcy Ribeiro também classifica essa organização como economia de subsistência:

Com essa base se instala uma economia natural de subsistência, dado que sua produção não podia ser comercializada senão em limites mínimos. Difunde-se, desse modo, uma agricultura itinerante, a derrubar e queimar novas glebas de mata para cada roçado anual, combinada com uma exploração complementar das terras, das aguadas, das matas, através da caça, da pesca e da coleta de frutos e tubérculos. Sem nada vender, nada podiam comprar, voltando à vida autárquica de economia artesanal doméstica que satisfazia, nos níveis possíveis, às necessidades comprimidas a limites extremos (RIBEIRO, 2013, p. 346).

No entanto, de acordo com Darcy Ribeiro, a demanda pela abertura de fazendas cafeeiras e o crescimento do comércio de carnes, a partir do final do século XIX, impôs que a estrutura econômica capitalista fosse rapidamente expandida para o interior paulista³⁸. A presença caipira, quando não recrutada na abertura de fazendas, acabava negada, implicando em sua expulsão:

Todo um aparato jurídico citadino se coloca a serviço dessa concentração de propriedade. Propriedades pulverizadas por efeito de heranças sucessivas de famílias extensas se reconstituem por compra das parcelas de exploração inviável. Entram em ação os demarcadores de glebas a se fazerem pagar em terras pelos que não têm dinheiro. Multiplicam-se os grileiros, subornando juizes e recrutando as forças policiais das vilas para desalojar famílias caipiras, declaradas invasoras de terras em que sempre viveram.

³⁸ Para Darcy Ribeiro, a economia cafeeira teria suprimido os espaços para a reprodução de organizações sociais que anteriormente existiam: “essa onda móvel difundiu-se envolvendo bolsões ocupados por índios hostis até então inatingidos pela civilização, nas matas de Minas Gerais e do Espírito Santo (1910) e de São Paulo (1911), bem como formas antigas de ocupação econômica como os núcleos caipiras, a tudo levando de roldão. Avançou instrumentada por estradas de ferro e rodovias que a ligavam aos portos, conduzindo, floresta adentro, um sistema comercial articulado internacionalmente, semeando vilas e cidades onde se instalava. Representou, por isso, um papel modernizador e integrador que acabou criando a área econômica mais ampla e de maior densidade do país” (RIBEIRO, 2013, p. 365).

Postas fora da lei e submetidas à perseguição policial, elas são, finalmente, escoraçadas das terras à medida que sua exploração comercial se torna viável (RIBEIRO, 2013, p. 350).

Além dessa explicação de Darcy Ribeiro, Warren Dean apresenta outros motivos para a interiorização de pequenos produtores na região sudeste. Os sertanejos que entraram no interior das florestas de São Paulo, antes mesmo do século XIX, onde depois surgiram cidades como Rio Claro e Botucatu, o fizeram inicialmente para fugir do controle das autoridades e da cobrança de impostos, desenvolvendo agricultura de subsistência. De acordo com o pesquisador, racialmente mesclados, desenvolveram culturas diferenciadas daquelas estabelecidas nas vilas sob o domínio português, e passaram a ser pejorativamente chamados pelos termos tupis “caipiras e “caboclos” (DEAN, 1996, p. 119).

A relação desses sertanejos com o território constituiu-se também um efeito da Lei de Terras de 1850, pois essa não favorecia a regulamentação de posses; mas a legitimação de sua expulsão. As determinações da lei faziam menos sentido que a disponibilidade de terras existente, e surtia menos efeitos que a estrutura de poder imposta pelos grandes proprietários. Para esses sertanejos, os territórios distantes eram, ao mesmo tempo, o que lhes restava e um escape à frente a atuação dos senhores de terras:

Para inúmeros pequenos ocupantes, o custo do registro excedia em muito suas posses. Outros não conseguiam resistir às pretensões e imposições de pleiteantes socialmente proeminentes que desejavam enormes faixas de terras públicas e com os quais tinham de competir. Por fim, entravam em choque com esses usurpadores a despeito das pretensões corporificadas na lei, e restava-lhes a opção de “vender” suas terras ou aceitar um lugar como agregados, pagando uma receita simbólica em produto e concordando em portar armas para proteger o novo proprietário contra escravos e inimigos políticos. Caso contrário, eram declarados “intrusos” e expulsos por aqueles que haviam se rendido e aceitado a vassalagem. Mesmo esses conformistas mais tarde teriam seus números reduzidos, à medida que a floresta se reduzia (DEAN, 1996, p. 216).

Outro aspecto demonstrado por Warren Dean é que esses grupos não eram sempre constituídos por pequenos produtores atraídos pelos campos e matas (migrações espontâneas) ainda não requisitados perante o Estado, como os grupos que partiram de Minas Gerais. Havia também os chamados “desajustados nacionais”, que temendo prisão por “vadiagem” procuravam no campo uma nova

vida. Durante o Império, existiu ainda um grande temor quanto ao recrutamento para o exército, principalmente durante a Guerra do Paraguai: era mais preferível o autoexílio, pois “o recrutamento forçado era uma sentença de morte [...]” (p. 216). Além disso, também era comum o exílio forçado e a fuga espontânea de desobedientes da lei para além das fronteiras do interior (DEAN, 1996).

Ainda segundo Warren Dean, o incentivo para conquista e transformação de extensas áreas de matas a partir das cuestas paulistas veio efetivamente a ocorrer com a interiorização da estrutura produtiva da cafeicultura, desde o final do século XIX. A expansão das linhas férreas para o interior também diminuiu a demanda pelos muares (transporte), enquanto que valorizou a madeira das grandes árvores, usadas para construções, trilhos e lenha para as caldeiras. No entanto, a abertura de grandes fazendas de cafeicultura (que impulsionou ainda o crescimento das cidades e das redes de comunicação) foi acentuadamente mais impactante e abrangente em termos ambientais que todos os avanços anteriormente registrados (DEAN, 1996).

Partindo da categorização proposta por José S. Martins, é possível interpretar esse tipo de organização social como “camponesa”, já que se estruturava em famílias, que se organizam em bairros, se apropriando de terras através da posse, em concepções de direito moral e compadrio. Nos termos genéricos descritos por José S. Martins, o camponês posseiro que se antecede a fronteira econômica é significativamente diferente do camponês de áreas com alguma estabilidade econômica e onde há limites para a expansão territorial. A disponibilidade de terras para posse e a distância dos mercados produz uma organização social pouco complexa, na qual o dinheiro e as normas jurídicas do Estado aparecem como algo externo. Sua relação com os territórios está relacionada aos períodos de cultivo e pousio do solo: quando os solos perdem a produtividade e escasseiam elementos como a caça e determinadas madeiras, esses grupos abrem outra área no interior (migração espontânea). No entanto, as famílias mantêm uma rede estruturada em um amplo território – a qual não é percebida pelo agente modernizante que chega –, na qual se relacionam e produzem elementos morais de organização da ocupação e da socialização, como hierarquias no direito de escolher as terras de acordo com o tamanho da família e a precedência de chegada (MARTINS, 1997).

José S. Martins explica essa organização socioeconômica como “economia de excedentes” – e não como de subsistência, a qual se aplica melhor aos grupos indígenas. A produção nas roças e a criação de animais servem primeiramente para o gasto da família, e as sobras da produção são trocadas por produtos indispensáveis, como sal, pólvora e tecidos. Nesse aspecto, o mercado opera residualmente, através de postos nas vilas mais avançadas ou vendas nas fazendas, aos quais o camponês vai poucas vezes ao ano. Essa relação impele ao comerciante manipular os termos de trocas desfavoravelmente ao camponês, cuja produtividade é comparativamente baixa devido a sua limitada capacidade técnica. O camponês produz inicialmente para si, e a produção além de certo nível, os excedentes, acabam comprometendo o trabalho da família; por isso, em quantidades reduzidas – fator que não exclui que haja falta de interesse em se ajustar às normas produtivas dos grandes centros e das fazendas (MARTINS, 1997).

No entanto, quando a fronteira econômica reduz seu espaço de atuação, e esse já não pode migrar, o camponês acaba vivendo dentro dos limites dessa sociedade, operando a produção de seus elementos materiais cada vez mais em demanda do mercado. A estabilidade do camponês enquanto pequeno produtor, e não mais enquanto posseiro, depende da conjuntura regional, mas, em geral, no Brasil historicamente promoveu a existência de pequenos sítios ou de sua atuação como trabalhadores sazonais, cujo número se reduziu efetivamente em meados do século XX. Em ambos os casos, esse não conseguiu se inserir competitivamente na divisão do trabalho, perdendo relativamente sua qualidade de vida³⁹. O tipo social “caipira” deixou de se constituir enquanto uma população vivendo na periferia territorial da sociedade capitalista, para ser integrado, de forma desigual e estranhada, dentro dos espaços de reprodução dessa sociedade⁴⁰.

³⁹ Ao mesmo tempo que os preços dos alimentos no mercado podiam ser reduzidos devido ao caráter parcialmente não remunerado do trabalho familiar de pequenos agricultores, sua transformação em mercadoria também reduzia os custos de reprodução da mão de obra nas grandes cidades. O mesmo ocorria no colonato, em que o trabalho familiar para autoconsumo reduzia a quantia monetária que deveria ser necessariamente paga pelo fazendeiro ao chefe da família (MARTINS, 2010).

⁴⁰ Sobre o caipira paulista no pós período auge da cafeicultura ver: CÂNDIDO, Antônio. **Os Parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.

Entremos na discussão da atuação desse tipo social diretamente na frente de expansão dos agentes que, a partir da segunda metade do século XIX, operaram conquistas no médio Paranapanema.

Em 1949, o geógrafo francês Pierre Monbeig defendeu tese sobre o desenvolvimento da economia cafeeira no território do interior paulista, que veio a se tornar uma das principais obras de referência historiográfica no assunto. No texto, pouco foi dito sobre a presença indígena e os meios utilizados para retirá-los de seus territórios pelos agentes das elites paulistas – o que não era o objeto da pesquisa. No entanto, o papel dos “pioneiros mineiros” foi melhor investigado, e sua ação destacada como o elemento inicial de conquista da área aqui pesquisada (MONBEIG, 1984). Nesse aspecto, esse texto também é a principal referência nas pesquisas sobre contextos de formação regionais e sobre o papel dessa população.

De acordo com Pierre Monbeig, ao longo dos últimos séculos, as expansões de grupos humanos não indígenas no interior do território paulista foram feitas pelos leitos e vales dos grandes rios, como o Tietê, que atravessavam as cuestas e penetravam no planalto, estendendo-se até o Rio Paraná. Esses movimentos não foram contínuos, mas parte dos caminhos “naturais” utilizados pelos bandeirantes, serviu de rota para a abertura de fazendas, expansão das vias férreas e estradas de rodagem⁴¹. Essa sucessão de movimentos se estruturou basicamente a partir de três principais frentes, favorecidas por suas características ambientais: a “via tradicional”, pelo vale do rio Tietê; pelos caminhos que partiam de Botucatu rumo ao rio Paranapanema; e ao norte, atravessando-se o Rio Grande a partir de Minas Gerais (MONBEIG, 1984, p. 36).

Pierre Monbeig aponta que, na perspectiva das elites paulistas, até as últimas décadas do século XIX, a relativamente baixa densidade demográfica, as distâncias, o meio ambiente hostil e a presença de indígenas desestimulavam que o

⁴¹ Nesse aspecto, são importantes os apontamentos feitos por Sérgio B. Holanda. Os rios do interior paulista, principalmente o Tietê, apesar de penetrarem rumo ao rio Paraná, eram interrompidos por bancos de areia, cachoeiras e corredeiras, impedindo grandes trajetos de navegação. Nesse sentido, os rios ora eram navegáveis, ora seus vales serviam para transpor serras e acidentes no relevo, ora seus afluentes serviam para pesca e necessidades diárias; mas, principalmente, os grandes rios serviam para localização espacial. Os bandeirantes, tropeiros e sertanistas se utilizaram de caminhos constituídos por povos indígenas ao longo dos últimos séculos. Nos séculos XVIII e XIX, a partir da cidade de São Paulo, partiam caminhos (trilhas) em que os criadores de muaras e comerciantes de alimentos se movimentavam para o interior paulista e, de pontos como Sorocaba, criaram redes de comunicações para o sul do Brasil, Minas Gerais e Curitiba. Ver: HOLANDA, 1994.

povoamento fosse estendido a oeste das cuestas. Apesar de os fazendeiros paulistas terem contatos com narrativas sobre o sertão paulista, o território do Planalto Ocidental esteve desvinculado da economia paulistana:

Assim, em 1870, os planaltos e as florestas do oeste de São Paulo e do norte do Paraná constituíam vasto sertão, região mal conhecida, habitada sobretudo por índios, na qual se perdiam alguns sertanistas audazes. O sertão ocidental escapava completamente à economia da Província (MONBEIG, 1984, p. 27).

Em meados do século XIX, as condições socioeconômicas da província de Minas Gerais, principalmente a decadência da economia estruturada na produção aurífera, influenciaram que levas populacionais atravessassem o Rio Grande e penetrassem rumo ao centro-oeste do território de São Paulo. A disponibilidade de terras aparentemente livres no interior paulista, inclusive cuja população havia diminuído significativamente ao longo do século XVIII, possibilitou que mineiros – uma população de origens diversificadas – se tornassem a população predominante no interior, onde desencadeou-se nova ocupação de territórios indígenas (MONBEIG, 1984, p. 133).

Pierre Monbeig defende que essas populações desenvolveram um “espírito aventureiro”, ruralizando-se em uma organização social característica, que constituiu o tipo social mineiro (o pequeno produtor ou sitiante criador). O geógrafo explica a formação dessa mentalidade social como consequência da estruturação fundiária, uma vez que não havia limites para a ocupação dos solos e incentivos para a efetiva fixação nos territórios apossados. Praticamente sem vínculos com as cidades e as grandes fazendas, os mineiros instalavam suas propriedades sempre além das últimas vilas, dos domínios dos fazendeiros e dos poderes públicos, percebidos como constrangimentos sociais (MONBEIG, 1984).

Os movimentos de apropriação territorial dos mineiros rumo ao interior paulista foram feitos por áreas de campos/cerrados, que se estendiam em meio às florestas de Mata Atlântica do Interior, pois facilitavam a locomoção e o reconhecimento do território, enquanto que as florestas eram de difícil acesso e “escondiam” grupos indígenas e animais perigosos. Por isso, os mineiros avançavam pelas bordas das matas, expandindo seus domínios através de queimadas, geralmente descontroladas, no período seco (inverno). De acordo com

Pierre Monbeig: “só começará a penetração nas matas, quando se evidenciar a possibilidade da cultura do café, graças à aproximação da estrada de ferro” (MONBEIG, 1984, p. 136).

No texto de Pierre Monbeig é descrita a constituição do tipo mineiro a partir de dois extremos, que faziam parte de uma mesma matriz sócio cultural e cujas ações sociais se complementavam. Em um extremo, os criadores, que reivindicam médias e grandes extensões de terras, as quais, pelas distâncias, eram pouco valorizadas; em regra, usaram da força para legitimar seu direito a propriedade, o qual não podia ser assegurado pelo aparato Estatal. Em outro extremo, pequenos produtores, que se organizavam em famílias e não conseguiam legalizar propriedade das terras que ocupavam. Essas famílias se instalavam em territórios hostis (devolutos) ou que, por lei, eram dos detentores de grandes glebas. Então, em uma conjuntura de baixo desenvolvimento econômico e instabilidade jurídica, e como a riqueza em termos materiais pouco diferenciava ambos os agentes mineiros, esses acabavam desenvolvendo relações de trocas de serviços e proteção (MONBEIG, 1984).

Na interpretação de Pierre Monbeig, esses mineiros se organizavam em economia de subsistência, vivendo quase que independentemente da sociedade paulista, da qual dependiam de poucos artigos, como pólvora e sal. Essa economia era estruturada a partir da produção de alimentos, como mandioca, abóbora e milho, e na criação de animais, como o porco. Suas posses se organizavam a partir das aguadas: a parte baixa do terreno, de onde provinha um riacho para suprir as demandas por água, sendo separada da posse do vizinho pelo espigão (MONBEIG, 1984).

Foi nesse impulso demográfico que grupos mineiros passaram a expandir seus domínios para o reverso (oeste) da Serra de Botucatu, constituindo uma frente de avanço de populações não indígenas no Planalto Ocidental Paulista. Ao longo da década de 1850, os primeiros desses mineiros registraram posses de grande parte da área entre os rios Turvo e Pardo em direção aos campos do espigão entre os rios Paranapanema e Peixe. Como parte do interesse nessas terras era sua posterior valorização, e seus donos oficiais na realidade sequer conseguiam indicar onde

começavam e terminavam suas posses⁴², iniciou-se um período de litígios com aqueles que começaram a chegar na área. Além disso, acirraram-se conflitos com os povos indígenas, que passaram a ser expulsos para o território entre o rio Paranapanema e o rio Tietê, mas que conseguiram frear, e mesmo retroceder, o movimento pioneiro no planalto (MONBEIG, 1984, p. 131).

Ainda que, inicialmente, grande parte dos territórios nos campos tenham sido reivindicados somente para especulação, nas áreas mais próximas a Santa Cruz do Rio Pardo, desenvolveu-se caracteristicamente essa economia de subsistência. Para manter-se, esses pequenos produtores, algumas vezes ao ano, passavam semanas em viagens através de caminhos mal traçados para transportar sua produção para os centros comerciais mais próximos. Como descreve Monbeig:

Viajava lentamente a porcada, de manhãzinha ou ao cair da tarde, para evitar o calor que maltratava os animais. Uma porcada reunia quatro ou cinco talhadas ou grupos de cerca de quarenta cabeças. O rebanho era escoltado por carros de boi, carregados de toucinho e carne seca, destinados ao abastecimento dos condutores e à venda do excedente. Levava-se também um pouco de fumo, a planta que tanto queria a gente de Minas. Da venda dos animais provinham os recursos para a compra de dois gêneros que não se produziam na fazenda: a pólvora para as espingardas, o sal de cozinha e, às vezes, o sal grosso para o gado. Mais rápida era a volta, sendo necessário evitar a surpresa das primeiras chuvas (MONBEIG, 1984, p. 136).

O processo de interiorização em direção ao planalto, que ganhou força a partir da década de 1870, foi facilitado pelo apossamento das terras do espigão entre os rios Paranapanema e Peixe, área que ficou conhecida como Campos Novos do Paranapanema. Pierre Monbeig identifica que nesses campos:

[...] era relativamente fácil a circulação, e os homens, que não conheciam mais que uma agricultura muito limitada, sentiam-se ali à vontade. Seus cavalos, mulas e bois ficavam soltos na savana. Forneciam alguns carneiros a lã que as mulheres fiavam e teciam. O principal recurso era a criação de porcos, tradicional em Minas. Bastava semear milho nos campos desmoitados pelo fogo e neles deixar os animais em liberdade. Quando estes engordavam suficientemente eram conduzidos em extensos rebanhos até Lençóis Paulista e Botucatu, sendo o caso, até Sorocaba (MONBEIG, 1984, p. 135-136).

⁴² Segundo Pierre Monbeig, as terras mais afastadas inicialmente possuíam pouco valor monetário: “[...] a terra ainda não estava valorizada; faltavam-lhe homens, faltavam-lhe estradas e estava por demais afastada dos centros urbanos” (MONBEIG, 1984, p. 135).

No entanto o crescimento populacional, a entrada de imigrantes, a interiorização das fazendas cafeeiras, das cidades e das vias férreas, aproximou a rede produtiva nessa área. Os detentores legais de grandes glebas passaram a reivindicar suas posses em torno de Campos Novos, desalojando, assim, pequenos produtores posseiros, que ocupavam parte dos terrenos. E foi justamente ao longo da década de 1900, quando se acentuou a apropriação formal das terras do médio Paranapanema, que a crise na cafeicultura influenciou nas vendas de terras a baixos preços, expondo assim, problemas de títulos e divisões territoriais fraudulentas. Pierre Monbeig defende que:

Assinalou o ano de 1900, mais ou menos em todo o conjunto dos planaltos ocidentais, o fim da fase da pecuária pioneira e o início do período dos especuladores. Da especulação participavam os fazendeiros, seja como compradores dos grilos, seja vendendo suas próprias terras. Era preferível lotear um domínio, cujos títulos não ofereciam plena garantia ou que sempre estava exposto ao ataque de um audacioso falsário, a desbravá-lo, cultivá-lo e de súbito ver-se privado da sua posse. Provados pelas crises econômicas, preferiam os fazendeiros também vender suas reservas florestais (MONBEIG, 1984, p. 146).

Sem títulos de terras, os pequenos produtores posseiros acabaram pressionadas a se integrar nas fazendas, sítios e cidades, ou buscar territórios de mais difícil estabelecimento, como as florestas no baixo Paranapanema, no Rio do Peixe e no norte do Paraná. Segundo Monbeig, “eram os predecessores da vaga pioneira, repelidos por ela, mas abrindo-lhe passagem” (MONBEIG, 1984, p. 122).

Finalmente, esses movimentos de apropriação territorial acabaram sendo suprimidos (integrados ou repelidos) pela expansão das fazendas cafeeiras, sua rede logística e movimentações populacionais, que passaram a se ligar diretamente a estrutura econômica mundial (produção do principal produto de exportação do país). A gradativa atuação de negociantes de terras, a expansão de fazendas e abertura da linha férrea para Santa Cruz do Rio Pardo e Piraju, a partir de 1906, impuseram uma nova organização fundiária no médio Paranapanema. Grande parte dos proprietários que ainda possuíam grandes glebas passaram a atuar como cafeicultores, ou as venderam aos cafeicultores que migravam de outras zonas. Com a crescente demanda por alimentos, os terrenos secundários (campos arenosos e terrenos baixos) passaram a ser demandados para o plantio de culturas alimentares e criação de animais.

Maria C. S. Di Creddo pesquisou a apropriação territorial em uma área conhecida como “região do vale do Paranapanema”, a partir de práticas como a legitimação de posses, mesmo após a Lei de Terras de 1850, e da expulsão de grupos indígenas. Como essa pesquisa é referenciada na grande maioria dos trabalhos sobre o contexto aqui abordado, antes de abordar as explicações da historiadora para a problemática proposta, é preciso apontar deficiências na construção de uma história factual, na qual valoriza-se personagens e datas e naturaliza-se discursos dos agentes históricos como se fossem uma reprodução fiel da realidade. Isso reflete na naturalização objetiva da perspectiva subjetiva de “região” que perpassa o texto, pois, a partir dos lugares apresentados na pesquisa e da problemática nela abordada, seria mais correto apontar um médio Paranapanema paulista (DI CREDDO, 2003).

Pesquisar uma “região do vale do Paranapanema” é, antes de tudo, investigar um conjunto de representações sociais no qual o que é representado depende de quem fala e a partir de qual momento. A representação coletiva sobre “região do vale do Paranapanema” não pode ser naturalizada quando a proposta de pesquisa se pauta no espaço concreto e na relação dos seres humanos com seus elementos ambientais. As transformações ambientais e o desenvolvimento político dos espaços ao longo de ambos os lados do vale do rio Paranapanema não ocorreram em um mesmo período e a partir de determinações de uma mesma conjuntura.

Maria C. S. Di Creddo problematiza a atuação das autoridades do Império e da província de São Paulo nos aldeamentos indígenas construídos a partir de 1845, às margens do rio Itararé e do médio rio Paranapanema. A ação desses agentes esteve ligada a demanda por terras, principalmente pela pressão de senhores de terras (fazendeiros de criar), que se organizavam a partir de Itapeva e penetraram pelos campos próximos aos rios Itapetininga e Itararé em direção às matas. Na perspectiva dos membros da sociedade paulista, a extensa faixa de matas que margeavam o rio Paranapanema era um problema de ordem ambiental, mas, principalmente, era um possível refúgio aos grupos indígenas, principalmente os Guarani-Kaiowá. Por isso, esses aldeamentos se constituíram como postos avançados nas matas (DI CREDDO, 2003).

A valorização dessas terras, ainda que não pudessem ser prontamente cultivadas, incentivou constantes conflitos com os povos indígenas da região (Oti-Xavante, Kaingang e os Guarani-Kaiowá). De acordo com Maria C. S. Di Creddo, as investidas contra os grupos indígenas superaram a negação cultural ou o desprezo étnico, impulsionando-se principalmente pelas demandas econômicas:

A violência foi utilizada para remover os primitivos ocupantes e se constituiu em prática usual. Assim, segundo a ótica colonizadora, não se podia aguardar pacientemente que os índios modificassem a sua estrutura social e se integrassem ao organismo social de uma nova sociedade. Era necessário removê-los e não importava por quais meios: aldeamentos, bandeiras e abertura de “picadões” nas áreas mais densamente povoadas (DI CREDDO, 2003, p. 131).

Analisando um outro sentido dessa expansão territorial, Maria C. S. Di Creddo discute a atuação de grandes criadores/especuladores e pequenos posseiros que expulsaram os povos indígenas – principalmente os Oti-Xavante – e reivindicaram extensos territórios nos Campos Novos do Paranapanema. Com o impulso demográfico do movimento das populações de Minas Gerais para o território paulista, e com a valorização dessas terras, esses povoadores se estabeleceram em propriedades no reverso das cuestas de Botucatu. Em meados do século XIX, a constituição da vila de Botucatu passou a significar o estabelecimento de um posto avançado acima das cuestas e um limite a partir do qual a apropriação de terras era incerta, frente a presença indígena e a ausência da atuação de autoridades da província (DI CREDDO, 2003).

Como a maioria das propriedades dessa área foi reivindicada após o estabelecimento da Lei de Terras de 1850, diversos artifícios foram usados para forjar provas de supostas posses anteriores a esse período. Além disso, os preços pagos a província nesses locais distantes eram muito baixos, pois o problema maior era reconhecer e estabelecer controle sobre um território hostil. Foram reivindicadas propriedades com limites indefinidos, separados por rios, morros, matas e campos praticamente desconhecidos anteriormente, e cuja transferência posterior pautou-se em novas fraudes, já que muitas vezes o reivindicado no papel não condizia com o território que estava sendo ocupado. Essas distorções na demarcação das terras acabavam se tornando um dos principais problemas quando da sua posterior venda (DI CREDDO, 2003).

Esses posseiros se estabeleceram ao longo de uma estrada que fazia curvas na área de campos entre a Serra dos Agudos, onde nascia o Rio do Peixe, cujas matas se estendiam até o rio Tietê, e a extensa faixa de matas que se estendia por toda a margem do médio e baixo rio Paranapanema. Isso significou um período de conflitos com os grupos indígenas, que se acentuou a partir da década de 1860, e concentração fundiária nas mãos de proprietários, cujo poder político sobrepuja os interesses dos pequenos produtores. Vilas como Campos novos do Paranapanema, nos campos, e Salto Grande, nas matas, permaneceram por décadas como “bocas do sertão”, frente aos terrenos indígenas, no primeiro caso, e as chamadas no período “matas virgens”, no segundo caso (DI CREDDO, 2003).

Apesar de Maria C. S. Di Creddo afirmar que alguns criadores mineiros registraram posses de um amplo território nos campos entre o rio Paranapanema e o Rio do Peixe, também reconhece que o cultivo dessas terras foi fragmentado e a renda agrícola ou de criação não significavam ganhos que fossem significativamente mais compensatórios que sua venda posterior (DI CREDDO, 2003, p. 94-97)⁴³. A própria estrutura pré integração cafeeira também foi propícia para litígios quanto às propriedades de terras e para que essas trocassem de mãos por baixos preços. Em geral, esses criadores, afastados das cidades, não se converteram em “capitalistas modernos”, mas se tornaram “bugreiros”, especuladores de terras, comerciantes, e assumiram o papel de liberar os territórios dos campos do Paranapanema da presença indígena.

Eduardo Giavara analisou relatórios de viajantes (engenheiros) que percorreram o oeste paulista no período de transição do século XIX para o XX, investigando áreas que estavam sendo integradas nos territórios próximos a margem paulista do rio Paranapanema. A partir desses discursos, o historiador problematiza a construção de representações e memórias que evidenciavam uma região perigosa e distante dos grandes centros, mas, ao mesmo tempo, de futuro promissor e que estava sendo integrada à “civilização moderna”. A hipótese do autor é a que esses relatos de viajantes ajudaram a consolidar a representação coletiva sobre um meio ambiente que precisava ser transformado pela técnica moderna, ao

⁴³ Sobre os primeiros invasores das terras além do reverso das cuevas, segundo Maria C. S. Di Creddo: “assim, quem se aventurasse a abrir o sertão tinha que ter posses, pois teria que trazer tudo o quanto se fizesse necessário para viver independentemente” (DI CREDDO, 2003, p. 94).

mesmo tempo em que as populações que lá viviam, indígenas ou o “caipira”, precisavam ter sua expulsão legitimada (GIAVARA, 2008).

Eduardo Giavara parte de representações sobre uma “região do Vale do Paranapanema”, a qual foi criada a partir de discursos sobre uma área aos arredores do rio Paranapanema, principalmente na margem paulista. No entanto, o historiador não intencionou apontar quais seriam os limites físicos dessa região (em constante mudança) ou limitar a pesquisa a representações sobre uma mesma área⁴⁴ – apesar de não esclarecer isso no início do texto. Nessa perspectiva, o que se investiga não são relações criadas a partir de um espaço objetivo, mas sim a partir de representações sobre um espaço social, constantemente reinventado por quem produz cada discurso:

Assim, o que nos interessa é a região ou as regiões construídas e reconstruídas, ao longo dos anos, em relatórios, mapas e diários, desse modo, a região analisada nesse trabalho é aquela concebida e vivenciada cotidianamente por cientistas, viajantes e sertanistas que se embrenhavam pelo sertão afora (GIAVARA, 2008, p. 108).

A representação coletiva sobre a “região do Vale do Paranapanema” constituiu-se a partir de discursos produzidos ao longo do século XIX, e reproduzidos por agentes externos que visitavam ou ouviam falar de uma região hostil, que precisava ser integrada à modernidade. Por isso, uma sucessão de avanços rumo às margens do rio produziu uma representação de região cuja composição e delimitação mudaram de acordo com diferentes lugares de fala. Eduardo Giavara argumenta que:

Ao longo dos anos, a região, denominada de Vale do Paranapanema, foi várias vezes reconstruída de acordo com os interesses econômicos e políticos em voga no momento. Consequentemente, se originaram expressões como “terrenos desconhecidos”, “sertão do Paranapanema”, “terras habitadas por índios ferozes”, “Vale do Paranapanema”, “Alta Sorocabana”, “Vale Maleitoso”, cujo intuito era desqualificá-la (GIAVARA, 2008, p. 108).

Ao longo da segunda metade do século XIX, agentes que lidavam com o “problema indígena”, pequenos agricultores mineiros, especuladores de terra e fazendeiros/sitiantes de criar conquistaram terras nas margens dos rios Pardo e seu

⁴⁴ O historiador apresenta fontes que se referem também ao Salto do Avandava, no Rio Tietê, ao Rio do Peixe e outros afluentes do Rio Paraná; ao mesmo tempo que não discute a margem paranaense do rio Paranapanema (GIAVARA, 2008).

afluente, Turvo, e estenderam domínios a partir dos campos do espigão em direção às margens do rio Paranapanema. De acordo com Eduardo Giavara, por décadas, Salto Grande do Paranapanema, um povoado às margens da cachoeira, significou um ponto limite entre as terras controladas à leste e as terras em que grupos indígenas dominavam, constituindo-se ainda como um ponto estratégico para as incursões nas matas do extremo oeste e para servir como futura estação da via férrea Sorocabana (p.78, 158). Criou-se uma representação social sobre as matas entre o baixo Paranapanema e o rio Tietê enquanto terrenos “desconhecidos” ou “desocupados, a qual foi reproduzida em mapas e relatos escritos, ao menos até o final da primeira década do século XX (GIAVARA, 2008, p. 149).

Para explicar os movimentos de ocupação do vale do Paranapanema, e mais precisamente da área entre o reverso da Serra de Botucatu e Salto Grande do Paranapanema, Eduardo Giavara distingue dois impulsos populacionais, nos quais seus agentes possuíam relações ambientais e econômicas diferenciadas. Para definir essa transição, o historiador recorre às categorias que seriam dialeticamente constitutivas de uma frente de expansão:

Frente a essas posições a ocupação do Vale do Paranapanema, a partir de 1850, é constituída por interesses diversos e pode ser dividida em dois momentos: no primeiro, denominado de *fronteira demográfica* e iniciado por volta de 1850, foi caracterizado pela formação de grupos sociais provenientes da região sul do estado de Minas Gerais. Por volta de 1890, chega a segunda, a *fronteira econômica*, que, distintamente da primeira, é marcada pela ação de grandes cafeicultores paulistas que projetavam a região como uma importante reserva de mercado, podendo ser utilizada na expansão dos cafezais, na diversificação agrícola ou especulação imobiliária. Nessa fase, a ferrovia será elemento decisivo na exploração das regiões abrindo cidades e dinamizando a economia com articulações, direcionamento e amplitude inéditos (GIAVARA, 2008, p. 95-96, grifos do autor).

Ainda que fazendeiros tenham solicitado grandes glebas de terras, a maior parte das populações no Médio Paranapanema, ao longo das últimas décadas do século XIX, compôs-se predominantemente pequenos produtores posseiros. Eduardo Giavara interpreta os discursos que analisou sobre o “caipira” como uma representação pejorativa acerca das estrutura social em que se organizavam essas populações:

O gosto do caipira estava na liberdade que esses grandes latifúndios ofereciam: a mata virgem, a abundância de caça e o horizonte sem fim atraíam esses homens que, a cada ameaça de aproximação do mundo civilizado, abandonavam suas terras e partiam para locais mais longínquos (GIAVARA, 2008, p. 127).

Mesmo no médio Paranapanema, onde os indígenas foram expulsos nas últimas décadas do século XIX, a falta de uma rede de comunicações que propiciasse a integração econômica aos grandes centros, a relativamente baixa densidade populacional e a falta de capitais permitiram à maior parte das matas resistir. Por isso, de acordo com Eduardo Giavara, cidades como Santa Cruz do Rio Pardo e Piraju “formavam a concentração do comércio e de serviços, sendo, por isso, pontos de ligação entre o universo ‘civilizado’ e a infinitude do sertão” (GIAVARA, 2008, p. 149).

Esse quadro sócio ambiental sofreu drástica transformação a partir de 1906, com a construção dos trilhos da ferrovia Sorocabana entre os municípios de Piraju, Santa Cruz do Rio Pardo e Salto Grande, e a criação de diversas cidades, como Ipaussu e Ourinhos. Além disso, a superação da crise da década de 1900 estimulou que os proprietários da área começassem a substituir as matas por fazendas cafeeiras. Mesmo áreas de campos que anteriormente haviam sido preteridas, passaram a ser transformadas em grandes pastagens para a criação de gado. Segundo Eduardo Giavara:

Em 1909, a Estrada de Ferro Sorocabana inaugurou a Estação de Salto Grande, penetrando definitivamente no Vale do Paranapanema. A presença da ferrovia foi fator preponderante na abertura de um novo contexto na economia e na política regional. Assim, a antiga conjuntura das famílias de mineiros, pioneiros na colonização, não encontrava mais espaço para atuar dentro da burocracia que regia os destinos locais (GIAVARA, 2008, p. 157).

O desenvolvimento local dos elementos da fronteira econômica significou o fim simbólico do período dos conflitos com os grupos indígenas e da hegemonia territorial de criadores e pequenos produtores mineiros, que acabaram pressionados a migrar ou atuar enquanto trabalhadores braçais na abertura de novas frentes. Em seu lugar, passaram a chegar os “modernos fazendeiros”, agentes do Estado, engenheiros, agrimensores e imigrantes europeus (GIAVARA, 2008).

Em uma síntese dessa historiografia discutida, fica demonstrado que o processo de ocupação das terras a partir do reverso das cuestas de Botucatu (centro-oeste paulista), ao longo da segunda metade do século XIX, se estruturou em direção aos campos do espigão entre os rios Paranapanema e Rio do Peixe. Nesse aspecto, a vila de Campos Novos do Paranapanema se constituiu como um ponto avançado na faixa de campos, uma “boca do sertão”. Esse território foi disputado, (re)ocupado e expandido por criadores e pequenos agricultores mineiros, que acabaram desenvolvendo o papel de expulsar os indígenas e de fazer o reconhecimento dos aspectos ambientais (como a nomeação dos rios). A partir das primeiras cidades que haviam sido fundadas por esses posseiros mineiros na área entre os campos e a mata, como Santa Cruz do Rio Pardo, esse eixo foi gradativamente sendo deslocado em direção a faixa de matas já controlada no médio Paranapanema, entre os municípios de Fartura, Piraju e Salto Grande.

Os pequenos produtores, quando não expulsos para além da fronteira econômica, restringiram-se a pequenos sítios entre as fazendas e em terrenos preteridos pelos fazendeiros, ou passaram a se ser admitidos como trabalhadores sazonais na abertura de fazendas e construção de trilhos férreos. A partir da crescente demanda pelas terras do oeste paulista, e como nada foi feito para integrar essas populações, sua organização social e elementos culturais se consolidaram no imaginário social das elites e classes médias paulistas como oposto à modernidade e ao progresso que se queria construir. O “caipira” passou a ser elemento sobre o qual recaía grande parte da culpa pelos problemas sociais que persistiam no Brasil.

Para fechar esse tópico, é preciso discutir brevemente um problema relacionado com a dificuldade da conquista da área entre o baixo Paranapanema e o rio Tietê nas últimas décadas do século XIX: a falta de comunicações diretas (caminhos) com o sul do Mato Grosso (hoje, Mato Grosso do Sul). Essa comunicação somente foi efetivada com a conclusão da construção dos trilhos férreos da ferrovia CEFNOB, em 1914. Na zona do Paranapanema, foi concluída efetivamente em 1922, quando os trilhos da ferrovia foram expandidos até a margem do rio Paraná

Nas últimas décadas do século XIX, havia um sistema de comunicações fluviais pelo rio Paraná e desenvolvia-se uma economia organizada na criação de gado no sul do Mato Grosso, cujas boiadas eram vendidas em centros consumidores do leste de São Paulo. Esse território mato-grossense era relativamente mais reconhecido pelos “brancos” que toda a porção do extremo oeste de São Paulo e norte do Paraná. No entanto, na perspectiva dos agentes político-econômicos no Brasil, as matas entre os rios Paranapanema e Tietê e seus habitantes indígenas, compunham um obstáculo, que precisava ser contornado pela travessia do rio Grande, no norte do estado de São Paulo, aumentando em meses o tempo do percurso (ABREU, 1976; QUEIROZ, 2004).

Por isso, no período de transição para o século XX, havia se tornada aguda a demanda por novas rotas para comunicações das boiadas do sul do Mato Grosso com os mercados paulistas. Para resolver o problema, foram planejados caminhos que ligassem a última estação da ferrovia Sorocabana ao Mato Grosso, cortando os campos e as matas do espigão entre os rios Paranapanema e Peixe, até algum ponto em que pudesse ser feita a travessia do rio Paraná (ABREU, 1976; QUEIROZ, 2004).

No entanto, existiam problemas de cunho estratégico na criação e conservação de estradas. Nas décadas de 1890 e 1900, picadões foram criados, mas acabaram desaparecendo na mata, enquanto que moradores mais avançados recuaram frente ao isolamento e aos confrontos com os indígenas⁴⁵. Mesmo quando reconhecida essa área, a ausência de uma rede logística mínima desestimulava a instalação de propriedades de produção economicamente complexas (ABREU, 1976; QUEIROZ, 2004).

2.3 Expansão de fazendas cafeeiras e via férrea no médio Paranapanema

⁴⁵ O governo de São Paulo tomou diversas medidas para criar essa comunicação, dentre elas as leis SÃO PAULO. Lei n. 105, de 27 de setembro de 1892 “Auctoriza o Governo a mandar construir uma estrada de rodagem que, partindo do Salto Grande, vá terminar na margem esquerda do rio Paraná.” e SÃO PAULO. Lei n. 754, de 14 de novembro de 1900 “Auctoriza o Governo a contractar a abertura de uma estrada de rodagem que, partindo do rio São Matheus, no municipio de São José dos Campos Novos, termine á margem esquerda do rio Paraná, em frente ao porto ‘Quinze de Novembro’”.

A partir da primeira década do século XX, fazendas cafeeiras, vias férreas e cidades passaram a ser constituídas no médio Paranapanema⁴⁶ e a fronteira econômica passou a ser estendida por todo o Planalto Ocidental. Esse movimento era parte de um processo que superou a presença de populações pretéritas e implicou na mais efetiva transformação ambiental ocorrida em terras paulistas. Por isso, é preciso discutir o impacto do desenvolvimento da economia cafeeira e sua rede produtiva no território paulista e seu reflexo direto na área pesquisada.

Pierre Monbeig, explica o desenvolvimento da economia cafeeira e suas transformações sociais em torno de um conjunto de elementos necessariamente relacionados. É demonstrada a relação entre a interiorização das fazendas com a constituição de cidades e ao aumento populacional, em um processo estruturado na demanda mundial pelos grãos (alta dos preços-criSES), capacidades técnicas de escoamento, disponibilidade de mão de obra, gerenciamento político e os elementos ambientais⁴⁷ de grande parte do território paulista – e, depois, do norte do Paraná –, a região mais adequada ao desenvolvimento dos cafeeiros no Brasil (MONBEIG, 1984).

Segundo Pierre Monbeig, o aceleração da interiorização da fronteira a partir da economia cafeeira suprimiu a presença populações indígenas e mineiras, evidenciando-se principalmente no planalto, onde as franjas de penetração modernizante definiram a transformação sócio espaciais. A derrubada de matas e o loteamento de territórios no reverso das Cuestas e no Planalto Ocidental foram organizadas diretamente por agentes da expansão do capitalismo mundial, em um

⁴⁶ No início do século XX, a economia centrada na cafeicultura também estava sendo praticada a partir do nordeste do Paraná e a plantação de café em larga escala ao redor de Carlópolis e Ribeirão Claro (ao norte do Trópico de Capricórnio) se intensificou, estendendo-se até Jacarezinho. Com o prolongamento dos trilhos da ferrovia Sorocabana até às margens do rio Paranapanema e a fundação da estação de Ourinhos, em 1908, em território de Salto Grande, o escoamento da produção dessa área pôde ser otimizado a partir da travessia de balsa no Paranapanema. A partir da década de 1920, intensificou-se a constituição de grandes fazendas cafeeiras a partir (oeste) de Jacarezinho, em terras mais férteis do Terceiro Planalto Paranaense, de formação basáltica. Além da maior produtividade dessas terras, o principal elemento que proporcionou que a fronteira econômica cafeeira fosse direcionada para o norte do Paraná, nesse período, foi a construção da ponte sobre o rio Paranapanema, entre Ourinhos e Jacarezinho, e a inauguração do primeiro trecho dos trilhos ferroviários da Estrada de Ferro São Paulo-Paraná, em 1924.

⁴⁷ Segundo Pierre Monbeig, essa região correspondia a uma unidade geográfica: “ao clima tropical acentuado do Brasil Central, sucede um clima tropical atenuado. Aos campos de Mato Grosso, aos solos frequentemente desnudos de Goiás, opõem-se os planaltos sedimentares, cobertos de matas. Nesse quadro geográfico, é que nos propomos a estudar a arrancada dos homens de São Paulo.” (MONBEIG, 1984, p. 30).

acelerado e definitivo processo de interiorização da fronteira econômica. Mesmo a cafeicultura não tendo sido o único elemento econômico, sua produção proporcionou valorização de capital, cuja parte foi reinvestida nos demais elementos da cadeia produtiva, como expansão dos trilhos férreos, extração de madeira e produção de alimentos (MONBEIG, 1984).

Pierre Monbeig demonstra, em termos de integração territorial, a relação entre a fundação de municípios, a expansão das linhas férreas e o destino dos imigrantes com as áreas em que a cafeicultura passava a alcançar resultados significativos. Em linhas gerais, os sentidos de interiorização das fazendas e da rede logística acompanharam as mesmas rotas de penetração nas cuestas, em torno dos grandes rios, até avançar nos espigões do Planalto Ocidental. Esse movimento foi descrito a partir da categoria de franja pioneira (MONBEIG, 1984).

A rota de penetração no reverso das cuestas a partir do Botucatu, que está sendo aqui investigada, serviu de base para a expansão das fazendas cafeeiras. No entanto, os trilhos da ferrovia Sorocabana e as fazendas cafeeiras foram estendidos para a zona de matas, em direção a Piraju e Salto Grande. A estrada dos mineiros pelos campos perdeu importância frente a demanda pela extensa faixa de terra roxa, que havia a partir de ambas as margens do rio Paranapanema. Fazendas cafeeiras passaram a ser constituídas em torno de Piraju e Ourinhos, e foram estendidas principalmente até os limites oeste de Salto Grande, a partir de onde a altitude do baixo vale do Paranapanema desestimulava o plantio de novos cafeeiros.

Essa área do médio Paranapanema passou a ser integrada economicamente depois da retomada na construção dos trilhos férreos da Sorocabana, a partir de 1905. Mas a abertura de grandes fazendas cafeeiras e a derrubada das matas somente se iniciou na década de 1910. Por isso, a maior parte das fazendas cafeeiras constituídas na área alcançou o pico produtivo a partir do final da década de 1920⁴⁸. Nesse aspecto, devido aos elementos ambientais – como a fertilidade proporcionada pela derrubada das matas, os solos de terra roxa apurada e a altitude

⁴⁸ Ao abordar a movimentação dos imigrantes que entraram no estado entre 1926 e 1930, Monbeig afirma que: “[...] na mais ocidental das manchas da terra roxa, onde as derrubadas estavam se intensificando (municípios de Óleo, Ipaussu, Xavantes e Piraju), o convite que se fazia aos imigrantes era mais urgente, o que fez com que mais de quinze mil (ou 6%) para lá se dirigissem” (MONBEIG, 1984, p. 193).

favorável –, essa área se manteve como um dos importantes centros produtivos frente ao envelhecimento dos cafezais de diversas grandes fazendas do “oeste velho” e a menor expressividade da cafeicultura no “oeste novo” (MONBEIG, 1984).

No entanto, justamente no período em que essa área foi uma das que se destacaram na produção de café no Brasil (ver Figura 8), o mercado mundial foi abalado pela Crise de 1929. Segundo Pierre Monbeig, durante a década de 1930:

De todas as regiões de terra roxa, uma só mantém, e brilhantemente, uma produção elevada: a de Chavantes, compreendendo também os municípios de Ipaussu, Óleo, Piraju e Ourinhos, com rendimento recorde de 102 arrobas. Deve ser lembrado que essa área acabava de entrar em cena quando se desencadeou a crise e que deve à juventude de seus cafezais, a sustentação do primeiro lugar (MONBEIG, 1984, p. 255).

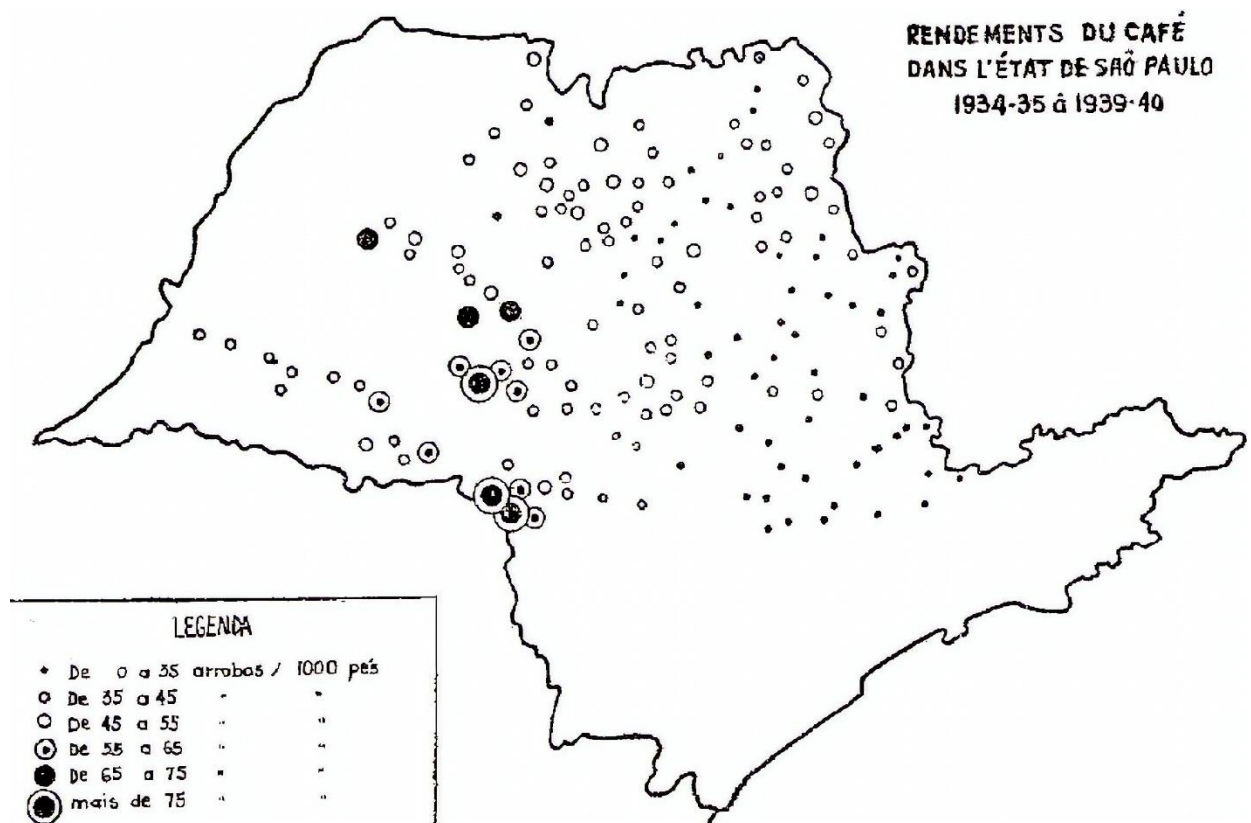


Figura 8: Rendimento do café no estado de São Paulo, 1934-35 a 1939-40

Fonte: Monbeig, 1984, p. 256.

Por outro lado, de acordo com Pierre Monbeig, a transformação da área de matas entre o baixo Paranapanema e o Rio do Peixe e, principalmente, entre esse segundo e o rio Tietê (planalto) ocorreu a partir de características significativamente diferentes em relação às zonas anteriormente integradas, como Ribeirão Preto e Botucatu (cuestas). A relação entre a organização fundiária, a abertura de estações férreas e cidades ocorreu em lógicas invertidas a partir da integração dos espigões do Planalto Ocidental Paulista. A partir de 1905, na zona da Noroeste, a construção dos trilhos, estações e loteamento das glebas, antecederam a ocupação do solo (pelos não indígenas) e a derrubada das florestas do entorno. No caso da zona do espigão da Alta Sorocabana, entre 1914 e 1922, a partir de Assis, ambos os processos aconteceram ao mesmo tempo (MONBEIG, 1984, p. 197).

Ao comentar a lógica de construção dessas ferrovias, Pierre Monbeig apresenta uma explicação⁴⁹ para que o trajeto dos trilhos férreos da Sorocabana, depois da estação de Salto Grande, deixasse de ser expandido pelo vale. Os problemas que estavam sendo causados por doenças endêmicas de margens de rios, como leishmaniose e malária, durante a construção dos trilhos da ferrovia CEFNOB desestimularam que o mesmo fosse tentado no baixo Paranapanema. O geógrafo argumenta que:

Um projeto antigo previa um traçado que, acompanhando o Paranapanema, deveria atingir a confluência do rio Tibagi. A infeliz experiência da Noroeste ao acompanhar o curso do Tietê e o sucesso dos outros empreendimentos sobre os espigões, assim como um início de povoamento entre o rio do Peixe e o Paranapanema, levaram o governo de São Paulo, dono da Sorocabana, a modificar o plano inicial. Ao invés de correr no vale, sobre a terra roxa, o traçado da Sorocabana foi orientado para o espigão (MONBEIG, 1984, p. 196-197).

A partir das considerações de Pierre Monbeig, é possível apontar que os principais motivos dessa diferenciação na organização da estrutura socioeconômica

⁴⁹ O geógrafo não comenta se nesse período, por volta de 1909, houve a percepção da inviabilidade da navegação do Paranapanema por vapores. Além dessa passagem de Pierre Monbeig, há pouca discussão historiográfica sobre esse projeto e a construção dessa representação social. Os projetos do “Ramal Tibagi” foram citados em esparsos trabalhos de história regional ou em colocações feitas a partir desse trecho de Monbeig.

Como os trajetos dos trilhos férreos eram concessões às empresas férreas, oficialmente, a mudança no traçado a ser desenvolvido pela empresa Sorocabana a partir de Salto Grande foi modificado em 1910 – quando a empresa era propriedade do governo do estado de São Paulo. Ver: BRASIL. Decreto nº 7.995, de 12 de maio de 1910. “Transfere para o porto de Tibiriçá, no rio Paraná, o ponto terminal de uma das linhas ferreas da Estrada de Ferro Sorocabana, e dá outras providencias”.

– menos dependente dos latifúndios cafeeiros – nesse trecho final da Alta Sorocabana, a oeste de Salto Grande, em linhas gerais foram: a falta de confiança dos fazendeiros quando aos meios de escoamento de produção, se comparados a zonas como a Paulista; a qualidade dos solos do planalto, que não eram tão produtivos como nas áreas nas cuestas; a baixa altitude, que desfavorecia o amadurecimento dos grãos; o aumento na demanda por produtos como o algodão, lenha e carne; a atuação de companhias de loteamento na venda de pequenas e médias glebas; as consequências da Crise de 1929; a migração de colonos que conseguiram adquirir algum dinheiro para adquirir propriedades próprias; e a abertura de fazendas cafeiras em terras mais férteis no norte do Paraná (MONBEIG, 1984).

Ana M. M. Corrêa pesquisou a formação regional e o desenvolvimento de relações políticas em um conjunto de municípios ao longo de parte do vale do rio Paranapanema – entre Piraju e Quatá –, durante a década de 1920. Esse foi o período em que a atuação da empresa ferroviária Sorocabana se consolidou na área analisada e que novos municípios foram formados (fronteira econômica) (CORRÊA, 1988).

De acordo com Ana M. M. Corrêa, na maior parte dos traçados das ferrovias paulistas, a expansão das linhas férreas até uma cidade impunha a modernização nas relações sociais e econômicas. A chegada dos imigrantes, a imposição da economia de mercado, a destruição de elementos vegetais nativos que ainda resistiam, significavam a negação de elementos da organização social das populações que anteriormente tivessem ocupado esses espaços. A modernização impunha a marcação do tempo de acordo com o relógio e os horários de chegada e partida do trem, o trabalho dos agricultores precisava se organizar na produção de mercadorias e as concepções morais de direito se ajustar às normas do Estado (CORRÊA, 1988).

Por outro lado, nesse processo desenvolvia-se a otimização do uso do solo, a construção de uma rede, ainda que limitada, de estradas, saneamento básico e fornecimento de energia elétrica⁵⁰ nas cidades. Essa melhoria logística

⁵⁰ Sobre o desenvolvimento de elementos da “técnica moderna”, como eletricidade pública em cidades no médio Paranapanema, ver: Pereira, 2013.

proporcionava o aumento do uso de dinheiro, novas mercadorias e o contato com jornais e publicações que circulavam nos grandes centros, além da circulação de profissionais encarregados de obras, negociação de terras e mesmo profissionais de escolarização e saúde. Finalmente, aumentava o controle do Estado sobre as pessoas e as propriedades, a partir de fiscalização e taxaço do que se transportava, além de facilitar o movimento de políticos e membros do governo pelas cidades mais distantes (CORRÊA, 1988).

Para delimitar a área de pesquisa, Ana M. M. Corrêa selecionou um grupo de municípios a partir da proximidade espacial (região objetiva), sem naturalizar as representações de “região do Vale do Paranapanema” ou “região da Alta Sorocabana”, que sugeririam uma região em comum em oposição a possíveis regiões limítrofes. Nessa perspectiva, não é possível generalizar a formação histórica e identitária de cidades que se estendem por um território de centenas de quilômetros da margem paulista do vale do rio Paranapanema, constituído a partir de características ambientais, transformações espaciais e econômicas e formações políticas que se desenvolveram ao longo de décadas⁵¹. Para a historiadora:

Na nossa maneira de ver, no entanto, qualquer tentativa de se estabelecer um delineamento rigoroso dessas fronteiras será inócuo, pois o objeto aqui tratado é extremamente fluído e, por isso mesmo, seus limites são imprecisos e mal definidos. Mesmo o recurso, aqui adotado, de utilização de balizas formais, como no caso de limites municipais ou de balizas geográficas, como, por exemplo, no caso dos rios citados, servem apenas para uma informação genérica e para uma limitação grosseira de suas fronteiras (CORRÊA, 1988, p. 46).

Ana M. M. Corrêa divide a explicação do desenvolvimento regional da área pesquisada a partir de dois impulsos que significaram a fundação de núcleos urbanos. Em um primeiro momento, nas últimas décadas do século XIX, a fundação de municípios, a leste do lugarejo de Salto Grande, como Santa Cruz do Rio Pardo e Piraju, que se tornaram enclaves em um território pouco integrado economicamente. Essa formação de núcleos urbanos e políticos esteve ligada ao avanço dos

⁵¹ Em um mesmo recorte regional *a posteriori* é possível observar dois extremos que são elucidativos e típicos dessa diferenciação nos períodos de formação histórica. Enquanto a estação de Piraju foi fundada em 1906, no município que havia sido emancipado politicamente em 1889; a fundação da estação de Quatá, em 1916, foi o início do desenvolvimento urbano da cidade, que se emancipou em 1925.

“pioneiros”, que se concentraram ao redor desses centros e constituíram uma rede de propriedades (CORRÊA, 1988, p. 52).

No entanto, o principal elemento de valorização das terras em torno desses centros, na perspectiva de Ana M. M. Corrêa, foi a percepção de que com a gradual interiorização das fazendas cafeeiras e de sua rede logística, além do crescimento na demanda por esse produto, essa área viria a se tornar um futuro polo produtor. A constituição da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, em 1886, pode ser interpretada como medida dos poderes públicos para atender a uma nova dinâmica econômica no que diz respeito à necessidade de integração das terras do vale do rio Paranapanema paulista. Ainda que a rede logística da economia cafeeira não possibilitasse que as terras do médio Paranapanema fossem integradas a essa economia nesse período, essa perspectiva já influenciava os agentes que passaram a se aventurar ali (CORRÊA, 1988, p. 52).

O segundo momento, a partir da década de 1910, marca a mais efetiva transformação sócio espacial que ocorreu em toda a área. Por um lado, a leste de Salto Grande, ocorreu a criação de diversos municípios, como Ourinhos e Ipaussu, a partir do retalhamento territorial dos primeiros municípios e da transformação da área de matas que resistiam em estradas e fazendas cafeeiras. Também ocorreu um rearranjo na organização regional, uma vez que esses novos centros urbanos passaram a diversificar a rede de serviços e personalidades de poder locais passaram a atuar na política partidária, como no caso de Piraju, que se tornou um centro de organização da política regional (p. 52-55). O exemplo notável dessas mudanças foi o município de Campos Novos do Paranapanema, que havia sido importante “boca do sertão”, mas, como não foi cruzado pela linha férrea, nem se tornou importante centro cafeeiro, perdeu relevância regional e estagnou em termos populacionais (CORRÊA, 1988, p. 58).

Por outro lado, nesse mesmo segundo momento, é possível assinalar que o contexto da integração econômica da área a oeste da estação de Salto Grande, a partir de 1914, se desenvolveu a partir de características ambientais, demográficas, políticas e econômicas significativamente diferenciadas. A partir (oeste) de Salto Grande, a expansão dos trilhos e a fundação de cidades ocorreram em conjunto com o retalhamento da terra, derrubada das matas e abertura de fazendas –

estações construídas em meio a mata. Segundo Ana M. M. Corrêa, “o que ocorria anteriormente, a fazenda precedendo a cidade, foi invertido. A cidade será, na maioria das vezes, o trampolim para a ocupação da zona rural” (CORRÊA, 1988, p. 10).

De acordo com Ana M. M. Corrêa, a integração da área que, até a primeira década do século XX, figurava nos mapas como “terrenos desocupados” (a oeste de Salto Grande), significou um violento processo de apropriação de territórios “hostis” pela existência de densas matas e animais selvagens, além de ser reivindicado por grupos indígenas e alguns posseiros – processo no qual o poder público teve importante papel, como nas expedições da CGG-SP, em 1905. Nesse aspecto, na década de 1920, constituíram-se municípios no baixo Paranapanema, cuja economia se organizou principalmente a partir do predomínio da policultura e de médias propriedades, enquanto que os municípios do médio Paranapanema se mantiveram estruturados a partir de grandes fazendas (latifúndios) cafeeiras (CORRÊA, 1988, p. 55-57).

Ao final, a pesquisa de Ana M. M. Corrêa acabou demonstrando a problemática de delimitações regionalistas feitas *a posteriori*, uma vez que a formação histórica dessa mesma região pode ser cronologicamente dividida a partir de dois períodos. Primeiro, a ação dos mineiros e dos agentes que lidavam com o problema indígena, de caráter menos organizado e com menos impacto ambiental, se comparada com o posterior desenvolvimento. Posteriormente, a ação modernizante, estabelecida em torno da via férrea, de empresas de loteamento, da ação de fazendeiros organizados e de uma economia relativamente mais complexa e dinamizada. Em um mesmo espaço, ambos os incentivos de ocupação do solo ocorreram; mas com grau e intensidade significativamente diferenciadas entre leste e oeste de Salto Grande.

Rogério N. Faleiros investigou o desenvolvimento da economia cafeeira em São Paulo, partindo da divisão do território em regiões econômicas, de acordo com as zonas de atuação das linhas férreas. A partir disso, o economista selecionou dois importantes municípios cafeeiros em cada região para comparar o impacto do movimento de interiorização da fronteira produtiva. Essa pesquisa será aqui discutida pois pode ser utilizada como uma síntese na historiografia sobre o

desenvolvimento da fronteira produtiva da economia cafeeira, que impunha a conquista de novas terras e se expressava indiretamente naqueles encarregados de “desbravar o sertão” (FALEIROS, 2007).

Em uma análise sistemática de fontes e recorte cronológico específico, Rogério N. Faleiros analisou os fatores que permitiram oscilações na capacidade produtiva da rede de fazendas cafeeiras em diferentes regiões de São Paulo. Para os fazendeiros e seus agentes, matas percebidas como virgens, com árvores de maior exigência nutricional, significavam uma espessa camada de húmus no solo e que no local havia uma terra adequada aos cafeeiros: a terra roxa, que permitia que a produtividade dos cafeeiros fosse estendida por mais tempo. Por outro lado, a capacidade técnica, representada principalmente na interiorização das linhas férreas, permitia o escoamento da produção e o movimento de trabalhadores. Por fim, a disponibilidade de mão de obra do imigrante, organizada no colonato, no qual o trabalhador também cultivava seus gêneros alimentícios em conjunto com os cafeeiros e, por isso, tinha seus rendimentos monetários reduzidos. O acesso a esses elementos foi facilitado pelo aparato político partidário paulista e brasileiro, que atendia aos interesses dos grandes cafeicultores (FALEIROS, 2007).

A relação entre esses elementos acabou compondo e influenciando o ritmo do desenvolvimento de uma fragmentada fronteira, que gradativamente foi expandida em direção ao extremo oeste do Planalto Ocidental Paulista. A estruturação da fronteira econômica impunha que áreas já demarcadas fossem integradas diretamente nessa teia produtiva, ou que “novos territórios” fossem conquistados por aqueles que se adiantavam a essa interiorização das fazendas cafeeiras. A partir disso, desenvolviam-se conjunturas regionais em torno das rotas de ocupação territorial, influenciadas principalmente pelos elementos ambientais, e de escoamento de produção.

Ao analisar a “região da Alta Sorocabana”⁵², Rogério N. Faleiros demonstra que a heterogeneidade da apropriação territorial inicial e da posterior integração econômica, ao longo da linha entre Botucatu e o Rio Paraná, não permite que os municípios fundados ao longo de centenas de quilômetros e com diferença temporal

⁵² Divisão utilizada em pesquisas clássicas como MONBEIG (1984) e MILLIET (1941).

de décadas sejam interpretados como elementos de uma mesma região constituída a partir de um processo contínuo. Por isso, o foco em Botucatu, um centro regional influente antes da interiorização das fazendas cafeeiras e que, em conjunto com São Manuel, foi também uma das grandes zonas produtoras de grãos do estado (FALEIROS, 2007).



Figura 9: Região da Alta Sorocabana

Fonte: Faleiros, 2007.

Rogério N. Faleiros argumenta que, em meados do século XIX, a criação da vila de Botucatu constituiu um centro estratégico na economia da província: ao mesmo tempo que economicamente se ligava ao centro-sul da Depressão Periférica, fazendo parte das rotas de produção e comércio de alimentos e muares da província; era também um ponto territorialmente avançado, acima das cuestras e frente aos terrenos indígenas. Da vila Botucatu, partiram grupos de fazendeiros de criar e especuladores que avançaram sobre territórios indígenas e passaram a reclamar propriedades de grandes glebas e titulação incerta. Paralelo a esses, também partiram pequenos produtores posseiros, que se dedicavam a territórios que

podiam cultivar em escala familiar e praticamente se desligavam dessa rede econômica. Nas terras a oeste de Botucatu, foram constantes conflitos pela posse de terras, cuja produção se tornava mais insignificante quanto mais distante fosse das vilas e cidades que se desenvolveram próximas aos rios Pardo e Turvo, afluentes do rio Paranapanema (FALEIROS, 2007, p. 234).

No entanto, a interiorização da fronteira econômica cafeeira suprimiu as disputas territoriais anteriores e reorientou a organização sócio-espacial, transformando Botucatu em um importante centro produtivo e rota de expansão econômica em direção ao vale do rio Paranapanema. Com a abertura de fazendas cafeeiras e o prolongamento dos trilhos da ferrovia Sorocabana, a área a partir do reverso das cuevas passou a ser efetivamente integrada à cadeia produtiva mundial e submetida ao aparato jurídico Estatal. Rogério N. Faleiros ressalta que: “cabe lembrar que, além de Botucatu, boa parte das propriedades permaneceram incultas até as primeiras décadas do século XX, sendo mais efetivamente povoadas e exploradas somente com o advento da cafeicultura” (FALEIROS, 2007, p. 236).

No médio Paranapanema, a cafeicultura apresentou importantes resultados proporcionados pelas terras de latossolo vermelho (terra roxa) e pela camada de húmus deixada pela espessa floresta de Mata Atlântica do Interior. A partir da década de 1920, a diversidade fundiária preexistente foi superada pela cafeicultura, e essa se manteve por décadas como a principal atividade econômica da área. No entanto, em termos de cenário nacional, a produção na área em torno de Ourinhos (entre Piraju e Salto Grande), compôs o último foco relativamente importante da cafeicultura na Alta Sorocabana (FALEIROS, 2007).

Além da área de Ourinhos/Salto Grande, no baixo Paranapanema e no espigão entre o rio do Peixe, a produção cafeeira foi menos significativa e mais breve, e a rede fundiária se consolidou mais heterogeneamente, se comparada a área entre Piraju e Ourinhos. De acordo com Rogério N. Faleiros:

Não se trata de afirmar que as regiões novas da área de expansão da Ferrovia Sorocabana rumo ao Rio Paraná não tenham sido incorporadas à produção capitalista, muito pelo contrário. Foram incorporadas, mas lá ocorreria um processo distinto, lá a fronteira guardou especificidades, pois a “colonização” foi pautada em uma maior diversificação da produção e numa maior fragmentação das propriedades, como também, por outro lado, por uma maior

concentração de glebas para a especulação e para a pecuária [...] (FALEIROS, 2007, p. 227).

Rogério N. Faleiros parte da hipótese de que a cafeicultura constituiu uma lógica que estruturava uma fronteira que progredia territorialmente, sempre demandando a integração de novos territórios e a disponibilidade de mão de obra. No entanto, ao analisar as médias produtivas dos municípios que se constituíram enquanto parte da estrutura cafeeira, e apesar das crises econômicas, o economista demonstra que a produção era maior e se mantinha por mais tempo em alguns municípios, graças a sua composição ambiental (constituição do solo). Esse foi o caso da Alta Sorocabana, onde o crescimento da economia cafeeira estimulou a conquista e o apossamento de glebas de terras antes ocupadas por florestas. No entanto, a partir da década de 1920, as áreas que passaram a ser integradas a oeste de Ourinhos não se tornaram grandes centros nessa produção, devido a problemas desse próprio processo de conquista, como títulos territoriais duvidosos, e, principalmente, aos elementos ambientais menos favoráveis (solo e altitude). A oeste de Botucatu, a área em torno de Piraju e Ourinhos foi o último centro cafeeiro com níveis elevados de produção no traçado da Sorocabana (FALEIROS, 2007).

Paulo P. Marques pesquisou a importância da expansão dos trilhos da ferrovia Sorocabana, entre Botucatu e o rio Paraná, enquanto elemento transformação socioespacial ao longo de uma área que ficou conhecida como “região da Alta Sorocabana”. Ao investigar as transformações ocorridas nessa área ao longo dos anos, o pesquisador evidenciou contradições nessa concepção de região, pois a conquista e integração produtiva dos municípios que surgiram ao longo da linha, ou antes dela, ocorreram a partir impulsos e temporalidades diversificadas: desde a ação de pequenos posseiros, a partir da década de 1850, até a atuação de empresas de loteamento e férrea, a partir da década de 1900. Nesse sentido, sequer há um consenso historiográfico sobre o que seria a “Alta Sorocabana”, região cuja espacialidade depende do recorte de cada pesquisador (MARQUES, 2009).

A partir do caso da empresa férrea Sorocabana, Paulo P. Marques discute como os interesses dos fazendeiros nas estradas de ferro acabavam sendo assegurados pelos governos paulista ou brasileiro, no que diz respeito ao domínio político do território. O pesquisador argumenta que para incentivar as empresas a

construírem as linhas, o governo disponibilizava amplos benefícios, como a garantia de juros sobre o dinheiro aplicado, isenções fiscais, direito de desapropriação das terras e o privilégio de zona (que garantia a exclusividade de cada empresa sobre determinado traçado). A partir das demandas dos cafeicultores e do apoio logístico e fiscal dos agentes da União, capitalistas internos e externos poderiam investir com segurança (MARQUES, 2009).

Paulo P. Marques defende que o processo de integração econômica da área entre Botucatu e Ourinhos/Salto Grande ocorreu em três fases subsequentes: a do pastoreio, a do café e a da policultura. Como fase do pastoreio, o pesquisador se refere a conquista do espaço e legitimação de poses, ocorrida a partir dos campos e da criação de equinos, bovinos e suínos, bem como pequenas roças de agricultores mineiros. A fase da cafeicultura representou a principal e efetiva transformação na paisagem e na economia, responsável pela criação de uma rede produtiva e de serviços (ferrovia, estradas, cidades) e pelo crescimento populacional. Finalmente, a fase da policultura se iniciou a partir de uma diversificação produtiva, após a perda de produtividade das fazendas cafeeiras, a partir da década de 1940.

No entanto, o período em que os trilhos da ferrovia Sorocabana passaram a ser estendidos no vale do rio Paranapanema, a partir de Avaré em direção a Piraju e Salto Grande, foi um período de crise na economia cafeeira – década de 1900 –, o que desestimulou a construção dos trilhos e a abertura de fazendas. Ainda que um dos interesses do governo fosse a integração política/econômica com o Mato Grosso, era preciso obter receitas e produtos que compensassem a expansão dos trilhos por uma área em que predominavam matas. Uma vez que as fazendas cafeeiras ainda começavam a ser constituídas em algumas localidades dessa área e a produtividade inicial da zona de Botucatu/São Manuel/Avaré não gerava receitas suficientes frente a crise, a baixa lucratividade e a má gestão da Sorocabana culminaram na falência da empresa, em 1902, obrigando assim que fosse encampada pelo governo federal e passasse a ser administrada pelo governo estadual nos anos seguintes (MARQUES, 2009, p. 68).

Foi somente a partir da década de 1920, quando a rede de serviços se desenvolveu e a maioria das fazendas cafeeiras da área entraram em produção, que destacou-se o desenvolvimento econômico regional e a melhora no desempenho da

ferrovia. Nesse aspecto, o principal exemplo foi o município de Ourinhos, que, a partir de 1924, foi a principal ligação com o estado do Paraná (travessia do Paranapanema) através do eixo ferroviário onde se encontravam as estradas de ferro Sorocabana e a Estrada de Ferro São Paulo-Paraná (MARQUES, 2009, p. 106).

De acordo com Paulo P. Marques a expansão dos trilhos da Sorocabana após os anos em que a estação de Salto Grande foi a última da linha (entre 1909 e 1914) significou a integração de uma área cujas características se tornaram diferenciadas em relação a área entre Botucatu e Salto Grande. Esse foi o último impulso na construção da ferrovia rumo ao Rio Paraná (concluída em 1922), sem grandes pausas e em um período de entre crises (p. 70). A área integrada a partir desse período – os “terrenos desconhecidos” conquistados a partir da primeira década do século XX – foi retalhada principalmente em médias propriedades, com a atuação de companhias de loteamentos e regulamentação sistemática de títulos duvidosos (forjados). A partir da década de 1920, nesse trecho final da ferrovia, desenvolveu-se a produção e comércio de produtos como algodão, gado e madeira (policultura) e o café deixou de ser o principal produto econômico (MARQUES, 2009, p. 108-109).

Quando se desencadeou o prolongamento dos trilhos da ferrovia Sorocabana para oeste da área de Salto Grande, ocorreu uma diferenciação na estrutura de apropriação e desenvolvimento econômico territorial. Até esse período, no reverso da cuesta e no médio Paranapanema havia predominado a ação de pequenos e grandes posseiros (mesmo que reivindicantes de posses de grandes glebas), em um processo comparativamente mais lento de (re)ocupação. A conjuntura de integração a partir da área onde foi fundada Assis desenvolveu-se principalmente atuação de capitalistas e seu aparato de poder: agrimensores, engenheiros e empresas de colonização atuaram diretamente no reconhecimento da área e derrubada da mata – ainda que glebas em mata tenham resistido por falta de capitais, como reservas para especulação ou pela continuidade nos problemas de titulação. A racionalização nos aparatos de conquista territorial fez com que a fronteira econômica operasse mais intensamente que a fronteira demográfica.

A pesquisa de Elisangela P. Fantin, sobre memórias de um engenheiro que trabalhou na Alta Sorocabana, corrobora com essa tese, quanto às características

do processo de integração territorial a partir da área de Salto Grande ter um caráter de cunho mais empresarial e “racionalizado”, se comparada com momentos de apropriação territoriais precedentes. Diferentemente do que havia ocorrido até esse trecho, a construção dos trilhos foi feita em conjunto com o loteamento das glebas e foram fundamentais a presença de engenheiros, agrimensores e a atuação de empresários estrangeiros. Ao mesmo tempo, o prolongamento da ferrovia Sorocabana de Salto Grande a Presidente Epitácio foi similar aos empreendimentos das ferrovias Madeira-Mamoré e CEFNOB, uma vez que os trilhos foram construídos nas florestas, favorecendo o uso de mão de obra pouco remunerada ou compulsória de grupos desalojados da região (FANTIN, 2009).

Nesse aspecto, a contradição na atuação de empresas modernas em territórios hostis e dependente de trabalho compulsório na frente de expansão aparece como um símbolo do atraso regional; no entanto, retomando o texto de José S. Martins, a desigualdade espacial e nas condições socioeconômicas são elementos constitutivos do capitalismo enquanto sistema mundial. A partir da superexploração da força de trabalho, da aquisição de matérias primas (ou terras) a baixo custo, e de desequilíbrios nos termos de trocas de mercadorias, as áreas que aparentemente escapam a organização social capitalista (fronteira) possibilitam a reprodução de capitais que fluem aos centros do capital (MARTINS, 1997).

Em síntese dessa discussão historiográfica, a abertura de fazendas cafeeiras implicou nos seguintes elementos: a valorização das matas em detrimento dos campos; o uso dos terrenos secundários para criação de animais ou para produção de alimentos aos trabalhadores; a chegada de imigrantes e técnicos, como agrimensores e advogados; a modernização na estrutura logística com os trilhos férreos, estradas, cidades e luz elétrica pública e o aparato burocrático do Estado. A construção dessa rede pode ser interpretada como integração econômica direta⁵³.

⁵³ No entanto, as melhorias técnicas nas cidades e os discursos sobre como essa região poderia se desenvolver quando integrada pela “modernidade” apresentam também um contraste frente a posição que essa área passou a desenvolver na divisão mundial do trabalho. É preciso questionar o quanto limitado foi o desenvolvimento econômico na vida da maioria da população nessas pequenas cidades do interior de São Paulo.

3 ECONOMIA, MODERNIZAÇÃO E AS ELITES PAULISTAS

3.1 Economia, política e modernização em São Paulo

A proposta desse capítulo é discutir a relação entre o desenvolvimento econômico na província/estado de São Paulo a partir da segunda metade do século XIX e sua relação com a economia mundial. Em seguida, será discutido como as elites econômicas e políticas convergiram direta ou indiretamente para a liderança da política partidária do Brasil, a partir das últimas décadas desse século. A constituição de uma representação social hegemônica em torno de ideias de modernidade e progresso impactaram diretamente nas áreas do interior, representadas pela ausência desses elementos.

Na primeira metade do século XIX, a economia cafeeira foi desenvolvida na região sudeste e se tornou o principal elemento de exportação do Brasil. A partir da década de 1850, a província de São Paulo se consolidou como o maior produtor de café mundial e, nas últimas décadas do século, os produtores do oeste (“velho”) paulista obtiveram os maiores índices de crescimento. Esse desenvolvimento econômico forçou uma constante demanda pela integração de territórios do interior com a abertura de novas fazendas, a gradativa criação de cidades e a expansão das vias férreas que ligavam os portos a territórios cada vez mais distantes⁵⁴. Além do desenvolvimento econômico, a província de São Paulo, que até meados do século XIX ocupava uma posição secundária no cenário político do Brasil, se tornou um dos centros no qual emanaram e convergiram as ideias de modernização das relações políticas, de trabalho e de produção, que se evidenciaram em finais do século.

Dentre os fatores explicativos desse desenvolvimento econômico, é possível indicar os principais, os quais não podem ser interpretados se não a partir de sua relação. Inicialmente, o desenvolvimento da economia cafeeira no Rio de Janeiro e

⁵⁴ De acordo com Amilson B. Henriques o crescimento da economia cafeeira esteve ligado à expansão da rede urbana e das linhas férreas: “em 1870, o Estado possuía 139 quilômetros de trilhos assentados; em 1880, 1.212; em 1890, 2.425; em 1900, 3.373; em 1910, 4.825; em 1920, 6.616; em 1930, 7.099. De 1865 a 1875 a produção de café em São Paulo mais do que duplicou: de 20.000 toneladas, para 45.000. O estado possuía em 1887, 180 milhões de cafeeiros plantados; até 1895 plantou-se mais 500 milhões de pés. De 145 municípios e 205 distritos em 1892, o estado contava com 259 municípios e 522 distritos em 1930; a população passou de 1.384.753 habitantes em 1890 para 6.160.705 em 1930 e o número de cidades com mais de 30.000 habitantes saltou de um (São Paulo) em 1872 para 34 em 1920; e o número de fábricas passou de 326 em 1907 para 5.748 em 1931” (HENRIQUES, 2015, p. 35-36).

no Vale do Paraíba paulista ocorreu a partir da estrutura agrária e de relações de trabalho já existentes, organizadas a partir do latifúndio escravista, e ampliadas em consonância com a demanda mundial pelo produto. No entanto, o principal desses elementos constituiu-se gradativamente pelo conjunto formado pelas próprias características ambientais do território do interior paulista, que favoreceram o desenvolvimento de fazendas cafeeiras, que podiam competir e mesmo superar outras regiões onde se plantava café. Além disso, em termos técnicos, esse desenvolvimento foi propiciado pela introdução de máquinas de beneficiar café, expansão da rede ferroviária, construção de portos e desenvolvimento de instituições para pesquisas agrícolas – influência da revolução científico-tecnológica que ganhou força nos países centrais do capitalismo a partir da década de 1870. No entanto, tal conjuntura não poderia ter se desenvolvido sem a atuação política das elites paulistas, que se fortaleceram na segunda metade do século XIX e passaram a conduzir a política brasileira na República (FALEIROS, 2007; HENRIQUES, 2015).

O período entre as últimas décadas do século XIX e a primeira do século XX, que mais nos interessa aqui, corresponde a uma conjuntura global que Eric Hobsbawm interpretou como “Era dos Impérios” (1875 e 1914). De acordo com o historiador, as principais características da economia dos países centrais do capitalismo nesse período foram: a economia mundializada, que ligava os diversos países do mundo de forma a beneficiar as economias centrais; a rivalidade entre os Estados; a revolução tecnológica; a otimização na organização das empresas; o aumento da oferta e mercado de bens de consumo; e a crescente convergência entre política e economia. Nesse período, ampliou-se a relação entre as diversas regiões do globo em “uma economia global única”, que havia tomado forma em meados do século XIX, e se caracterizou por “[...] uma rede cada vez mais densa de transações econômicas, comunicações e movimentos de bens, dinheiro e pessoas ligando os países desenvolvidos entre si e ao mundo não desenvolvido” (HOBBSAWM, 1988, p. 95).

No entanto, ampliou-se ainda mais o desigual crescimento dos países centrais do capitalismo em detrimento de países neocoloniais, como no continente africano, cujas relações se evidenciaram cada vez mais pela imposição das forças produtivas em conjunto com um aparato político/militar imperialista. No mesmo

sentido, países periféricos, como Brasil, acabaram se especializando na extração de um ou dois produtos primários, como a borracha, que eram transformados pelas modernas indústrias europeias, e se tornaram dependentes de produtos manufaturados, como trilhos férreos e locomotivas. Ainda que esses países periféricos também tenham se tornado tímidos consumidores de produtos industrializados, a maior parte de tais mercadorias, como o café brasileiro, acabava circulando somente por alguns países centrais na Europa e nos EUA (HOBBSAWM, 1988).

A partir desse arranjo da economia mundilizada, economias periféricas aparentemente *não* possuíam alternativa, a não ser cumprir uma função na divisão mundial do trabalho, sempre atrelada às suas capacidades produtivas, como produtoras de alimentos ou fornecedoras de minerais às indústrias europeias. Nesse sentido, o papel atribuído ao Brasil no século XIX coincidiu com as conveniências dos senhores de terras, cuja organização econômica e política os favorecia⁵⁵. Na perspectiva de Hobsbawm, no período em questão, o Brasil era uma das economias em crescimento, mas economicamente subordinada ao núcleo desenvolvido:

Estas regiões não tinham opção, já que ou uma potência colonial decidia o que tinha que acontecer a suas economias, ou uma economia imperial tinha condições de transformá-las numa *banana* – ou *café* – *republic*. Ou, ainda, essas economias não costumavam estar interessadas em opções alternativas de desenvolvimento, pois era visivelmente remunerador para elas se transformarem em produtoras especializadas em produtos primários para um mercado mundial composto pelos Estados metropolitanos (HOBBSAWM, 1988, p. 68).

⁵⁵ No mesmo sentido, Rogério N. Faleiros afirma que a economia cafeeira foi estruturada a partir de dois marcos histórico-estruturais: a dependência da demanda mundial no plano externo e da imposição dessa economia sobre as demais regiões do país. Nesse sentido: “estes marcos explicam porque as defesas do café se confundiam com os “interesses nacionais”, pois, a burguesia cafeeira era o único “grupo” capaz de travar relações mais estreitas (dependentes, por suposto) com o capitalismo internacional, e de ser capaz de dar uma resposta de maior alcance aos problemas existentes, delineando os limites das opções políticas possíveis e sustentando o funcionamento deste tipo de Estado Nacional como condição de seu próprio domínio” (FALEIROS, 2007, p. 26).

Também em concordância com Hobsbawm, de acordo Amilson B. Henriques, especializar a economia brasileira de exportação quase exclusivamente em um único produto fez com que o país se ajustasse enquanto economia periférica na divisão internacional do trabalho. Além da própria opção dos latifundiários paulistas em responder a essa demanda: “[...] havia uma dinâmica própria da economia de mercado imposta pelos países do centro que detectava as necessidades dos mercados, encontrava os melhores lugares onde os produtos poderiam ser produzidos, adquiridos ou extraídos por menores preços para colocá-los no mercado. A concorrência era duramente enfrentada dando preferência a região que produzisse a mesma mercadoria por preços mais cômodos. Nessa lógica, era bastante difícil um país conseguir produzir em condições de poder enfrentar essa concorrência” (HENRIQUES, 2015, p. 28).

Segundo Hobsbawm, esse período se caracterizou, nos países centrais, pelo desenvolvimento ascendente da economia, da ciência, da técnica e da educação, ainda que de fato restritos às classes altas. Os valores da burguesia que se espalhavam verticalmente pelas sociedades centrais se estruturavam nas ideias de triunfo da ciência, do desenvolvimento tecnológico, das manufaturas e da “missão de levar a civilização a povos atrasados” das neocolônias. Nos países periféricos, esses valores acabavam aparecendo como elementos estrangeiros e estranhos, contrastando com sociedades predominantemente rurais, estruturadas na tradição (HOBBSAWM, 1988). As classes aristocráticas de países como o Brasil, ligadas a propriedade da terra, acabavam tendo que reorientar suas práticas a novos arranjos sociais baseados na ideia de progresso, que cada vez mais emanava dos centros de poder e das classes médias urbanas.

No entanto, o progresso se apresentava como um duplo drama. Nos países centrais, poder-se-ia perguntar para onde levava, a partir de quais custos, e se o crescimento dos ganhos econômicos e técnicos se sustentaria frente a política desenvolvida. Por outro lado, nos países periféricos, tais ideias e seus elementos materiais apareciam limitados às classes no poder e alheios a maior parte da população. Nesse sentido: “o mundo estava, portanto, dividido numa parte menor, onde o ‘progresso’ nascera, e outra, muito maior, onde chegara como conquistador estrangeiro, ajudado por minoria de colaboradores locais” (HOBBSAWM, 1988, p. 53).

No Brasil, essa minoria de descendentes dos colaboradores do colonialismo acabava incentivando um conjunto de valores e práticas através de diferenciações de classe, representada em elementos como a escolarização, e impostas a grupos, como indígenas e negros, através da exclusão ou mesmo do extermínio.

A ideia de “progresso” era parte de uma conjuntura de aceleração das renovações tecnológicas, continuação e atualização do desenvolvimento da Primeira Revolução Industrial, mas que implicou na expansão de seus principais elementos por diversas partes do globo, tais como as vias férreas, barcos a vapor e telegrafo. Ainda que nos países periféricos esses elementos tenham sido parte da infraestrutura econômica voltada ao exterior, o “progresso” limitadamente se concretizava através daquilo que poderia ser percebido pelo olhar, tal como uma via

férrea atravessando uma pequena cidade do interior no Brasil⁵⁶. No entanto, esses elementos se tornaram indispensáveis às classes altas, tais como a aspirina, a eletricidade, a bicicleta, o automóvel, que passaram a fazer parte do cotidiano das elites e classes médias dos centros urbanos dos países periféricos e serviram como elemento de status de modernidade (HOBBSAWM, 1988).

Nicolau Sevcenko parte da análise do desenvolvimento da Revolução Científico-Tecnológica ocorrida a partir dos países centrais do capitalismo e a relaciona às transformações ocorridas no Brasil, nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX. Mais que uma simples continuidade da Segunda Revolução Industrial, esse foi o período em que foram criados os padrões de produção tecnológica, os elementos de consumo cotidiano e a relação com o tempo, que constituem a identidade moderna, na qual a sociedade ocidental ainda se orienta. A partir de um novo dinamismo da economia internacional:

[...] Essas mudanças irão afetar desde a ordem e as hierarquias sociais até as noções de tempo e espaço das pessoas, seus modos de perceber os objetos ao seu redor, de reagir aos estímulos luminosos, a maneira de organizar suas afeições e de sentir a proximidade ou o alheamento de outros seres humanos. De fato, nunca, em nenhum período anterior, tantas pessoas foram envolvidas de modo tão completo e tão rápido num processo dramático de transformação de seus hábitos cotidianos, suas convicções, seus modos de percepção e até seus reflexos instintivos (SEVCENKO, 1998, p.7).

No Brasil, a partir do contato com essas ideias de modernidade, as elites econômicas cafeicultoras do sudeste e intelectuais de classe média, que se orientaram em torno do Partido Republicano, passaram a propagar o combate ao atraso econômico do país através da superação de outros tempos históricos, que

⁵⁶ Gilmar Arruda aponta que algumas das ferrovias no Brasil, além de propósitos econômicos, possuíam também funções políticas, estratégicas e de poder simbólico. A construção das linhas e as possibilidades de integração territorial entre diversas áreas produtivas serviam para aumentar o controle sobre as fronteiras do interior com os estados vizinhos, além de impor a povos dispersos a ideia do “progresso” e da “unidade nacional”. Enquanto elemento criado pela técnica e consequência do desenvolvimento econômico, para os moradores do interior as vias férreas passavam a simbolizar a velocidade do progresso: “como o símbolo de uma era e de um modo de ver o mundo, as ferrovias tornaram-se parâmetros de medição do estágio de desenvolvimento dos países e das regiões. A chegada das pontas dos trilhos a algum lugar até então considerado “remoto”, dava ocasião a discursos esperançosos acerca de uma era de bonança e de progresso que certamente se prenunciava. A construção das ferrovias foi uma das formas que mais fortemente influenciou as mudanças de percepção dos espaços interiores das nações, não só no sentido econômico, mas também simbolicamente” (Arruda, 2000, p. 110).

não o da modernidade. Nicolau Sevcenko identifica que a modernização significava impor à sociedade brasileira o tempo republicano:

Um tempo mais acelerado, em que a exigência de acertar os ponteiros brasileiros com o relógio global suscitou a hegemonia de discursos técnicos, confiantes em representar a vitória inelutável do progresso e por isso dispostos a fazer valer a modernização a 'qualquer custo'. As ações concretas desencadeadas por esses discursos [...] se traduziram em formas extremas de opressão quando voltadas para as populações destituídas de qualquer educação formal e alheadas dos processos decisórios (SEVCENKO, 1998, p. 27).

No entanto, essas ideias se chocavam com o passado colonial, com a posição do Brasil no cenário econômico mundial e com a situação de pobreza da maioria da população. Por um lado, não haveria espaço para as sociedades tradicionais no país que se queria configurar; por outro, não havia como superar sua existência, como se pretendia:

No afã do esforço modernizador, as novas elites se empenhavam em reduzir a complexa realidade brasileira, singularizada pelas mazelas herdadas do colonialismo e da escravidão, ao ajustamento em conformidade com padrões abstratos de gestão social hauridos de modelos europeus ou norte-americanos. [...] A compreensão dos fenômenos do subdesenvolvimento e das desigualdades inerentes ao sistema de trocas no mercado internacional levou um longo tempo para germinar e adquirir uma significativa substância crítica entre as elites republicanas. E enquanto essa consciência crítica não amadurecia, prevaleceu o sentimento de vergonha, desprezo e ojeriza em relação ao passado, aos grupos sociais e rituais da cultura que evocassem os hábitos de um tempo que se julgava para sempre e felizmente superado (SEVCENKO, 1998, p. 27).

No contexto brasileiro, a relação entre o desenvolvimento do trabalho assalariado, o crescimento produtivo da região sudeste e a demanda estrangeira pelos grãos de café implicaram que fossem desenvolvidas políticas para contornar os problemas que surgiam. Dentre eles, o processo de abolição do escravismo, que começou com a proibição do tráfico, em 1850, e terminou com a abolição formal em 1888. José S. Martins, em pesquisa inicialmente publicada em 1979, defende que a aprovação da lei de Terras de 1850 foi uma reação ao processo em curso, o qual viria a pôr fim ao escravismo. Para o pesquisador, a aprovação da Lei de Terras de 1850, algumas semanas após a aprovação da lei que proibia o comércio transatlântico de escravizados, constituem partes de um mesmo processo, e devem ser entendidas como estratégias deliberadas para resolver o problema da falta de

mão de obra que se apresentava. Como a abolição passava a figurar no horizonte, e com o desenvolvimento de ideais liberais na economia, uma das formas de manter os trabalhadores submissos às propriedades dos fazendeiros foi negar-lhes o acesso à terra. Como a mão de obra gradativamente se tornaria livre, a posse da terra deveria ser restringida àqueles que dispusessem de algum capital para comprá-la e pôr em produção (MARTINS, 2010).

A historiadora Iraci G. Salles investigou a gradativa convergência de interesses dos grandes fazendeiros do oeste paulista, que se aglutinaram na criação do Partido Republicano Paulista, em 1873, e passaram a impor seus interesses como se fossem os da nação. Participando cada vez mais dos meios letrados dos centros urbanos e influenciados pelas ideias que irradiavam dos países centrais do capitalismo, essa elite político-econômica passou a defender a modernização das relações de trabalho e políticas como forma de legitimar e reproduzir seu próprio poder econômico. A partir disso, a ideia de república passou a ser associada com o sufrágio universal, com a igualdade jurídica entre os homens e com o desenvolvimento das capacidades humanas através da educação, ignorando-se os conflitos de classe. Para isso, deveria ser estabelecida uma sociedade de contrato, na qual o livre direito de participar do progresso da nação faria que os cidadãos depositassem no partido o papel de falar em nome do povo e representar a vontade nacional (SALLES, 1986).

Essa defesa de interesses ficou evidente frente ao problema da constante demanda por mão de obra, intensificada na década de 1880 – apesar das melhorias nas técnicas no beneficiamento dos grãos. Para resolver esse problema, o governo imperial e as elites paulistas da região que, naquele período, era conhecida como “oeste” investiram esforços na utilização de mão de obra de trabalhadores imigrantes da Europa ocidental. Consequentemente, a estrutura agrária que era desenvolvida nas fronteiras econômicas do oeste cada vez mais se “libertava” da mão de obra escrava; e não por desejo dos fazendeiros, mas por imposição dessa transição nas forças produtivas. Nesse sentido, apesar da discriminação contra os negros⁵⁷ e os chamados “nacionais”, foi principalmente a estrutura econômica que

⁵⁷ Segundo Amilson B. Henriques, essa nova forma de organização nas forças de produção significou ignorar os trabalhadores nacionais livres e negar os ex-escravos e a população negra como possíveis trabalhadores assalariados. Para as elites brasileiras, a partir de uma estrutura cultural racista e de

impôs aos fazendeiros a modernização de suas concepções de trabalho e propriedade (SALLES, 1986).

Para organizar e legitimar essa transição nas relações de trabalho, foi preciso incentivar mudanças no sentido que era atribuído ao trabalho. Segundo Iraci G. Salles, o papel degenerativo que o trabalho forçado impunha ao negro deveria ser deixado no passado, como uma “característica negativa do próprio ser do negro”, para, finalmente, representar o elemento para o desenvolvimento de “civilização e progresso da nação”. Para isso, a alternativa de mão de obra também não poderia ser a de imigrantes indianos ou chineses – também disponíveis –, representados como inferiores; mas sim da Europa ocidental:

Se o que se desejava era recuperar e regenerar o trabalho, a política de braços deveria ser reorientada para um tipo de trabalhador que fosse capaz de a renovação das práticas de trabalho através da inteligência e ser construída uma nova ordem distanciada da antiga forma de produção. A discussão sobre a imigração não se restringia exclusivamente à escassez de “braços” (SALLES, 1986, p. 98).

A adoção da política de subvenção dos custos do sistema logístico de imigração, por parte do governo brasileiro, impôs que esses fossem divididos pela totalidade da sociedade através dos impostos, beneficiando, assim, os cafeicultores. Principalmente no período entre a década de 1880 e 1914, milhões de imigrantes entraram no Brasil⁵⁸, e a maioria foi para as fazendas de café de São Paulo. Por isso, os fazendeiros que possuíam escravos puderam estender ao máximo sua posse enquanto capital investido, ao mesmo tempo em que o capital antes usado na aquisição de escravos passou a ser utilizado para a abertura de novas fazendas no oeste paulista (depois “oeste velho”) (SALLES, 1986).

princípios do darwinismo social, os negros, que deixaram de ser vistos como propriedade, passaram a constituir somente um elemento prejudicial na constituição do povo brasileiro. Nesse aspecto, existia a crença no gradual branqueamento da população, uma vez que negros, vistos como nocivos ao desenvolvimento da sociedade, supostamente desapareceriam da população brasileira (HENRIQUES, 2015).

⁵⁸ Durante esse período, ocorreram variações nesse fluxo, que dependeu de fatores como a subvenção da viagem dos grupos imigrantes, a situação do trabalho nas fazendas e os motivos de expulsão nos países europeus. Criou-se, assim, toda uma logística de recrutamento, transporte e distribuição desses trabalhadores pelo Brasil, sobretudo para o estado de São Paulo. De acordo com Lúcia L. Oliveira, estima-se que o Brasil tenha recebido entre o período de 1890 a 1930, cerca de 3.523.645 de imigrantes. Desse total, cerca de 2.033.654 (57%) foram para São Paulo – um número relativamente alto, que produziu significativa mudança na composição étnica da população. Também ocorreu um grande afluxo de pessoas que emigraram para outros países ou de volta ao seu local de origem – e a demanda constante por mão de obra em São Paulo nunca desapareceu (OLIVEIRA, 2002).

Ao analisar o contexto de formação da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, a pesquisadora Silvia F. M. Figueirôa abordou as influências dos interesses das elites econômicas paulistas na constituição de instituições de pesquisa dos recursos naturais. Segundo a pesquisadora, a partir da década de 1870, o contato das elites paulistas com novidades europeias, propiciado pelo crescimento econômico da província, além da carência por um arcabouço ideológico que orientasse suas ações, propiciaram que ideias positivistas e cientificistas ganhassem força entre os grandes cafeicultores (FIGUEIRÔA, 1987).

Essas ideias desenvolveram-se em um período em que se tornaram necessárias novas técnicas para expandir a cafeicultura para o oeste paulista, e encontrar novas fontes de mão de obra para substituir o trabalho escravo. Ao mesmo tempo que a Europa passava por um período de acentuado desenvolvimento tecnológico, as técnicas agrícolas no Brasil pouco haviam mudado ao longo do último século. Por um lado, a dinâmica da cafeicultura, estruturada no mercado internacional e cada vez mais dependente de vias férreas, impôs que esses fazendeiros modernizassem suas relações produtivas, e a estrutura aristocrática perdesse força⁵⁹. Por outro lado, o fortalecimento de certa consciência de classe, na qual os cafeicultores do oeste se representavam como os “modernizadores”, influenciou também no questionamento aos arranjos políticos do Império e na necessidade de organizar meios para participar diretamente do poder (FIGUEIRÔA, 1987).

Por isso, Silvia F. M. Figueirôa assinala uma diferenciação geográfica no que diz respeito às posturas econômicas e técnicas entre os cafeicultores: aqueles que iam ficando para trás, no Vale do Paraíba, podem ser descritos como os “tradicionalistas”; e os do oeste, a partir da região que depois ficou conhecida como “oeste velho”, como os “modernizadores”. A descoberta de terras mais férteis, a terra roxa, a partir da região onde desenvolveu-se Ribeirão Preto, propiciou o aumento da produção e uma acentuada acumulação de capitais por esses fazendeiros do oeste.

⁵⁹ Esse elemento sociológico foi abordado por Pierre Monbeig: o típico coronel de terras, que possuía grande casa no centro da fazenda, foi cada vez mais assumindo a função de homem de negócios, que, com as facilidades de comunicação que as linhas férreas proporcionaram, passou a residir também na cidade. Ao contrário das ocupações anteriores, o movimento liderado pelos grandes cafeicultores era mais hierarquizado: “encabeçava-o uma classe de grandes fazendeiros, que ao mesmo tempo dirigia importantes sociedades bancárias e ferroviárias, bem como detinha postos de administração pública” (MONBEIG, 1984, p.139).

Ainda que muitos cafeicultores do Vale do Paraíba também tenham migrado para o “oeste”, e depois, para o “oeste novo”, sua reinserção produtiva ocorreu a partir do período de modernização nas relações de trabalho, técnicas e produtividade (FIGUEIRÔA, 1987).

Quanto aos problemas que envolviam a economia cafeeira, de acordo com Silvia F. M. Figueirôa, as divergências nos projetos políticos de grupos partidariamente contrários diziam respeito principalmente quanto aos meios de realização, destinação pontual de orçamentos, ou mesmo por motivos pessoais; e pouco divergiam quanto aos projetos e objetivos a serem alcançados. Silvia F. M. Figueirôa divide a interpretação dos grupos que atuaram a partir nas últimas décadas do século XIX:

[...] Os *católicos conservadores* (que repeliam fortemente e prontamente as novas ideias) para quem o centro de interesse e motor social era religião católica; os *liberais*, para quem o liberalismo era fundamento ético-jurídico de todas as demais posições; e os *cientificistas*, para quem a ciência era o cerne da postura e o liberalismo era decorrência da atitude científica (FIGUEIRÔA, 1987, p. 49, grifos da autora).

Apesar dessas diferenças ideológicas entre as elites, refletidas na constituição de partidos políticos, Silvia F. M. Figueirôa assinala que, em termos econômicos, poucas desavenças realmente ocorriam. No tocante aos meios para desenvolver a cafeicultura e para o reconhecimento dos recursos naturais dos territórios do interior, os agentes políticos instituídos em São Paulo e no comando da República atuaram para assegurar esses interesses. Por isso, a partir da década de 1880, foram constituídas instituições de pesquisa com o dinheiro público e contratados técnicos para atuar em São Paulo, enquanto meios para assegurar a conquista e integração de novos territórios para a economia cafeeira (FIGUEIRÔA, 1987).

O historiador Amilson B. Henriques pesquisou as significativas mudanças que ocorreram no imaginário social das elites⁶⁰, principalmente paulistas, que

⁶⁰ Para Amilson B. Henriques, nas últimas décadas do século XIX, as elites econômicas paulistas passaram a se organizar em torno das ideias científicas, em uma “[...] ‘nova burocracia científico-tecnológica’. Esse termo é altamente propício para definir parte da elite político-econômica paulista: proprietários de terras ou fazendeiros, industriais, comerciantes, engenheiros, médicos, políticos e cientistas de diferentes matizes e formação, entre outros, que participavam do governo” (HENRIQUES, 2015, p. 14-15).

acumularam capital a partir de investimentos na cafeicultura e sua logística. Para as já estabelecidas elites paulistas, que dividiam negócios com investidores estrangeiros, mesmo com investimentos nos setores de transporte, comércio e bancário, ainda era a produção agrícola que os proporcionava as melhores perspectivas de negócio. Nesse sentido, a técnica moderna deveria ser usada na otimização da produção – ou mesmo para a conquista de novos territórios para a especulação. Por isso, através de políticas públicas, foram criadas instituições de pesquisa para melhoria das técnicas de reconhecimento, apropriação e produção das terras paulistas, de forma que a modernização fosse estendida inclusive para o campo (HENRIQUES, 2015).

Amilson B. Henriques argumenta que a demanda de modernização da agricultura era apenas um dos aspectos de uma noção mais ampla e generalizada de que a ciência poderia conduzir ao controle humano sobre a natureza. No contexto paulista do final do século XIX, as elites e seus representantes reclamavam do desconhecimento de grande parte da porção ocidental do território e pela necessidade de ampliar a produtividade das terras já ocupadas por fazendeiros. Para isso, demandava-se pelos desenvolvimentos técnicos que eram apresentados nos países centrais do capitalismo – como nas exposições internacionais – para superar o atraso do campo:

[...] A técnica adquiriria um papel central na criação de uma moderna civilização rural que iria inserir o Brasil, e particularmente São Paulo, no movimento de ampliação das fronteiras do capitalismo internacional. A ideologia da modernização representava, portanto, uma forma de romper a associação do rural com a barbárie, tornando o campo um espaço civilizado, onde o homem assumiria o controle dos elementos naturais – doravante pensado como recursos – perdendo assim o tom fatalista que associava o rural ao espaço de uma luta eterna contra o meio natural hostil (HENRIQUES, 2015, p. 17).

Nesse período, a necessidade de um princípio de racionalidade das organizações sociais e da atuação humana no meio ambiente favoreceram o desenvolvimento de ideais evolucionistas. De acordo com Amilson B. Henriques, isso se estruturou em posturas que procuravam “a introdução do positivismo na política, o liberalismo na economia, o darwinismo na compreensão do social e confiaram na ciência e na educação como a solução para as mazelas do ‘atraso’ do país” (p. 85-86). Assim, o modernizante racionalismo influenciaria a intelectualidade

do país a entrar em consonância com os projetos políticos e as práticas econômicas, principalmente devido à falta de espaço para disseminação de perspectivas críticas ou contrárias a essas posturas (HENRIQUES, 2015).

Por isso, financiou-se com dinheiro público a criação de instituições de pesquisas agrícolas, comissões de exploração do extremo oeste paulista e os inventários das terras supostamente disponíveis, seguidos pelo prolongamento das linhas férreas. Nesse período, a Secretaria da Agricultura, a secretaria do governo paulista que possuía o maior orçamento entre todas, incentivou e desenvolveu, em diversos aspectos, parte da modernização demandada pela elite de agricultores do estado através do custeio das instituições de pesquisa, imigração e infraestrutura. No estado de São Paulo, além de empresas privadas, como as ferrovias, foram criadas diversas instituições públicas como: Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo (CGG-SP, 1886), Instituto Agrônomo de Campinas (IAC, 1887), Instituto Bacteriológico (1892), Museu Paulista (1894), a Escola Normal (1894), Escola Politécnica (1895) e Escola Agrícola Prática “Luiz de Queiroz” (1901) (HENRIQUES, 2015).

Outro fator que compunha o discurso e as práticas das elites cafeeiras esteve ligado ao papel prático o qual a Ciência deveria desempenhar. Nesse sentido, as instituições atuaram em duas frentes principais: a CGG-SP que, em linhas gerais, possuía uma postura mais inquisitiva, naturalista e exploratória; e o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), que atendia às demandas instrumentais de pesquisa e melhoramentos das práticas agrícolas (HENRIQUES, 2015). A principal diferença entre as duas pode ser percebida quanto ao seu lugar em relação a fronteira produtiva, uma vez que as expedições visavam reconhecer um “novo” território e abrir áreas para a produção; enquanto que o IAC atuava para melhorar a produtividade das áreas já integradas, formando quadros na área de agronomia.

Tornou-se cada vez mais importante para as gerações pós 1870 o investimento em educação, voltada para as classes médias e para as elites, uma vez que a grande maioria da população era analfabeta. Ainda que a qualidade do ensino das primeiras fases da escolarização fosse mínima, cresceram as cobranças por escolas superiores e cursos que capacitassem a nova geração para assumir o papel de trazer para São Paulo a literatura e o conhecimento técnico produzido nos

países da Europa e nos Estados Unidos. Além disso, a própria legitimação do poder das elites econômicas e intelectuais passava pela circulação de discursos que visavam demonstrar as potencialidades econômicas do estado e o papel das instituições que estavam sendo criadas (HENRIQUES, 2015).

A partir desse contexto, diversas expressões literárias foram produzidas por pesquisadores, empresários (fazendeiros, comerciantes), escritores e jornalistas – em muitos casos, as mesmas pessoas. O mercado editorial paulista passou a ser expandindo com os jornais diários *Correio Paulistano*, fundado em 1854, e *A Província de São Paulo*, fundado em 1875. Nas últimas décadas do século XIX, cresceu a demanda por publicações como revistas, almanaques e modismos literários, que atendessem aos jovens endinheirados que circulavam pela capital e pelas classes médias intelectualizadas. Outra demanda crescente foi a da temática literária voltada à economia agrícola, com as revistas agrônômicas, como a *Revista Agrícola*, fundada em 1895, e *O Fazendeiro*, fundada em 1908 (HENRIQUES, 2015). Por fim, as publicações da CGG-SP que, além de sua leitura direta, servia como fonte e referência para os artigos e editoriais que circulavam em praticamente todas essas publicações (HENRIQUES, 2015).

Para fechar esse tópico, é necessário destacar que a modernização e o desenvolvimento econômico do interior paulista, mesmo que mais significativo que em outras regiões do Brasil, era uma expressão desigual de um todo que convergia para os grandes centros do poder internos e dos países centrais do capitalismo. Na periferia, o capitalismo se expressa através da superexploração do trabalho e da aquisição de matérias primas ou terras a baixo custo, que são elementos necessários a reprodução do capital (LUCÉ, 2018). Nesse aspecto, a modernização apregoada em discursos dos agentes das elites paulistas e limitadamente postas em prática não produzia uma melhora significativa nas condições de vida da maioria da população (HENRIQUES, 2015).

No caso concreto da econômica cafeeira, a euforia da expansão territorial da infraestrutura moderna trazia consigo uma negação ainda mais evidente: logo após uma conjuntura de crescimento, a maior parte dos municípios acabava relativamente se estagnando em termos de desenvolvimento econômico, se considerados o aperfeiçoamento das capacidades técnicas disponibilizadas e o aumento

demográfico – alguns observadores chamaram a atenção para o surgimento de “cidades mortas”, no pós cafeicultura. Novamente, atores históricos evocavam o aparente atraso como forma de explicação das mazelas sociais; e a modernidade, que anteriormente era apresentada como inevitável, voltava a ser meta a ser alcançada.

3.2 Representações sobre o meio ambiente e as populações do interior paulista

Nesse tópico será discutido como as elites no estado de São Paulo e seus agentes, como cientistas e escritores, representavam o meio ambiente, atribuindo-lhe valores de uso que só poderiam existir a partir de sua radical transformação. Ao mesmo tempo, será discutido como as populações que viviam mais distantes dos centros urbanos e das grandes fazendas – indígenas e pequenos produtores posseiros – eram representados por esses agentes externos ao meio. A incapacidade de entender as organizações sociais dessas populações, ou mesmo de aceitar sua precedência em territórios demandados, constituía-se em representações sociais nas quais essas populações eram associados ao descontrole territorial.

Em meados do século XIX, para as elites políticas do Império brasileiro, tornou-se fundamental apontar quais eram os elementos ambientais que compunham o território e quais eram suas fronteiras políticas. Para a formação de uma “nação” era imprescindível apontar e controlar quem seria o “povo brasileiro”; e isso não poderia ser feito sem dizer a qual território esse povo deveria pertencer.

No caso da província/estado de São Paulo, a partir de meados do século XIX, a expansão da economia cafeeira propiciou o fortalecimento de grandes fazendeiros, e a porção oeste do território paulista era representada como uma fonte de riquezas, com recursos naturais que precisavam ser conquistados economicamente. Por outro lado, a falta de controle e de conhecimento acerca dos territórios do interior por parte dessas elites eram cada vez mais evidenciados por relatos de viajantes, exploradores e especuladores, que descreviam em mapas, relatórios oficiais, artigos de jornais, a existência de “terrenos desconhecidos” e “desocupados”.

Na perspectiva dos membros das elites político-econômicas, essa falta de controle territorial estava atrelada a presença de diversos povos indígenas, que desestimulavam ou atrasavam investidas de agentes que se propunham a conquistar os territórios do interior. Em outro sentido, populações de pequenos posseiros não possuíam significativa importância dentro do sistema escravista e passaram a ser cada vez mais desprezados pelos fazendeiros cafeeiros, que “optaram” pela mão de obra imigrante e demandaram as terras em que esses primeiros viviam. Semelhante ao negro e ao indígena, o tipo “caipira” era representado pelas elites como símbolo do atraso do Brasil e atrapalhava o desenvolvimento paulista: “desajustado”, “atrasado”, “preguiçoso”, alheio aos tempos modernos, produzindo para subsistência, desperdiçando a natureza com suas técnicas rudimentares. Em ambos os casos, o descontrole das terras do extremo oeste aparecia para as elites como o principal elemento que proporcionava esses “elementos do atraso” existirem.

Lúcia L. Oliveira problematizou como as noções de sertão e fronteira foram interpretadas pelo pensamento social brasileiro (autoridades, literatura, cientistas), que se propôs a explicar a formação da identidade nacional do período colonial até as primeiras décadas do século XX. Nesse aspecto, “sertão” se tornou parte do mito fundador do Brasil e sua interpretação esteve ligada tanto a explicação dos problemas, quanto como elemento de redenção da situação social das populações que viviam no interior do território. Para os agentes de administração, ao longo de séculos, o sertão, associado ao ufanismo como ideologia fundada na natureza, significou possibilidades de expansão das frentes produtivas e, ao mesmo tempo, descontrole das fronteiras políticas e das populações (OLIVEIRA, 1998, p. 197).

Lúcia L. Oliveira defende que as diferentes perspectivas quanto ao sertão não diziam respeito a um lugar, mas sim a um ponto de vista, que criava representações e identidades sociais em cada contexto. Essas diferentes perspectivas ficaram mais evidentes na literatura sobre o Brasil do século XIX – como em Euclides da Cunha. Observado de longe, principalmente pelo romantismo, sem interesses econômicos e políticos imediatos, o sertão era interpretado como paraíso, uma riqueza original a ser preservada. Para aqueles que o visitavam como forasteiros despreparados, o sertão era como um inferno, lugar de perigos e falta de leis, oposto à urbanidade do

litoral. Finalmente, também era percebido de forma semelhante ao purgatório: lugar de liberdade possível, de vir a ser, de uma população que sofria do abandono político e cultural, mas que poderia ser integrada (OLIVEIRA, 1998).

Quanto a noção de fronteira – que não a de limite político –, essa esteve relacionada a ideia de integração econômica e expansão da ocupação da sociedade em direção às fronteiras políticas reivindicadas. Na perspectiva de Lúcia L. Oliveira:

A categoria de fronteira seria resultado da mudança de perspectiva em relação ao sertão, já que estaria relacionada aos processos econômicos de incorporação e ocupação de "vazios demográficos". A noção de fronteira seria capaz de diluir a dicotomia litoral/sertão, já que significa a oportunidade de chegada da civilização/litoral ao sertão-interior, conciliando a qualidade positiva do litoral – a civilidade – com a crença de que no interior/sertão está preservado um Brasil autêntico (OLIVEIRA, 1998, p 204).

Essas representações sobre a natureza estiveram também diretamente ligadas às tentativas de se criar um mito que representasse a nacionalidade brasileira, visando conciliar as – supostas – características do povo e do território brasileiro. O problema população/território se tornou evidente frente a demanda por mão de obra, que contrastava com o descontrole político das regiões habitadas por indígenas e pequenos produtores posseiros. Por isso, na perspectiva das elites da época: “a diferença entre tempos sociais poderia ser conciliada pela ação governamental, encarregada de trazer os espaços atrasados e incultos para a civilidade” (OLIVEIRA, 1998, p. 100).

A partir das últimas décadas do século XIX, o crescente poder político das elites paulistas convergiu para que o bandeirante fosse evocado como símbolo da suposta “bravura” do paulista – ignorando a miscigenação étnica desses agentes. Havia a necessidade de se controlar o interior do território e de transformar em brasileiros um enorme contingente de imigrantes que chegavam, desempenhando uma função simbólica, semelhante ao *cowboy* na identidade nacional norte-americana. Lúcia L. Oliveira aponta que a recuperação da imagem do bandeirante deveria desempenhar a função simbólica de dizer *como seria* o paulista:

É na República que acontece a luta por manter São Paulo no controle da vida política no país, não só pelo progresso e riqueza, mas porque "sempre fora" a região mais progressista, ativa e conquistadora, que expandiu o território, enriqueceu a metrópole com o ouro, e por sua tradição de arrojo e vitalidade. Foi nesse período,

entre 1890 e 1930, que a figura do bandeirante foi resgatada como símbolo da pujança paulista baseada em qualidades individuais de coragem, determinação e ao mesmo tempo em atributos nacionais, já que fora a ação destes homens que dera sentido à integração territorial do país (OLIVEIRA, 1998, p. 208).

Gilmar Arruda pesquisou sobre a construção de uma memória coletiva no Brasil, onde os centros urbanos foram representados como “civilização”, em oposição às áreas que estiveram alheias à integração econômica direta, e foram referenciadas negativamente como “sertão”. Para o historiador, na segunda metade do século XIX, o termo “sertão” serviu como elemento de criação do espaço, pois o domínio da “civilização moderna” significava que o “sertão”, passaria a estar mais além, no horizonte, a oeste, ou, preferencialmente, desapareceria. Por isso, enquanto representação, não existia um “sertão”, mas sim, vários sertões, que mudavam de local, de acordo com o lugar de fala de quem o denominava. Ainda que o termo fosse constantemente resignificado ao longo do tempo, o sertão – esperava-se – se tornava um lugar de memória, que representava um passado vencido pela “técnica moderna”. Assim, enquanto objeto da memória social, o sertão precisava continuar sempre vivo, pois era ingrediente de discursos de poder sobre os lugares e as pessoas (ARRUDA, 2000).

Essa constituição da ideia de sertão está inserida na própria construção da formação e da identidade do Brasil. Gilmar Arruda ressalta que a visão de um lugar dotado de uma natureza exuberante ganhou força e corpo literário no século XIX, principalmente a partir da atuação de naturalistas portugueses. No período a partir da década de 1870, a perspectiva cientificista, baseada no olhar técnico de engenheiros, passou a interpretar a natureza principalmente como recurso natural, com vistas ao desenvolvimento econômico e como elemento de promoção do progresso. No entanto, isso ocorreu sem negar uma perspectiva ufanista, na qual a natureza era elemento de identidade do Brasil e constitutiva de suas particularidades (ARRUDA, 2000).

Durante as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, viajantes (políticos, escritores e engenheiros) passaram a interpretar a natureza de regiões, como do interior paulista, que escapavam ao controle das autoridades e da integração aos centros econômicos, como regiões de potencial desenvolvimento. A natureza hostil não era negada como tal, mas carecia da atuação do ser humano

moderno, para transformá-la em progresso através da ciência e do trabalho. Foi nesse período que a fotografia e a atuação da CGG-SP passam a desempenhar o papel propagandista dos elementos ambientais e da necessidade de superar o atraso do Brasil, partindo da conquista simbólica dos territórios e da gradativa expansão da fronteira econômica – a transformação da representação do “sertão” na “civilização moderna”.

No contexto paulista, ao analisar discursos de viajantes sobre parte do território sincronicamente, Gilmar Arruda aponta descrições (representações) de, ao menos, dois sertões: o “caipira”, “lugar da preguiça” e baixo desenvolvimento econômico (na fronteira); e o “selvagem”, lugar desconhecido, habitado por “feras e índios selvagens” (além da fronteira) (ARRUDA, 2000, p. 180, 184)⁶¹. *A posteriori*, ambos se tornam o mesmo “lugar de memória” na historiografia acerca da existência de diversos sertões, mas existiram concretamente em separado na realidade heterogênea dos diversos tempos que conviveram na frente de expansão.

Ligia M. O. Silva discutiu, a partir de história comparada, os processos de (re)ocupações dos espaços do interior na América do Norte, Brasil e Argentina, no século XIX, problematizando a influência da ideia de fronteira na formação das identidades nacionais nesses países. Enquanto no Brasil, a existência de terras ainda não conquistadas pelos poderes estabelecidos era vista como negativa, como um atraso; nos EUA, a presença de “terras livres” impulsionou a formação de aspectos positivos do caráter do povo americano. A existência de um “mito da fronteira” durante a formação do Estado moderno norte-americano, atuando na configuração do povo e na consolidação da democracia, teria ajudado a forjar as diferenças do desenvolvimento dos EUA em relação aos países latino americanos (SILVA, 2001).

A socióloga destaca o grande impacto do artigo “The Significance of the Frontier in American History”, de Frederick Turner, de 1893, na historiografia norte-americana, o que levou a uma mudança de perspectiva e de prioridades nos estudos

⁶¹ Em sentido semelhante, Eduardo Giavara aponta descrições de dois sertões no contexto paulista: “a caracterização do sertão só pôde existir como o oposto do mundo civilizado e se referia tanto ‘aos espaços desconhecidos, inacessíveis, isolados e perigosos, dominados pela natureza bruta’ como também aos redutos para degradados, homiziados, escravos fugidos e miseráveis advindos de uma sociedade que os excluía” (GIAVARA, 2008, p. 104).

sobre a formação dos EUA. Além de forjar parte do imaginário social e ser objeto das medidas políticas da União, fronteira também se tornou uma categoria analítica, com suas distorções e manipulações intelectuais e políticas. Turner sistematizou ideias que faziam parte do cotidiano e que tinham sido apropriadas inclusive pela literatura, e deu-lhes um sentido histórico/ideológico numa conjuntura histórica particular, constituindo, assim, a fronteira como a própria expansão do destino dos Estados Unidos. A partir disso, ocorreu uma simplificação excessiva da tese de Turner como categoria analítica oficial, inclusive ganhando força em outros países, servindo para comparação com outras realidades (SILVA, 2001).

Ligia M. O. Silva afirma que nos EUA a fronteira adquiriu significado de espaço livre da degeneração que assolava a Europa: aos colonos estavam disponíveis terras representadas como livres, oferecendo oportunidades para construção de uma sociedade nova. A ideologia da fronteira estimulava a constituição da propriedade privada, o individualismo e a liberdade, que deveriam constituir o caráter do povo americano. Por esse ideário e pelas possibilidades concretas que oferecia para parte da sociedade americana, o avanço para o oeste representou o mito das oportunidades e da democracia (SILVA, 2001).

Ao contrário dos EUA, no Brasil, e precisamente em São Paulo do século XIX, o mito da fronteira aparecia nos discursos que criaram uma memória coletiva negativa: a quantidade de terras supostamente desocupadas era sinônimo de atraso econômico e cultural – que também dizia respeito a existência de densas florestas tropicais, diferentemente dos EUA. As elites brasileiras, que desprezavam as populações mestiças do interior, pressionaram para uma política de mão de obra, e não de colonização. A Lei de Terras de 1850 impediu seu livre acesso aos pequenos produtores, ex-escravos e imigrantes, e desalojou indígenas. A fronteira não foi percebida pela população como lugar de oportunidades, mas de grilagem e concentração fundiária, onde prevalecia a lei do mais forte (SILVA, 2001).

Para sanar esse problema territorial, a figura do bandeirante fora evocada como aquele que teria expandido os domínios da coroa portuguesa, ampliando a fronteira política; enquanto que o paulista, o “herdeiro do espírito bandeirante”, através de sua positiva atuação, deveria fazer coincidir as fronteiras econômicas e políticas. Porém, Ligia M. O. Silva identifica que, por não ter respaldo em práticas

concretas e por não fazer sentido para a população nacional, o mito do bandeirante ficou restrito a São Paulo e, mesmo assim, não se fixou efetivamente no imaginário social:

As bandeiras não serviam como mito fundador da nacionalidade devido ao seu caráter imoral. Tendo por motivações principais a cobiça e a luxúria, o resultado das suas andanças pelo interior foi promover a miscigenação. Mazombos e mulatos não tinham energia para o trabalho, eram afetados por uma preguiça congênita. [...] Estas contingências históricas foram responsáveis pelo fato de que o brasileiro, ainda nos começos do século XX, não havia “se achado” (SILVA, 2001, p. 19).

Marcelo L. Mahl, analisou a formação de uma crítica ambiental que começava a tentar compreender quais foram os efeitos dessa expansão econômica ao meio ambiente paulista, entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. A partir disso, o historiador investigou os contrastes na atuação de alguns intelectuais frente a fazendeiros e políticos em relação às práticas voltadas à agricultura e às críticas à tais práticas. As elites político-econômicas não percebiam a natureza como constituída de um valor em si própria, mas como fonte de riqueza monetária; essa certeza do direito total do ser humano sobre o meio e seus elementos era reproduzida quase inconscientemente pela população em geral (MAHL, 2007).

Os diversos elementos ambientais eram pinçados de acordo com as necessidades de cada movimento econômico, como aos rios, que era atribuída, por exemplo, a navegabilidade; aos animais, a possibilidade de caça; às matas, a fertilidade; aos campos, criatórios naturais de gado. Por isso, os relatos daqueles que viajavam para o oeste paulista possuíam as mesmas características de inventários acerca da natureza, sempre apontando a técnica como meio de aproveitar seus recursos. Em outros casos, a falta de preparo para interagir como um meio ambiente, percebido como externo à cultura, fazia com que aspectos ambientais fossem denunciados como proliferadores de doenças, morada de feras, esconderijo de indígenas, empecilhos ao movimento humano (MAHL, 2007).

Para os fazendeiros propagandistas das ideias modernizantes e para os agentes das instituições científicas, essa “riqueza adormecida” somente poderia se realizar por meio da transformação pela técnica moderna, que propiciaria o aproveitamento de suas potencialidades econômicas. Marcelo L. Mahl aponta que

durante a expansão agrícola pelo interior paulista a relação do ser humano com o meio ambiente:

[...] Fundamentou-se como um verdadeiro conflito, em que a vitória consistia na transformação de um ambiente natural, tido como selvagem, em uma plantação organizada de forma geométrica, racional e pronta para desenvolver suas funções econômicas. Os cafezais representavam, portanto, a vitória do homem sobre o espaço natural, derrubando a floresta e reorganizando as relações entre os elementos da natureza (MAHL, 2007, p. 59).

Os animais domesticados eram usados como meio de trabalho, os selvagens eram representados como caça ou inimigos, em uma separação naturalizada idealmente entre o ser humano e os outros animais. Enquanto crescia a presença de espécies estrangeiras, como o gado e porcos, ocorria uma constante diminuição de animais temidos, como as onças. Poucos foram os intelectuais que publicaram críticas aos desrespeitos aos animais nas primeiras décadas do século XX. De acordo com Marcelo L. Mahl:

Animais de diversas espécies faziam parte do cotidiano dessas novas comunidades que se formavam no interior de São Paulo. Além de representarem valores simbólicos, eram compreendidos principalmente dentro de uma moral utilitarista. Portanto, eram valorizados em sua importância econômica, nesses novos espaços que se construía no campo e na cidade. Os que não tinham utilidade ou prejudicassem os planos progressistas, como foi o caso típico das onças, que atacavam as fazendas de gado, ou das cobras que eram o pesadelo dos lavradores, sofriam com a perseguição, a indiferença ou o desprezo. Muitos animais acabavam, após a chegada do homem, migrando, quando possível, em busca de novas áreas, tendo que adaptar-se a outros ecossistemas, o que acabou mudando radicalmente o perfil e o equilíbrio natural da biota regional (MAHL, 2007, p. 112).

A perspectiva dos rios, enquanto “recurso natural”, evidencia as mudanças e permanências na relação do ser humano/meio ambiente ao longo do período pesquisado. Além da pesca e da navegação, a principal função atribuída aos rios nesse contexto foi a simbólica, enquanto pontos de referência para exploradores e elemento de divisão política dos territórios. Além de outros elementos ambientais, como as serras e campos, o território era referenciado e dividido principalmente através dos vales e afluentes dos rios. Isso era ainda mais evidente no Estado de São Paulo, onde os principais rios fluem no sentido do interior: descer e cartografar os rios significou criar (idealmente) o espaço. Assim, como outros elementos, rios e

vales, como o “vale do Rio Paranapanema”, acabaram se tornando lugar de memória nesse processo de (re)ocupação territorial.

Das rupturas quanto às representações a respeito dos rios, a mais destacável é a função de navegabilidade, enquanto objeto de transporte permanente e em média escala. Em meados do século XIX, intensificou-se a crença na possibilidade de navegação de barcos a vapor, característicos do desenvolvimento técnico da Segunda Revolução Industrial, em rios pouco conhecidos, como o Tietê e o Paranapanema. No entanto, esse propósito também se mostrou inviável frente às próprias características físicas dos leitos dos diversos sistemas hídricos, que também tiveram que ser contornados. Marcelo L. Mahl aponta que “nesse sentido, as pontes representavam um genuíno triunfo dos homens sobre a natureza” (MAHL, 2007, p. 55).

Os cuidados mínimos com o meio ambiente, que estiveram sempre ligados a produtividade agrícola, a partir das primeiras décadas do século XX, passaram cada vez mais a refletir diretamente nas cidades, sobretudo com a diminuição da oferta de lenha, o principal combustível para os trens e lareiras. Somando-se a isso, Marcelo L. Mahl assinala que o fortalecimento do modo de vida urbano e das concepções burguesas e o desenvolvimento das ciências naturais colaboraram para que a classe média intelectualizada publicasse textos criticando a degradação acelerada da natureza e a livre matança de animais. A literatura produzida pela temática rural na qual eram tecidas críticas ao modelo de exploração dos solos, somada ao final dos horizontes de terras ocupáveis no estado, impulsionou uma mudança na mentalidade de camadas da população que não estavam diretamente relacionadas ao trabalho na terra⁶² (MAHL, 2007).

Segundo Marcelo L. Mahl, a controvérsia atuação de muitos intelectuais pode ser percebida no trato aos conhecimentos tradicionais, que geralmente eram desprezados por simbolizarem o atraso. Os saberes que o indígena e o pequeno produtor traziam eram selecionados de acordo com o interesse do viajante: os “caipiras” e os indígenas reconhecidos como “mansos” eram de extremo valor para

⁶² No mesmo sentido, Amilson B. Henriques ressalta que “este fenômeno estava relacionado tanto à expansão das estradas de ferro, que tornava o campo mais visível para a população urbanizada, quanto à crescente influência do ideário conservacionista nos países centrais do capitalismo” (HENRIQUES, 2015, p. 89).

mostrar caminhos, encontrar recursos, passagens sobre os rios, servir de guia. Por outro lado, outros conhecimentos, como sua tecnologia, medicamentos, técnicas agrícolas e expressões culturais eram ignorados ou catalogados como folclore. Por isso, quando esses conhecimentos se mostravam de valor utilitário, precisavam ser reinterpretados pela perspectiva da ciência, recebendo uma outra nomenclatura técnica (MAHL, 2007, p. 127-129).

Marcelo L. Mahl identifica que na busca por tentar compreender quais eram os efeitos ao meio ambiente dessa expansão econômica, mesmo partindo de realidades distintas, discursos advindos da capital e interior evidenciavam o mesmo tom ao apresentar fundamentalmente dois eixos centrais de discussão. De um lado, a visão utilitarista, daqueles que apontavam somente para as vantagens da exploração do mundo natural como consequência do progresso. De outro, em uma perspectiva que pode ser definida como ambientalista – e relativizando o que essa perspectiva poderia significar no contexto –, aqueles que buscavam novas formas de convivência com a natureza utilizando argumentos científicos, estéticos e mesmo emocionais para ações protecionistas (MAHL, 2007).

Por outro lado, no final do século XIX, acentuou-se uma relação conflituosa entre as elites político-econômicas e grupos de intelectuais, que contraditoriamente eram financiados por essas elites. Para além de discutir a tarefa de catalogar os recursos naturais do estado e propor melhorias na produtividade agrícola, esses cientistas adentraram no século XX propondo medidas para reduzir os impactos ambientais da ação humana ou mesmo a preservação de certas áreas. As principais críticas recaíam sobre ocupação do território com vistas somente para a cafeicultura, pois a maior parte dos solos eram inapropriados para essa cultura, ficando grandes extensões de terras subaproveitadas ou ignoradas pela ciência e pelos investimentos – mas não preservadas. Nesse sentido, ainda foram propostos códigos florestais, a formação de núcleos coloniais para fixar o trabalhador na área rural, diversificar a produção para além da cafeicultura e conservação de águas e animais (MAHL, 2007).

Mas o conjunto de medidas propostas para diminuir os impactos ambientais e, ao mesmo tempo, para aumentar e manter a produtividade das áreas já integradas, não encontrou respaldo na prática dessas elites, no poder público e no cotidiano da

população. Ainda que o discurso ambientalista fizesse cada vez mais sentido, não era suficiente para deter os resultados econômicos obtidos através das práticas utilitaristas. Marcelo Mahl conclui que:

A visão ambientalista, ao exigir o respeito ao mundo natural, acabou despertando, mesmo que de forma tímida, ações de preservação e conservação, que se mostram por meio tanto de ações individuais, como no caso da denúncia de ações contra o meio ambiente, quanto coletivas, que acabaram pressionando pela aprovação de leis, que tentavam regulamentar e controlar a utilização dos recursos naturais. Entretanto, foi o pensamento utilitarista que preponderou, impulsionando as práticas que pouco espaço deixavam para a proteção da natureza. O resultado foi evidente: o desaparecimento de grande parte da diversidade ambiental do estado, entre o final do século XIX e meados do século XX (MAHL, 2007, p. 194).

A partir da perspectiva da história ambiental, Eduardo Giavara pesquisou relatórios de viajantes, geralmente engenheiros, que percorreram o oeste paulista no período da virada do século XIX para o XX. O historiador argumenta que frente a uma natureza exuberante e pouco conhecida além da fronteira econômica, os exploradores do vale do rio Paranapanema clamavam por uma nova rede de comunicações e a abertura de fazendas, de forma a transformar radicalmente o meio ambiente às suas concepções de desenvolvimento socioeconômico e superar o “perigo da presença indígena”. Em outros casos, referindo-se à atuação do “caipira”, esses viajantes denunciavam que os recursos naturais eram constantemente desperdiçados por dispersas e “atrasadas” populações, que atrapalhavam o desenvolvimento da região. Como não eram reconhecidos os direitos dessas populações aos territórios em que viviam, seria necessário que esses modernizassem seus hábitos e se ajustassem às normas produtivas capitalistas, ou “desaparecem” frente a expansão da fronteira econômica (GIAVARA, 2008).

De acordo com Eduardo Giavara, os discursos produzidos por agentes externos às áreas por eles visitadas não repercutiam prontamente no cotidiano dessas populações referenciadas, que sequer tomavam contado com os relatórios produzidos. No entanto, esses discursos eram reproduzidos nos grandes centros e instituições de pesquisa e incentivavam especulações das terras descritas e o conflito entre novos ocupantes e as populações que passavam a ser empurradas ainda mais para o interior. Havia, inclusive, um atraso em relações às propostas

desses agentes e as poucas atitudes tomadas pelo poder público no que diz respeito às medidas para organizar a apropriação dessas terras, ou mesmo para integrar tais populações a partir de uma rede comunicações (GIAVARA, 2008).

Apesar de não atuar diretamente na transformação concreta desses espaços, tal como os agentes das empresas férreas e dos fazendeiros, esses viajantes foram os principais responsáveis pela criação de um imaginário social. Esse imaginário acabou se convertendo em memória social, a qual legitimou um processo de transformação socioambiental. Sobre a atuação de membros da CGG-SP no extremo oeste paulista, Eduardo Giavara afirma que:

A distância com dos grandes centros urbanos e o isolamento de muitas comunidades abriu espaço para a região ser caracterizada de forma pejorativa, e termos como “barbárie”, “reduto de pobreza”, “vida lasciva e de doenças infecciosas” foram de uso comum em relatórios e diários viagem. Assim, além das classificações físicas feitas pela Comissão, também houve o esforço de classificar os aspectos sociais que envolviam as comunidades rurais da região. Gradualmente, portanto, se configura uma estratégia do Estado de compor um quadro depreciativo que pudesse justificar a ocupação e a eliminação de tribos indígenas, caipiras ou qualquer outro grupo social que não fosse incorporado aos interesses do “mundo civilizado” (GIAVARA, 2008, p. 89-90).

No final do século XIX e início do XX, prevaleceu em São Paulo a construção de uma representação social negativa quanto às populações pobres do Brasil. Na perspectiva corrente entre as elites e classes médias letradas, o “caipira” não podia organizar o seu mundo de forma a aproveitar positivamente os recursos naturais; por isso, cabia aos fazendeiros racionalizar a ocupação dos territórios do interior. Inicialmente, os discursos reproduzidos sobre o “caipira” eram um sintoma do desencontro entre as percepções de mundo das elites e a realidade concreta das áreas na frente de expansão. No entanto, segundo Eduardo Giavara, esse discurso não refletia somente a incompreensão quanto ao o estranhamento em que viviam grupos de pequenos posseiros, mas também a um dissimulado propósito político para sua expulsão de territórios. Não era preciso sempre expulsar esses grupos mais para o interior, pois a própria estruturação de uma nova organização econômica os impelia a se sujeitar enquanto trabalhadores sazonais ou a se adequar aos espaços sociais secundários das grandes fazendas (GIAVARA, 2008).

De acordo com Lúcio T. Mota, as representações sociais da natureza enquanto mercadoria externa à cultura humana eram – e são – reproduzidas por quase toda a sociedade, constituindo-se em parte da lógica do sistema capitalista. Diferentemente das sociedades indígenas (não integradas), nas quais o agente tem pleno controle da transformação que opera na natureza, na socialização capitalista, a alienação entre o trabalhador e o objeto de sua produção invisibiliza parte dessa relação. Nesse processo a sociedade industrial: “[...] é o espaço onde se retalha a terra, etiquetando-a com valores, transformando-a em mercadoria pelo potencial produtivo que carrega. É o espaço onde árvores e animais também têm o seu preço, também são mercadorias” (MOTA, 2008, p. 25).

Ao analisar a apropriação territorial do Norte do Paraná, na primeira metade do século XX, Lúcio T. Mota explica como um aparato ideológico serviu (e ainda serve) para legitimar a conquista do território, construindo-se a ideia de “vazio demográfico”. O processo de conquista dos territórios, passando pela regulamentação oficial das terras, até o estabelecimento da sociedade moderna, precisou ser feito a partir da construção do discurso de que havia um espaço desocupado, negando-se que esse era o mundo de povos indígenas e ignorando a presença de populações camponesas. Para os agentes históricos modernizantes, o problema não estava em construir uma sociedade nesses moldes; mas sim na demora para que isso acontecesse (MOTA, 2008).

Os discursos que legitimavam as mudanças operadas no meio ambiente e suprimiam vozes em contrário eram transformados em memórias acerca de um (suposto) processo heroico, liderado pelos pioneiros, homens que teriam transformaram o sertão de terra roxa e matas exuberantes, e concluído pelos modernos capitalistas ingleses, que direcionaram a abertura de fazendas e a criação de cidades. Segundo Lúcio T. Mota, como no oeste norte-americano e no oeste paulista, essa relação entre o ser humano e o meio ambiente era constitutiva da expansão do capitalismo:

A natureza hostil, construída pelo pioneirismo colonizador, tinha a função que [...] era: *a de legitimar o ataque à natureza*. Mas tão logo é conquistada, posta ao chão a golpes de machado, reduzida a cinzas, a natureza sofre uma transformação tanto física como no discurso. A floresta cheia de perigos se transforma *nas terras roxas, prontas para fornecerem colheitas dadasivas de frutos destinados à*

alimentação e preservação da espécie humana. Misto de hostilidade e idolatria, a natureza como algo exterior ao social, ao homem que a subjuga (MOTA, 2008, p. 21, grifos do autor).

Assim como em diferentes frentes de expansão no Brasil, no oeste paulista e no norte do Paraná, o processo de conquista dos territórios indígenas e de sua liberação da ação de pequenos produtores posseiros combinaram dois elementos: inicialmente a criação do discurso da natureza exuberante, território desocupado e da heroica atuação dos pioneiros; posteriormente, a consolidação desses discursos em memórias hegemônicas.

Dora S. Corrêa pesquisou as formas como o meio ambiente e as populações indígenas de uma área no sul da Depressão Periférica Paulista foram interpretadas por viajantes, fazendeiros e membros do poderes públicos, a partir de meados do século XIX. As disputas territoriais ocorridas e as constantes transformações de uma área de matas, ao mesmo tempo em que populações indígenas eram subjugadas em um aldeamento, produziram sucessivos estranhamentos socioculturais das populações que se encontravam. No início do conflito, a mata era elemento constitutivo das relações sociais dos povos indígenas que viviam na região. Em oposição, os invasores modernizantes, percebendo a si como elementos externos ao meio, ressaltavam sua exuberância ambiental, ao mesmo tempo que negavam sua utilidade como tal, sem ser efetivamente transformada pela técnica. A chegada de posseiros dispersos (o caboclo, caipira), ocupando áreas de onde os índios eram expulsos, também significou um novo conflito simbólico e físico (CORRÊA, 2013).

Os viajantes encarregados por senhores de terras e pelo poder político procuravam o que a economia demandava ou buscavam enquadrar essas paisagens em seus quadros mentais; mas quando não o podiam, como quando descreviam matas convertidas em criatórios de porcos, essas paisagens eram denunciadas como decadentes. De acordo com Dora S. Corrêa, os agentes históricos modernizantes não compreendiam outras relações e paisagens diferentes das que procuravam:

O problema não era as faculdades oftalmológicas do cronista, mas sua bagagem cultural que viabilizava reconhecer na natureza apenas sinais que expressassem um cotidiano, senão igual, ao menos semelhante ao seu. Ao olhar para o sertão estranho, era a si próprio que o europeu buscava. Projetava-se sobre o concreto a própria

paisagem idealizada e, no desencontro dessa sobreposição, viram nos antagonismos não a expressão de uma diversidade, mas uma negação do modelo que concebiam como universal (CORRÊA, 2013, p. 93).

A negação da importância do meio ambiente sem ser radicalmente transformado foi imposta inclusive à cultura, já que aqueles que não podiam agir positivamente para modificar o meio também estavam suscetíveis ao desaparecimento. Matas e rios que se interpenetravam como ecossistema acabaram catalogados e demarcados com cercas que separam essa coexistência física. Grupos indígenas, que se organizavam de formas heterogêneas, foram homogeneizados por discursos que negavam sua diversidade cultural. Dora S. Corrêa interpreta esse processo como sobreposições de paisagens pela negação de memórias pretéritas e das próprias características dos aspectos naturais (CORRÊA, 2013).

Dora S. Corrêa aponta que os fazendeiros invasores não levavam em conta o estranhamento o qual sofriam indígenas aldeados ou o pequeno posseiro que não se ligava à economia de mercado. Somente a técnica moderna poderia “salvar” a natureza de um futuro trágico:

Mantinha-se a ideia de que os primeiros eram incapazes de interagir culturalmente com a natureza para agir de forma criativa e não intuitiva. Preguiçosos e inábeis não cuidaram de suas terras. O caboclo, por sua vez, foi colocado como primeiro agente transformador daquela natureza, agindo com o machado e o fogo, caracterizado como sujeito que *metamorfoseia a riqueza provável em pobreza definitiva*, a mata virgem em lavoura de subsistência. Dessa forma ambos foram desqualificados como possíveis promotores de qualquer tipo de progresso, de qualquer paisagem que não fosse apenas sinal de pobreza, decadência ou insuficiência de cultura (CORRÊA, 2013, p. 206, grifos meus).

Dora S. Corrêa apresenta o contraste que está cristalizado no imaginário social sobre a degradação ambiental: os responsáveis pela destruição das matas teriam sido o ferro do machado e o fogo do fósforo, pelas mãos dos pequenos posseiros ou dos trabalhadores das fazendas. Esquece-se que era o capital que definia e lucrava com esse movimento; e aos fazendeiros, banqueiros, exportadores, ficou reservada a memória do pioneirismo:

Mas os fazendeiros, que de fato foram os maiores responsáveis pela invasão e devastação do sertão, eram associados ao capital e não

ao trabalho. Assim, ainda que se expressasse desagrado pelo desmatamento empreendido por eles e pelos agricultores em geral, a utilização de ferramentas de trabalho como metáfora da destruição salientava nos registros da memória aqueles que as utilizavam e não aqueles que mandavam executar o serviço (CORRÊA, 2013, p. 213).

A negação da possibilidade de existência do meio ambiente sem ser transformado pelo “ser humano moderno” foi imposta inclusive aos elementos culturais dos povos indígenas, já que, nessa perspectiva, aqueles que não podiam agir positivamente para modificar o meio também estavam suscetíveis ao desaparecimento. Quando não romantizados como parte do passado, principalmente nos meios literários das grandes cidades, perante o avanço dos bugreiros, grileiros e fazendeiros na frente de expansão, os indígenas eram vistos como um problema a ser eliminado. No caso dos pequenos produtores posseiros, a tendência dos discursos das elites e agentes das casses médias letradas, além de denunciar, era prever ou promover o fim desse tipo de organização social. Assim como o indígena deveria desaparecer frente à “modernidade”, o “caipira” seria superado pela constante integração dos territórios do interior à economia cafeeira. Os discursos que reconheciam essas populações como um empecilho para a conquista dessas terras, posteriormente, acabavam convertidos na negação da existência pretérita dessas populações.

Em ambos os casos, pequenos produtores posseiros e indígenas acabaram sendo associados ao meio ambiente: eram parte dos problemas implicados na vastidão territorial. Antítese da representação da natureza fecunda e exuberante, assim como os animais peçonhentos e ferozes, eram o entrave para a modernização do interior paulista. A superação do descontrole simbólico e econômico sobre o meio ocorreu em conjunto com o “desaparecimento” dessas populações. No entanto, para aqueles que se percebem enquanto membros da sociedade moderna, essas populações continuaram a existir: seja na memória sobre a vitória do “moderno” sobre o “atraso”; seja fisicamente, vivendo no estranhamento sociocultural da periferia do capital – que se reproduz sobre um meio ambiente cada vez mais degradado.

A partir da análise dos autores comentados, é possível concluir que os aspectos ambientais que compõe o território brasileiro foram sendo constantemente representados como grandiosos, seja pela diversidade ambiental, seja pela extensão

territorial. Essa perspectiva foi estruturada basicamente pelo fato de os portugueses e seus descendentes no Império terem reclamado territórios os quais não poderiam ser prontamente colonizados. Soma-se a isso, o fato de grande parte desses territórios já estar ocupada por povos indígenas, ou estar inicialmente livre a penetração de populações “desajustadas” frente a civilização que se formava. Finalmente, essa grandiosidade constantemente significou um problema relacionado às necessidades de controlar as fronteiras políticas internas. Quando esses problemas de caráter político simbólico coincidiam com incentivos econômicos, como no contexto paulista, a “sociedade moderna” acabava encontrando na perspectiva de superar esses tempos históricos e esse descontrole territorial – resignificando o sertão em recurso ambiental – elementos de sua própria legitimação política e crescimento econômico.

3.3 Intelectuais e o problema dos “terrenos desconhecidos” do oeste paulista

A partir da relação de poderes das elites político-econômicas que governavam São Paulo e de suas concepções hegemônicas sobre o meio ambiente, no período das últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, tornou-se necessário resolver um problema que significava um atraso para a reprodução de seu poder: o descontrole sobre a porção do extremo oeste do território paulista. Nesse tópico, inicialmente, discutirei como essas elites e membros das classes médias intelectualizadas operaram na criação de medidas para sanar esse problema, apresentando o caso da CGG-SP. Para finalizar, farei ainda uma discussão em torno de três mapas produzidos nesse período (fontes), que são exemplos das representações sociais sobre o problema da falta de controle territorial; para a resolução do qual os membros da Comissão foram designados

A convergência dos interesses das elites que atuavam no território paulista e os avanços técnicos que se acentuaram a partir da década de 1880 permitem que, *a posteriori*, o pesquisador delimite essa conjuntura como o período de acentuação da modernização das estruturas econômicas, políticas e sociais paulistas. Esse período também significou um crescimento na demanda por novos territórios e a capacidade técnica para sua integração, ficando, assim, exposto um novo e crucial problema à

essas elites: o descontrole e o “desconhecimento” da maior parte do território paulista.

As ideias que ganharam força entre a elite cafeeira deram continuidade a um processo que já vinha ocorrendo no Brasil: a construção da “nação” (povo e território). Nesse sentido, instituições, como o Instituto Histórico e Geográfico, atuaram enquanto elemento de poder, na construção de uma memória coletiva sobre as pessoas e os espaços. Representações de “sertão”, que permeavam a construção do Brasil, cada vez mais passaram a ser vistas com vergonha pelas autoridades e elites econômicas.

Apesar de populações de pequenos produtores posseiros dispersas no interior, e de postos avançados, como colônias militares e aldeamentos indígenas, as autoridades paulistas não conheciam oficialmente os territórios do extremo oeste e suas populações. Durante a primeira metade do século XIX, a maior parte das terras do interior paulista não eram integradas ao eixo econômico da produção e comércio de alimentos e de muare com os territórios do sul do Brasil e da região de Minas Gerais. Faltava incentivos, mesmo demográficos, para integrar simbolicamente e economicamente territórios, cujos habitantes e composição ambiental não eram conhecidos pelos representantes do Estado. A preexistência de diversas populações indígenas e o gradual avanço de populações de pequenos produtores posseiros nessas terras eram praticamente ignorados, se comparados com o movimento que ganhou força no final desse século.

A partir dessas demandas, as elites político-econômicas e seus agentes intelectualizados intensificaram as medidas, principalmente a partir de meados da década de 1880, para sanar esses problemas. Foram criadas instituições para exploração dos chamados “recursos naturais” e para acabar com os problemas de desconhecimento e descontrole dos territórios do extremo oeste. Mesmo quando diferentes nos meios institucionais de produção e nos formatos de circulação, os discursos e publicações (inclusive em jornais diários) dos intelectuais convergiam em muitos aspectos, como na necessidade de conquistar os territórios, compreender os elementos ambientais e ampliar os resultados produtivos.

Nesse período, foram recrutados como agentes avançados para a conquista simbólica dos territórios diversos intelectuais de diferentes formações e perspectivas, como jornalistas, médicos, advogados, destacando-se os engenheiros. No contexto de São Paulo das últimas décadas do século XIX, atuaram profissionais formados nas Escolas Politécnicas⁶³, principalmente a do Rio de Janeiro, ou oriundos do estrangeiro. Porém, quando da atuação nos chamados sertões, foram desenvolvidas tarefas de diversas áreas, como botânica, paleontologia, geologia, muitas das quais posteriormente, seriam atribuídos a outros profissionais, como os geógrafos.

As instituições de pesquisa possuíam diferentes objetivos e atuações, sendo a CGG-SP a mais significativa no que diz respeito ao reconhecimento dos recursos naturais e no inventário das terras do extremo oeste paulista, com a elaboração de mapas, levantamentos da geologia e vegetação e a descrição do território. Por isso, com poucas desavenças quanto aos seus objetivos, a tramitação da lei na Assembleia Legislativa de São Paulo que criou a Comissão ocorreu em tempo recorde de apenas cinco dias. Relativamente rápidas foram ainda as discussões que se sucederam quanto ao financiamento, aos orçamentos a serem disponibilizados e a reunião de pessoal para a primeira expedição, que naquele mesmo ano partiu para o reconhecimento do rio Paranapanema (FIGUEIRÔA, 1987).

A atuação da CGG-SP se tornou uma síntese entre o pensamento cientificista que vigorava entre as classes médias intelectualizadas e o pragmatismo econômico e político das elites paulistas no período. De acordo com a historiadora Silvia F. M. Figueirôa, a Comissão foi criada e se desenvolveu para atender aos interesses da oligarquia cafeeira, pois: “[...] os sucessivos governos privilegiaram as políticas/planos de curto prazo, voltados à solução de demandas específicas da economia cafeeira, favorecendo, dessa forma, essencialmente as classes a ela ligadas” (p. 121). Com essa instituição, punha-se em prática um reiterado conjunto de aspirações utilitaristas das elites paulistas que, apesar de suas desavenças partidárias, há muito cobravam do governo provincial medidas para reconhecer as terras do extremo oeste e melhorar a infraestrutura de comunicações. Essa

⁶³ A Academia Militar, fundada em 1839, foi responsável pela formação de engenheiros até 1855, quando fundou-se a Escola Central, separando engenheiros civis e militares. Foi transformada em Escola Politécnica em 1874. Foi a partir da demanda por esse tipo de profissionais em terras paulistas que foi fundada a Escola Politécnica de São Paulo, em 1893.

perspectiva era acentuada por discursos produzidos por exploradores, que relatavam “[...] a ‘riqueza’ e a ‘fecundidade’, a ‘proverbial uberdade’ das terras do Oeste. Esta região foi apresentada em publicações diversas como um eldorado disponível e inaproveitado, bastando apenas um sistema viário para colocá-la definitivamente ao alcance da mão” (FIGUEIRÔA, 1987, p. 163).

A partir desses objetivos, a CGG-SP passou a expressar os conflitos que afligiam os intelectuais paulistas na virada para o século XX, já que suas investigações da chamada ciência pura acabaram ficando, no geral, submetidas a objetivos econômicos imediatos daqueles que financiavam tais instituições. Ainda que aspectos da ciência pura – como a geologia na nomenclatura da instituição – estivessem presentes nos primeiros relatórios produzidos, foi a catalogação dos aspectos que possibilitariam o desenvolvimento econômico e que “retratavam” as condições sociais na qual o sertão se encontrava que ganharam mais repercussão – e se converteram em memória social. Isso refletiu nas principais contradições internas da instituição, expressas nas perspectivas dos chefes de cada período, mas também a própria noção do papel que a ciência deveria desempenhar.

Para Silvia F. M. Figueirôa, essas diferenças de perspectivas possibilitam ao pesquisador dividir a interpretação sobre a atuação da CGG-SP em duas fases. Entre 1886 e 1904 foi dirigida pelo geólogo americano Orville Derby, na fase que pode ser chamada de “naturalista”, com reconhecimento da constituição natural a partir de estudos científicos nas áreas da Geologia, Botânica, Geografia, Paleontologia, Zoologia e Topografia – e com poucos resultados práticos em termos econômicos. A segunda fase, a “pragmática”, vai de 1905 até 1931, quando, sob a liderança do engenheiro civil João Pedro Cardoso, os resultados foram voltados para as demandas da economia, com as expedições para o extremo oeste e a conquista simbólica dos sertões (FIGUEIRÔA, 1987).

Analisando as contradições que permearam a própria existência da CGG-SP, Silvia F. M. Figueirôa destaca que, nas duas primeiras décadas de existência da instituição, havia um consenso quando as dificuldades para que suas funções de campo fossem cumpridas. Para os exploradores, era perigoso e de difícil logística se aventurar por rios, campos e matas a eles desconhecidos, repletos de animais selvagens e indígenas, além de doenças e falta de recursos materiais e humanos.

Todos esses temores se mostraram verdadeiros a partir da primeira expedição da Comissão, liderada pelo Engenheiro Theodoro F. Sampaio, em 1886, pelo rio Paranapanema. Esse foi um dos motivos para que as expedições de reconhecimento significativas só terem voltado a ocorrer em 1905 (FIGUEIRÔA, 1987).

No período de 1905-06 ocorreu uma grande mobilização logística para que três expedições fizessem a triangulação topográfica, o levantamento sobre as características ambientais e apontassem a situação da presença dos indígenas – que quase “desapareceram” na década seguinte –, em um dos últimos espaços, no território paulista, que ainda figurava como “terrenos desconhecidos”, em torno dos rios Rio Aguapeí, Rio do Peixe, Paraná e baixo Tietê (FIGUEIRÔA, 1987). Essas expedições, juntamente com o início da construção dos trilhos da ferrovia CEFNOB, em 1905, representaram o começo da investida final na conquista do território, que só foi integrado economicamente a partir da década de 1910.

Gilmar Arruda concorda com Sílvia F. M. Figueirôa quanto aos interesses econômicos na criação da CGG-SP, mas acrescenta que também havia intenções políticas, que constituíram fatores fundamentais, ainda que não diretamente evidenciados nos relatórios exploratórios. As referências ao extremo oeste em termos como “terrenos desconhecidos” ou “terrenos inexplorados” (ver as fontes Mapa 1 e Mapa 2) refletiam a falta de controle simbólico sobre o interior e suas fronteiras. Além disso, a incompreensão quanto aos espaços e aos seus possíveis habitantes era um problema de ordem simbólica para aqueles que queriam criar a representação social e identidade modernas em relação ao território (ARRUDA, 2000).

Para resolver os problemas do descontrole dos territórios do interior paulista, aos profissionais das engenharias eram atribuídas as tarefas de transformar simbolicamente os espaços – supostamente – incultos, demonstrando suas potencialidades para o ser humano moderno. Ao mesmo tempo em que o engenheiro possuía a formação para dar os pareceres sobre o meio e seus habitantes, também era legitimado pelo poder público para agir sobre a realidade e atuar em campo em sua transformação. Gilmar Arruda argumenta que, a partir do

período republicano, ganhou força nas discussões políticas a ideia de que havia uma espécie de divórcio entre a cidade/progresso-campo/atraso:

Com este imaginário, saíram a campo engenheiros, médicos, sanitaristas, jornalistas e outros técnicos para não só estudarem o 'divórcio' da sociedade brasileira, mas para proporem também soluções práticas, técnico/científicas que, acreditavam, levariam o país à modernidade. Os engenheiros particularmente foram muito ativos nessa fase (ARRUDA, 2000, p. 104).

Como os diagnósticos da sociedade apontavam o problema do descontrole dos territórios, populações dispersas e vivendo alheias ao “progresso” e espaços que precisavam ser efetivamente integrados à “modernidade”, a técnica moderna representava o objeto imediato para se superar esses contrastes, ainda que, inicialmente, isso ocorresse somente em termos simbólicos, já que sua integração econômica demandava mais tempo. Para Gilmar Arruda, enquanto portadores de conhecimentos especializados e partilhando de um mesmo imaginário social: “os engenheiros, principalmente, tiveram grande participação na construção – diríamos remodelação – de um mundo novo e na conquista da natureza; isto impulsionava o desejo de cartografar o território como forma de dominá-lo” (ARRUDA, 2000, p. 109). Nesse sentido, por conta das características socioambientais em que as vias férreas foram estendidas no extremo oeste paulista, a partir de 1905, os engenheiros, associando ciência e técnica, tornaram-se “desbravadores de sertões”.

Esses agentes do poder das elites paulistas foram encarregados de reconhecer empiricamente o território em expedições e publicar através de mapas, relatórios oficiais e textos em jornais, inventários sobre os recursos naturais, além de propor soluções para o “problema indígena”, controle das posses de terra e de traçados de vias de comunicação e abertura de fazendas. Muitas das publicações de comissões de exploração, como os relatos de viagem, acabavam circulando em almanaques e jornais ou replicadas em discursos políticos, traçando-se assim, uma teia em que esse conjunto de discursos acabavam se relacionando – e não se fracionando em categorias significativamente opostas entre si⁶⁴.

⁶⁴ Sílvia F. M. Figueirôa (1987) e Eduardo Giavara (2008) abordam também as discussões sobre os territórios o extremo oeste entre esses intelectuais em jornais, como *Correio Paulistano* e *O Estado de São Paulo*.

Para se ter o controle simbólico e político do território era preciso de recenseamentos para enumerar as pessoas e dar-lhes identidade, expedições para nomear os lugares nos mapas, descrições e fotografias que comprovassem o controle sobre os espaços. Nesse sentido, de acordo com Gilmar Arruda: “imagens, números, representações, acervo para a memória coletiva, busca de uma unidade, de uma identidade para a população. Contar é discernir, estabelecer lugares e tipos” (ARRUDA, 2000, p. 61). Essas informações circulavam em meios letrados, nos órgãos públicos, como escolas, e eram replicados também em jornais. A partir do reconhecimento e da efetivação do poder sobre o espaço, começava a se assentar a memória de sua conquista, possibilitando, assim, que as condições técnicas e jurídicas fossem instaladas para sua integração social e econômica.

Essas representações serviram como uma forma de criar um “outro”, destacando a diferença como defeito, legitimando, assim, sua conquista por agentes do que seria uma nova e única sociedade possível. Aceitava-se o que existia como elemento de impulso para sua própria transformação, na projeção da mudança como meio de controle sobre o espaço e quem lá estivesse. Nesse aspecto, Gilmar Arruda afirma que “o que estava ocorrendo era a criação de uma paisagem pela negação da outra, da projeção de uma forma de vida urbana, moderna e capitalista, com suas concepções de tempo, espaço e propriedade, sobre uma outra forma não urbana” (ARRUDA, 2000, p. 184).

Antes de a natureza ser transformada de “riqueza adormecida” em riqueza econômica, a existência do sertão desconhecido precisava ser eliminada das representações daqueles que o conheciam de longe, principalmente através de relatos – muitas vezes assustadores e fantásticos; o sertão deveria ser transformado em memória. Por isso, retomando a discussão proposta por Gilmar Arruda, discursos como esses serviram para “fixar memórias” e criar uma narrativa do progresso, em que os próprios grupos humanos eram categorizados a partir de uma ótica imposta externamente. Assim, ocorria um processo de ação simbólica ao mesmo tempo que essa engendrava ações concretas a partir de uma conjuntura regional atrelada a uma demanda internacional (ARRUDA, 2000, p. 24-25).

Gilmar Arruda assinala que era preciso fazer com que desaparecessem as inscrições de “terrenos desocupados” dos mapas para que, assim, a memória

coletiva que prevalecesse fosse a de que o sertão existiu, e era imponente, mas foi vencido pela civilização. “Antes ‘extremo sertão’, depois, região mapeada, e já inscrita nos grêmios da civilização e na história de São Paulo” (p. 141). Mesmo que apropriadas diferentemente pelos grupos que as recebia, essas imagens construídas se tornavam acervo para a memória coletiva:

Note-se que numa sociedade marcadamente analfabeta, a escrita torna-se uma forma de poder, de perpetuação. Estamos diante da questão seguinte: o território era ocupado por sociedades sem escrita – grupos indígenas, por exemplo –, ou que utilizavam a escrita de forma pouco acentuada – os posseiros e os agregados? A reocupação desses espaços seria narrada e perpetuada pela escrita, um tipo de memória construída a partir das referências do poder. Não é coincidência o caráter de grande propaganda assumido pelos relatórios e mapas produzidos pela Comissão Geográfica e Geológica (ARRUDA, 2000, p. 62).

Ao longo da segunda metade do século XIX, grande parte das terras da porção oeste do território paulista não era reconhecida oficialmente, sem figurar em mapas ou registros cartoriais. Para as elites político-econômicas instaladas em São Paulo, isso significava a falta de controle simbólico dos territórios e de seus moradores – quando reconhecidos –, além de prejudicar a expansão da fronteira econômica. Exemplo claro da representação desse problema nos discursos oficiais do contexto são os diversos mapas nos quais grande parte da área ocidental do território paulista foi representada com inscrições como “terrenos desconhecidos”. Esses mapas circularam pela sociedade e solidificaram uma matriz de representações sobre o espaço e as pessoas que nele viviam. Os “terrenos desconhecidos” se tornaram uma memória social vergonhosa; mas sua possível conquista poderia significar uma outra: a “vitória da técnica moderna”.

A seguir, analisarei brevemente três mapas produzidos entre 1879 e 1910, sem a intenção de esgotar a discussão sobre essas fontes; e sim demonstrar o problema o qual se deparavam os agentes históricos acima discutidos. Os relatórios e os mapas circulavam entre esses intelectuais, servindo como orientação em seus próprios trabalhos na construção social dos espaços por eles procurados. Como os agentes que construíram tais mapas e os que escreveram os relatórios que serão analisados no próximo capítulo circulavam em torno de um mesmo lugar social e

legitimados por um mesmo centro de poder, é possível interpretar seus discursos como “discursos do poder”, fruto de um imaginário social.

Também é preciso lembrar que nesse período a aquisição dos textos escritos era limitada a um pequeno público alfabetizando, apesar de serem replicados através da oralidade e de imagens às demais pessoas. Por isso, os mapas possuíam também a função de simplificar as representações escritas e atingir públicos maiores.

O primeiro documento a ser discutido é o mapa “Provincia de S. Paulo”⁶⁵ (Mapa 1), de autoria do engenheiro Claudio Lomellino de Carvalho, publicado em 1879. Assim como a maioria dos mapas provinciais e do Império produzidos em meados do século XIX, a carta foi elaborada pelo engenheiro a partir dos seus trabalhos cartográficos para o governo imperial. No entanto, esse mapa ganhou importância com a sua publicação, em 1882, no “Atlas do Império do Brazil”⁶⁶, um compilado de trabalhos conjuntos, no qual Carvalho foi o principal editor. Segundo o historiador Airton Cavenaghi, até o final do século XIX, o Atlas foi um dos trabalhos mais significativos para o conhecimento do território brasileiro (CAVENAGHI, 2006).

⁶⁵ CARVALHO Claudio Lomellino. **Província de S. Paulo**. Lith. de Ângelo e Robin. Litogr. Sem escala, 33 x 47 cm., Rio de Janeiro, 1879.

⁶⁶ CARVALHO, Cláudio L. (org.). **Atlas do Imperio do Brasil** segundo os dados officiaes existentes e outros documentos fornecidos pelo Ex. mo Snr. Conselheiro Barao Homem de Mello e Tenente-Coronel de Engenheiros Francisco Antonio Pimenta Bueno e pelos mesmos revisto. Organizado e gravado por Claudio Lomellino de Carvalho. Editado por Angelo Agostini e Paulo Robín. Rio de Janeiro: Lithographia Paulo Robin & C. a, 1882. In fol., de 3 ff de texto e 23 cartas.

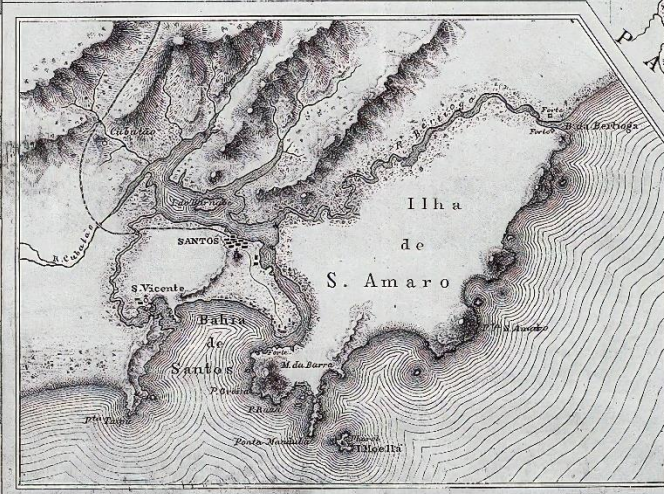


PROVINCIA
DE
S. PAULO

1879

SUPERFICIE
290.876
Kilômetros quadrados
POPULAÇÃO
837.354 Habitantes

BIBLIOTECA NACIONAL
Rio de Janeiro
1953



Mapa 1: Província de S. Paulo (1879)

Fonte: Carvalho, 1879 *apud* Beier; Marhtin, 2018.

Além da função política do mapa, segundo José R. Beier e Daniel Marhtin, durante a segunda metade do século XIX, era comum a compilação de atlas e almanaques contendo informações diversas, como sensos demográficos regionais, economia e descrições de aspectos ambientais. Ainda que a produção do mapa analisado tenha sido a partir da atuação do engenheiro enquanto funcionário do Império, o crescimento econômico da província de São Paulo, a demanda por educação das classes médias e um relativamente crescente mercado literário influenciavam na produção de uma bibliografia que demonstrasse as potencialidades econômicas do território. De acordo com os pesquisadores:

Na década de 1870, a produção de mapas do território paulista ganhou impulso após a instalação, na capital, da oficina litográfica de Jules Martin. Tanto a instalação da oficina litográfica, quanto o aumento das representações do território paulista ligam-se diretamente à ampliação de um mercado consumidor de mapas na Província de São Paulo. Este, por sua vez, expandiu-se em razão de fatores como a inauguração de linhas ferroviárias interligando o interior de São Paulo e o Rio de Janeiro à capital, bem como o barateamento do custo de produção dos mapas a partir das novas técnicas de impressão (BEIER; MARHTIN, 2018, s. p.).

No mapa de 1879 é possível observar que na representação de quase a metade do território, correspondente ao Planalto Ocidental, não havia indicações de estradas e cidades, e o relevo se resumia ao apontamento de algumas serras e cursos dos maiores rios. No extremo oeste da representação cartográfica da província de São Paulo, entre os rios Paranapanema, Paraná e Tietê, aparecem as inscrições “terrenos desconhecidos” entre representações de alguns afluentes. Perguntemos hoje: onde nasciam esses afluentes? Quantos mais rios e serras havia nesse espaço em branco? Até onde estendiam-se os Campos Novos? Quem vivia nesses terrenos?

Quanto a esses problemas representados no mapa, Airton Cavenaghi assinala que, devido aos aspectos históricos do período colonial, o território da província de São Paulo ainda era um dos menos reconhecidos de todo o Império – apesar da importância que passou a ser atribuída a esse território. Ao abordar o

mapa de 1879, a partir de sua posterior publicação no Atlas de 1882, o historiador assinala que:

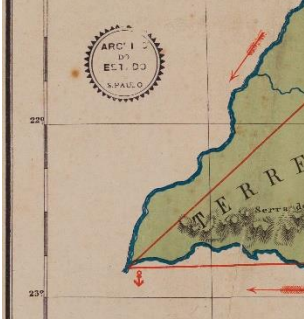
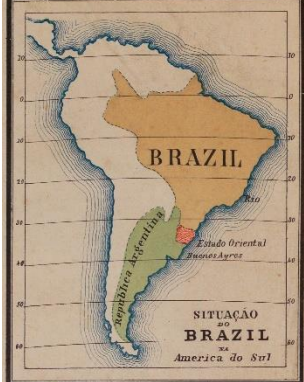
Ele documenta, a todo custo – mesmo que para isso seja necessário, pela sua caracterização ideológica, expressar o espaço “desconhecido” –, as áreas territoriais necessárias à sustentação do regime. Numa época em que a presença da ferrovia aproximava as localidades e o cunho positivista das ciências dava o tom necessário ao conhecimento, era inconcebível que a única província a não ser mapeada por inteira fosse a que mais sofria modificações materiais, em virtude do fluxo econômico do café (CAVENAGHI, 2006, p. 233).

Por outro lado, a sobreposição do relevo e hidrografia em conjunto com a marcação das cidades e vias de comunicação em uma mesma carta atuavam como elemento de orientação para quem visse o mapa, e também serviam para preencher os vazios onde os elementos humanizados não puderam ser assinalados. Percebe-se a tentativa de demonstrar que eram conhecidos os afluentes dos Rios Tietê e Paranapanema, além de nomear a Serra do Diabo e os Campos Novos, ainda que não se soubesse seus limites. A indicação do traçado dos grandes rios e afluentes, os campos e as serras atuava como forma de propaganda, de dizer que, ainda que parcialmente, o paulista já havia reconhecido essas terras. Também era importante assinalar com pontilhados os projetos de expansão de estradas e vias férreas enquanto símbolos do progresso que se projetava.

Agora, breve análise do mapa “Mappa da Província de São Paulo”⁶⁷ (Mapa 2), produzido e publicado pela Sociedade Promotora de Imigração de São Paulo⁶⁸, em 1886. No mapa, foram assinalados os núcleos coloniais, as estradas de ferro e linhas de navegação fluvial a vapor em tráfego, projetadas e em construção no período. Há ainda um quadro com as distâncias em quilômetros do Porto de Santos, no qual foram indicadas também a altitude e a temperatura média das cidades do interior da província.

⁶⁷ SOCIEDADE PROMOTORA DE IMMIGRAÇÃO DE SÃO PAULO. **Mappa da Província de São Paulo**, mandado organizar pela Sociedade Promotora de Imigração de São Paulo. Lith. Paulo Robin & Cia. Escala 1: 2.000.000. 38 x 58 cm., Rio de Janeiro, 1886.

⁶⁸ A Sociedade foi fundada em 1886 por fazendeiros paulistas para atrair imigrantes europeus como trabalhadores das fazendas de café em São Paulo. A Sociedade deixou de existir em 1895, quando o governo se encarregou das funções do serviço imigratório.



CONVENÇÕES
 Nucleo colonial
 E.F. em trafego
 E.F. projectada
 Rios navegaveis

Escola $\frac{1}{2.000.000}$
 em Kilometros

MAPPA DA PROVINCIA DE SÃO PAULO

MANDADO ORGANISAR PELA Sociedade Promotora de Imigração de S. Paulo

1886

MEIOS DE COMUNICAÇÃO
Estradas de ferro em trafego

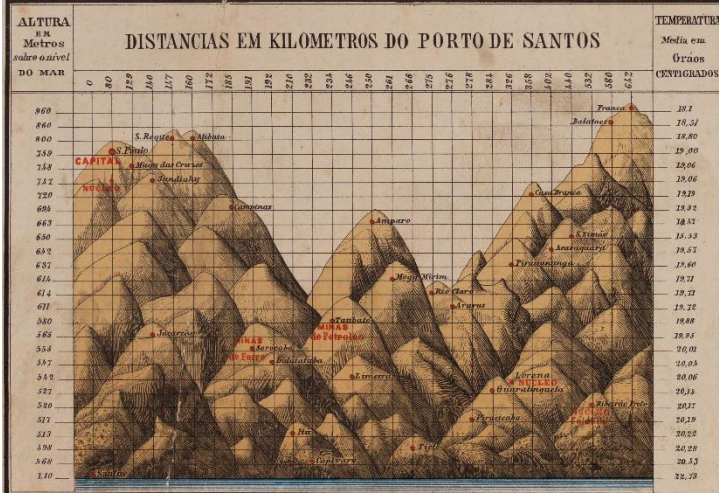
Estrada de Pedro 2 ^o de Figueira, a Cachoeira	47 Kilometros	Bragantina	92 Kilometros
São Paulo e Rio de Janeiro	270	Minas e Rio de Janeiro ao Alto da Serra	30
Santos e Jundiahy	128	Santo Amaro	10
Piedade	143	Taubaté e Franconia	9
Sorocabana	200	Santos e S. Vicente	9
Mogiaguaçu	238	Estrada de S. Manoel	18
Rio Claro e Araraquara	258	Estrada de S. José do Rio Preto	22
Itauna	212	Total	3.290

Projectadas em construção

Sorocabana a Belucati	92 Kilometros	Sorocabana a Tatuhy	64 Kilometros
Bananal	19	Arças	32
Total	111	Total	107

Navegação fluvial a vapor

Rio Moggi Guassú	200 Kilometros	Rio Paracatu	400
Rio das Ibas	200	Rio Itaipava	100
Rio Tietê	100	Parapanapanema	100
Rio Parahyba	100		



1886. Paulo Roberto de S. Paulo de Santos

Mapa 2: Mappa da Província de São Paulo (1886)

Fonte: Sociedade Promotora de Imigração de São Paulo, 1886 *apud* Beier; Marhtin, 2018.

Para tentar compreender a função para a qual o “Mappa da Província de São Paulo” foi construído, parte-se do pressuposto de que visava ajudar na administração, informando sobre o território e seus habitantes. Além disso, a partir da análise do contexto e instituição de produção, fica evidente que o objetivo principal era a necessidade de se comunicar com a grande leva de imigrantes que chegavam à província naquele momento. Para o imigrante recém-chegado, apesar de barreiras culturais e linguísticas, o contato com um documento oficial atestando a existência territórios “sem donos”, aparecendo como terras em excesso, atuava como elemento propagandístico, sugerido a possibilidade de uma futura posse dessas terras. O relevo foi simplificado⁶⁹, valorizando, assim, as vias de comunicação, sobretudo a partir dos portos do litoral, de onde seriam encaminhados os imigrantes para o interior. Como no mapa ficou evidente a distância de tais terras e a falta de comunicações, a representação de tal problema foi minimizada pelo traçado de ferrovias e hidrovias em construção e já planejadas, demonstrando, assim, um surto de progresso e de oportunidades.

Ao se interpretar o documento, é possível notar características também assinaladas no mapa anteriormente analisado, mas, nesse caso, as mensagens são mais diretas e impactantes. O “Mappa da Província de São Paulo” é efetivamente dividido em dois, com uma clara linha vertical que simboliza o avanço da “civilização”, como se tal movimento histórico fosse irreversível e com desfecho já predefinido. No entanto, diferentemente das representações das fronteiras políticas em mapas, na realidade concreta desse contexto histórico, formavam-se frentes de expansão, onde se misturavam os elementos que se acreditava serem predominantes na área oriental, da civilização, e os elementos que ainda resistiam na área ocidental, do que era percebido como “sertão desconhecido”. Na frente de

⁶⁹ É importante perceber que nesse mapa é destacada a Serra dos Agudos (entre os rios Paranapanema e Tietê), em uma representação que exagera suas dimensões – quando comparada com os dados sobre o relevo atualmente disponíveis. Como será demonstrado no Quarto Capítulo, nesse período, havia uma representação negativa sobre essa área, de difícil reconhecimento pelos agentes das elites paulistas e controlada por grupos indígenas, o que pode ter influenciado na construção do mapa por agentes que não podiam visitar todas as áreas que representavam.

expansão, que se desenvolvia de forma fragmentada entre elementos ambientais e em dependência de capacidades técnicas, misturavam-se características das áreas ainda não conquistadas e das áreas já integradas economicamente.

A descrição “terrenos desconhecidos” nesse mapa servia como elemento que demonstrava a ignorância sobre o território, mas também como omissão do maior problema para a conquista daquelas terras: os indígenas. José R. Beier e Daniel Marhtin analisaram mapas produzidos nesse período e demonstram que os mapas anteriores a esse de 1886 continham, para essa mesma área, as inscrições: “terrenos ocupados pelos indígenas ferozes”, “terrenos desconhecidos e habitados pelos Indígenas” e “sertão desconhecido”. Ainda que não tenha havido mudanças reais nesses territórios, a substituição de tais termos atuava para promover a ideia de terreno vazio; um atrativo para a ocupação de uma vasta área de terras – ainda que o conhecimento da presença de diversos povos indígenas fosse óbvio. A omissão da referência aos “indígenas ferozes”, e a descrição da existência de “terrenos desocupados” indicava ao leitor a possibilidade de posse e colonização (BEIER; MARHTIN, 2018).

Um fator a ser destacado é que no “Mappa da Província de São Paulo” foi projetada uma representação vigente nos discursos oficiais produzidos ao longo das últimas décadas do século XIX: a intenção de construção de um sistema hidroviário para a navegação de médios e grandes vapores pelos maiores rios paulistas. Na segunda metade do século XIX, criou-se uma grande expectativa acerca da navegabilidade de rios, como o Paranapanema, e sua integração ao sistema viário composto também pelas linhas férreas. Essa ideia havia se desenvolvido em um contexto onde, para os fazendeiros e exploradores, os rios paulistas eram quase desconhecidos em suas fozes e as opções de transporte terrestre, como as linhas férreas, ainda não haviam sido estendidas para o planalto ocidental.

No mapa foi representada a possibilidade de interligação fluvial dos rios Grande, Paraná e parte baixa do Rio Paranapanema, e da possibilidade de navegação também em grande parte do rio Tiete e outros rios menores. O que separava esse sistema era a existência de cachoeiras, ou, ainda, a incerteza sobre o traçado desses rios. A crença na técnica, frente ao desconhecimento do território,

aliava a expansão férrea de leste para oeste paulista com sua possível integração com os rios na bacia do rio Paraná.

Como discutido anteriormente, nesse mesmo ano de 1886, foi constituída a CGG-SP, a principal instituição pública responsável por mapear os territórios paulistas e demonstrar quais eram esses “terrenos desconhecidos”. No entanto, mesmo com a criação de uma instituição responsável por sanar esses problemas apontados, pouco foi feito para preencher a “mancha” praticamente em branco na cartografia paulista, a qual significava uma vergonha para as autoridades. Somente em 1905 medidas passassem a ser tomadas para a transformação, inicialmente apenas no plano simbólico, nos terrenos entre o Rio Tietê e Paranapanema, além de Campos Novos do Paranapanema.

Gilmar Arruda argumenta que, através de mapas, textos e fotografias, técnicos foram responsáveis por construir representações que dividiam a província/estado em duas partes, atendendo não necessariamente à realidade concreta, mas ao ideário ao qual eles eram representantes. Nesses mapas eram representados:

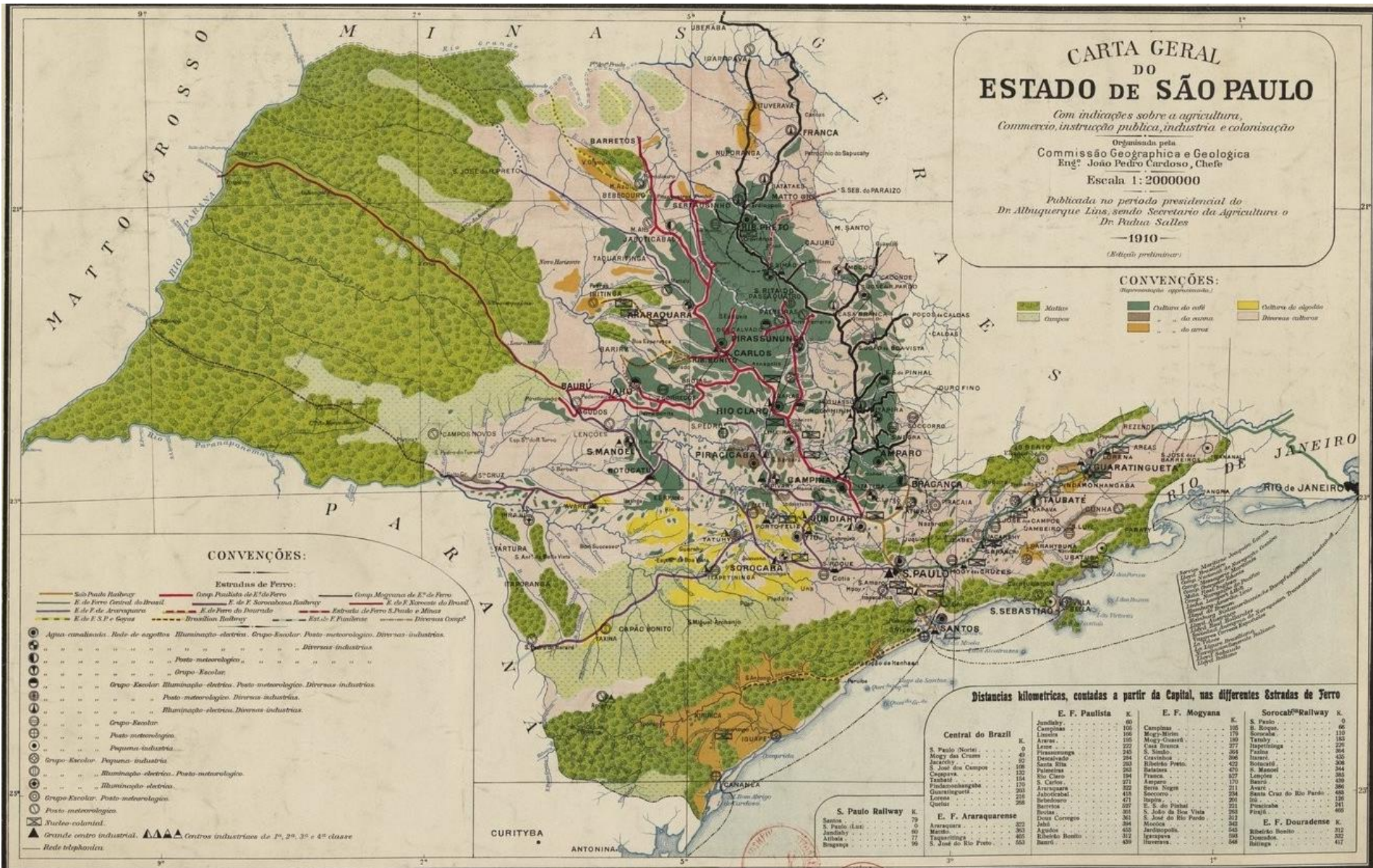
De um lado, a civilização, o progresso, a inovação e a modernidade; de outro, a barbárie, o atraso, a rotina e o arcaico. Embora esses mapas representassem um espaço físico delimitado, as ideias por eles vinculadas não se limitavam apenas a uma concepção espacial, mas estendiam-se às análises da sociedade. Os seres humanos entravam nessa rede e passavam a ser definidos a partir do local em que viviam. A dicotomia explicativa do espaço circulou de forma mais ampla, tanto espacial quanto socialmente, e servia, também, para explicar a história dos próprios moradores. As imagens sobre o “extremo sertão do estado” estabelecidas nos mapas e relatórios, resultou na construção de um imaginário que, ao mesmo tempo, apontava para as potencialidades econômicas futuras e para o risco que corriam de não se realizarem, caso não fosse removido o que era considerado o principal obstáculo à civilização: a presença indígena (ARRUDA, 2000, p.117).

Ao longo desse período de incentivos técnicos, econômicos e políticos para se conquistar os territórios do extremo oeste paulista, pouco mudou nas representações quanto aos limites entre os assim chamados “terrenos desconhecidos” e a “civilização”. Na frente de expansão pelo vale do rio Paranapanema, o problema do descontrole dos territórios além de Salto Grande, na área de matas, e além de Campos Novos do Paranapanema, nos campos,

continuaram a ser representados nos discursos oficiais até a década de 1910. Se a demanda por novos territórios pressionava a frente de expansão rumo ao oeste paulista, essa relativa demora na conquista dessa região esteve ligada também a fatores endógenos: a impositiva Mata Atlântica do Interior e a presença de povos indígenas.

Finalmente, analisarei a “Carta geral do Estado de São Paulo” (Mapa 3)⁷⁰, produzida pela CGG-SP, em 1910. Essa instituição foi criada em 1886, com o objetivo de catalogar os elementos ambientais da província de São Paulo e de assinalar suas potencialidades econômicas. No entanto, as elites paulistas impuseram que fossem tomadas medidas práticas para a solução do problema da falta de reconhecimentos dos territórios do extremo oeste paulista, frente à necessidade de controle político das fronteiras internas e pela demanda pela integração econômica de novas terras. Esse mapa foi produzido no contexto pós 1905, quando tais medidas de cunho prático passaram a ser efetivadas.

⁷⁰ COMISSÃO GEOGRAPHICA E GEOLOGICA. **Carta geral do Estado de São Paulo** – com indicações sobre a agricultura, commercio, instrução publica, industria e colonização. Lit. Hartmann e Reichenbach, Escala 1:200.000, São Paulo, 1910.



**CARTA GERAL
DO
ESTADO DE SÃO PAULO**

*Com indicações sobre a agricultura,
Comercio, instrução publica, industria e colonização*

Organizada pela
Comissão Geographica e Geologica
Eng.^o **João Pedro Cardoso, Chefe**

Escala 1: 200000

*Publicada no periodo presidencial do
Dr. Albuquerque Lins, sendo Secretario da Agricultura o
Dr. Pádua Salles*

— 1910 —
(Edição preliminar)

CONVENÇÕES:
(Representação aproximada)

Matas	Culturas do café	Culturas de algodão
Campos	Culturas de cana	Diversas culturas

CONVENÇÕES:

Estradas de Ferro:

- São Paulo Railway
- E. de Ferro Central do Brasil
- E. de Ferro Araraquara
- E. de F. S.P. e Goiás
- Grupo Paulista de E. de Ferro
- E. de F. Sorocabana Railway
- Estrada de Ferro S. Paulo e Minas
- Est. de F. Paulista
- Diversos Grupos

Agua canalizada. Rede de esgotos. Iluminação electrica. Grupo Escolar. Posto meteorologico. Diversas industrias.

Posto meteorologico. Diversas industrias.

Grupo Escolar.

Grupo Escolar. Iluminação electrica. Posto meteorologico. Diversas industrias.

Posto meteorologico. Diversas industrias.

Iluminação electrica. Diversas industrias.

Grupo Escolar.

Posto meteorologico.

Populoso industria.

Grupo Escolar. Populoso industria.

Iluminação electrica. Posto meteorologico.

Iluminação electrica.

Grupo Escolar. Posto meteorologico.

Posto meteorologico.

Nucleo colonial.

Grande centro industrial. Centros industriais de 1.^a, 2.^a, 3.^a e 4.^a classe

Rede telephonica.

Distancias kilometricas, contadas a partir da Capital, nas diferentes Estradas de Ferro

	E. F. Paulista	K.	E. F. Mogiana	K.	Sorocabana Railway	K.
Central do Brazil	Jundiahy	80	Campinas	0	S. Paulo	0
	Campinas	106	Mogy-Mogiana	179	Sorocaba	110
	Limeira	166	Mogy-Guaratuba	189	Taubaté	155
	Araras	222	Cas. Itapetinga	277	Itapetinga	226
S. Paulo Norte	Pirassununga	49	S. Simão	364	Piedade	304
Mogy das Cruzes	Desonador	55	Castro	368	Itaerá	352
Jacarehy	Santa Rita	108	Ribeirão Preto	422	Botucatu	338
S. José dos Campos	Piedade	124	Itaerá	470	Itaerá	344
Chopova	S. Carlos	154	Francos	527	Lins	385
Taubaté	S. Carlos	154	Assis	570	Assis	438
Pindamonhangaba	Araraquara	170	Serra Negra	611	Avaré	396
Guaratingueta	Guaratingueta	203	Itapetinga	654	Santa Cruz do Rio Pardo	458
Lorena	Itapetinga	238	Itapetinga	701	Itapetinga	505
Ourinhos	Ourinhos	298	S. João do Rio Verde	753	Passoaquara	541
	Ourinhos	358	Macocó	806	Passoaquara	598
	Ourinhos	417	S. João do Rio Verde	858	Passoaquara	655
	Ourinhos	476	S. João do Rio Verde	910	Passoaquara	712
	Ourinhos	535	Macocó	962	Passoaquara	769
	Ourinhos	594	Macocó	1014	Passoaquara	826
	Ourinhos	653	Macocó	1066	Passoaquara	883
	Ourinhos	712	Macocó	1118	Passoaquara	940
	Ourinhos	771	Macocó	1170	Passoaquara	997
	Ourinhos	830	Macocó	1222	Passoaquara	1054
	Ourinhos	889	Macocó	1274	Passoaquara	1111
	Ourinhos	948	Macocó	1326	Passoaquara	1168
	Ourinhos	1007	Macocó	1378	Passoaquara	1225
	Ourinhos	1066	Macocó	1430	Passoaquara	1282
	Ourinhos	1125	Macocó	1482	Passoaquara	1339
	Ourinhos	1184	Macocó	1534	Passoaquara	1396
	Ourinhos	1243	Macocó	1586	Passoaquara	1453
	Ourinhos	1302	Macocó	1638	Passoaquara	1510
	Ourinhos	1361	Macocó	1690	Passoaquara	1567
	Ourinhos	1420	Macocó	1742	Passoaquara	1624
	Ourinhos	1479	Macocó	1794	Passoaquara	1681
	Ourinhos	1538	Macocó	1846	Passoaquara	1738
	Ourinhos	1597	Macocó	1898	Passoaquara	1795
	Ourinhos	1656	Macocó	1950	Passoaquara	1852
	Ourinhos	1715	Macocó	2002	Passoaquara	1909
	Ourinhos	1774	Macocó	2054	Passoaquara	1966
	Ourinhos	1833	Macocó	2106	Passoaquara	2023
	Ourinhos	1892	Macocó	2158	Passoaquara	2080
	Ourinhos	1951	Macocó	2210	Passoaquara	2137
	Ourinhos	2010	Macocó	2262	Passoaquara	2194
	Ourinhos	2069	Macocó	2314	Passoaquara	2251
	Ourinhos	2128	Macocó	2366	Passoaquara	2308
	Ourinhos	2187	Macocó	2418	Passoaquara	2365
	Ourinhos	2246	Macocó	2470	Passoaquara	2422
	Ourinhos	2305	Macocó	2522	Passoaquara	2479
	Ourinhos	2364	Macocó	2574	Passoaquara	2536
	Ourinhos	2423	Macocó	2626	Passoaquara	2593
	Ourinhos	2482	Macocó	2678	Passoaquara	2650
	Ourinhos	2541	Macocó	2730	Passoaquara	2707
	Ourinhos	2600	Macocó	2782	Passoaquara	2764
	Ourinhos	2659	Macocó	2834	Passoaquara	2821
	Ourinhos	2718	Macocó	2886	Passoaquara	2878
	Ourinhos	2777	Macocó	2938	Passoaquara	2935
	Ourinhos	2836	Macocó	2990	Passoaquara	2992
	Ourinhos	2895	Macocó	3042	Passoaquara	3049
	Ourinhos	2954	Macocó	3094	Passoaquara	3106
	Ourinhos	3013	Macocó	3146	Passoaquara	3163
	Ourinhos	3072	Macocó	3198	Passoaquara	3220
	Ourinhos	3131	Macocó	3250	Passoaquara	3277
	Ourinhos	3190	Macocó	3302	Passoaquara	3334
	Ourinhos	3249	Macocó	3354	Passoaquara	3391
	Ourinhos	3308	Macocó	3406	Passoaquara	3448
	Ourinhos	3367	Macocó	3458	Passoaquara	3505
	Ourinhos	3426	Macocó	3510	Passoaquara	3562
	Ourinhos	3485	Macocó	3562	Passoaquara	3619
	Ourinhos	3544	Macocó	3614	Passoaquara	3676
	Ourinhos	3603	Macocó	3666	Passoaquara	3733
	Ourinhos	3662	Macocó	3718	Passoaquara	3790
	Ourinhos	3721	Macocó	3770	Passoaquara	3847
	Ourinhos	3780	Macocó	3822	Passoaquara	3904
	Ourinhos	3839	Macocó	3874	Passoaquara	3961
	Ourinhos	3898	Macocó	3926	Passoaquara	4018
	Ourinhos	3957	Macocó	3978	Passoaquara	4075
	Ourinhos	4016	Macocó	4030	Passoaquara	4132
	Ourinhos	4075	Macocó	4082	Passoaquara	4189
	Ourinhos	4134	Macocó	4134	Passoaquara	4246
	Ourinhos	4193	Macocó	4186	Passoaquara	4303
	Ourinhos	4252	Macocó	4238	Passoaquara	4360
	Ourinhos	4311	Macocó	4290	Passoaquara	4417

Mapa 3: Carta geral do Estado de São Paulo (1910)

Fonte: Comissão Geographica e Geologica, 1910.

As ações ocorridas a partir das expedições de 1905 e da construção da ferrovia CEFNOB, de Bauru ao Rio Paraná, entre 1905 e 1914, produziram significativas mudanças nas representações sobre o território entre os rios Tietê e Paranapanema, as quais pouco haviam mudado nas décadas anteriores. Gilmar Arruda destaca que, a partir desse período, as características como “extremo sertão” passaram a ser acentuadas nos relatórios criados a partir das expedições, uma vez que necessitava-se criar a narrativa de que esses agentes estavam trazendo esses territórios para a “civilização” e apagando essa “mancha” do mapa. Os relatórios, fotografias e mapas da Comissão foram divulgados pelos agentes das elites paulistas como elementos de propaganda da “conquista dos sertões” (ARRUDA, 2000). A presença indígena, constantemente acentuada como impedimento para o reconhecimento dessas terras, ao longo da década de 1910, foi deixando de figurar nesses relatórios, que enfatizavam a conquista de seus territórios, mas ignoravam seu extermínio direto ou indireto.

No entanto, no plano concreto, no sentido econômico, pouco mudava depois do mapeamento territorial, uma vez que a integração econômica direta dos territórios do extremo oeste desenvolve-se somente a partir de meados da década de 1910. Por isso, de acordo com Gilmar Arruda, o que estava ocorrendo nesse período era a conquista simbólica desses territórios:

A nomeação e a comunicação, em “documento oficial”, um mapa enquadra-se dentro de um campo de luta, de ação do poder simbólico. As questões de limites físicos entre propriedades, municípios estados e nações passaram quase sempre por divergências de nomeação de um ou outro acidente natural. Seria rio ou riacho? Aquele rio seria o “a” ou o “b”? As dúvidas desaparecem quando uma instância “autorizada” interfere e “nomeia” definitivamente, criando uma versão pública que passa a ter validade após o ato de “nomeação” (ARRUDA, 2000, p. 148).

Ao se observar o mapa de 1910, inicialmente fica evidente a dicotomia leste/oeste, já assinalada nos anteriores. Mas, ao se contextualizar a produção desse mapa e ao se observar suas características, é possível interpretar que essa representação não possuía a intenção de denunciar esses terrenos do extremo oeste, cujos elementos naturais já vinham sendo “nomeados” nos mapas produzidos

pela Comissão nos anos anteriores. Os termos “terrenos desconhecidos” ou menções aos indígenas desapareceram completamente; criava-se, assim, a memória do vazio demográfico para legitimar esse processo de expropriação. Em seu lugar, foi destacado o traçado da ferrovia CEFNOB, que se sobressai em vermelho entre as matas, até encontrar o rio Paraná, apesar de a construção desses trilhos ainda não estar concluída. Também foi assinalado qual seria o futuro traçado em que seriam prolongados os trilhos da ferrovia Sorocaba, cujo fim da linha, naquele momento, era a cidade de Salto Grande.

Sem o “problema indígena”, uma vasta floresta (riqueza natural) ainda não transformada pela ação *humana*, mas já alcançada por culturas agrícolas e vias férreas, aparecia ao observador como um chamativo para a aquisição de terras. Esse era o período em que a crise da década anterior estava sendo superada, logo, crescia-se a demanda por “novas terras”, bem como por florestas para a aquisição de madeira. Outro fator foi o aumento da atuação e companhias de terras que adquiriram grandes extensões dessa área e necessitavam de atrair compradores, inclusive estrangeiros⁷¹ (MARTINS, 2010).

Por outro lado, a representação do restante do território do estado (exceto as matas da planície costeira, que pouco chamavam atenção econômica nesse período) foi preenchido com as marcações de “diversas culturas” e “culturas do café”. Segundo essa representação, uma relativamente pequena fração do estado estava indicada com a cafeicultura. Mas é preciso se levar em consideração que as estatísticas utilizadas nesses documentos oficiais se referenciavam na produção anual de cada cultura, e, por isso, muitas áreas de fazendas cafeeiras fragmentadas ou com produção inicial acabavam sendo representadas nesses documentos como “diversas culturas”.

Além de representadas a agricultura e as áreas ainda não integradas economicamente, no mapa foi demarcada a rede logística e de infraestrutura das cidades. Mesmo as cidades mais avançadas a oeste foram marcadas com

⁷¹ Segundo José S. Martins: “a entrada de empresas capitalistas na exploração da renda fundiária, que caracterizou a ocupação das terras do oeste novo, com a atuação de empresas imobiliárias na venda de terra, baseou-se, em parte, no apelo publicitário dirigido ao imigrante. Nos jornais das primeiras décadas do século XX, escritos em línguas estrangeiras, encontra-se com certa frequência a publicidade de terras novas oferecidas em tamanho e preço presumivelmente acessíveis ao imigrante” (MARTINS, 2010, p. 2014).

elementos como ramais férreos, postos meteorológicos ou luz elétrica pública – como no caso de Piraju, no traçado da ferrovia Sorocabana. Nesse aspecto, as próprias indicações do subtítulo do mapa – “com indicações sobre a agricultura, commercio, instrucção publica, industria e colonização” – serviam para fazer a propaganda dos elementos que possibilitariam a vinda de imigrantes ou investidores estrangeiros, além de enaltecer o “progresso paulista”. Uma rede logística que alcançava uma vasta área de matas acabava sendo prova da atuação da CGG-SP, que não era a de integrar economicamente essas terras, mas sim de as reconhecer para a “civilização moderna”.

Em suma, é importante comparar os três mapas, produzidos ao longo de trinta anos. Ainda que os objetivos da produção e os elementos que foram abordados na construção de cada um dos mapas sejam diversos, nota-se a continuação da dicotomia leste/oeste e que os territórios do extremo oeste ao longo de todo esse período continuaram a ser representados com mínimos elementos da assim chamada “civilização moderna”. No entanto, no mapa de 1910, elementos como a presença indígena não foram mais assinalados. Em seu lugar, os traçados das vias férreas. Enquanto principal elemento que simbolizava a integração econômica direta dos territórios até esse período, as vias férreas, no extremo oeste, foram representadas em meio à mata, simbolizando a conquista simbólica.

Para ocorrer a integração econômica dos territórios do interior paulista era preciso que inicialmente houvesse sua conquista simbólica e que fossem estabelecidos os marcos de seus novos senhores; e foi isso que ocorreu no extremo oeste ao longo desses trinta anos. Ao se observar a área simbolicamente limitada pelo rio Paranapanema, os três mapas sugerem que o fim dos terrenos integrados eram os Campos Novos do Paranapanema. No entanto, no mapa de 1910, esses campos possuíam seus limites oeste demarcados, não representavam mais o fim dos terrenos “reconhecidos”; mas limitam onde, naquele momento, estaria se consolidando a fronteira econômica. Então, conclui-se que mudavam-se os elementos de representação do espaço e mudava-se a percepção sobre o espaço, ainda que esse espaço não fosse efetivamente alterado. A oeste de Salto Grande e de Campos Novos do Paranapanema, os “terrenos desconhecidos”, que figuravam como vergonha para as elites, passaram a ser representados como matas e

campos, supostamente já prontos para serem retalhados e vendidos para criação de gado e para a agricultura.

Essas representações coletivas sobre uma mesma região, que se transformavam ao longo dos anos, não diziam respeito necessariamente a uma realidade concreta, pois eram projeções construídas a partir do lugar social dos agentes de discursos. Os agentes da “sociedade moderna” encontravam nas próprias características dos lugares representados os elementos de sua negação, seja por ainda não estarem por eles efetivamente reconhecidos, seja por ainda não terem sido transformados pela “técnica moderna”.

4 REPRESENTAÇÕES DE VIAJANTES SOBRE O MÉDIO PARANAPANEMA ENTRE OS ANOS DE 1878 E 1906

Ao longo desse capítulo, analisarei um conjunto de relatórios de intelectuais, membros das elites estabelecidas na província/estado de São Paulo ou a seu serviço, que foram encarregados de realizar viagens (expedições) ao vale do rio Paranapanema, principalmente para as margens paulistas, entre 1877 e 1905. Todos os atores que serão apresentados, os quais a maioria eram engenheiros, possuíam conhecimentos sobre o meio ambiente, alguma experiência em viagens de reconhecimento ou eram fazendeiros/empresários conhecedores dos territórios do interior paulista. Em comum, os relatos foram fruto de tarefas de inventariar os elementos ambientais e propor medidas políticas, econômicas e técnicas para a integração econômica direta dessa frente de expansão populacional e econômica.

Os textos (fontes) selecionados, em geral, convergiam nos assuntos abordados, com pouca contradição nos objetivos que os demandava, ou divisões políticas e ideológicas em sua criação. Inclusive, carregavam ligação direta com os mapas apresentados no *Tópico 3.3*, uma vez que seus produtores agiam a partir de um mesmo lugar social e compartilhavam entre si, ainda que indiretamente, as informações registradas. Diversos textos circularam por vários meios e, inclusive, relatórios de cunho técnico e exploratório apareceram ao público em jornais diários, mantendo em seu conteúdo a mesma linguagem das publicações especializadas.

Os primeiros textos a serem analisados foram publicados em 1878 e referem-se a expedições realizadas no segundo semestre de 1877. Esses textos foram selecionados como constitutivos de um marco inicial do período em que se intensificaram medidas para inventariar a porção média do vale⁷², com objetivos principais de criar uma viação mista que ligasse os trilhos da ferrovia Sorocabana, o rio Paranapanema e o rio Paraná (diferenciando-se do período de criação de aldeamentos nas décadas anteriores). Ainda que a criação dessa rede logística não fosse o objetivo de investigação de todos os atores analisados, esse elemento

⁷² Ainda que o objeto de investigação fosse todo o vale do rio Paranapanema, a parte superior do rio, onde predominavam campos, nesse período, já era efetivamente controlada em ambas as margens. Na porção média do vale, já na faixa de matas, Salto Grande e Campos Novos figuraram como as últimas povoações avançadas a oeste até a década de 1910. Por isso, o médio Paranapanema paulista é reiterado como a principal área a ser aqui investigada nesse período.

(naturalizado no discurso social) esteve presente em todos os textos, simbolizando a principal medida para a futura integração econômica direta do vale do rio Paranapanema.

O último texto foi escrito em 1906 e refere-se a uma viagem realizada no segundo semestre de 1905. Esse marco é uma forma de limitar simbolicamente esse período de conquista territorial do médio Paranapanema, diferenciando-o do período de integração econômica direta que se iniciou – representado na retomada da construção dos trilhos da ferrovia Sorocabana, que estava há dez anos suspensa, e nos anos seguintes foram prolongados até Piraju, Santa Cruz do rio Pardo e Salto Grande do Paranapanema. Concomitantemente, 1905 também é um marco das medidas efetuadas para assegurar a conquista dos territórios adjacentes do extremo oeste paulista: na zona do Rio do Peixe, com as expedições da Comissão e Geográfica e Geológica de São Paulo, e na zona do rio Tietê, com o início da construção dos trilhos da ferrovia CEFNOB em direção ao rio Paraná⁷³. Ainda que em nenhuma dessas duas zonas tenha de fato se iniciado a integração econômica direta, essas medidas atraíram agentes de conquista territorial, facilitando ainda o apossamento e a liberação dos territórios entre o baixo Paranapanema e o Rio do Peixe.

Para explorar o vale, ao longo de semanas ou meses, esses viajantes acabaram se organizando em torno de pontos estratégicos frente aos elementos ambientais, como a cachoeira de Salto Grande, que dava acesso ao rio, às matas e a estrada em direção aos campos do espigão. Também necessitaram de elementos civilizacionais, como cidades ou vilas mais avançadas no interior, onde poderiam contratar pessoal, adquirir suprimentos e animais e colher informações. Por isso, os itinerários convergiram para a porção central do vale, principalmente para aqueles que viajaram por terra, onde haviam as cidades de S. Sebastião do Tijuco Prato (atual Piraju), Santa Cruz do Rio Pardo, Campos Novos do Paranapanema (atual Campos Novos Paulista) e a vila de Salto Grande – distantes em média 40 quilômetros uma da outra (ver Figura 3).

⁷³ A partir desse período, no médio Paranapanema, até Salto Grande, passaram a ser fundadas diversas cidades e intensificaram-se as derrubadas das matas e a venda de glebas de terra, proporcionando a abertura de grandes fazendas cafeeiras.

A partir disso, discutirei os seguintes textos: o relatório “Explorações no Valle do Paranapanema”, de Francisco Carlos Silva, engenheiro chefe da Directoria das Obras Públicas da Província de São Paulo, publicado no jornal *Correio Paulistano* em 1878; o “Relatorio apresentando a’ Directoria da Companhia Sorocabana”, de Luiz Bianchi Bertoldi, engenheiro da Companhia Sorocabana, publicado no jornal *A Província de São Paulo* em 1878; o conjunto de textos e compilados no livro “O Sul de S. Paulo: contribuição para o estudo da geographia phisica d’esta zona da província”, publicado em 1886 pelo fazendeiro/empresário Domingos Jaguaribe Filho; o texto “Considerações Geographicas e Economicas sobre o Valle do Paranapanema”, de 1890, escrito pelo engenheiro Theodoro F. Sampaio, a respeito de uma expedição realizada em 1886; o texto do fazendeiro/empresário José Hyppolito de Carvalho, intitulado “Viagem aos rios Paranapanema e Tibagy”, publicado no jornal *Correio Paulistano* em 1892; e o texto “As margens do Paranapanema”, sobre uma viagem realizada em 1905, pelo engenheiro Edmundo Krug, cuja a edição aqui analisada foi publicada em 1925, na *Revista do IHGSP*.

O primeiro documento a ser discutido é um relatório publicado no *Jornal Correio Paulistano*, nos dias 8 e 9 de janeiro de 1878, cujo texto foi dividido e apresentado em duas partes nas primeiras páginas de cada dia com o título “Explorações no Valle do Paranapanema”⁷⁴. A publicação foi assinada por **Francisco Carlos Silva**, o qual se apresentou como engenheiro chefe da Comissão de Exploração, a serviço da Diretoria das Obras Públicas. Segundo o texto, a expedição contava com somente mais um engenheiro, e teria iniciado no dia 25 de outubro de 1877, durando 45 dias até o retorno para São Paulo.

O jornal *Correio Paulistano*, lançado em 1854 em São Paulo, tornou-se um dos maiores periódicos brasileiros, publicando edições diárias na maior parte do

⁷⁴ SILVA, Francisco Carlos. Explorações no Valle do Paranapanema. **Correio Paulistano**. 8 de janeiro de 1878a, p.1.

_____. Explorações no Valle do Paranapanema. **Correio Paulistano**. 9 de janeiro de 1878b, p.1.

As edições do *Jornal Correio Paulistano* aqui analisadas estão disponíveis no site da Biblioteca Nacional, na seção Hemeroteca Digital Brasileira. No site estão disponibilizados para acesso livre e download a maior parte das edições do periódico que foram publicadas entre os anos de 1854 e 1942. Também foram digitalizadas milhões de edições de periódicos – jornais, revistas, anuários, boletins etc. –, cujo acesso pode ser realizado por título, período, edição, local de publicação e palavra-chave, a partir da ferramenta Reconhecimento Ótico de Caracteres. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_03&pesq=exploracoes+no+valle+do+paranapanema>. Acesso em: 20/06/2019.

período em que funcionou. Sua linha editorial variou ao longo do tempo, ligando-se cada vez mais aos grupos que detinham o poder político-econômico em São Paulo. Teve em sua fundação o predomínio de ideias liberais, posteriormente foi atrelado ao Partido Conservador, a partir de 1858, e, após a criação do Partido Republicano Paulista (PRP), passou a ser seu órgão oficial. O jornal perdeu força em 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas (fechado entre 1930 e 1934, e incorporado ao patrimônio do estado até 1945). A partir de 1945, o jornal passou por um processo de decadência financeira, até ser oficialmente fechado em 1963 (THALASSA, 2007).

Primeiramente, é importante destacar o motivo da expedição: o levantamento do relevo, vegetação e povoamento da zona entre a vila de Lençóis (próxima ao rio Tietê) e o rio Paranapanema, nas proximidades da cachoeira de Salto Grande, para que o governo paulista avaliasse a construção de uma estrada de rodagem entre esses dois pontos. Nesse período, Lençóis era o último município a oeste na província, onde as comunicações eram feitas por pequenas embarcações que desciam do rio Tietê e pela estrada que ia até Botucatu. Salto Grande era um ponto de penetração no rio Paranapanema, na área de matas, ao sul dos campos. A função da estrada seria ligar o porto de Lençóis ao rio Paranapanema, onde futuramente deveria ser criado um porto para navegação de vapores, no local que fosse mais adequado entre Salto Grande e margem paulista frente a foz do rio Tibagy.

Francisco C. Silva constituiu um inventário dos elementos ambientais e socioeconômicos da área em torno das vilas de Santa Cruz do Rio Pardo, Campos Novos do Paranapanema e o bairro de Salto Grande. Diferentemente da área que foi chamada de “terrenos desconhecidos”, a oeste do Salto, essa foi denominada de “sertão pouco conhecido”, com uma população de 4 mil habitantes, da qual o engenheiro não explicitou onde começava e terminava. Cabia a expedição demonstrar que ali existiam pessoas “civilizadas”, além de riquezas naturais: “esta é uma zona de 35 leguas do sertão pouco conhecido, que ainda não figura em nosso mappa da provincia e que nos fornece muitos dados para avaliarmos da importância que póde ter a construção de uma estrada para esses terrenos remotos” (SILVA, 1878a, p. 1).

No relatório aqui analisado, percebe-se que muitas das considerações partiram de um imaginário coletivo sobre uma região externa ao seu produtor, já que o engenheiro era um explorador em terras hostis. Em certos aspectos, o texto foi especulativo, principalmente quando Francisco C. Silva tratou da área de matas do Paranapanema, que pouco investigou, e das características do rio, que não conseguiu navegar, já que se locomoveu pelas estradas entre as vilas e pela área de campos. Por isso, muitas das descrições sobre a natureza, foram construídas a partir de relatos ouvidos dos habitantes locais⁷⁵.

Francisco C. Silva foi encarregado pelo governo provincial de uma tarefa que as autoridades julgavam ser realizável e que o próprio engenheiro se empenhou em reafirmar. No entanto, ainda que a tarefa tenha sido assinalada como realizada e apontamentos tenham sido feitos, estudos concretos e com dados precisos deveriam ser feitos posteriormente.

Discutirei também o “Relatorio apresentando a’ Directoria da Companhia Sorocabana”, assinado pelo engenheiro **Luiz Bianchi Bertoldi**, em quinze de janeiro de 1878. O motivo da expedição, segundo Luiz B. Bertoldi, era a exploração do vale do rio Paranapanema, fazendo levantamentos para a construção da linha férrea Sorocabana de Ypanema (fundição de ferro próxima a Sorocaba), passando pelo vale do rio Itapetininga, até o Salto Grande do Paranapanema. O relatório foi publicado no jornal *A Província de São Paulo*, no dia 24 de janeiro de 1878, nas páginas 2 e 3⁷⁶. A versão aqui discutida é a publicada no Jornal. É provável que essa seja a mesma versão que foi enviada à Sorocabana, pois o texto é composto por termos técnicos e referências diretas ao presidente da companhia.

O jornal diário *A Província de São Paulo* foi fundado em 1875, tornando-se, ao final do século, o maior jornal de São Paulo. Com a proclamação da República,

⁷⁵ É possível perceber que o engenheiro não conhecia pessoalmente todos os lugares citados em trechos como o a seguir: “o valle do Paranapanema não ostenta soberba vegetação e fertilissimas terras, só nos lugares denominados Fartura, Santo Antonio, São Sebastião, e Rio Novo; ele estende sua uberrima natureza até a foz do Tibagy e provavelmente por todo o seu curso” (SILVA, 1878a, p. 1).

⁷⁶ BERTOLDI Luiz Bianchi. Relatorio apresentando a’ Directoria da Companhia Sorocabana. **A Província de São Paulo**, 24 de janeiro de 1878, p. 2-3.

A edição do jornal em questão foi consultada no site do jornal *O Estado de São Paulo*, na secção “Acervo”. O jornal disponibiliza em versões digitalizadas todas as edições desde 1875, as quais podem ser acessadas a partir de um mecanismo de busca avançada. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18780124-882-nac-0002-999-2-not>. Acesso em 20/06/2019.

em 1889, passou a se chamar *O Estado de S. Paulo*. Desde sua fundação, o jornal defendeu os interesses da elite agrária, combatendo o centralismo político e administrativo estabelecido pelo Poder Moderador do Império, e apoiando a causa republicana. Defendendo uma modernização de caráter conservador, durante a Primeira República, manifestou independência em relação ao poder constituído, tecendo críticas aos governos e a movimentos de tendências abertamente liberais (LATTANZI; FARIA, 2013).

Luiz B. Bertoldi fazia parte do corpo técnico da Companhia Sorocabana, sendo responsável ou integrante de outros trabalhos técnicos. Também prestou serviços à Inspetoria de Obras Públicas da Província, quando propôs um importante estudo para a retificação dos rios Tietê e Tamanduateí, em 1887. A atuação do engenheiro nas últimas décadas do século XIX pode ser classificada como exemplo do profissional financiado para atuar no interesse das elites econômicas paulistas (MORENO, 2016).

No relatório, Luiz B. Bertoldi não indicou como organizaram os dias de seu itinerário, os locais em que se hospedou, a possível ajuda de outros encarregados pela Companhia Sorocabana ou qual o apoio prático que teve dos moradores locais. A partir do próprio relato, percebe-se que o engenheiro não penetrou nas matas das margens do rio Paranapanema e o mais longe que chegou foi na cachoeira de Salto Grande, onde havia um pequeno bairro. Por isso, por várias vezes, reconheceu que foi a partir das falas dos moradores locais que fez observações sobre as matas e, inclusive, considerações técnicas sobre o rio Paranapanema e sua navegabilidade⁷⁷.

As descrições foram feitas principalmente sobre a área de matas do lado paulista do médio Paranapanema e as vilas que existiam nas proximidades. No entanto, referências indiretas a determinados elementos da geografia regional demonstram que muitos dos lugares comentados não foram visitados. Assim, o relatório pode ser dividido em dois eixos que motivaram sua escrita: inicialmente, um inventário dos aspectos ambientais e sociais encontrados ao logo do caminho ou

⁷⁷ No início do relatório Luiz Bertoldi já afirmou que ao fazer suas considerações foi “guiado pelas indicações dos moradores e dos práticos dos terrenos percorridos [...]” (BERTOLDI, 1878, p. 2). Em relação ao trecho do rio Paranapanema abaixo de Salto Grande, compôs o texto: “pelas informações obtidas de pessoas que conhecem o rio Paranapanema desde o Salto Grande até a sua confluência com o rio Paraná [...]” (BERTOLDI, 1878, p. 3).

colhidos a partir de relatos de moradores (clima, vegetação, população e infraestrutura); paralelamente, planejamentos e projeções técnicas sobre um projeto futuro a ser desenvolvido pela Companhia.

Domingos José Nogueira Jaguaribe Filho publicou um conjunto de textos no jornal *Correio Paulistano*, durante o mês de dezembro de 1885, a respeito de suas andanças pelo vale do rio Paranapanema. Esses textos foram compilados e publicados no livreto “O Sul de S. Paulo: contribuição para o estudo da geographia phisica d'esta zona da província”⁷⁸, em 1886, o qual será aqui analisado.

Domingos Jaguaribe Filho foi um exemplo significativo da atuação dos homens de negócio, representados como a burguesia cafeicultora de São Paulo. Nasceu no Ceará, filho de um visconde jurista e político, casou-se com filha de um barão e grande cafeicultor paulista, formou-se em medicina, no Rio de Janeiro. Foi escritor, deputado estadual e deputado federal por São Paulo e fazendeiro, cuja atuação política esteve ligada aos interesses da burguesia cafeeira. Com ideias liberais, foi um atuante incentivador da imigração europeia subsidiada para o Brasil. Ao lado de outros grandes fazendeiros e intelectuais, fundou o Club da Caça e Pesca, a Sociedade Pastoril e o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, além de influenciar em outras instituições, como a CGG-SP (VIANNA et al., 2014).

Domingos Jaguaribe Filho foi um dos grandes incentivadores da modernização em São Paulo e do uso mais adequado dos “recursos naturais”, pressionando para que o governo acabasse com a grilagem de terras. Já no final do século XIX, publicou artigo defendendo a criação de um horto agrícola para produção de mudas de árvores para reflorestar áreas degeneradas e para a criação de lenha. Foi ainda um defensor da criação de núcleos coloniais, demandando que o governo criasse as bases para que ocorressem formas de ocupação territorial independentemente do eixo cafeeiro, como foi o caso da cidade de Campos do Jordão, a qual foi um dos fundadores (HENRIQUES, 2015).

⁷⁸ JAGUARIBE FILHO, Domingos J. N. **O Sul de S. Paulo**: contribuição para o estudo da geographia phisica d'esta zona da província, São Paulo: Leroy King Bookwalter, 1886.

A versão do documento aqui consultada foi disponibilizada pela Biblioteca Mário de Andrade, da cidade de São Paulo, em um arquivo digitalizado, que pode ser acessado pelo site da instituição, na seção “Obras Raras sobre São Paulo – 1736-1934”. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=livrosspmp&pagfis=18932>>. Acesso em 20/06/2019.

No texto analisado, Domingos Jaguaribe Filho expressou sua representação sobre a “grandiosidade do paulista”, que seria “herdeiro dos bandeirantes”, o que o impelia a uma contínua missão de expandir os limites da sociedade brasileira. No entanto, para o fazendeiro, apesar de o paulista ter sido o principal responsável pela formação das fronteiras políticas do interior do Brasil; deixou as matas e os indígenas do oeste obstruírem o reconhecimento de sua própria província. O fazendeiro criticou a representação da zona entre o baixo Tietê e o baixo Paranapanema como “terrenos desconhecidos” – a qual chamou de sul do território paulistano, devido sua posição em relações ao chamado “oeste paulista” naquele momento. Para ele, era praticamente inexplicável a existência desses terrenos ainda não conquistados:

Uma das questões que mais podem interessar ao presente a ao futuro dessa provincia, é o estudo das mais ricas regiões de seu territorio, que por causas diversas ficaram occultas à energia e a actividade dos paulistas, os quaes tendo levado o seu espirito de iniciativa e de dominio até Piauhy, entretanto deixaram abandonada uma extensão enorme de riquissimas terras roxas, onde abundam mattas frondosas, altas serras e campos sem rival em toda a provincia, sendo aliás essas terras comprehendidas entre os dois maiores rios de S. Paulo, e participam da riqueza do valle do Paraná [...].

Que causas podem ter actuado para fazer com que os paulistas deixem figurar como terrenos desconhecidos, no mappa geographico, tão rica e grande extensão de seu território?

Que motivos actuaram no animo dos administradores da provincia, para esquecerem aquella região, sem duvida uma das mais faceis de serem trabalhadas, por causa das communicações em grande extensão de zona agricola, e porque tem rios navegaveis que a margeiam? (JAGUARIBE FILHO, 1886, p. 5 - 6).

Ao longo do texto, a descrição do fazendeiro em relação a paisagem ambiental, a reprodução da nomeação dada aos rios e o apontamento das posses de moradores “brancos”, atuavam como elemento de discurso simbólico, propagandístico, sobre os territórios “daquelles sertões”⁷⁹. Por isso, para Domingos Jaguaribe Filho, a oeste da última vila no interior, frente aos terrenos ainda não integrados, faltava a presença do governo para chancelar esse discurso, através de um mapa oficial, que serviria como elemento do poder simbólico: “os mappas de S.

⁷⁹ Depois de nomear os rios existentes a oeste da vila de Campos Novos, Jaguaribe Filho afirmou: “pela exposição que fica feita laconicamente, se vê que mais de 130 kilometros além dos Campos Novos, estão occupados, e são conhecidos ribeirões e rios que regam esta uberrima região, quase toda ella de terra roxa, com manchas arenosas” (JAGUARIBE FILHO, 1886, p. 33).

Paulo, não dão uma ideia exacta do sejam os terrenos que são chamados de ‘desconhecidos’, e hoje eles estão sendo invadidos por homens energicos, e conhece-se quasi todo o terreno e os numerosos rios [...]” (JAGUARIBE FILHO, 1886, p. 8).

Além de fazenda cafeeira em Rio Claro, Domingos Jaguaribe Filho possuía terras na margem paulista do vale do rio Paranapanema, o que refletiu em seus discursos sobre temas como os projetos de navegação do rio, a necessidade extensão da Sorocabana até aquela região, o problema das terras griladas e dos conflitos com os indígenas que habitavam nas terras em torno de Campos Novos.

Analisarei também um relatório produzido pelo engenheiro **Theodoro Fernandes Sampaio**, publicado em 1890, sobre uma expedição realizada pelos rios Itapetininga e Paranapanema no ano de 1886⁸⁰. Segundo as palavras de Theodoro F. Sampaio, o texto era uma compilação de dados colhidos na expedição por sua equipe, em conjunto com informações transmitidas por outros técnicos e por moradores dos lugares descritos. Esse relatório é um conjunto de considerações de caráter ensaístico, que discute uma série de elementos ambientais e socioeconômicos e termina com um vocabulário do “dialecto Cayuá”, com tradução para o português de centenas de termos da língua dos indígenas Guarani-kaiowá.

Theodoro F. Sampaio (1855-1937) nasceu na Bahia, filho de mãe escrava e pai “branco”, o qual o alforriou e o iniciou nos estudos. Ingressou na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1872, e se formou no curso de Engenharia Civil em 1876. Antes mesmo de se formar foi contratado pelo Museu Nacional para prestar serviços gráficos, onde conheceu o geólogo americano Orville Derby. Com a constituição da CGG-SP, em 1886, foi nomeado como 1º Engenheiro e Chefe de Topografia da Comissão, assumindo a responsabilidade de explorar os Rios Itapetininga e Paranapanema. Ao longo das décadas seguintes, ganhou significativo

⁸⁰ SAMPAIO, Theodoro F. **Considerações Geographicas e Economicas sobre o Valle do Paranapanema**. Boletim da Comissão Geográfica e Geológica. São Paulo. nº.4, 1890.

Este documento, além de outro de mesma autoria que será apresentado, estão disponibilizados em formato digital (pdf) no site “Biblioteca Digital Curt Nimuendaju”. A Biblioteca fez o trabalho de digitalização e disponibilização para livre acesso de um conjunto de textos sobre línguas e culturas indígenas sul-americanas, incluindo livros raros, artigos, dissertações e teses. Disponível em: <<http://www.etnolinguistica.org/autor:theodoro-sampaio>>. Acesso em: 20/06/2019.

prestígio intelectual e prestou importantes trabalhos nas ciências brasileiras (GIAVARA, 2008).

A expedição pelos rios Itapetininga e Paranapanema chefiada por Theodoro F. Sampaio foi a primeira tarefa de reconhecimento territorial efetuada pela Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, criada em 27 de março de 1886. As explorações da equipe em torno do rio Paranapanema nesse período constituíram-se no principal conjunto de trabalhos de investigação dos territórios do oeste paulista – que o engenheiro chamou de Sul de São Paulo – efetuada por instituições de pesquisa no período. Mesmo os trabalhos da Comissão constituídos efetivamente com funções de explorar áreas pouco conhecidas pelos seus agentes somente voltaram a ocorrer a partir de 1905 (FIGUEIRÔA, 1987).

Antes de discutir esse relatório de 1890, é importante fazer algumas considerações sobre como seu engenheiro chefe descreveu seu itinerário da expedição, como ela foi organizada e quais seus desafios. Para isso, apresentarei brevemente dados presentes em outro relatório⁸¹, publicado em 1889, também assinado por Theodoro F. Sampaio. Segundo o engenheiro, essa publicação era, em quase sua totalidade, uma descrição direta do que foi visualizado pela equipe de exploração e o texto foi a principal produção de cunho técnico, contendo inclusive as cartas nas quais todo o rio Paranapanema foi representado⁸².

De acordo com Theodoro F. Sampaio no relatório de 1889, a expedição iniciou-se de fato em Itapetininga, onde onze homens partiram para o oeste, a partir do rio Itapetininga em dois batelões, no dia 22 de maio de 1886. Fazia parte da tripulação mais dois engenheiros, cada um responsável por diferentes tarefas no levantamento dos dados da exploração. Segundo o engenheiro chefe, a falta de pessoas dispostas a aceitar o trabalho de compor a tripulação em Itapetininga implicou que essa se iniciasse com pessoal incompleto, na qual apenas três seriam práticos na navegação de rios. Parte do pessoal foi encontrada posteriormente no território do aldeamento do Piraju, próximo a vila de S. Sebastião do Tijucu Preto

⁸¹ SAMPAIO, Theodoro F. **Exploração dos Rios Itapetininga e Paranapanema**. Comissão Geographica e Geologica da Província de S. Paulo. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1889.

⁸² A extensão relativa desses textos de Theodoro F. Sampaio, em comparação aos demais aqui analisados, implica que sua análise seja mais demorada.

(município de Piraju a partir de 1889), onde três indígenas conhecedores do rio aceitaram a tarefa (SAMPAIO, 1889).

Theodoro F. Sampaio afirmou que, entre todos os grandes rios do estado, o Paranapanema era o que recebia menos atenção das autoridades até aquele momento e o menos conhecido pelos paulistas. Por isso, as dificuldades narradas pelo engenheiro chefe em conseguir pessoal adequado para compor a expedição. Ao descrever sua procura por pessoal, ele se disse espantado com o exagero dos moradores em relação aos possíveis perigos do rio, recusando o trabalho por conta do que seriam medos infundados:

Informações de pessoas sem critério, e por via de regra exageradas, incutiam no animo simples do povo toda a casta de terrores phantasticos e de imaginarios perigos, que difficilmente se conseguia neutralizar com a oferta de bons salarios e com as melhores garantias. O perigo das cachoeiras, o ataque dos bugres, os animaes bravios, as enfermidades, a falta de recursos nos sertões desconhecidos, eram narrados com cores tetricas aos que se animavam a embarcar n'uma expedição que até então ninguem emprehendera (SAMPAIO, 1889, p.1).

Descrevendo o traçado inicial da expedição, Theodoro F. Sampaio se preocupou em assinalar que as terras do curso superior do rio Paranapanema⁸³, apesar de quase desertas, possuíam donos legais⁸⁴: a falta de população nas margens do rio seria proposital, pois as pessoas evitavam prudentemente pelo perigo de doenças e inundações, preferindo se estabelecer ao longo das estradas e das terras altas. No entanto, no médio Paranapanema, quando o grupo chegou nas proximidades da foz do rio Itararé, tornou-se aguda a ausência de moradores; e o texto evidenciou a incapacidade que havia de apontar possíveis proprietários dos terrenos a partir das margens do rio: “população escassissima, quase nenhuma cultura á beira-rio, toda a falta de recursos, maus caminhos, um deserto emfim, eis o que se divisa nas proximidades do rio” (SAMPAIO, 1889, p. 2).

⁸³ Theodoro F. Sampaio categorizou o rio em três partes a partir de sua posição na estrutura geológica: “o curso superior estende-se das cabeceiras até o Jurumirim; o curso médio vai até o Salto Grande e representa a encosta da chapada ligando a planície superior á inferior; o baixo Paranapanema enfim vai desde Salto Grande até o Paraná” (SAMPAIO, 1889, p. 5).

⁸⁴ Para demonstrar que havia moradores na região acima da vela de S. Sebastião do Tijuco Preto, Theodoro F. Sampaio citou propriedades, como a do Dr. Domingos Jaguaribe Filho, que seria umas das maiores fazendas de criar no vale (SAMPAIO, 1889, p. 2).

Na medida em que desciam o rio, cada vez mais as descrições quanto aos perigos aumentavam, ao mesmo tempo que a representação da natureza misteriosa e se tornava cada vez mais imponente e fecunda. O primeiro grande conjunto de desafios foram as centenas de cachoeiras ou corredeiras no trecho que começava acima da vila de S. Sebastião do Tijuco Preto e se estendia por dezenas de quilômetros até Salto Grande. Segundo Theodoro F. Sampaio, esse foi o trecho da expedição em que o grupo mais teve que desempenhar trabalhos físicos e de avanço mais lento, contornando diversas corredeiras por terra.

Enfim, a chegada a Salto Grande, a última povoação avança à beira rio, onde poderiam ser encontrados alguns suprimentos frente a fome, que já demonstrava seus primeiros sinais: “por muito procurar, sempre conseguimos ahi alguma polvora e um pouco de farinha por alto preço, e uns poucos generos insufficientes para uma viagem atravez de uma região *totalmente deserta e infestada de indios* como a que iamos agora percorrer” (SAMPAIO, 1889, p. 2, grifos meus). Daí para baixo, segundo o engenheiro, provavelmente seria um trecho de mais fácil navegação pelo o que se sabia do traçado do rio; por outro lado, a atenção deveria continuar, pois eram terrenos “desertos”⁸⁵.

No trecho que se iniciou, que Theodoro F. Sampaio categorizou como baixo Paranapanema, foram apontadas a existência de algumas propriedades avançadas nas matas e que poderiam ser acessadas a partir de picadas nas margens. No entanto, mesmo tendo assinalado um “deserto de populações e mattas virgens”, o engenheiro, descreveu como os índios espreitavam a expedição. Esses trechos demonstram que era negada a humanidade do indígena, que se misturava aos temores da “matta sombria”:

Por toda a parte se nota signal da presença do indio que nos espreita, mas que nunca apparece. As estreitas e compridas canôas atadas a pequenas varas á margem do rio, a vereda mysteriosa que vem ter á agua e se embrenha pela matta sombria, as armadilhas e laços no alto da barranca para a caça abundante e esquiva, uma pequena canôa tripolada que desponta ao longe, no fim do estirão, e

⁸⁵ Segundo Theodoro F. Sampaio: “por baixo do Salto Grande póde-se considerar a região como quasi desconhecida; raros commerciantes, que na época das enchentes animam-se a descer o rio, alguns caçadores que se embrenham nas mattas em longas excursões de passatempo, são os unicos visitantes desta região que o Paranapanema atravessa nesta parte inferior de seu curso” (SAMPAIO, 1889, p.2).

que subitamente desaparece, tudo nos diz que estamos em pleno dominio dos selvícolas (SAMPAIO, 1889, p. 3).

Após algumas investigações no rio Paraná, a expedição, que já havia se prolongado demais, teve de cessar pelo fim dos suprimentos e pelo temor do período das chuvas. Depois de subirem o rio Paranapanema até a última propriedade que se estendia nas margens paulistas, nove quilômetros acima da foz do rio Tibagi, os caminhos de volta foram feitos por terra, inicialmente em uma picada em meio a mata fechada até os campos, onde acessaram a “estrada do sertão”, que ligava o vilarejo de Campos Novos até Botucatu. Theodoro F. Sampaio voltou por Botucatu, parte da tripulação voltou pela estrada que passava por S. Sebastião do Tijuco Preto e os três indígenas voltaram pela margem esquerda do rio. A expedição, que durou quatro meses e cinco dias, terminou em 27 de setembro, quando os engenheiros embarcaram na estação de Laranjal, da ferrovia Sorocabana (SAMPAIO, 1889, p. 3).

O texto do fazendeiro/empresário **José Hyppolito de Carvalho**, intitulado “Viagem aos rios Paranapanema e Tibagy”⁸⁶, foi publicado no jornal Correio Paulistano, na coluna “Collaboração: viagens”, nos dias 30 de abril, 1, 3 e 5 de maio de 1892. A viagem destinada ao lado paulista do vale do rio Paranapanema ocorreu no segundo semestre de 1891, e a versão do texto publicado no jornal foi editado especificamente para esse fim. De acordo com nota do jornal, José Hyppolito de Carvalho era um fazendeiro do estado do Rio de Janeiro, que também possuía propriedade na região paulista de Ribeirão Preto.

De acordo com José H. Carvalho, a viagem começou em 18 de julho, quando embarcou na ferrovia Sorocabana com destino a Botucatu – ponto final dos trilhos – e durou seis meses. Foram enunciados como participantes da viagem seu filho e um

⁸⁶ CARVALHO. José Hyppolito de. **Viagem aos rios Paranapanema e Tibagy**. Correio Paulistano, 30 de abril de 1892a. “Collaboração: viagens”, p. 2.

_____. **Viagem aos rios Paranapanema e Tibagy**. Correio Paulistano, 1 de maio de 1892b. “Collaboração: viagens”, p. 2.

_____. **Viagem aos rios Paranapanema e Tibagy**. Correio Paulistano, 3 de maio de 1892c. “Collaboração: viagens”, p. 3.

_____. **Viagem aos rios Paranapanema e Tibagy**. Correio Paulistano, 5 de maio de 1892d. “Collaboração: viagens”, p. 2.

As edições do Jornal Correio Paulistano aqui analisadas estão disponíveis no site da Biblioteca Nacional, na seção Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_05&pesq=viagem+aos+rios+paranapanema+e+tibagy&pasta=ano%201892\edicao%2010677>. Acesso em: 20/06/2019.

criado. A principal estadia aconteceu em Santa Cruz do Rio Pardo, a partir de onde ocorreram visitas às cidades e propriedades da região entre Campos Novos, Piraju e parte do território do norte do estado do Paraná. José H. Carvalho pouco falou sobre os moradores, não detalhando em que locais se hospedou e as ajudas que teve durante esse tempo, apenas apontando que o trajeto por terra foi feito em animais comprados em Avaré especialmente para a viagem.

O trecho do relatório que mais acentuou-se em caráter de aventura foram os 45 dias desde que embarcou no rio Paranapanema, passou pelo rio Paraná, e foi até o rio Vacaria, no Mato Grosso. Ao realizar o caminho de volta, subiu o rio Tibagi até a colônia militar do Jataí, antes de voltar por terra até Campos Novos. Nesse período, José H. Carvalho contratou três indígenas Kaiowá como tripulantes da viagem.

Segundo José H. Carvalho, o principal motivo da viagem foi o atendimento a uma demanda de amigos de São Paulo, que estavam em vias de realizar negócios de compra de terras no lado paulista do vale do rio Paranapanema. Esses fazendeiros possuíam dúvidas quanto a segurança de investir capitais em uma região mal conhecida, da qual ouvia-se falar da existência de grandes falsificações nos títulos das posses existentes. Quanto aos motivos para o investimento de tais capitais foi enunciado unicamente um: “[...] verificar se as terras seriam próprias para a principal cultura, que é o café” (CARVALHO, 1892a, p. 2). Esses objetivos iniciais foram reiterados ao longo do itinerário discutido, mas também foram inseridas novas dúvidas e novas perspectivas quando ao que havia e ao que faltaria na região.

Não foi afirmado no texto quais eram as motivações pessoais do fazendeiro, que se apresentou como um “prático sertanejo” encarregado de informar seus amigos fazendeiros sobre as características da região. Ao longo do texto, enfatizou que realizou uma arriscada viagem, a qual descrevia sem “[...] figuras de rethorica ou estylo que transporta a imaginação, porém expressões verdadeiras, sem enfeites” (1892a, p. 2). Ao menos na escrita do texto, o fazendeiro se apresentou como alguém com interesse em informar a um público diverso: “dou ao publico essas notas esperando que alguém tire dellas resultado” (CARVALHO, 1892d, p. 2). No entanto, o fato de uma viagem de seis meses ter sido realizada com pouco auxílio de pessoal especializado, sem apoio do poder público ou de alguma empresa com

interesses declarados, implica em supor que o fazendeiro também possuía interesses econômicos pessoais.

O ato de José H. Carvalho mencionar ao longo do texto conversas particulares com autoridades do estado, como o ministro da agricultura e o presidente do estado, em um texto editado para a publicação em um jornal, pode ter atuado como uma forma de legitimar suas palavras. Por outro lado, algumas vezes foi citado um relatório do engenheiro Theodoro F. Sampaio, que havia feito uma viagem semelhante anos antes, o que atuava também para atestar a verdade da narrativa de uma “arriscada e interessante viagem” (CARVALHO, 1892a, p. 2). Essas citações, aliadas a comparações com regiões da Europa, serviam também para propagar um prestígio pessoal de alguém que conhecia pessoas influentes e diversos lugares do mundo.

Um outro documento a ser analisado é o texto “As margens do Paranapanema”⁸⁷, do engenheiro **Edmundo Krug**, escrito em 1906. Diferentemente dos outros já discutidos, Edmundo Krug não escreveu seu relatório sob demanda específica de alguma instituição ou com motivos técnicos definidos. No entanto, no período da expedição, em 1905, era membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, do qual foi apresentado na publicação desse texto, em 1925, como membro honorário. Segundo as palavras de Edmundo Krug, os relatos apresentados eram considerações feitas em 1906 sobre uma excursão realizada no segundo semestre de 1905 – provavelmente escritas em gabinete a partir de anotações e memórias de viagem. Mesmo sem conseguirmos saber se o relatório foi publicado naquele momento, é provável que tenha chegado às mãos de autoridades políticas e intelectuais paulistas. A edição aqui analisada foi publicada em 1925, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*.

A expedição se concentrou em torno das estradas na margem direita do rio Paranapanema, principalmente nos campos do espigão a partir do rio Pardo. O engenheiro demonstrou grande interesse nas matas, mas pouco penetrou em seu

⁸⁷ KRUG, Edmundo. As margens do Paranapanema. In: **Revista do IHGSP**: São Paulo, vol. 23. 1925, p. 369-461.

A versão original do documento analisado foi disponibilizada por Celso Prado, que gentilmente fotocopiou as 92 páginas do texto e nos cedeu uma cópia em formato digital. Celso Prado e Junko Sato Prado são pesquisadores e memorialistas que trabalham com a formação histórica da região em torno de Santa Cruz do Rio Pardo.

interior. Nesse sentido, afirmou que pretendia descer o rio Paranapanema navegando e subir o rio Tibagi, para conhecer as terras do estado do Paraná, mas as maleitas e perigos das margens desses rios o impediram. Por isso, limitou-se a ir aonde conseguiu chegar a cavalo e que pôde encontrar pouso em propriedades de algum morador – como no “magestoso Salto Grande do Paranapanema” (KRUG, 1925, p. 461).

Edmundo Krug era formado em engenharia civil e agronomia pela Real Escola Técnica de Buxtehude e pela Real Escola Técnica de Hannover. Foi professor do Mackenzie College, sócio do IHGSP, e um dos fundadores da sociedade Científica de São Paulo e do Centro de Ciências e Letras de Campinas, além de ser figura ativa na política paulista. O engenheiro fez um importante relatório de reconhecimento do Vale do Ribeira e publicou trabalhos ligados a cultura e ao folclore nacional. Eduardo Giavara identifica que Edmundo Krug discutiu em seus textos e memórias diversos assuntos, como política, economia, folclore, meio ambiente e críticas sociais (GIAVARA, 2008).

Um problema inicial para a análise do documento é questionar como Edmundo Krug financiou sua viagem, a quem diretamente interessava e quais foram os impactos das informações por ele colhidas. Um fator que diferencia esse texto dos outros relatórios de engenheiros aqui analisados é que foram apresentados poucos dados técnicos, como cálculos de distâncias para estradas e pontes necessárias, além de detalhes do itinerário dos dias e distâncias da excursão – o que em relatórios técnicos atuava também como meio de justificar verbas investidas. Por outro lado, Edmundo Krug se disse grato às acolhidas e às companhias de viagem, inclusive adiantando que pouparia críticas a certos moradores em respeito às normas de hospitalidade.

Ao apresentar ao poder público uma zona com grande potencial econômico, o engenheiro atuava como portador de um poder instituído por sua formação e seu lugar social: “quero, pois, ter o prazer de ser um fidedigno informante, sem outro interesse que a satisfação de cumprir um dever patriótico [...]” (p. 370). A partir de suas experiências, ele apresentou um problema que já vinha sendo discutido por outros intelectuais há décadas:

Faço esta descrição somente no intuito de tornar conhecida uma zona uberrima, de mostrar ao governo que certos assumptos são de magno interesse economico e que, forçosamente, deverão ser tratados de forma diversa da que tem sido até hoje; não porque o governo se tivesse descuidado da zona em questão, não por simples falta de informações authenticas, mas sim por falta de um plano racional (KRUG, 1925, p. 369- 370).

Apesar de ser um engenheiro e de atuar a partir de interesses institucionais, nesse texto, Edmundo Krug não desenvolveu pareceres técnicos pontuais, destinados a interferências imediatas na realidade⁸⁸. O texto apresenta um caráter descritivo, no qual o viajante fez considerações a partir de seus interesses próprios enquanto observador, acreditando que seu conhecimento poderia servir para informar sobre uma região que precisava de atenção.

4.1 Meio ambiente

A proposta desse tópico é apresentar e discutir como os agentes históricos aqui selecionados se relacionaram frente aos elementos ambientais e quais foram suas representações quanto às utilidades desses elementos.

Um primeiro fator a ser destacado no relatório de **Francisco C. Silva** (1878), era o papel atribuído à natureza, já que ela foi a base sobre a qual interpretou as relações sociais que contatou na região. Quando o engenheiro descreveu os lugares em que passou – ou que ouviu falar –, reforçou certos aspectos ambientais, traçando culturas a serem cultivadas para o aproveitamento de cada característica local. No caminho entre Santa Cruz do Rio Pardo e Salto Grande:

Os signaes dos bons terrenos não são menos abundantes; por toda a encosta se encontram páos d'alho, figueiras brancas gigantescas; a ortiga, o jaguarandy, e a cressiuma vegetam geralmente por toda essa zona. O solo vestido por essas lindas florestas é em geral ferruginoso, é o que se denomina "massapé-roxa". Em varios pontos já se tem feito pequenas colheitas de canna e de fumo, que ahí se dão perfeitamente. Os poucos moradores dessa zona já estão tratando do plantio do café, que deve naturalmente encontrar nesse terreno todo o seu alimento, não só pela qualidade da terra, como

⁸⁸ Diferente dos demais viajantes, Edmundo Krug não se alongou nas discussões sobre o rio Paranapanema, o qual pouco visitou. Também não deu muita importância a economia cafeeira, provavelmente pela crise em que a economia passava no período e pelas inseguranças que o plantio nessa área representava.

pela ausência completa de geada, segundo nos informam os concededores desses sertões (SILVA, 1878a, p 1).

É possível perceber que a expedição a serviço da Comissão de Exploração não obteve os resultados esperados em relação a exploração das áreas mais distantes das últimas povoações no interior. Depois de fracassar na tarefa de reunir pessoal e pequenos barcos para descer o Paranapanema, de Salto Grande até o lado paulista da foz do rio Tibagi, Francisco C. Silva voltou para a vila de São Pedro do Turvo. Posteriormente, seguiu pelos campos, passando por Campos Novos, até a mata, penetrando em uma trilha até chegar em frente ao rio Tibagi. Novamente se disse desamparado para empreender qualquer outra missão, já que não havia mais como continuar por falta de recursos, pessoal e por temor das chuvas de verão.

Assim, os aspectos mais valorizados da natureza, como as matas e o rio, acabaram sendo o maior obstáculo para se cumprir os planos traçados. De acordo com Francisco C. Silva:

Nesse ponto, já bem distante do povoado, começámos a sentir escassez de recursos de toda a natureza. Nosso camarada ainda não havia regressado do Jatahy. Esperamos ainda oito dias por elle, até que finalmente soubemos da tripulação de um batelão, que passava com destino a Matto Grosso, que provavelmente não teriamos bons praticos, que desejavamos, visto como se encontravam todos empregados em suas roças. Grande foi o nosso dissabor, quando depois de oito dias de nutridas esperanças ouvimos uma tão desagradavel noticia. A vista deste estado de cousas, e do tempo, que com as chuvas torrenceaes, nos vedado todo e qualquer trabalho de exploração fluvial, resolvemos deixar as pitorescas margens do Paranapanema, para procurar ao nordeste, nos campos, uma habitação onde pudessemos nos abrigar melhor dos rigores da estação (SILVA, 1878a, p. 1).

Os próprios elementos ambientais, descritos como fonte de futura riqueza, foram apontados como limitadores do seu itinerário, pois o relevo acidentado no espigão, as matas na margem do rio, o leito desconhecido do rio, o temor das chuvas e dos indígenas, impediram estudos mais completos. Nesse mesmo sentido, o engenheiro afirmou que o meio ambiente se impunha inclusive sobre as condições de vida dos habitantes do interior, rompendo seus vínculos com a “civilização branca” e fazendo-os recuar de propriedades que reivindicavam a oeste.

No contexto paulista em que atuou **Luiz B. Bertoldi**, ao mesmo tempo que as matas mais imponentes e as terras com maior altitude eram mais procuradas e

valorizadas para futuras plantações de cafeeiros, mais difícil era seu reconhecimento e integração econômica. De acordo com o texto (1878), quanto mais o engenheiro penetrava nas bordas da mata que margeava o rio Paranapanema, mais ele acentuava a “fertilidade soberba”. Como um dos exemplos, destacou a serra da Fatura, a qual mencionou principalmente a partir de relatos de moradores locais:

A fertilissim serra da Fatura, que estende-se na margem esquerda do Paranapanema, desde as proximidades de Faxina, até ao Salto Grande, e constitue a imensa serie de collinas que possuem tanto renome de fertilidade e que estão até hoje em sua minima parte cultivadas” (BERTOLDI, 1878, p. 2).⁸⁹

A fertilidade das terras, segundo Luiz B. Bertoldi, continuava no vale abaixo das confluências dos rios Itararé e Pardo, estendendo-se, provavelmente, por todo o vale até o rio Paraná. Para demonstrar essa fertilidade, eram catalogadas as árvores “padrões de solo” nos trechos percorridos:

Nestas mattas, assim como nas proximidades da villa de Santa Cruz e além do Salto Grande, encontram-se com frequencia a ortiga grande, a jangada, o páu d’alho, a caviuna, a peroba, a figueira branca, a cabreuva e a inbauva, e todas estas arvores indicadas pelos agricultores experientes atestam a fecundidade do solo de composição preferivel para a cultura (BERTOLDI, 1878, p. 2).

A partir da contestação dessa fertilidade, Luiz B. Bertoldi apontou os espigões e as serras enquanto reservas que proporcionariam a futura abertura de grandes cafezais. Quanto aos trechos mais baixos percorridos próximos ao rio, a própria evaporação das águas dispersaria a formação de geadas; exceto a região abaixo (oeste) de Salto Grande, onde a baixa altitude favorecia geadas mais intensas.

Segundo o engenheiro, o problema que poderia vir a atrapalhar a colonização das margens do rio – ignorando-se o fato de que grupos indígenas ocupavam essas terras – eram as moléstias de beira rio e de areis parados, como atribuiu aos trechos não encachoeirados dos rios Mogi Guaçu e Tietê. Sobre o recém constituído bairro de Salto Grande, o recente registro da ocorrência de febres teria sido uma exceção, que também atingira outros lugares salubres:

As margens do rio Paranapanema sempre conservaram a fama de possuir um clima saluberrimo e livre de epidemias, e pela primeira

⁸⁹ É preciso apontar que a Serra da Fatura possui uma dimensão significativamente menor do que a apontada por Luiz Bianchi Bertoldi, demonstração clara do desconhecimento do objeto descrito.

vez no anno passado appareceram no Salto as febres que obrigaram os habitantes do bairro a retirar-se; porém esse caso excepcional e a causa do apparecimento das febres uma unica vez até hoje não se deve attribuir á insalubridade do clima ou das aguas (BERTOLDI, 1878, p. 3).

Luiz B. Bertoldi se preocupou em fazer considerações que possibilitassem às autoridades de empresa Sorocabana avaliar as melhores rotas para levar os trilhos até algum ponto em que o rio Paranapanema fosse navegável. Para isso, o engenheiro se ocupou principalmente com topografia de toda a margem direita do rio Paranapanema, entre a confluência do rio Itapetininga e a foz do rio Tibagi, apresentado dados técnicos, como quilometragens, curvas de níveis e pontes a serem construídas. No entanto, o mais longe que conseguiu chegar foi na povoação de Salto Grande, e os pareceres – incertos – sobre as áreas ao sul e a oeste de desse ponto foram feitos a partir de informações de moradores próximos.

Em relação aos elementos ambientais, **Domingos Jaguaribe Filho** (1886) afirmou que parte do território representado como “terrenos desconhecidos” nos mapas correntes nos centros da província já estava reconhecido. O fazendeiro cumpria o papel de demonstrar que a região a partir (oeste) de Campos Novos, ainda que “desabitada”, era extremamente fértil, com as melhores características ambientais e destino natural para onde convergiria a economia paulista. Observemos um desses relatos para tentar apanhar algumas das motivações do fazendeiro:

São os terrenos desconhecidos de S. Paulo, cobertos de mattas frondosas, altas serranias, tendo, logo apos as mattas virgens, que cobrem as margens do Paranapanema, campos magnificos, com a singularidade de serem todos muito bem fechados, de modo que muitos delles, apenas dão entradas por estreitas aberturas feitas nas mattas que os rodeiam (JAGUARIBE FILHO, 1886, p. 7).

Domingos Jaguaribe Filho acentuou a imponência das matas que atestariam um solo extremamente fértil do vale do rio Paranapanema, apontando para isso as serras que possibilitariam a implementação de grandes fazendas cafeeiras no futuro⁹⁰. No entanto, quando falou de especificidades das matas, como arvores

⁹⁰ A economia cafeeira não era viável naquele momento pela falta de transportes e mão de obra. Mas Domingos Jaguaribe Filho afirmou que onde o café era plantado, os resultados eram ótimos: “posso, porem, assegurar que os cafés colhidos nas diversas serras que formam a cordilheira de Botucatu e seus inumeros braços, como sejam serra do Espirito Santo, Conquista, Fartura, Tijuco Preto, Rio Verde, são eguaes aos cafés de Ribeirão Preto e Araraquara” (JAGUARIBE FILHO, 1886, p. 50).

padrões de solo, ou dos indígenas que nelas se ocultavam, citou o que ouviu falar. Além da falta de interesse e capacidades do fazendeiro para se aventurar nas matas do Paranapanema, ao longo do texto transparece que o valor das matas era aceito como óbvio; logo, não precisava se alongar nos comentários a seu respeito.

As descrições feitas no texto evidenciam que Domingos Jaguaribe Filho se deslocou basicamente pela faixa de campos e somente penetrou nas matas do Paranapanema onde haviam caminhos e propriedades. Segundo o fazendeiro, caberia demonstrar as potencialidades dos campos, que eram desvalorizados pela ignorância quanto a melhores métodos de manuseio de seus elementos. Além da criação de animais, os campos serviriam também para a agricultura, tal como estava sendo demonstrado pelo geólogo estadunidense Orville A. Derby, que, naquele período, começava a pesquisar o sul paulista (extremo-oeste) (JAGUARIBE FILHO, 1886, p. 53).

Ao se analisar o texto publicado em 1890 por **Theodoro F. Sampaio**, nota-se que foi reiterada a ideia de que havia terrenos “desconhecidos” ou “desertos” ao longo do vale – qualquer território indígena e suas representações espaciais eram totalmente ignoradas ou negadas. Ao iniciar o texto, o engenheiro afirmou que quase metade do território que corresponderia o vale do rio Paranapanema, em ambos os lados, era ainda uma “incognita na geographia nacional” (1890, p. 4). Desde a viagem de 1886 até o momento da redação do texto, de acordo com o que lhe havia sido informado:

Toda região mais chegada ao curso do Paraná é um verdadeiro deserto, de que apenas se conhecem as linhas representando o curso dos rios principaes. Dentro do valle, da barra do Tibagy para baixo, não ha conhecido seguramente senão o curso do rio mesmo. [...] Quer do lado do Paraná, quer do lado paulista, se o territorio inferior ao Tibagy foi alguma vez explorado, é facto de que não temos noticia. Os que alli desceram, o fizeram como nós, apenas seguiram o curso do rio [...]” (SAMPAIO, 1890, p. 3-4).

Para fazer suas considerações sobre os elementos ambientais e as populações no vale do rio Paranapanema, Theodoro F. Sampaio categorizou esse território em três zonas, as quais diziam respeito principalmente ao território paulista:

Mas essas terras se valorizariam significativamente no futuro: “logo se reconheceria que servem para a cultura do café, e o seu preço começará a subir, só o que obsta o desenvolvimento da lavoura, é a dificuldade de transporte e a falta de braços” (JAGUARIBE FILHO, 1886, p. 51).

“zona dos campos”, “zona da matta” e “terras altas”. Ambas se sucediam ao longo de duas linhas que corriam dentro do vale: “a arteria fluvial do Paranapanema, desde o Itapetininga até ao caudaloso Paraná e a longa estrada do sertão, que segue paralelamente ao rio, na distancia de 3 a 5 leguas com a zona da matta interposta” (SAMPAIO, 1890, p. 5). A partir dessa divisão, Theodoro F. Sampaio partiu das características próprias dos elementos ambientais que compunham essas zonas e propôs culturas agrícolas que melhor se desenvolveriam, caso as comunicações fossem até ali estendidas.

A exposição dos elementos ambientais foi feita por Theodoro F. Sampaio principalmente sobre o que foi visto nas margens do rio, a “zona da matta”. Segundo o engenheiro, essa zona, nas margens paulistas, corresponderia a uma faixa de matas de média trinta quilômetros que começava um pouco acima da foz do rio Itararé, na Serra da serra da Fartura, e se estendia vale abaixo ininterruptamente até o rio Paraná, onde se prolongava até o rio Tietê. Havia uma incerteza em relação à extensão dessas matas nas margens paranaenses do rio, provavelmente mais férteis e mais ricas. Essas matas faziam reentrâncias nos vales dos rios tributários, chegando em cidades como Santa Cruz do Rio Pardo. Compostas por terra roxa e espessa camada de húmus, essa seria uma das melhores terras para a lavoura em geral.

Falando das terras a partir das margens do rio no trecho de Salto Grande, onde havia uma povoação isolada frente a mata, foram destacadas a terra roxa e as árvores que atestavam a fertilidade desse solo. Além disso, foi evidenciado o quanto plantas, como cipós, e a camada de materiais orgânicos em decomposição cooperavam para formar uma “rede impenetrável”. Se, por um lado, era provada a fertilidade do solo, por outro, esses mesmos elementos serviam de explicação do por que penetrar nessa mata poderia ser uma tarefa difícil:

Ao longo do rio em ambas as margens o solo é riquissimo, a rocha originaria da tão afamada terra roxa emerge a cada instante no leito do rio e nos terrenos visinhos. A matta virgem offerece aos conhecedores da boa terra os indicios mais incocussos da sua superioridade: a figueira branca com raizes collossaes, o paó d’ alho, a peroba com grossos troncos linheiros, a cabreuva, o cedro, a chimbuva, guarahitá, o jatahy, jacarandá são ahi arvores gigantescas. Enorme variedade de cipós ou plantas sarmentosas faz através da matta uma rede impenetravel. Grande abundancia de

orchideas e de bromélias cobrem os troncos envelhecidos, enquanto da massa espessa de folhagem se levantam esbeltas e lindíssimas palmeiras de que também há aqui grande variedade (SAMPAIO, 1890, p. 13).

Na perspectiva de Theodoro F. Sampaio, os terrenos da “zona da mata”, por serem mais férteis que os campos e de mais fácil acesso que as terras altas, constituiriam no motivo da riqueza que se iniciava na vila de S. Sebastião do Tijuco Preto (Piraju) e do futuro desenvolvimento da povoação de Salto Grande. No entanto, a baixa altitude seria, provavelmente, um impeditivo para o futuro plantio economicamente viável do café, a cultura agrícola mais demandada e com melhores rendimentos no período:

Para uma proveitosa e variada lavoura a zona da mata oferece todos os necessários requisitos: solo fértil, pela maior parte intacto, o relevo das terras sem bruscas desigualdades, antes mais nivelado que íngreme, uma temperatura branda e umidade em grau conveniente. Não creio que o café possa aqui produzir com vantagem, visto a insuficiência da altitude; mas os legumes, o arroz, o milho, a mandioca, o fumo, o algodão, a cana de açúcar e até vinha vem com bastante proveito (SAMPAIO, 1890, p. 14).

Ao reconhecer o pesar de essa zona ser menos adequada aos cafeeiros que o oeste (região de Ribeirão Preto), Theodoro F. Sampaio defendeu que era preciso adaptar as culturas ao meio: “entretanto uma lavoura nunca é verdadeiramente grande senão quando multiplica seus productos, adaptando-se ao solo e ao meio” (p. 15). Assim, além de alertar os possíveis desapontamentos que cafeicultores poderiam vir a sofrer, o engenheiro explicitou problemas que ele mesmo percebia na organização agrícola paulista:

Grande erro esse de uma lavoura que só conhece uma cultura única, e que além dos riscos a que deve estar sujeita por qualquer molestia superveniente do café, está na inteira dependência da importação de productos forasteiros quando o solo natal os pode ter melhores e talvez com menor dispendio e esforço (SAMPAIO, 1890, p. 14).

Theodoro F. Sampaio defendeu que em consequência dessa necessidade de adaptação das culturas agrícolas ao meio e das incertezas sobre o café na zona da mata, as “terras altas” (acima dos 650 metros), livres de geada, deveriam ser utilizadas para o plantio do café. Como, de acordo com o engenheiro, as terras na Serra de Botucatu, onde já se plantava café com bons resultados, não pertenciam propriamente ao vale do Paranapanema, as principais terras elevadas eram a Serra

do Palmital, a Serra da Fartura e a Serra dos Agudos. Dentre essas, a Serra da Fartura, divisor de águas entre os rios Itararé e Paranapanema, “segundo verídicas informações” seria a mais adequada ao plantio dos cafeeiros, pois, além de livre de geadas: “vigorosas mattas, testemunhando um solo de primeira qualidade, cobrem então estas manchas de terra rocha” (SAMPAIO, 1890, p. 19). Importante assinalar nesse trecho é que o caráter da informação recebida de terceiros foi assinalado como verídico, uma vez que foram os geólogos Gonzaga de Campos e Francisco de Paula Oliveira, membros de sua equipe, que recolheram esses dados.

Ao abordar a Serra dos Agudos, ainda que menor que as demais, Theodoro F. Sampaio a representou como “ainda uma incognita” e, diferente das outras terras altas, o caráter das informações era mais duvidoso: primeiramente os informantes referenciados foram caçadores e “índios mansos”, depois, um morador e o vigário de Campos Novos. Ao falar dessa serra, novamente vinham as dúvidas sobre o plantio do café, os indígenas e o traçado do Rio do Peixe. Algumas terminologias usadas podem ser destacadas: “deve haver um terreno melhor”, “quase tudo é desconhecido”, “terreno monstruoso” (SAMPAIO, 1890, p. 20).

Além desse trecho, anteriormente havia sido apresentado um resumo quanto a representação do engenheiro sobre essa área, que pode ser percebido como uma síntese do imaginário social do qual Theodoro F. Sampaio fazia parte. No trecho que se segue, pode ser destacada a ideia de que existiam “índios mansos” e “índios que inspiravam terror”; e a representação do “sertão” (reconhecido) em oposição a uma “região desconhecida”, que não podia ser delimitada, como as zonas anteriormente descritas:

Tambem da região dos Agudos e do valle do Rio do Peixe, que lhe corre ao meio, não possuímos senão algumas narrativas de caçadores, e pouquissimas e vagas indicações colhidas aos indios mansos, e nada mais. A região dos Agudos, denominação que abrange vasto território entre o rio Tietê e o Paranapanema, ao oeste dos Lençóes, é ainda hoje o enigma para o habitante do sertão pelo terror que o indio lhe inspira (SAMPAIO, 1890, p. 4).

Finalmente, a “zona dos campos”, que, no lado paulista, corresponderia a quase metade do vale; e que na porção alta do rio eram territórios de mais antiga ocupação e totalmente reconhecidos. Para explicar a constituição desses campos, o engenheiro os dividiu em duas categorias que se constituiriam de acordo com suas

características: os campos de solo arenoso, que possuíam uma vegetação variada, chamada de campos sujos ou cerrado; e os solos argilosos, onde prevaleceria os campos limpos. Ambos seriam adequados para a criação de gado e de acesso facilitado ao transito de viajantes.

No entanto, uma questão colocada por Theodoro F. Sampaio acabou ficando sem respostas: “os campos [...] serão acaso hoje e sempre um vastissimo territorio apenas utilisavel pela industria pecuária? Eis a questão que os entendidos ainda não resolveram” (p. 17). Na perspectiva do engenheiro, esses campos deveriam ser usados para a diversificação produtiva da província, porém, momentaneamente, seriam reservas para o futuro, enquanto as comunicações efetivamente penetrassem no vale:

Os campos são na realidade reservas do futuro, serão um dia o theatro de uma lavoura mais intelligente e racional, quando o coefficiente da população relativa deixar de ser uma fracção para se tornar o representativo de muitas dezenas de entes humanos por kilometros quadrados do nosso territorio. Então os campos que representam tantos mil kilometros de terras abertas e desempedidas, com superficie igual ou quase nivelada, com uma temperatura branda e clima saudavel, serão de facto, como solo eminentemente aravel, o theatro de uma poderosa cultura intensiva (SAMPAIO, 1890, p. 17).

Theodoro F. Sampaio fez uma hierarquia dos elementos ambientais, na qual sua composição significava limites para a atuação humana no presente e, ao mesmo tempo, possibilitaria grande desenvolvimento econômico no futuro. O rio Paranapanema seria uma via natural de penetração para o oeste. Os campos, dos quais havia-se a certeza sobre sua composição e seus limites, possibilitavam a conquista das terras ao redor e eram reservas para criatórios de gado, ou mesmo para a futura agricultura. Os terrenos planos a partir da margem direita do rio, cobertos por matas fechadas, foram efetivamente representados como os mais férteis, ideais para o desenvolvimento da indústria agrícola⁹¹ da policultura. As terras altas, em terra roxa e cobertas por florestas, representavam a principal fonte de riquezas, pois poder-se-ia plantar café no futuro.

⁹¹ Nesses relatos era recorrente o uso do conceito “indústria” para referir a produção agropecuária em larga escala e a especialização produtiva nas fazendas.

Em relação aos elementos ambientais, no texto de **José H. Carvalho** (1892), foi reiterada a procura pela terra roxa e áreas de mata, ao mesmo tempo que ocorria a desvalorização de áreas de campos. Nos trechos percorridos logo depois de Botucatu, que ainda não faziam parte do vale propriamente dito, foi descrita uma área imprópria para lavoura, pois seria coberta de “serrados e campos sujos e de mau aspecto” (1892a, p. 2). O contraste entre as matas e os campos foi evidenciado quando o fazendeiro chegou nas proximidades de Santa Cruz do Rio Pardo:

Antes deste ponto nada ha de notavel, porque a estrada corre sobre campos, como em todo o Oeste de S. Paulo, esquivando-se as bellas mattas, que são a riqueza do Estado. [...] Ao sul da estrada que sigo, ficam as Serras de S. Sebastião do Tijuco Preto e da Fatura, que é um torrão de ouro. Ao approximar-se de Santa Cruz, o viajante não vê mais campos, porém mattas esplendidas, quasi sem solução de continuidade, sobre a magnifica terra roxa, na qual o cafeeiro toma proporções colossaes, e produz tres vezes mais do que nas melhores terras do Estado do Rio de Janeiro, onde fui fazendeiro (CARVALHO, 1892a, p. 2).⁹²

Ao seguir para Campos Novos, José H. Carvalho descreveu que ao lado norte da estrada existiam boas terras, as quais, apesar de não serem roxas, deveriam ser adequadas ao plantio. Essas terras entendiam-se até as Serra dos Agudos, onde a altitude e a mata proporcionariam grandes plantações de café. No entanto, “com suas frondosas e terrivelmente misteriosas florestas” (1892a, p. 2), a Serra simbolizava o desconhecido, local no qual os indígenas “bravios” dominavam, e era difícil traçar um real parecer quanto às suas potencialidades econômicas. Para o fazendeiro, as fraldas da serra seriam o “limite estabelecido entre a barbaria e a civilização entre as trevas e a luz” (CARVALHO, 1892c, p. 3).

Ao viajar em direção a Campos Novos, José H. Carvalho afirmou que iniciava-se uma faixa de campos, que seria “uma ilha de campos encravada em plena matta” e terminava em algum lugar nas proximidades do ribeirão Laranja Doce (1892a, p. 2). Nesses campos, havia uma estrada no sentido leste/oeste, na qual estendia-se uma linha de propriedades dos moradores até um lugar chamado de Agua Boa, em meio a mata e com acesso ao rio Paranapanema. Pouco interesse esses campos

⁹² É preciso apontar que ocorreram equívocos nas representações espaciais de José H. de Carvalho, como em diferenciar as serras de S. Sebastião do Tijuco Preto e da Fatura, que, na verdade, eram diferentes faces de uma mesma formação – a serra da Fatura –, e em referenciar as cidades de Avaré e Piraju como respectivamente Rio Novo e S. Sebastião do Tijuco Preto, pois ambos os municípios haviam mudado de nomeação, quando de sua emancipação política anos antes.

despertaram no fazendeiro, que não fez questão de comentá-los (CARVALHO, 1892).

Por outro lado, a zona de matas da margem do rio foi referenciada como um “deserto” abaixo de Salto Grande, onde havia somente um morador no lado paulista e nenhum no lado paranaense. Na propriedade Agua Boa, José H. Carvalho comprou um batelão e contratou três indígenas Kaiowá “mansos” para descer o rio Paranapanema até o rio Paraná e subir parte do leito do rio Tibagi⁹³. Apesar de perigoso⁹⁴, esse trecho da viagem teria sido feito sem grandes acidentes “a não serem as incommodas visitas das onças, que, durante a noite, rondavam os pousos, trazendo-nos de sobressalto” (CARVALHO, 1892b, p. 2).

Sobre esse trecho do baixo Paranapanema foi descrita uma diversidade de peixes e de animais terrestres, representados como caça: “a caça, quer de pennas, quer de pellos, existe em quantidade fabulosa” (1892b, p. 2). A presença dos animais foi sempre ligada às matas, e a vegetação acabou sendo um termômetro quando às ausências e as fraquezas do “homem civilizado” perante uma natureza perigosa:

A vegetação é de uma esplendidez admiravel, e as madeiras de lei existem em quantidade espantosa. O oleo vermelho (cabury-uba) é em tanta quantidade que em certos logares só se vê a abada formada pela sua copa verdejante, e se o lavrador não quizer poupar essa arvore, será impossivel fazer a derribada; a cabiuna é tambem abundantissima, e outras madeiras de lei são tantas, que é impossivel fazer d’elas menção (CARVALHO, 1892b, p. 2).

Depois da excursão ao rio Paraná e ao rio Tibagi – brevemente descritas –, José H. Carvalho novamente voltou para Campos Novos e Santa Cruz. Dali, fez

⁹³ No texto aparecem poucas descrições sobre o curso do rio Paranapanema e menos ainda sobre o rio Paraná e suas margens. O principal motivo apontado para não se preocupar em descrever detalhadamente esses rios seria o relatório do Dr. Theodoro F. Sampaio, que poderia ser conferido pelo leitor, no Boletim da CGG-SP, de 1890.

⁹⁴ Por outro lado, a própria tripulação causava medo em José H. de Carvalho, que não reconheceu os indígenas contratados como companheiros de viagem: eram sempre estranhos prontos para atacar a qualquer momento. Em oposição às “pessoas” da comitiva, e menos selvagens que os “bravios”, os três indígenas seriam “semibarbaros”: “no entanto, todos esses encantos fenecem aos olhos do viajante, que tem longe a familia e que se vê em uma canôa sobre rios tão caudalosos, como são o Tibagy e o Paranapanema, com a vida entregue a tres homens semibarbaros. [...] Felizmente não notei, por mais que pesquisasse, a mais leve sombra de infidelidade em qualquer dos tres que compunham a nossa comitiva, e, entretanto, eramos duas pessoas, que embora armados até aos dentes e por maior sentido que applicassemos, seria impossivel defendermo-nos contra os tres, tão ageis e austuciosos” (CARVALHO, 1892b, p. 2).

incursões por terra no nordeste do território paranaense e em Piraju: “entre as serras da Fartura e S. Sebastião vi campos serrados ruins, entre manchas de terra roxa. Entre S. Sebastião e Santa Cruz vi mattas massiças” (1892c, p. 3). Na estrada em direção a Salto Grande, novamente o território voltou a ser referenciado a partir da perspectiva da plantação de café; mas, também, seria ideal para outras culturas:

A fertilidade é espantosa, a terra é roxa apuradissima, em grande quantidade terras altas e livre de geadas. Bastas e frondosas florestas cobrem as margens do rio e seus afluentes. Aqui as mattas parecem não ter limites, tal é a sua amplidão. O café aqui deve produzir admiravelmente, não devendo porém amadurecer muito igualmente, mas a terra é tão productiva que bem póde-se perdoar este pequeno inconveniente. Da barra do Itararé para o Norte, a maturação é tão igual ao Oeste do Estado. Além do café, tudo o mais produz admiravelmente, o trigo, o arroz, o algodão, a uva, e com certeza quasi todas as plantas do sul da Europa (CARVALHO, 1892c, p. 3).

Ao longo do texto, ficou evidente o desprezo pelos campos e o anseio por áreas em matas, uma vez que essas significavam terrenos adequados para a formação de cafezais. Mesmo os perigos que poderiam estar ocultos nas matas, como os indígenas e as onças, eram um problema momentâneo, que seria superado no futuro. Nesse aspecto, as terras mais altas e próximas ao médio Paranapanema seriam ideais, uma vez que as matas haviam crescido sobre a terra roxa, enquanto que na Serra dos Agudos o solo era menos fértil, e as terras mais distantes no norte do Paraná eram de mais difícil acesso.

Edmundo Krug (no texto escrito em 1906) fez suas considerações sobre os aspectos ambientais, reforçando as características que representava como negativas e acentuado as positivas. Uma vez que pouco se aventurou em terrenos “desocupados”, ao descrever esses elementos, o engenheiro sempre os relacionou ao uso que estava sendo feito pelo ser humano naquele local. Poucas foram as passagens em que os elementos ambientais foram representados enquanto elementos constituídos de valores próprios que pudessem justificar sua existência futura sem serem transformados. Por isso, analisar as representação de Edmundo Krug sobre o meio ambiente implica em analisar as relações sociais desenvolvidas nesse meio.

Nas palavras de Edmundo Krug, as matas que margeavam o rio Paranapanema, representadas como “milenaes”, “misteriosas”, “virgens”,

escondiam um solo extremante fértil, como atestavam as árvores padrões de solo. As árvores de mais lento crescimento e que mais se destacavam na mata deveriam ter destinos específicos; não poderiam ser desperdiçadas, a não ser em casos de madeiras pouco uteis ou de aromas desagradáveis, que poderiam ser queimadas ou mantidas como prova de qualidade do solo:

As mattas são de superior qualidade: arvores grossas e gigantescas abundam, causando verdadeiro pasmo. E ao olharmos para essas testemunhas de seculos idos, sentimos que não possam falar, que não possam conversar, dizendo-nos o que se passou naquellas mattas desde o primeiro dia de sua existencia ate agora! Aqui se vê um bello e florescente Ipé, cujo cerne é durissimo e cuja serragem lavada com sabão produz uma bella cor vermelha [...]. Mais adiante depara-se com um enorme Jatahi seguindo-se algumas Caviúnas, Saguarajys e diversas Canellas. O tronco de uma grossa arvore, já meio carcomida pelos tempos, nos prende a atenção: é um possante Cedro vermelho, cuja madeira serve para tudo que pertence a carpintaria fina. Mas o cheiro que impregna a athmosphera é insupportavel, é acre e semelhante a que exhala o alho, fazendo nos perceber terrenos de superior qualidade: é o Pau d' Alho, a Jurema, donde emana o aroma irritante (KRUG, 1925, p. 386).

Os poucos campos/cerrados vistosos descritos ao longo do texto, em solos férteis, serviriam para a criação, caso estivessem em posse de energéticos fazendeiros. No entanto, na maior parte dos trajetos percorridos por Edmundo Krug (em torno da vila de Campos Novos), os campos eram representados como monótonos, “estéreis”, com pouca água, e sobre um solo arenoso que desestimulava qualquer empreendimento. As críticas aos campos eram feitas a partir de projeção sobre os aspectos ambientais de sua própria perspectiva sobre o que era agradável e fértil:

Mas nem tudo o que reluz é ouro: tive que passar dessa vez por extensos cerrados, por estes campos cuja vegetação lucha com a existência, que, crescendo sobre um terreno mais ou menos areento ou argiloso, tem grandes dificuldades de se nutrir; o pouco alimento que a terra cede, é talvez absorvido immediatamente e sendo esse alimento fraco, contorcem-se estas arvores em todas as formas e posições, dando ao cerrado um aspecto de miseria, de pobreza e de invalidez (KRUG, 1925, p. 399).

Foi somente quando descreveu sua penetração a oeste de Campos Novos, onde os campos se estendiam entre as florestas, e quando precisou justificar a incapacidade de se locomover pelo Paranapanema e suas margens, que os elementos ambientais tornaram-se constituídos de características que impediam,

momentaneamente, a atuação do ser humano. Quando se tornaram escassas as populações “brancas”, não houve a quem criticar, e, assim como as onças, os indígenas foram associados a esse descontrole sobre o meio.

4.2 Populações

A proposta desse tópico é investigar como os viajantes representaram em seus textos as populações de pequenos produtores/criadores e indígenas que tiveram contato direto e indireto. Será discutido quais papéis foram atribuídos a essas populações no momento de escrita de cada texto e por quais transformações esses deveriam passar para se adequar aos planos de desenvolvimento traçados. Além disso, esses relatos permitem a reprodução ideal de suas organizações socioeconômicas, as quais guardavam ligação direta com os elementos ambientais anteriormente descritos.

No tocante aos arranjos sociais e as condições materiais dos moradores encontrados na viagem, **Francisco C. Silva** (1878) teceu considerações diferenciando os principais indivíduos que teve contato, como o juiz e o capitão de Lençóis, os quais atribuiu “extrema moderação”, “bondade”, “cavalheirismo” e “patriotismo”. No entanto, quanto mais o engenheiro penetrava rumo às margens do rio Paranapanema, mais as pessoas passavam a ser identificadas coletivamente como “índios civilizados”, “camaradas” e “mineiros”. Mesmo assim, a população “branca” que teve contato ao longo da expedição foi elogiada como laboriosos sitiantes, no geral, criadores de gado e porcos, mineiros “descobridores” ou conquistadores dessas terras (SILVA, 1878, p. 1).

Ao abordar a criminalidade que existia na região, Francisco C. Silva afirmou que os moradores a atribuíam a agentes externos, indivíduos que, ao lado da falta de comunicações, prejudicavam o desenvolvimento da população sertaneja. Nesse aspecto, pode-se sugerir que era cômodo atribuir a criminalidade, e, principalmente, a matança de indígenas, aos forasteiros, ainda que a presença da população “branca” na área fosse recente:

Nesses sertões também vagam grande quantidade de criminosos, vindos de diversas provincias, que tem cometido crimes horriveis, e

que ainda continuam nos seus malvados instintos. Elles tem sido, segundo nos informam, a causa de não ter tido maior incremento os povoados desses logares. E' provável que sejam esses os auctores da matança que é victma constantemente a tribu dos chavantes (indios nomades, inofensivos, e quasi pretos, que vivem nos campos) (SILVA, 1878a, p. 1).

Os indígenas, por sua vez, foram diferenciados enquanto aqueles “mais ferozes”, que vivem a oeste, os que “se prestavam a trabalhar” nas roças e de canoieiros, e os indígenas dos campos, que “viviam miseravelmente”, sendo vítimas de morticínios. Falando dos indígenas xavantes (Oti) da região, Francisco C. Silva citou relatos por ele ouvidos e atribuiu suas mortes a criminosos forasteiros:

Ouvimos dizer a mais de uma pessoa, que esta tribu vive miseravelmente, nutrindo-se de insectos e de alguma fructa agreste dos campos, quando as ha; de sorte que, quando opprime a fome, flecham o primeiro cão ou qualquer outro animal domestico que lhes vem ao alcance. Esse crime lhes vale atroz vingança de seus vizinhos, os facinorosos. A carnificina é horrivel, vingando-se como tigres, matam desde o velho até a criança, que indefesos são feitos em pedaços (SILVA, 1878a, p. 1).

Na perspectiva do engenheiro, os indígenas “bravios” eram um elemento externo a área visitada e simbolizavam um perigo ao seu avanço; enquanto que os “mansos”, que eram vistos como degradados, caberia aos fazendeiros e ao poder público os atrair e os ensinar a trabalhar. Por isso, propôs aos agentes do governo medidas para sanar a situação dos indígenas:

E' inutil insistir perante v.s. para que alcance do governo a cathechese desses indigenas, que, com facilidade, formariam uma colônia desde que a testa deles se achasse um homem desinteressado e digno dessa missão. Uma vez no gremio da nossa gente, prestam muito serviço á lavoura e a todos os misteres da navegação, como tivemos ocasião de observar (SILVA, 1878a, p. 1).

A investigação da região, concentrada principalmente no médio Paranapanema, dependeu da ajuda dos moradores “brancos” locais, que serviram de informantes e guias. No entanto, pouco foi descrito sobre os elementos de cultura material e da organização econômica dessas pessoas, sendo-os atribuído valor de acordo com sua disposição em acomodar, fornecer informações e ajudar na exploração⁹⁵. Enquanto os elementos ambientais poderiam propiciar o

⁹⁵ Esse era o caso atribuído ao sr. João da Silva, que seria o último habitante a oeste da província: “[...] sertanejo e descobridor de grande parte dos terrenos denominados Campos Novos. Este senhor, que, por sua moderação e bondade, soube grangear a amizade e respeito dos indios, até d'aquelles

desenvolvimento da indústria agrícola, as distancias desestimulavam esses moradores a empreender cultivos que merecessem comentários por parte do engenheiro.

Em relação aos aspectos sociais, **Luiz B. Bertoldi** (1878), analisou ao longo do texto os lugares em que passou a partir da organização socioambiental que cada grupo ocupante se encontrava – ou seja, a partir do desenvolvimento econômico, das formas de organização do trabalho e das redes de comunicação e logística. Para as áreas com núcleos populacionais, o engenheiro propôs melhorias técnicas ou previu um futuro de desenvolvimento econômico, caso as comunicações se desenvolvessem. Já para as áreas mais distantes, reclamou futuras vias de comunicação e a sua integração através da agricultura ou da pecuária, projetando que cada aspecto ambiental era ideal para diferentes tipos de atividade.

No caminho entre Itapetininga e a vila de Santa Cruz, na margem direita do rio Paranapanema, Luiz B. Bertoldi descreveu a existência de campos que iam diminuindo na medida em que se aproximavam os reversos das cuevas de Botucatu e da Fartura. De acordo com o engenheiro: “estes imensos campos *destinados* à criação do gado vaccum e utilizados para invernadas das tropas cavallares, que transitam em direção á capital do imperio, são também fonte de grande riqueza”, (p. 2, grifo meu). Nesse aspecto, foram acentuados o caráter e a capacidade dos fazendeiros/criadores que possuíam fazendas que se estendiam até as cabeceiras dos rios Pardo e seu afluente, o Turvo, com propriedades com 3 a 4 mil cabeças de gado. Quanto mais aproveitados os recursos ambientais – cumprindo-se seu destino – e maiores as propriedades, mais importância eram atribuídas aos seus proprietários (BERTOLDI, 1878).

Esse quadro descrito começava a mudar quando o engenheiro penetrava na área de matas do médio Paranapanema: cessou a existência de grandes criadores e aumentou a grandiosidade atribuída ao meio ambiente. Exemplo de vila que estava se desenvolvendo e poderia servir para a integração das matas ao redor era S. Sebastião do Tijuco Preto (município de Piraju desde 1889). De acordo com Luiz B.

que não o conheciam, dos mais bravios, nos deu em sua casa d'Água Boa o melhor agasalho que as circunstancias permitiam, oferecendo-se ainda para continuar conosco, ajudando-nos a exploração do rio” (SILVA, 1878a, p. 1).

Bertoldi, a presença de famílias mineiras servia para abrir esses terrenos virgens para a futura riqueza da província:

S. Sebastião é uma villa de bastante importancia pela uberidade de seus productos agricolas, e a sua população vae annualmente augmentando pela concorrência das familias mineiras que, ávidas das riquezas daqueles terrenos virgens e fecundos, distribuem-se sobre as margens do rio Paranapanema (BERTOLDI, 1878, p. 2.)

Por outro lado, Luiz B. Bertoldi afirmava que as terras a oeste de S. Sebastião, no baixo Itararé (front da serra da Fartura), ainda eram ocupadas por indígenas e grandes predadores: “as terras na margem direita do Paranapanema são hoje preferidas ás da margem esquerda, não pela diferença de fertilidade do solo, mas porque desde S. Sebastião são ellas ainda infestadas pelos tigres e habitadas pelos indios” (p. 2). Expandindo mais seus horizontes de discussão, o engenheiro afirmou que a integração dessas terras de matas ao redor do rio Paranapanema significaria o futuro desenvolvimento das terras “desabitadas” do lado paranaense:

Cumprê tambem ter em vista os futuros habitantes da margem esquerda do rio Itararé e do Paranapanema, na provincia do Paraná, quando as vias de comunicação facilitarem a introdução de familias de colonos que aos milhares podem ser distribuidas naquellas immensas e fertilissimas regiões ainda occupadas pelos bugres (BERTOLDI, 1878, p. 2).

Voltado para leste de S, Sebastião, Luiz B. Bertoldi ressaltou que o que prejudicava o maior desenvolvimento econômico local era a insuficiência técnica, representada pela falta de estradas, pontes e ausência dos poderes públicos. Esses elementos técnicos e a rede de comunicações se tornavam mais densos de acordo com que o engenheiro voltava para a vila de Rio Novo (atual Avaré). A melhora nesse progresso técnico seria um fator para superar as “brutalidades cometidas pelos indígenas no passado” (p. 2). A técnica e a capacidade dos fazendeiros apareciam como um elemento do futuro, enquanto que os conflitos territoriais no local como um inevitável elemento do passado:

As fraldas da serra [de Botucatu] nas margens dos dois rios são occupadas por experientes fazendeiros, que conquistando com abnegação e trabalho os campos, que ainda não há muito tempo serviram de teatro ás violências e brutalidades dos selvagens, inauguraram a epoca do commercio e da industria com a introdução de moinhos e serras mechanicas, fabricas de aguardente e assucar,

de productos lacteos, cultura de cereaes, algodão e café (BERTOLDI, 1878, p. 2).

É possível perceber que “inaugurar uma nova época” significava deixar para trás as matas e campos “não aproveitados” e as condições sociais que precisavam ser superadas, em um processo legitimado por esses discursos. Isso se aplicava aos conflitos ocorridos com os indígenas em Campos Novos do Paranapanema, que teriam prejudicado os proprietários da região e que ainda continuavam em torno da área visitada. Nesse aspecto, é importante lembrar que esses fazendeiros a leste de Campos Novos, geralmente criadores, se instalaram na região a partir de 1850, principalmente após um violento processo de expulsão e assassinatos dos indígenas.

No período da viagem descrita por **Domingos Jaguaribe Filho** em 1886, os territórios a noroeste da vila de Campos Novos do Paranapanema e na margem esquerda do rio Paranapanema eram controlados por grupos indígenas, principalmente Kaingang, que eram chamadas de “tribos bravias”. Por isso, e pela falta de comunicações, alguns terrenos reclamados a oeste estavam reconhecidos, como a nomeação dos ribeirões deveria demonstrar, mas não podiam ser efetivamente ocupados. Domingos Jaguaribe Filho acentuou a presença daqueles moradores mais avançados a oeste, que precisavam de força para manter suas posses, como no caso do sr. Alves Nantes, “afamado caçador de bugres” (JAGUARIBE FILHO, 1886, p. 30).

Nesse aspecto, Domingos Jaguaribe Filho, uma pessoa com vivência na capital e nas fazendas de Rio Claro, se disse espantado quando adquiriu terras na região anos antes, pois achava que tal situação já houvesse sido superada⁹⁶. Como os jornais e autoridades pouco mencionavam esses conflitos, era pouco crível aquilo que os moradores e viajantes ainda descreviam. No entanto, essa realidade continuava naquele momento, como pôde testemunhar:

Os morticínios que se têm dado nestes últimos annos, são sem numeros, *pois mata-se bugre, adiante de Campos Novos, como se mata caça*. Antes de conhecer o sul de S. Paulo, e ter alli fazendas

⁹⁶ Sobre os indígenas que viviam na área do Rio do Peixe, Domingos Jaguaribe Filho afirmou: “[...] no seio da qual os aborígenes dormem ainda o somno da ignorância que os alimenta e só por si explica a desgraçada condição a que a vida selvagem arrasta o ser humano” (JAGUARIBE FILHO, 1886, p. 81).

de criação, meu espirito vacillava em acceitar esta verdade; pois não me parecia crível que em tão adiantada época de civilização, houvesse áquem e alem do Paranapanema, uma região de pleno dominio selvagem, onde a lei da força rege e dirige os homens (JAGUARIBE FILHO, 1886, p. 23 -24, grifos meus).

Para banalizar o morticínio de indígenas, Domingos Jaguaribe Filho afirmou que os “audaciosos exploradores” apenas reproduziam os morticínios de maneira análoga ao que os indígenas faziam: “em geral os indios nunca deram um assalto sem serem victoriosos; porque, como fizemos notar, a idéia de poder perder a vida, os prende e os domina [...]” (p. 22). Havia uma tentativa de relativizar as violências, apontando algumas vítimas “brancas”, cuja morte justificaria o extermínio de grupos indígenas inteiros (p. 22). Após descrever a batida que teria resultado na morte de cerca de 120 indígenas, em represaria a morte de dois sitiados e seu escravo meses antes, Domingos Jaguaribe Filho reafirmou o *direito* do “homem civilizado” sobre essas terras: “é assim que se tem feito respeitar o direito de propriedade legalmente adquirido!” (JAGUARIBE FILHO, 1886, p. 25).

Entretanto, na perspectiva de Domingos Jaguaribe Filho, na área entre Campos Novos do Paranapanema e Santa Bárbara do Rio Pardo (entre os campos e o reverso da serra de Botucatu) mesmo os Oti-Xavante, indígenas “mansos”, eram um problema, pois, seriam “por indole trahidores”. Segundo o fazendeiro, esses cometiam furtos, se recusavam ao trabalho disciplinado nas fazendas, ou se prestavam a negociações com os indígenas bravios: “os indios mansos não deixam porém suas relações com as tribus bravias, e têm seus emissarios que se revesam, fazem furtos, e são muito dados a traição [...]” (JAGUARIBE FILHO, 1886, p. 22).

Nesse aspecto, ao longo da escrita do texto, o fazendeiro procurou utilidades para esses indígenas “mansos” serem integrados, mas só recordou de problemas, como a facilidade para a bebedeira. Quando falou dos “indios imprestaveis ao trabalho disciplinado”, Jaguaribe Filho citou os Oti-Xavante, “indios quase pretos” e “mansos” (p. 21-22); mas quando falou dos “bugres” que confrontavam com os moradores não apontou onde esses se localizavam e a que grupo pertenciam. Por isso, apesar de não estar evidenciado no texto, é provável que esses massacres não ocorriam somente a oeste de Campos Novos, mas também nos territórios ao redor das vilas e sítios, onde ainda habitavam os grupos Oti-xavante, que

“desapareceram” por completo da região nas décadas seguintes (JAGUARIBE FILHO, 1886, p. 22-26).

É possível notar que as terras a partir (oeste) da vila de Campos Novos estavam sendo adquiridas, mas ainda não efetivamente ocupadas, pois Domingos Jaguaribe Filho procurou nomear os proprietários do extremo, “até onde tem ido os compradores de terras” (p. 30). No entanto, ao apontar os moradores, somente eram reconhecidos senhores de famílias, sitiantes paulistas e mineiros, distantes entre si, que se dedicam a suas próprias terras e que, por vezes, recuavam frente aos indígenas. Ao falar que o terreno estava ocupado, somente citou os nomes dados aos rios, mas pouco falou de índices de produtividades ou elementos materiais dos sitiantes, a não ser de roças de milho e capim fino, casas e caminhos. Ainda que grandes glebas estivessem sendo adquiridas na região, essas não estavam sendo ocupadas por seus donos legais, e a valorização dos sitiantes era uma forma de legitimar a conquista dos territórios (JAGUARIBE FILHO, 1886).

Na perspectiva de Domingos Jaguaribe Filho, diferente do oeste (região de Ribeirão Preto) ou áreas como as cidades a leste do médio Paranapanema, Rio Novo (atual Avaré) e Botucatu, essa área entre Salto Grande e Campos Novos ainda estaria em um primeiro estágio de civilização, que levaria anos para ser superado. Nesse estágio, o sistema de queimadas dos mineiros parecia selvagem, mas poderia ser admitido, principalmente para a abertura das matas. Essa representação foi sintetizada no trecho a seguir, no qual, em um tom evolucionista, as organizações sociais indígenas sequer foram categorizadas:

Muitos annos hão de ser precisos para que se venha dar ao sul de S. Paulo, a importancia que há de vir a exercer nos destinos desta terra privilegiada, porque dos tres períodos diversos com que a civilização progride em sua marcha triumphante, que vem a ser: 1º o estado pastoril; 2º o agrícola; 3º o comercial e industrial, é aquella zona, a que se acha em plena phase de exploração pastoril. Tem magnificos campos, abundantes mattas, cortadas de mananciaes; a uberidade do solo, e o clima ameno convidam a vida primitiva. O systema de derrubada dos Mineiros, que, ao principio, nos pareceu selvagem, é o adoptado para o inicio da industria pastoril (JAGUARIBE FILHO, 1886, p. 12-13).

A não ser os sitiantes mineiros mais afastados – “população frugal e laboriosa” – que teriam iniciado a abertura dessas terras, a população pobre que chegava na área ou que vivia próxima às vilas era desprezada como incapazes ou

potenciais criminosos. Segundo Domingos Jaguaribe Filho, os lugares novos atraíam criminosos, cujos atos eram explicados pela ignorância e por costumes atrasados: “acresce que os preconceitos enraizados, tanto nas tribus, como entre homens de baixa condição, são tão generalizados, que custa-se a crêr em certos recursos com que a ignorância atrevida impelle o homem á pratica de crimes” (JAGUARIBE FILHO, 1886, p. 57).

Mesmo em áreas já “livres” da presença indígena, no diagnóstico feito por Domingos Jaguaribe Filho, faltam elementos técnicos para o desenvolvimento da indústria de criação e plantio de culturas⁹⁷. A falta de pontes sobre o rio Paranapanema, fazia com que populações das vilas de S. Sebastião do Tijuco Preto e Fartura estivessem tão dispersas como se vivessem na província do Paraná. Essa ideia de dispersão foi também fruto da falta de contato direto do fazendeiro com essas populações, as quais não pôde fazer considerações sobre sua organização social.

A análise do texto de Domingos Jaguaribe Filho permite sugerir que havia um teor especulativo, buscando-se atrair comunicações e a presença do Estado e, conseqüentemente, compradores das glebas que se valorizariam no futuro. Para demonstrar que aquelas terras possuíam donos de fato, o empresário descreveu estradas, nomes de moradores e propriedades avançadas além da vila de Campos Novos, a região que figurava nos mapas oficiais como “terrenos desocupados”. No entanto, um terreno entre dois riachos mais distantes, afastado dos territórios controlados, poderia ser indicado como pertencente a um posseiro, sem esse nunca ter de fato ali estabelecido alguma cultura: acabava se tornando referência externa, de um local que existia, mas era quase inalcançável – ao menos até que as considerações feitas fossem atendidas pelas autoridades.

Ao escrever sobre problemas sociais e as potencialidades econômicas, **Theodoro F. Sampaio** (1890) discorreu principalmente sobre a porção média do lado paulista do vale do rio Paranapanema, onde a ocupação dos territórios estava

⁹⁷ De acordo com Domingos Jaguaribe Filho, as cidades mais desenvolvidas visitadas (a leste do médio Paranapanema), como Rio Novo (atual Avaré), os impostos cobrados a quem ia para Sorocaba desencorajavam os comerciantes sítiantes locais a tentarem produzir artigos para a venda. Por isso, alguns comerciantes de café de Botucatu optavam por vender sua produção no Mato Grosso algumas vezes ao ano, se encaminhando até Salto Grande e, de lá, se arriscando a descer o rio Paranapanema até o rio Paraná (JAGUARIBE FILHO, 1886, p. 47).

se acentuando. Nesse contexto regional, havia um hiato entre conquistar uma gleba e a efetiva ocupação, e a ideia de terras desocupadas e férteis atraía ocupantes que poderiam vir a confrontar com os possuidores legais de seus títulos⁹⁸. Para se referir a essas terras, o engenheiro usou termos como “disponível”, “desocupada” e “reserva para o futuro”:

A questão de terras é uma das mais importantes do Paranapanema. Região nova, com vasta superfície desocupada e disponível, recebendo povoadores todos os dias, a terra deve, por via de regra, valorizar-se a cada momento. A ideia de que essas terras, notoriamente boas, são reservas para um futuro não muito distante, desperta então o espírito da especulação (SAMPAIO, 1890, p. 28).

Segundo Theodoro F. Sampaio, havia um problema crônico de registros mal feitos ou fraudes na legitimação das posses dessas terras, que se tornava cada vez mais evidente na medida com que seus detentores tentavam vendê-las, ou quando chegavam novos solicitantes. Por um lado, o interesse privado transpunha “as raias do justo e do honesto” (p. 28); por outro, o Estado era ineficiente para assegurar o interesse público. Esse era um problema ligado a Lei de Terras de 1850 e a migração de populações de Minas Gerais para o interior paulista:

As primeiras posses concedidas há cerca de 30 anos eram extensas regiões de muitos mil quilômetros quadrados, cujos limites n’um território inteiramente desconhecido, dificilmente se poderiam assignalar com a identificação dos logares, e não obstante todas ellas estão hoje de pé e são fundamentos únicos da venda de vastas propriedades territoriais. [...] Uma propriedade assim constituída, é uma verdadeira ruína. Nem o proprietário sabe o que possui, por que o que ha consignado nos seus títulos não corresponde ao que se vê no terreno, nem o Estado pôde garantir coisa alguma, quando ignora o que concede (SAMPAIO, 1890, p. 28).

No texto de Theodoro F. Sampaio, as relações econômicas, representadas pela produção e comércio de gêneros diversos, eram mais complexas nos municípios a leste, de formação mais antiga e próximos as estações férreas, como Botucatu. Na medida em que o engenheiro foi descrevendo as vilas visitadas em direção ao oeste – que localizavam-se em média a 40 quilômetros distantes umas das outras –, essa complexidade econômica diminuía, sendo a vila de S. Sebastião

⁹⁸ Theodoro F. Sampaio fez um levantamento quanto aos preços que estavam sendo vendidas as terras. As que mais caras seriam as de solos mais férteis e que possuíssem comunicações estabelecidas, como no caso da vila de S. Sebastião Tijucu Preto (SAMPAIO, 1890, p. 35-36).

do Tijuco Preto e o município de Santa Cruz do Rio Pardo os mais desenvolvidos na porção média do vale (SAMPAIO, 1890, p. 35).

Já, em torno de Campos Novos, nesse momento, ainda estava se condensando a população e começava-se a penetrar nas bordas das matas em direção a Salto Grande. Nesses casos, além do milho para as famílias e animais, predominava a indústria de criação de porcos e bovinos, praticamente os únicos produtos exportados para outros centros (p.32). Práticas como a caça e a pesca eram possibilitadas por espécimes abundantes, mas não serviam senão para o consumo próprio ou para diversão. A extração de madeiras não chamou a atenção do engenheiro, que apenas reproduziu algumas afirmações quanto ao desperdício de madeira que os sertanejos praticavam para plantar milho (SAMPAIO, 1890, p. 33-34).

A dificuldade no desenvolvimento da complexidade de uma rede de trocas entre essas povoações mais distantes ocorria devido a sua baixa diversificação produtiva e a falta de caminhos e centros para comércio. Nesse aspecto, o engenheiro citou a produção de café em Botucatu, cuja pequena parte era comercializada também com o Mato Grosso, descendo-se o rio Paranapanema a partir de Salto Grande. No entanto, as matas abaixo de Salto Grande e os perigos do rio desestimulavam o desenvolvimento dessa rede de trocas (SAMPAIO, 1890, p. 35).

A partir da leitura do texto, percebe-se que para Theodoro F. Sampaio a população oriunda principalmente de Minas Gerais possuía a função de reconhecer esses territórios e os liberar da presença indígena. Ainda que muitos desses sertanejos morressem frente aos embates – como nos diversos relatos reproduzidos pelo engenheiro – e que seus métodos de atuação no meio fossem “pouco racionais”, adiantando-se no sertão, esses abriam caminho para o futuro desenvolvimento regional. No trecho que se segue, o engenheiro usou o termo “conquista” enquanto elemento que proporcionaria a gradativa ocupação:

Entretanto a conquista desses sertões é uma obra que se vai effectuando dia a dia, lentamente, luctando o sertanejo com o indio, cahindo quase sempre o primeiro victima da emboscada do segundo, mas ficando a terra sempre em poder da civilização que avança (SAMPAIO, 1890, p. 4).

Nesse aspecto, ainda que as terras de matas fossem mais desejadas, esses sertanejos não as conquistavam efetivamente, pois havia falta de técnica e pelo fato de que essas poderiam “esconder” os indígenas. Por isso, a partir da década de 1850, esses agentes avançaram a partir de Botucatu pela faixa de campos, constituindo a "estrada do sertão", que permitiu a ocupação das terras que a margeavam e que também possuiria um papel estratégico na conquista dessas terras:

Aberta através dos campos, e dando muitas voltas afim de ligar os muitos sítios e fazendas, cujos fundos vão até as margens do Paranapanema, esta longa estrada oferece ainda agora uma comunicação muito exposta aos insultos do indio. De facto, ao norte e a pequena distancia estende-se a grande e desconhecida Chapada dos Agudos, que o sertanejo considera o ninho da *bugrada* não submetida; ao sul desenvolvem-se as extensas mattas, que margeiam o rio, das quaes o sertanejo se apossou, sem aliás dominal-as inteiramente, por quanto o indio bravo, muito vez, atravessa a linha dos povoados, vem emboscar-se nellas e dahi sae a fazer correrias funestissimas pelos estabelecimentos visinhos (SAMPAIO, 1890, p. 21-22, grifo do autor).

Theodoro F. Sampaio afirmou que a população de mineiros que invadia o sertão era “[...] uma população corajosa, tenaz e activa, e que já vem disposta a lutar, dia por dia, com um inimigo invisível e perigoso, como é o indio bravo” (p. 22). A falta de títulos oficiais das posses e a expulsão violenta dos indígenas eram crimes menores, se comparados a vingança dos indígenas. A própria dispersão desses grupos os enfraquecia frente a um inimigo invisível, e nem sempre as posses conquistadas eram mantidas:

Esta gente vae assim invadindo o sertão desalojando incessantemente o bugre. A necessidade ou cobiça das largas posses territoriaes, fal-a, porém, sitiar-se por pontos distantes, esquecida, muita vez, de inimizade do antigo dono cuja vingança é infallivel, e, procurando, todo dia, alargar o dominio, raramente com o escudo do direito, mas quasi sempre impulsionada pela ambição, vae assim se disseminando e por conseguinte se enfraquecendo diante do inimigo commum. Dahi a ousadia do indio, dahi a serie de crimes e assassinatos de parte a parte commettidos e que são a pagina mais triste da historia da conquista destes sertões (SAMPAIO, 1890, p. 22).

Em nenhum momento Theodoro F. Sampaio discutiu o direito desses indígenas sobre o território. Mesmo que reconhecesse os sertanejos como invasores, o indígena aparecia como se fosse um elemento da natureza,

desumanizado e sempre pronto a confrontar a “civilização que caminha pelos sertões a dentro” (p. 25). Contraditoriamente, o discurso afirmava que o indígena que ocupava essas terras seria a maior dificuldade para seu povoamento:

O índio é de facto a maior dificuldade que encontra o povoamento do valle do Paranapanema. Obrigado a fugir sempre diante do colono invasor, que lhe destróe as mattas, que lhe restringe dia por dia, a área das excursões venatorias, o índio, antigo senhor, reage como póde, mata e rouba à traição e jamais esquece a vingança como nunca se modera em atrocidades. E’ já bem longa a lista dos que pereceram victimas da ferocidade do índio nesses ultimos quinze annos: familias inteiras trucidadas, mulheres, meninos, animaes domesticos tudo perece de maneira mais cruel (SAMPAIO, 1890, p. 22).

Ao reproduzir relatos colhidos dos moradores locais quanto aos conflitos com os grupos indígenas, Theodoro F. Sampaio mencionou os nomes dos sertanejos mortos, incluindo-se mulheres e crianças, que, na maioria dos casos, teriam sido surpreendidos enquanto trabalhavam nas roças. Os “bugres” teriam sempre matado na traição, às vezes apenas para roubar meras ferramentas, e não poupavam nem mesmo animais domésticos⁹⁹.

Por outro lado, os indígenas foram referenciados como se todos fossem de um mesmo grupo, como atores coletivos, sempre se mencionando homens, e como se nos conflitos somente padecessem guerreiros. Theodoro F. Sampaio não criticou as tentativas de extermínio por parte dos sertanejos, mas acenou as dificuldades em realizar tal tarefa. As “batidas” dos sertanejos seriam uma espécie de autodefesa ou, no máximo, vingança:

Não é preciso dizer que essas scenas de sangue, tantas vezes repetidas, não tenham provocado desforço da parte dos offendidos; mas apezar do muito que se dito e exagerado, *julgo que o castigo do índio pela gente civilisada deve ter sido insignificante, porque o bugre é um inimigo quasi inatingivel*. Uma vez recolhido aos seus esconderijos, raro póde ser surprehendido; e uma batida feita nas mattas mais prejuizo dará aos atacantes do que ao índio atacado. Este póde fugir sempre como uma sombra, póde ferir sem deixar

⁹⁹ A seguir, o trecho em que teriam sido mortos a maior quantidade de sertanejos nesses embates: “de José Theodoro, estabelecido no Rio Capivara mataram, de uma vez, em 1881, treze pessoas da familia entre homens, mulheres e meninos. Os cadaveres foram achados despídos e mutilados de uma modo horroroso; uma mulher, ainda moça, foi encontrada espetada em aguda estaca que lhe vinha a sahir ao pescoço. Com a furia de cannibaes mataram as creanças despedaçando-lhes o craneo, mataram tambem os bois do carro, os cavalos, roubaram toda a ferramenta, toda a roupa, arrancaram até as ferragens do carro, as ferraduras dos animaes, as guarnições metalicas dos arreios. Foi uma carnificina horrível” (SAMPAIO, 1890, p. 23).

suspeita de quem nem donde partio o ataque, ao passo que as famosas batidas, marchando através do desconhecido só realizam investidas cautelosas e timidas, de resultado problematico (SAMPAIO, 1890, p. 24, grifos meus).

Ao longo do texto, seja em conflitos ou não, para se referir às ações dos indígenas foram utilizados termos como “espreita”, “emboscada”, “traição”, “vingança” “atrocidade”, “ferocidade”, “inimigo invisível”. Os indígenas apareceram como agressores àqueles que estariam trabalhando; enquanto que os sertanejos foram descritos como corajosos, atuando para se defender frente a inimigos oriundos das matas (SAMPAIO, 1890). Essa organização do discurso era uma forma, mesmo que inconsciente, de solidarizar pelo “nós” e desumanizar o “outro”. Imaginemos os impactos desse tipo de texto nos moradores dos grandes centros, que liam nas mesmas páginas que havia uma vastidão de territórios férteis e desocupados e, em seguida, que bravos sertanejos eram ali trucidados por índios cruéis.

Ao discorrer sobre os indígenas representados como “mansos” ou “domesticados”, Theodoro F. Sampaio buscou os enquadrar a partir de alguma utilidade, como trabalhadores em roças ou como os práticos do rio que ele contratou na expedição de 1886. No entanto, por um lado, seria muito difícil de esses se adaptarem ao trabalho disciplinado, por outro, esses indígenas eram uma minoria, pois a “vida errante” os atraía e muitos voltavam ao mato “[...] com mais vícios que os que de lá trouxeram” (p. 26). Concordando com relatos colhidos dos moradores, o engenheiro afirmou que mesmo os índios chamados de “mansos” eram possíveis traidores e espiões, pois “[...] este jamais deixa o commercio *clandestino* com os da sua tribo não submettidos” (p. 26, grifo meu). Nesse caso, diferente dos “bugres”, para qualificar seus atos foram usados termos como “vícios”, “nostalgia”, “apathicos” e “miseráveis” (SAMPAIO, 1890).

Enfim, os problemas populacionais apontados por Theodoro F. Sampaio eram consequência das limitações técnicas e da atuação dos poderes públicos. Nesse aspecto, as pequenas povoações no médio Paranapanema e os moradores mais avançados a oeste foram representados como se estivessem em um estágio transitório, abrindo caminho para novos tempos. Em sentido contrário ao dessas

populações – e similar ao “destino” das matas fechadas –, os indígenas viviam no limite de seu tempo, devendo desaparecer frente aos novos ocupantes.

Segundo **José H. Carvalho** (1892), apesar de a cafeicultura ser a principal atividade agrícola do país naquele período, proprietários de terras das cidades de Piraju, Fartura, Santa Cruz e Salto Grande preferiam deixar glebas de mata sem derrubar, a investir trabalho na constituição de grandes cafezais, pois não havia meios para escoar a produção e mão de obra disponível na região. Daqueles poucos moradores que foram mencionados em reconhecimento de um mérito próprio, destacou-se um fazendeiro do povoado de Salto Grande, o único que possuía uma fazenda propriamente cafeeira no médio Paranapanema. No entanto, estava sendo prejudicado por essa falta de mão de obra:

Visitei a fazenda do Sr. Lulú de Pontes, a qual possui um cafezal de 70.000 pés, mas devido a dificuldade de encontra-se trabalhadores só tem bem tratados 40.000 pés de quatro para cinco anos. Este cafezal é muito bem formado, e o desenvolvimento dos cafeeiros atesta a uberdade da terra roxa, a maturação do fructo é muito igual (CARVALHO, 1892c, p. 3).

Por outro lado, os moradores da região que mais apareceram no relatório foram os “sertanejos” da área em torno de Campos Novos. Como haviam poucas propriedades além dessa cidade, os moradores foram enunciados nominalmente e apontados como corajosos por adentrarem o sertão e resistirem aos indígenas. Nesse sentido, José H. Carvalho enunciou que as propriedades mais distantes a oeste, a partir do rio Laranja Doce, haviam sido abandonadas, uma vez que os indígenas teriam matado alguns moradores. A necessidade de apontar nominalmente esses moradores e indicar onde suas propriedades estavam estabelecidas, apesar de não se interessar em descrever suas atividades econômicas ou cultura material, pode ter sido uma forma de demonstrar a todo o custo que aqueles territórios possuíam proprietários “brancos”.

Por outro lado, voltado para leste, em direção a Avaré, José H. Carvalho criticou práticas dos mineiros que ateavam fogo nas matas para criar porcos. A partir da leitura de trechos como o que se segue, nota-se que os terrenos de matas perdiam importância depois de dissipada a camada de húmus, como se o solo ficasse definitivamente inutilizado. Comparada com uma fazenda de Avaré, onde

havia um cafezal recém formado, a atividade econômica dos criadores de porcos não possuía importância alguma:

Fóra d'este, só vi roças de milho destinadas á engorda de porcos, e destruição das mattas. Este habito haboninavel é predicado dos criadores e invernadores mineiros, que para engordarem alguns centos de porcos não trepidam em inutilisar alguns alqueires de matta, para abandonal-as depois, e fazer o mesmo com outra no anno seguinte (CARVALHO, 1892a, p. 2).

Nos territórios ao redor da cidade de Campos Novos, na perspectiva de José H. Carvalho, o maior problema eram os indígenas, principalmente os coroados (Kaingang). Sobre isso, empenhou-se em descrever diversos casos de conflitos, detalhando as mortes que teriam sido cometidas pelos indígenas “bravios”¹⁰⁰, e apontou as “batidas” dos moradores, nas quais esses sempre seriam vítimas dos primeiros. Ao falar desses assassinatos cometidos pelos indígenas, foram ocultados aqueles cometidos pelos “brancos” e o fato de que esses eram os efetivos invasores de territórios já ocupados. Além disso, ao falar nos conflitos defensivos que ainda ocorriam contra os “bravios”, essa terminologia provavelmente servia para ocultar conflitos com os Kaiowá e os Oti-Xavante – os “mansos”. Ao longo do texto, quando esses indígenas “mansos” foram mencionados, sempre foi destacado o receio dos sertanejos em relação a eles, que seriam naturalmente “traidores dissimulados” (CARVALHO, 1892c).

Era preciso ainda explicar o fato de os brancos, que seriam superiores aos indígenas, padecerem frente a “selvagens inferiores”. Para isso, José H. Carvalho reiterou o caráter traidor, astuto e pérfido dos “bravios”:

O indio é inatacavel e não attaca sem ter espreitado a victima por muito tempo. D'ahi sua grande vantagem sobre o branco. Jamais attaca sem êxito, sem jámais deixar de vencer. Vence pela paciencia, pela constancia e pela perfidia. Arrancham-se nas proximidades das propriedades, que condemnam, e sempre com a retirada preparada

¹⁰⁰ As descrições das mortes dos brancos foram feitas com detalhes, expondo-se a crueldade que teria sido cometida pelos indígenas. Nas fraldas da Serra dos Agudos: “todos os moradores que temerariamente tem se aproximado d'aqueles fataes logares, tem sido victimas da sanha do terrivel inimigo, que além de matar e roubar, mutila os cadaveres, a ponto de não se poder reconhecer. A lista das victimas que nestes ultimos annos têm succumbido é bem grande e eleva-se a mais de 80 pessoas entre homens mulheres e creanças” (CARVALHO, 1892a, p. 2).

Em outro trecho: “Matam mutilam e espetam com varas os cadaveres nos terreiros e nas estradas, introduzindo lhes varas para parte inferior dos corpos e fazendo-as sahir para bocca, dependuram as tranças das mulheres e creanças, em ganchos, nas arvores ou cercas das propriedades, sem a mais leve atenuancia” (CARVALHO, 1892c, p. 3).

observam, caçando ou pescando, e no momento oportuno dão o golpe decisivo (CARVALHO, 1892c, p. 3).

Por outro lado, ao comentar sobre o período de assassinatos praticados contra os indígenas Oti-Xavante da região, anos antes, o fazendeiro teceu críticas a partir de fins práticos aos posseiros que chegaram. Não foi criticada a usurpação de seus territórios e seu extermínio como problemas em si, e sequer foi mencionado que membros desse povo *ainda* viviam na região¹⁰¹. Os primeiros moradores “brancos” teriam “feito desaparecer” esses indígenas dos campos e os que possuíam relações com os aldeamentos da região, permitindo, assim, que os coroados avançassem sobre *suas* propriedades:

Mostraram-se muito corajosos a principio, contra os indios mansos, Cayuás e Guaranyes, aldeados, e os Chavantes, indios dos campos, inoffensivos e timidos. Os primeiros povoadores matavam os indios mansos, fazendo-os passar por ferozes, pelo simples crime de furtarem um ou outro animal dos pastos, para comerem; assim foram quase que destruidos cobardemente. Melhor seria se houvessem poupado as vidas áquelles pobres homens semi-civilizados, não causando, como causaram, o desaparecimento e dispersão de perto de 4.000 indios cathechizados nas tres nações. Ora, emquanto existiam os indios mansos e aldeados, os ferozes não se animavam aproximar-se dos povoados, visto serem os mansos conhecedores de todas as suas manhas e impedir-lhes os ataques. Depois da destruição dos mansos pelos brancos, appareceram os bravos, que já não tinham quem lhes estorvasse o passo (CARVALHO, 1892c, p. 3).

Ao falar do território que se iniciava na serra dos Agudos e se estenderia até o rio Tietê, José H. Carvalho descreveu os indígenas como praticamente parte constitutiva dos elementos ambientais, assim como a onça. O pesar estava no reconhecimento da tecnologia do indígena predominar, ao invés do fuzil do “homem civilizado”:

Eu por minha vez afirmo que n’aquelles sertões jamais habitante algum, a não ser o indio bravio, assignala-se n’aqueles desertos, em que no interior das mattas, ao meio dia, o urro da onça responde ao sibilar da flecha e o estalar da corda, batendo de encontro ao arco do selvicula, ao invés do estampido do fuzil. Onde tudo respira vida, e a vegetação na sua esplendidez convida o *indio e a féra acossados das regiões povoadas* a refugiarem-se em seus seios entumecidos, onde, como que em uma especie de compensação, só o homem

¹⁰¹ Os Oti-Xavante viviam nos campos entre os territórios dos Guarani-Kaiowá – nas margens do rio Paranapanema – e os territórios dos Kaingang – que dominavam o espaço a partir (norte) dos campos até o rio Tietê.

civilizado é infeliz; onde tudo vive e ri, só ele encontra a morte e a desesperação! (CARVALHO, 1892a, p. 2, grifos meus)

Finalmente, o principal problema ao qual José H. Carvalho se propôs a investigar se mostrou verdadeiro: a grande quantidade de falsificações de títulos de terras que existia em torno de Campos Novos. Segundo o fazendeiro, nesse período, a cidade (município) possuía o maior perímetro territorial do estado, e mais da metade ainda era “despovoado e desconhecido”, tanto que seus limites a noroeste eram incertos. A atuação fraudulenta de funcionários do estado, que não zelavam de seu “diploma científico” cooperava para que homens que nada produziam se apossassem de territórios que sequer eram controlados. Nesse sentido, destacou que os grandes capitalistas paulistas eram – supostamente, acrescentemos – os mais prejudicados: “enfim, estudei no Paranapanema e Campos Novos, esta questão de terras, com toda a calma e prudencia, não vi um só paulista bem collocado mettido n’estas trapaceiras; muitos têm sido victimas dos espertalhões, mas grillando jamais eu vi” (CARVALHO, 1892d, p. 2).

O problema das falsificações seria mais evidente nas áreas entre Santa Cruz do Rio Pardo e Campos Novos, onde não podia ser dissimulado, e aqueles que quisessem comprar terras na região deveriam ter a máxima cautela. O exemplo mais flagrante do problema em todo o estado expressava a contradição entre solicitar a posse de uma gleba e ocupá-la efetivamente:

Em Campos Novos ha uma familia que já tem vendido e por vender, mas de 36 mil Kilometros quadrados, isto é, mais de metade do da superficie do Estado do Rio de Janeiro!! Si estas vendas fossem feitas dentro do valle é de suppor que os vendedores ainda ficassem em debito, porque segundo o Dr. Theodoro Sampaio, a parte paulista do valle do rio Paranapanema é de 27.400 kilometros quadrados (CARVALHO, 1892d, p. 2, grifos do autor).

Essas representações de José H. Carvalho sobre as populações e problemas locais constituem também uma síntese quanto a seus próprios interesses de classe. A falta de pareceres técnicos sobre vias de comunicação e a valorização de certos aspectos ambientais, como os terrenos altos em matas, corroboram com a tese de que havia interesse em adquirir terras para a futura plantação de café. Nesse aspecto, as insuficiências técnicas, a distância dos mercados e a presença indígena seriam elementos que proporcionariam a compra de terras por baixos preços, as quais poderiam vir a se valorizar com a resolução desses problemas por parte do

governo. O problema mais urgente seria o da titulação das terras, pois seria arriscado adquirir terras cujos títulos pudessem ser questionados no futuro.

Uma diferença significativa no relato de 1906 de **Edmundo Krug** para os demais analisados aqui é o conjunto de descrições sobre as relações socioeconômicas dos moradores da região, uma vez que ele detalhou onde pousou, suas conversas com os moradores e alguns indígenas, além de memórias e crenças locais colhidas ao longo do caminho. O engenheiro também destacou os conhecimentos que os sertanejos possuíam sobre plantas, principalmente do cerrado, inclusive com aplicações que atribuiu grande utilidade e que ainda não eram aproveitados pela população em geral. Havia uma contradição entre o que faltava, como, por exemplo, a completa ausência de médicos nos povoados distantes, e a ação de curandeiros, que, de acordo com o viajante, prejudicavam ainda mais os moradores (KRUG, 1925).

Os poucos moradores dos pontos mais distantes a oeste, nas matas próximas ao rio Paranapanema, foram representados por Edmundo Krug como enérgicos e corajosos: desbravavam as matas, caçavam onças e lutavam contra os indígenas coroados. A falta de comunicações e as distâncias ajudavam a explicar seu baixo desenvolvimento econômico. Ambos os problemas foram relatados por um fazendeiro que possuía propriedade próxima ao rio S. Matheus, em “longinquos sertões” no baixo Paranapanema:

‘Si não fossem os bugres e as onças’, me dizia o Sr. Paiva, ‘seríamos hoje homens ricos, mas contra estes dois bichos nada podemos fazer. Ha poucos annos fomos aggredidos em plena roça por um bando de selvagens que mataram camaradas, decepando a cabeça do tronco desta pobre gente. Quanto as onças, perdi no anno passado 97 cabeças de rezes devoradas por ellas’ (KRUG, 1925, p. 435).

Os interesses desses sitiantes mais avançados a oeste, principalmente na criação de gado nessa porção dos campos, eram crescentes, e esses teriam dito a Edmundo Krug que há anos buscavam formas de estabelecer comunicações com o Mato Grosso, atravessando a mata do baixo Paranapanema. Para isso, haviam sido tomadas iniciativas para criar um picadão entre o rio Laranja Doce e a margem paulista do rio Paraná. No entanto, as investidas dos indígenas e dos animais selvagens e as tarifas cobradas na margem mato-grossense sobre o gado que

atravessava desestimularam seu uso; e o picadão desapareceu em meio a mata (KRUG, 1925, p. 436).

Por outro lado, as cidades integradas por linhas férreas e fazendas cafeeiras a leste da zona de Santa Cruz do Rio Pardo (como Avaré), foram representadas pelo engenheiro como mais desenvolvidas e modernas: “ve-se que se chegou a logar mais civilizado” (p. 457). Esse era o caso dos arredores do vilarejo de Óleo, já na área de matas, mas cruzado pelas “estradas do sertão” e no traçado concedido para a ferrovia da Sorocabana:

Chegamos a Oleo como já observei, e preciso dizer que conheço poucas povoações no estado de S. Paulo tão lindamente collocadas como esta, prados verdejantes, roças bem collocadas e carregadas de boas frutas, denotando que o povo aprecia a polycultura, cafezaes muito bem tratados rodeiam o logar, aguas limpidas atravessam as estradas e o magnifico Jauvá, coberto das mais lindas flores roseas, cumprimenta o viajante (KRUG, 1925, p. 405).

Entretanto, a partir do quadro socioambiental descrito no texto, nota-se que entre os moradores avançados nas matas, a oeste, e essas cidades próximas a via férrea, a leste, havia pequenas propriedades e povoados, cujos moradores foram representados por Edmundo Krug como “atrasados”, “indolentes”, “caipiras”, “caboclos”. Essa tipo de representação apareceu principalmente na descrição das povoações ou propriedades em torno de Campos Novos, onde o engenheiro descreveu terras baratas, por baixa fertilidade, títulos duvidosos e, principalmente, pela falta de comunicações. As técnicas agrícolas dos moradores e suas práticas, como a caça, foram descritas como degradadas ou miseráveis, pois a população seria “indolente”¹⁰².

¹⁰² Sobre a transformação técnica da produção agrícola: “o povo que se encontrava no caminho é indolente, não tinha a actividade do povo proximo ás margens do Rio Paranapanema. Vi muitas vezes a familia inteira esperar, adiante do monjolo, o alqueire de milho ser soccado afim de juntos voltarem a casa, onde era torrada a farinha, que servia de alimento para aquelle dia. O monjolo era feito de madeira tosca sem cobertura de especie alguma; si chovia a familia ficava em casa e não se alimentava” (KRUG, 1925, p. 455-456).

A caça praticada aparecia como um símbolo da preguiça: “cada vez que passava pela estrada de rodagem que conduzia a fazenda do Sr Jeronymo Magalhães não deixava de admirar tres magestosos Tamborys, de enorme altura sob cuja vasta cópa tinha sido feita misera cabana de indolente caboclo e que durante horas e horas do dia passava com a espingarda na mão caçando os bellos specimens da nossa fauna, que por infelicidade pousavam nos galhos dum daqueles seculares representantes das nossas florestas” (KRUG, 1925, p. 447).

Sobre a coleta: “os sertanejos nunca pensam no futuro, estragam as arvores para satisfazer uma vontade momentanea: quem vê fundos cortes na casca das Mangabeiras, convencer-se-á, que em

Esses moradores expandiam suas culturas para as bordas das matas, onde faziam derrubadas para a criação de animais e pequenas roças¹⁰³. Para Edmundo Krug, esse era um símbolo do desperdício, uma vez que esses não possuíam interesse ou capacidade para derrubar racionalmente as matas, de solos mais férteis para o plantio e madeiras que poderiam ser usadas para venda ou construção:

O caminho é por vezes lindamente ornamentado com as altas e soberbas mattas virgens de ambos os lados, apresentando arvores gigantescas e de um verde tão agradável aos olhos, que o viajante, involuntariamente, percebe que percorre fértil terra, e sente immensamente que estas possantes testemunhas de seculos idos tenham de ceder em breve a arma cortante de um boçal caboclo para ahi, nesse mesmo lugar ser feita uma rocinha cujo producto não vale a millesima parte do valor existente actualmente. Barbarismo! (KRUG, 1925, p. 406).

Aqui e acolá o caminho interceptava capões de Perobeiras, que devido a sua grossura não foram ainda cortadas pela mão pouco delicada do caipira lavrador, que não attendendo o valor real dessas arvores multiseculares, roçam-n'as para fazer uma pequena lavoura, que só lhe produz alguns nickeis de lucro! (KRUG, 1925, p. 420).

Em sua interpretação sobre as relações socioeconômicas dessas populações, Edmundo Krug atribuiu as deficiências encontradas também aos próprios aspectos ambientais, em um determinismo geográfico que, momentaneamente, ignorava outros problemas socioeconômicos que já haviam sido apontados por ele mesmo. Comparando o caminho para a vila de São Paulo dos Agudos, na direção do rio Tietê, com a zona do rio Paranapanema e seus afluentes, o engenheiro explicou e generalizou problemas, como a criminalidade, a partir dos aspectos ambientais:

E' extraordinário como nosso povo é indolente nas regiões menos férteis, ao contrario do que succede no valle do Rio S. Matheus, Capivara, Sapé, etc. Nestes rios se veem casas bem construidas, pessoas amaveis; porem, por onde passavamos no momento, alem do pouco caso que faziam do viajante, eram acanhadas e vadias. Conclui disso que terrenos máus produzem gente ruim, de pouco valor e como estes terrenos produzem pouco os moradores contentam-se com o pouco que podem tirar do chão. A indolencia é a mãe de vícios detestaveis e do crime, constando-me que a zona pela

mais annos menos annos, todas as mangabeiras ahi existentes, succumbirão devido a impericia de extrahir o látex" (KRUG, 1925, p. 433).

¹⁰³ De acordo com Edmundo Krug, o descuido com os solos ou a falta de títulos das terras impeliavam esses moradores a constituírem novas propriedades mais distantes dos centros estabelecidos. Para isso, punham-se a abrir novas glebas, recebendo em troca uma parte da terra, permissão para se manter como agregados até que a área se valorizasse, ou simplesmente se apossando, até que algum proprietário legal chegasse para as reclamar (KRUG, 1925).

qual passava era o refugio de criminosos de todo o Estado de S. Paulo (KRUG, 1925, p. 456).

No entanto, de acordo com Edmundo Krug, e contraditoriamente ao que havia dito em outras passagens, mesmo nessas áreas de melhores características ambientais, eram as limitações impostas pela falta de meios de comunicações e pela baixa diversificação produtiva dos moradores que os impelia a se organizar socialmente de forma pouco desenvolvida, “atrasada”. A necessidade de produzir seus próprios gêneros alimentícios, forçava os moradores mais distantes dos vilarejos a apenas comerciar um ou dois produtos, como porcos vivos e milho, os quais trocavam por bens de necessidade diária, como tecidos e sal (p. 412- 415). Além disso, as dificuldades e custos para transportar seus alimentos para os centros de comércio desestimulavam a especialização produtiva (KRUG, 1925, p. 460).¹⁰⁴

Essa estruturação socioeconômica, caracterizada pela falta de conhecimentos técnicos e científicos, fazia com que fossem criadas espécies de gado e porcos degenerados e mal adaptadas a região¹⁰⁵. Por isso, caberia ao governo intervir, criando um posto zootécnico e introduzindo de novas espécies e técnicas modernas nessa zona. No entanto, Edmundo Krug acabou reconhecendo que tais medidas conflitariam com a própria ignorância dos moradores:

O lavrador atrasado não comprehende taes cousas, assumptos de zootechnia são assumptos desconhecidos e até enfadonhos para elle, uma propaganda por escripto de nada serviria, porque elle não a leria, e mesmo que a lesse, não a entenderia. O caipira deve ver as cousas com os próprios olhos, deve enxergar praticamente os effeitos produzidos do melhor sobre o peor, só assim que as experiencias trariam resultados praticos! (KRUG, 1925, p. 415).

¹⁰⁴ Uma síntese desse problema é a descrição feita quanto às plantações de arroz, que produziam satisfatoriamente em roças visitadas, mas cujo produto era escasso para os moradores: “um dos motivos da escassez do plantio é a falta de braços: o pequeno lavrador não pode cuidar sómente em arroz, elle necessita plantar tambem o indispensavel milho para os seus porcos e o feijão para a propria panella [...] O segundo motivo é que sendo o povo extremamente pobre, devido a falta de boas communações, não pode fazer face a uma tão alta despeza de uma só vez [...] Si o povo fosse rico ou remediado, plantaria mais d'elle e o seu preço, incontestavelmente, baixaria” (KRUG, 1925, p. 412).

¹⁰⁵ Sobre o gado: “o gado que aqui pasta nas bellas campinas já está extremamente degenerado, elle dá pouco leite, e é de suppor que em poucos annos, por não dar o mesmo um resultado satisfactorio, os criadores, por serem pobres, desanimam por completo deste ramo da industria” (KRUG, 1925, p. 414). Sobre os porcos: “tambem a raça aqui existente de nada vale, é uma raça degenerada, de porquinhos meudos, com focinho extremamente longo, percebe-se no aspecto total do porco que elle deve crescer muito pouco e que engorda com grande dificuldade” (KRUG, 1925, p. 416).

Finalmente, um dos problemas apontados por Edmundo Krug nessa área era a ausência de um plano racional para a ocupação territorial. Muitas das glebas já ocupadas, e mesmo grandes extensões de matas que resistiam, possuíam donos legais, mas esses não se interessavam em produzir, pois apenas atuavam como especuladores, à espera na melhora dos preços, com disponibilidades de comunicações e resolução dos conflitos com os indígenas. Além disso, um dos principais problemas nas terras a partir da margem direita do vale do rio Paranapanema era a existência de grandes grilos. Após descrever alguns meios usados para grilagem de terras, o engenheiro afirmou:

Conheço plantas de vastas extensões de terras da zona do Paranapanema feitas por engenheiros de nomeada, que estão completamente erradas; conheço também cartórios na zona sulina cujas escripturas não estão selladas, não tendo ellas portanto valor judicial. E' uma vergonha o que succede ahi! Desta forma, muita gente da capital torna-se riquissima, e proprietaria de zonas fertilissimas sem tel-as visto ou sem ter tido um vintem para compral-as! (KRUG, 1925, p. 446).

Edmundo Krug, que transitou somente por caminhos e visitou diversas vilas e propriedades, preocupou-se em analisar a policultura, a criação de animais, o comércio de madeiras e a organização de pequenas e médias propriedades. Criticou as queimadas, as plantações mal feitas e que proporcionavam poucos resultados, a derrubada descontrolada de grandes árvores, propriedades mal estabelecidas, solos erodidos e abandonados. As transformações no meio ambiente poderiam ser benéficas ou um desperdício de recursos, dependendo da capacidade daquele que a realizasse.

4.3 Técnicas para a modernização regional

A proposta desse tópico é analisar como os agentes históricos aqui abordados representavam os elementos técnicos que, em sua percepção, deveriam promover o desenvolvimento econômico e político da região percorrida. Esses elementos deveriam promover um melhor usos dos recursos ambientais, superando a condição em que a região se encontrava e constituindo-se enquanto principais meios para efetivar a conquista e promover a integração econômica regional.

Técnicas, aqui, serão analisadas como um conjunto de elementos, como tecnologias, saberes, políticas públicas e investimentos econômicos.

A partir do relatório de **Francisco C. Silva** (1878), é possível sugerir que, naquele momento, os moradores locais sofriam pela falta de controle sobre o meio. As poucas e singelas estradas que ligavam as vilas haviam sido criadas em áreas de fácil circulação, nos campos, o que aumentava as distâncias, principalmente nos poucos pontos de acesso ao rio Paranapanema, como em Salto Grande. Nesse aspecto, o engenheiro fez um conjunto de considerações práticas a partir dos relatos dos moradores locais:

O commercio por ora é insignificante. Apenas algumas canôas de tempos à tempos, carregadas de café, vindas de Botucatu, descem à Matto-Grosso [...]. E' evidente que esse commercio não tem tido maior desenvolvimento, por falta de estradas: as veredas que existem para o salto, não só são pessimas, como alongam as distancias em quasi o dobro (SILVA, 1878b, p. 1).

Na perspectiva de Francisco C. Silva, era a partir dessas práticas socioeconômicas que deveriam ser traçadas as medidas a serem efetuadas para o desenvolvimento local e regional. Nesse aspecto, foi recorrente no texto a importância de criar estradas entre as vilas de Botucatu e Lençóis ao rio Paranapanema, em algum ponto a partir do qual esse rio fosse navegável por vapores – provavelmente na foz do rio Pary, entre Salto Grande e a frente da foz do rio Tibagy. No entanto, mesmo com falta de detalhes técnicos, o engenheiro traçou algumas considerações:

A parte desse rio, compreendida entre o Salto Grande e a foz do Tibagy, não apresenta uma navegação natural, para vapores de 0m,40 de calado como muitos suppunham: ha um grande numero de corredeiras e baixios, que, durante a secca, impedem o transito ordinario de canôas, que são então arrastadas á braços. Mas, a vista das informações dos que costumam descer esse rio, e que o observam com as suas mais baixas aguas, informações, que versam sobre a largura, profundidade, correnteza, e natureza do leito dos canaes, concluí que esses obstaculos não oppunham grandes dificuldades [...]. Segue-se que a despeza provavel desses canaes, para rectificar suas curvas, apropriando-as aos vapores mais convenientes, deve ser pequena, atentta a importancia dessa linha fluvial (SILVA, 1878b, p. 1).

A partir do relatório de Francisco C. Silva se criava um quadro que inicialmente proporcionaria o controle das terras na margem paulista do vale do rio

Paranapanema. Concomitantemente, na zona de Lençóis, a melhoria do porto existente no rio Tietê, proporcionaria a navegação até Piracicaba, onde o recém inaugurado tráfego da via férrea da Companhia Ituana faria a ligação com Santos. Finalmente, na perspectiva do engenheiro, essa viação mista proporcionaria a integração econômica e política com o Mato Grosso e toda a bacia do rio Paraná e a ligação entre o porto de Santos a Cuiabá. Apelando diretamente ao diretor de obras públicas da província:

E' escusado insistir, á vista dos conhecimentos de v.s., para que a via mista de comunicação á estabelecer-se entre as provincias de S. Paulo e Matto-Grosso, torna-se o objecto de toda solitudine de v.s. para com o governo. E' bastante dizer, que, o vapor, uma vez realisada essa importante via de comunicação, viria offerecer suas commodidades e sua maravilhosa rapidez, n'uma extensão de 2479 kilometros 356, a todos os movimentos politicos, mercantis e estrategicos do imperio, facilitando ao mesmo tempo, meios mais faceis para a catechese (SILVA, 1878b, p. 1).

Um outro sentido que a viagem deveria seguir, o caminho por terra sobre o espigão, que deveria ligar Lençóis – próximo ao rio Tietê – e o rio Paranapanema, sequer foi explorado por Francisco C. Silva. Nesse período, a rota às vezes praticada era de Lençóis a Botucatu; dessa, pelos campos e estrada, até Salto Grande. Foram feitas conjecturas para melhorar essas comunicações e diminuir as distancias com o rio Paranapanema, mas o relevo acidentado e a falta de tempo fizeram com que o engenheiro deixasse esse parecer para uma próxima oportunidade.

Finalmente, ao longo da leitura do relatório enviado ao Governo provincial percebe-se que Francisco C. Silva apresentou poucos dados concretos e propôs novas expedições e estudos para que fossem detalhados os meios de empreender os planos de criar comunicações entre o rio Tietê e o Paranapanema. No entanto, não há indicações historiográficas de que tais planos tenham sido postos em prática – posteriormente, cada um dos lados do espigão que dividia os dois rios (frentes de expansão) se tornou concessão de diferentes estradas de ferro. Ficou evidente no relatório o quanto elementos como a falta de comunicações, de população e os conflitos com os indígenas e o desconhecimento que o engenheiro possuía da região limitaram sua expedição.

Ao longo do reconhecimento da topografia da margem direita do rio Paranapanema até a localidade de Salto Grande, **Luiz B. Bertoldi** (1878) foi traçando dados técnicos para a futura construção de uma linha férrea até esse ponto, limitando-se a discutir a construção de um traçado direto da então estação de Ypanema¹⁰⁶, nas proximidades de Sorocaba, até as margens do rio Paranapanema (329 km entre Ypanema e Salto Grande). Inicialmente, o desenvolvimento da rede de comunicações serviria para incentivar fazendeiros a abrir novas propriedades nas matas e atrair colonos imigrantes – e não mineiros – como mão de obra:

Para animar o espírito emprehendedor daquelles heroes das florestas e augmentar a concurrencia de laboriosos colonos, é urgente que por via de alguma providencia se facilitem os meios de communicação, para que os produtores possam não só estender em maior escala a cultura e a industria como tambem transportar seus productos (BERTOLDI, 1878, p. 2).

Um elemento a ser assinalado é que o engenheiro não visitou Botucatu (a nordeste dessa área), mas afirmou que caberia também projetar a expansão dos trilhos para a importante localidade, pois permitiria promover comunicações que começavam a ocorrer entre essa vila e o Mato Grosso. Falando especificamente do vale do rio Paranapanema:

O andamento geral desse traçado não poderia ser mais directo nem mais economico, e satisfaz do melhor modo os interesses dos habitantes do valle do Paranapanema, servindo como arteria de communicação aos dois grandes centros de cultura, á direita a fertilissima serra de Botucatú que estende-se além de Rio Novo até ás margens de rio Santo Ignacio, e á esquerda a não menos fecunda e rica serra da Fartura, que estende-se desde as proximidades de Faxina até o encontro do Salto Grande do Paranapanema (BERTOLDI, 1878, p. 2).

A expansão dos trilhos, inicialmente até Salto Grande, potencializaria o controle das terras no território paranaense: “activada a navegação do Paranapanema entra-se em communicação directa como com parte mais rica da provincia do Paraná por meio dos rios já navegaveis em grande extensão [...]” (p. 3).

¹⁰⁶ Em outro sentido, a ligação direta com a fábrica de ferro São João do Ypanema facilitaria o fornecimento de matérias primas para a construção dos trilhos férreos. De acordo com Luiz B. Bertoldi: “outro motivo que deve chamar a atenção do governo imperial em favor da estrada de ferro Sorocabana, é a posição da fabrica de ferro de S. João do Ypanema, que uma vez posta em communicação directa com a capital e com as provincias visinhas, tomará necessariamente grande incremento no futuro, fornecendo aos habitantes das novas povoações o elemento mais necessario ao desenvolvimento agricola e industrial” (BERTOLDI, 1878, p. 3).

No entanto, de acordo com os dados colhidos pelo engenheiro a partir de conversas com moradores locais, a navegação somente seria possível algumas dezenas de quilômetros abaixo do Salto Grande e acima da frente da foz do rio Tibagy. Mesmo assim, estender os trilhos pelo vale não seria uma tarefa complicada:

Ainda depois do Salto Grande na margem direita do Paranapanema o terreno continúa por muitos kilometros; sempre plano e regular, conforme a indicação dos praticos; portanto deste ponto em diante, para economia da construcção, também se deve aproveitar das vantagens que offerece a planicie do terreno e de preferencia comprometter-se com as despezas de uma navegação artificial, estender o leito da estrada além do Salto Grande até o Salto dos Dourados onde começa a navegação fluvial quasi livre do Paranapanema [...] O que impede a navegação livre entre o Salto Grande e o Salto dos Dourados é a existencia de vinte corredeiras que se passam mesmo em grande canoas com toda a facilidade; mas não permitem o transito dos vapores sem a prévia canalisação (BERTOLDI, 1878, p. 3).

Finalmente, a viação mista composta pela ferrovia e pela navegação desses rios proporcionaria o desenvolvimento de toda a região da bacia do rio Paraná e um importante papel estratégico militar em relação às repúblicas vizinhas¹⁰⁷:

Pelo simples exame do mappa da provincia de S. Paulo, comparando a direcção natural das differentes linhas das estradas de ferro, vê-se que a communicação com a provincia do Paraná e Matto Grosso pertence indubitavelmente á linha ferrea Sorocabana. Para combater qualquer objecto em contrario, é sufficiente recordar a limitada quantia que a Companhia Sorocabana tem que dispende para realizar a abertura de uma estrada de ferro, que communique pelos meios mais directos e economicos á capital com as provincias do Paraná, Matto Grosso e Goyas e facilitar as communicações com as Republicas Platinas.

Esta linha, além de demonstrar sobre as outras estradas incontestaveis vantagens pela grande differença pela grande distancia da capital e o rio Paraná, tem por si mesma uma grande importancia, correspondente sobre o ponto de vista estrategico militar, para ser a linha mais facil e mais proxima possivel a communicar o imperio com os confins das republicas limitrophes do Sul (BERTOLDI, 1878, p. 3).

É ainda importante o comentário de Luiz B. Bertoldi quanto a proposta do governo provincial de criar uma estrada entre Lençóis e Salto Grande, citando a opinião de Francisco C. Silva – sem informar se leu o relatório publicado dias antes. Em contrário ao proposto pelo engenheiro a serviço da Diretoria das Obras Públicas,

¹⁰⁷ É importante assinalar que essa era o período do pós Guerra do Paraguai (1864-70), e o controle sobre a bacia do rio Paraná era um importante elemento estratégico militar – apesar de essa problemática não ser levantada pelo engenheiro.

o engenheiro da Sorocabana colheu relatos de diversos moradores das vilas do reverso das cuevas de Botucatu: “as razões expostas por estes confirmam a opinião de que o terreno compreendido entre o porto de Lençóis e o Salto Grande é em sua maior extensão montanhoso e difícil, e até hoje inhabitado” (p. 3). Além disso, segundo esses mesmos relatos, a pretendida ligação entre os rios Piracicaba e Tietê até o porto de Lençóis era inviável para a navegação de vapores (BERTOLDI, 1878).

Apesar dos interesses econômicos da empresa que financiou sua viagem, Luiz B. Bertoldi teceu também considerações sobre a importância política e militar da criação de uma rede de comunicações no vale do rio Paranapanema, pois, naquele período, não havia produção a ser transportada nas porções média e baixa do vale. O desenvolvimento da margem paulista do vale deveria ser uma tarefa conjunta entre a empresa, os poderes públicos e as populações que viriam a colonizar a região. Com poucos detalhes técnicos, o texto teve um caráter de parecer: afirmou a possibilidade de estender os trilhos da ferrovia Sorocabana até o médio Paranapanema e criar uma rede de viação mista. Realizar tais planos, era uma tarefa para o futuro.

Para **Domingos Jaguaribe Filho** (1886), a solução para os problemas na região dependia de uma série de medidas, como o desenvolvimento da indústria agrícola, a atuação dos poderes públicos no estabelecimento de autoridades¹⁰⁸, o desenvolvimento de comunicações e o incentivo a adoção de imigrantes europeus enquanto mão de obra. De acordo com o fazendeiro, era papel dos homens patriotas encontrarem meios para demonstrar as riquezas que estavam guardadas e intactas à espera de civilização. Por isso, assim como os imigrantes encaminhados para o trabalho nas fazendas, cientistas estrangeiros eram bem-vindos, uma vez que o Brasil ainda não conseguia suprimir as demandas por profissionais qualificados (JAGUARIBE FILHO).

O principal desses elementos de comunicação seria o prolongamento da ferrovia Sorocabana até as margens do rio Paranapanema. Domingos Jaguaribe

¹⁰⁸ Depois de citar credulidades e deficiências de ordem moral, Domingos Jaguaribe Filho justificou suas palavras: “feita essa digressão sobre a ignorância que preside os costumes, nosso fim foi mostrar a responsabilidade dos governos, na escolha dos magistrados que devem ser nomeados para o sul, por que os homens moralizados, energicos e virtuosos exercem uma influencia benefica em tudo o que os rodeia” (JAGUARIBE FILHO, 1886, p. 61).

Filho defendeu que havia a necessidade da união de recursos entre a empresa Sorocabana e os governos provincial e imperial para que, alcançadas as margens do Paranapanema, em salto Grande, iniciasse a projeção dos trilhos até o trecho em que o rio fosse navegável¹⁰⁹. Constituída essa viação mista, além desse desenvolvimento político-econômico regional, seria possível criar uma rede fluvial pelos maiores rios da bacia do Rio Paraná e, conseqüentemente, o desenvolvimento do próprio Brasil:

Não são precisos mais de 86 Kilometros para que esta grande arteria vital do progresso chegue ás margens do rio; mas devendo servir esta viação aos maiores emprehendimentos do futuro do Brazil, convem que ella, apesar de procurar a zona que margea o Paranapanema, tenha como objectivo, transpôr o Salto Grande; porque como já dissemos, só d'ahi em diante a navegação é franca e abre todos os horizontes da mais importante zona do Brazil (JAGUARIBE FILHO, 1886, p. 40-41).

A perspectiva de Domingos Jaguaribe Filho também nos serve para discutir a criação da CGG-SP, assunto sobre o qual afirmou ter conversado com Orville Derby, o primeiro chefe da Comissão. No texto, o fazendeiro já afirmava que estavam sendo feitos os preparativos para o levantamento da planta geográfica, geológica e agrícola da província, o que deveria começar pelos rios Itapetininga e Paranapanema. No posfácio, assinado em 20 março de 1886, alguns dias antes da aprovação da lei que criava a Comissão, Domingos Jaguaribe Filho registrou:

[...] O sábio geologo Orville A. Derby, que acceitou a incumbência de levantar a planta geologica, geographica e agricola desta grande provincia, devendo este ilustrado amigo do Brazil começar seus trabalhos pelo rio Itapetininga, e, reconhecida a navegabilidade deste afluente do Paranapanema, o governo geral ha de forçosamente prestar a esta navegação, á qual a estrada de ferro Sorocabana já serve, e não tardará a chegar ás margens do rio, o auxilio a que carecem emprezas destas, que, abrindo caminho das longinquas províncias de Matto Grosso e Goyas, fazem com que a pagina, que ainda estava em branco, fique escripta, não com os caracteres feios das tentativas primitivas, mas sim com os moldes brilhantes que a sciencia possui, e sob um plano sabio, em mappas que desvendem fielmente as riquezas e os solos desta terra hospitaleira (JAGUARIBE FILHO, 1886, p. 83-84).

¹⁰⁹ Para demonstrar a viabilidade de tal proposta, cita os trabalhos do engenheiro Luiz B. Bertoldi, no qual os trilhos deveriam ser estendidos pela margem direita do vale rio Paranapanema, sem necessariamente passar diretamente por Botucatu.

Uma síntese da representação social expressa pode ser encontrada em um trecho que corrobora com a discussão historiográfica feita sobre o caráter modernizante o qual as elites estabelecidas em São Paulo representavam o meio ambiente e as populações indígenas, além do papel que a técnica e o trabalho deveriam desempenhar na transformação das realidades precedentes:

Se é certo que o valor resulta exclusivamente do trabalho, nós podemos crêr que se algum dia (e este parece chegado), os homens emprehendedores puderem vencer as resistencias offerecidas pela natureza, e dominarem assim as fertillissimas regiões do Sul de S. Paulo, expellindo d'ellas o selvagem, que degrada a natureza humana, porque a representa embrutecida, mà e perversa, para os substituir nas regiões do Paranapanema, por gente laboriosa e frugal; então será permittido á aquelles que se nobilitam pelo trabalho, avaliar por si a verdade que fica escripta (JAGUARIBE FILHO, 1886, p. 52).

É preciso considerar que Domingos Jaguaribe Filho era um fazendeiro/empresário, atuando por interesses próprios em demonstrar as potencialidades econômicas da região. Essa atuação representou as contradições das elites estabelecidas em São Paulo, principalmente por ser, ao mesmo tempo, intelectual e fazendeiro. Por isso, ao fazer essas críticas aos problemas na ocupação do solo, Domingos Jaguaribe Filho se colocava como um fazendeiro progressista, cuja perspectiva não era somente conquistar mais territórios, mas sim conduzir de forma racional e controlada sua ocupação.

De acordo com **Theodoro F. Sampaio** (1890), para o desenvolvimento do vale do rio Paranapanema, precisamente em suas porções média e baixa do lado paulista, caberia aos poderes públicos intervir para organizar os problemas apontados e, assim, atrair capitais. Primeiramente, caberia organizar a venda das terras públicas e regularizar os problemas de títulos existentes, a partir da atuação de “pessoal idoneo”. A partir disso, os colonos nacionais, os únicos que seriam aptos para “desbravar o sertão”, poderiam estabilizar suas posses e abrir caminho para que novos chegassem. Na perspectiva do engenheiro, não adiantaria preservar essas terras em posse do Estado à espera de colonos estrangeiros, uma vez que essa não era viável nessas distâncias, ao menos naquele momento (SAMPAIO, 1890, p. 29).

Para resolver o problema indígena, na perspectiva de Theodoro F. Sampaio, a melhor solução seria a criação de aldeamentos, que seriam constituídos enquanto elementos estratégicos na ocupação territorial. No entanto, esses aldeamentos sequer foram propostos como reversas de terras ou núcleos de colonização; assemelhando-se mais a bases militares. Para o engenheiro, o indígena deveria deixar de ser um empecilho para se tornar útil no desenvolvimento desses sertões, pois sua existência não possuía nenhum valor senão como instrumento do povo civilizado:

Esta medida não deve ter em vista, como não pode ter, transformar o selvícola em agente de uma civilização que elle não comprehende. Do indio domesticado não é licito esperar um operario como o requer a nossa civilização. Amançado ou domesticado pela palavra do missionario, o indio perde toda aquella nobreza selvagem sem ganhar em capacidade ou em grandeza moral; baptisado, mas não christão e simplesmente credulo, elle arrastará uma vida apathica e miseravel, como essas plantas em estiolamento por haver mudado de habitat. No contacto com a raça mais forte, que o subjuga, elle só tem que perder, pelo efeito d' essa lei inflexivel e implacavel que explica a expansão e o aperfeiçoamento da especie humana (SAMPAIO, 1890, p. 25).

Os aldeamentos acabariam sendo somente locais temporários para a liberação desses territórios e para dar alguma chance a essas pessoas se misturarem aos brancos a ponto de perder a condição indígena: “[...] as raças americanas tendem a desaparecer diante da raça civilizada que as exclue ou a absorve” (p. 45). Ainda que os kaiowá compusessem a maior etnia no vale e fosse a que mais se adaptaria aos aldeamentos, esses também estavam destinados a desaparecer. Isso fica evidente ao final do relatório, quando o engenheiro tentou justificar o motivo de ter copiado um vocabulário do “dialecto Cayuá: “[...] o vocabulario por nós organizado, quando não seja o primeiro e unico, e nenhum outro valor mais tenha, servirá apenas como um documento a favor dessa pobre gente condemnada a desaparecer” (SAMPAIO, 1890, p. 46).

Ao abordar as possíveis medidas para o melhoramento das comunicações da região, Theodoro F. Sampaio defendeu a necessidade de se estender a “estrada do sertão”, de Campos Novos até as margens do rio Paraná. Isso facilitaria o controle dos problemas indígenas, a organização das posses de terras e abriria uma via do comércio com o “remoto estado do Matto Grosso”. Além disso, esses terrenos mais

altos e desimpedidos que os da margem do rio permitiram que se fosse estendida por ali uma linha telegráfica com destino a cidade de Miranda (SAMPAIO, 1890, p. 36).

No entanto, na perspectiva de Theodoro F. Sampaio, qualquer medida a ser tomada para as comunicações com o Mato Grosso deveria levar em conta o desenvolvimento de comunicações por vias fluviais, que ligasse a bacia do rio Paraná a bacia da Rio da Prata. A partir disso, deveria ser constituída uma via que ligasse o porto de Santos e a capital paulista ao estado vizinho, a qual deveria ser construída com o menor dispêndio de trabalho possível e possuir algum papel estratégico político militar (SAMPAIO, 1890, p. 37).

Dos traçados possíveis discutidos por Theodoro F. Sampaio, o mais adequado seria o da ferrovia Sorocabana. Deveria ser constituída uma viação mista entre Botucatu, última estação da ferrovia Sorocabana desde 1889, e Miranda, no Mato Grosso. Ainda que não tivesse certeza quando a viabilidade de tal projeto, o engenheiro apresentou alguns dados:

Este traçado, cujo percurso é de 1695 kilometros, assim se reparte:
De Santos a Botucatu, por via ferrea: 386 kilm.
Botucatu á barra do Tibagy (via ferrea projectada): 332 Kilm.
Naveg. fluvial (rios Paranapanema, Paraná, Ivinheima): 707 Kilm.
Do fim da navegação á Miranda: 270 Kilm (SAMPAIO, 1890, p. 38).

Nesse relatório publicado em 1890, Theodoro F. Sampaio retomou poucos dados técnicos e não definiu realmente onde deveria se iniciar a navegação no rio Paranapanema; as únicas certezas eram que os trilhos deveriam alcançar Salto Grande e, depois, a frente da foz do Tibagi. Esse foi o caráter desse relatório, considerações quanto a problemas e possibilidades de sua superação, no qual o parecer técnico, exato, do engenheiro cedeu lugar ao discurso: “a ligação por via fluvial é possível, e a grande linha mixta que unir as margens do Paraguay brasileiro aos portos do Atlantico em S. Paulo, ou mesmo no Rio de Janeiro, será uma das maiores vias de comunicação da América [...]” (SAMPAIO, 1890, p. 40).

Para finalizar as considerações de Theodoro F. Sampaio sobre o rio Paranapanema, voltemos ao relatório de 1889, no qual o engenheiro apresentou

dados técnicos e afirmou que a navegação por vapores na maior parte do rio Paranapanema não seria possível, pois o traçado era interrompido por cachoeiras:

De exposto conclue que o Paranapanema, apesar do grande volume das aguas, apesar de sua posição e orientação que o fariam uma excellente via natural de comunicação para o interior do paiz, não é e não póde ser uma grande arteria para as relações do centro com o littoral, por lhe faltar a principal e essencial condição – a continuidade. O seu leito interrompido faz desaparecer toda a vantagem que a posição naturalmente lhe determina (SAMPAIO, 1889, p. 5).

No entanto, esse era um dado sabido, e a dúvida a ser sanada era se esse poderia ser navegado a partir (a baixo) de salto Grande, para onde seriam estendidos os trilhos da Sorocabana. A resposta era que o rio poderia ser navegável a partir de algum trecho próximo a foz do rio Tibagi. Finalizando com um comentário, o engenheiro demonstrou a importância que era atribuída a técnica enquanto elemento para realizar as potencialidades da natureza:

Entretanto não estará longe o dia em que uma bem combinada viação mixta, acompanhando a expansão da riqueza ao longo do rio, estabeleça esta ligação de interesses que devem ser solidarios, ainda quando a natureza, mesmo aparentemente, parece separal-os (SAMPAIO, 1889, p. 5).

Na perspectiva de Theodoro F. Sampaio, o meio ambiente impunha que os moradores mais distantes se adaptassem momentaneamente, até que o desenvolvimento técnico e o aumento da população implicassem que os elementos ambientais fossem convertidos em progresso. Para desenvolver o território da margem paulista do rio Paranapanema, deveria ser constituído um conjunto de elementos que proporcionassem, ao mesmo tempo, a “ocupação racional” do solo, a superação da hostilidade com os grupos indígenas, o controle político da bacia do rio Paraná, e o desenvolvimento de uma rede comunicações. No entanto, esses elementos deveriam ser estudados em separado, a partir de novos trabalhos técnicos, do dispêndio de investimentos dos governos e do incentivo a atuação de investidores.

De acordo com **José H. Carvalho** (1892), em relações às medidas necessárias para o desenvolvimento da área do lado paulista do vale do rio Paranapanema, o primeiro elemento seria a disponibilização de mão de obra para as fazendas cafeeiras, que, em um futuro próximo, deveriam ser abertas na região.

Para resolver esse problema, o governo deveria facilitar os meios para que a empresa Sorocabana continuasse a expansão dos trilhos (que, naquele momento, chegavam até Botucatu) até às margens do rio Paranapanema.

Na perspectiva de José H. Carvalho, a ferrovia resolveria o problema de falta de mão de obra e estimularia o desenvolvimento urbano das cidades do médio Paranapanema. Nesse sentido, os trilhos que necessariamente seriam estendidos até Salto Grande, representariam a ligação entre a natureza exuberante e a técnica moderna: “e brevemente veremos o cavallo de fogo bebendo agua no grande salto!” (1892d, p. 2). A área a partir do médio Paranapanema teria um “destino” a ser alcançado:

Santa Cruz do Rio Pardo é uma villa muito recente, situada a margem direita do Rio Pardo, está destinada a um bello provir, e virá a ser uma das mais importantes futuras cidades do Estado de S. Paulo; depois do Salto Grande, que tem a primazia, attendendo a sua colocação (CARVALHO, 1892a, p. 2).

Para José H. Carvalho, a rede de transportes férreos e fluviais, além de servir para o futuro desenvolvimento econômico da cafeicultura local; por conseguinte, proporcionaria a implantação de diversas culturas agrícolas e do comércio em toda a bacia do rio Paraná. Os elementos ambientais eram representados enquanto recursos naturais e como meios de transporte:

A linha Sorocabana possui a mais importante zona e São Paulo, e consequentemente do Brazil. Ella levará seus trilhos á barra do Tibagy, porém não é preciso leval-os sinão ao Salto Grande, para ficar ligado ao mediterraneo fluvial formado pelo Paraná e seus afluentes. Rede fluvial como não há igual em todo o globo, por estar situada á uma altitude media de 350 metros; pelas suas margens que são cobertas de mattas preciosissimas e de terras excelentes para toda a cultura, desde os productos agricolas da Europa, ao Sul, a industria pastoril ao Ocidente, até as culturas das zonas tropicaes, sem excepção ao Norte e Oeste (CARVALHO, 1892d, p. 2).

Finalmente, para amenizar o problema da falsificação de títulos e cessar que continuassem a ocorrer, nas palavras José H. Carvalho, caberia às autoridades do Estado de S. Paulo criar uma comissão para regularizar as posses de terras. Nesse aspecto, Antonio Prado, quando havia sido ministro da Agricultura (1885-1888), iniciou esses trabalhos em Santa Cruz do Rio Pardo, os quais não foram adiante, mas ainda continuavam a ser defendidos pelo ex-ministro e empresário. A retomada

de tais trabalhos seria uma das metas que o então presidente do estado, Dr. Cerqueira César, havia pessoalmente assegurado ao fazendeiro (CARVALHO, 1892d, p. 2).

Para resolver os problemas regionais apontados, segundo **Edmundo Krug**, no texto de 1906, caberia sempre ao governo efetuar medidas para a criação de comunicações e empreendimentos diversos, que estimulasse medidas por parte de fazendeiros que se instalassem nessa zona. Um exemplo era a vila de Campos Novos, que nada possuía de especial, mas poderia se tornar um importante entreposto comercial quando fossem criadas comunicações com o Mato Grosso, principalmente para o comércio de boiadas. Outros elementos ambientais poderiam ser também racionalizados, como o uso de madeiras para venda enquanto materiais de construção, e as cachoeiras da bacia do Paranapanema, que poderiam ser usadas para a criação de energia elétrica. Com isso, nas palavras do engenheiro, esperava-se que essa “[...] venha a ser um dia, talvez d'aqui ha um 1/4 de seculo, a zona mais futura de todo o nosso Estado” (KRUG, 1925, p. 370).

Dentre as ações que o poder público deveria efetuar, uma das principais era a de limitar a destruição descontrolada das matas e seus animais e promover meios para educar os moradores do interior quanto aos melhores usos que poderiam ser feitos de seus recursos¹¹⁰. Um dos problemas a serem resolvidos era a própria ignorância dos moradores da zona em torno de Santa Cruz do Rio Pardo:

Não será possível que os homens sensatos do nosso bello paiz, de nosso querido Estado de S. Paulo, incutam ao caboclo ignorante o espirito de conservação? não será possível crear-se uma lei que prohiba ao caboclo e ao lavrador a destruição inconsciente das nossas lindas florestas? é necessario uma tal destruição podendo se plantar ahi pegado, ahi proximo as melhores roças e com menos serviço e suor? não, o nosso povo roceiro ainda não entende isso, e emquanto a instrução publica e privada não introduzir no seu programma o ensino do bello e do util, nunca se effectuará esse meu ideal! (KRUG, 1925, p. 406).

¹¹⁰ Nesse aspecto, para Edmundo Krug, nas áreas mais próximas das cidades, já livres de animais temidos, como as onças, tornava-se necessário limitar a caça de espécies representadas como inofensivas, como os pássaros: “sim, inofensivos, pois a ninguem prejudicam, pelo contrario, destroem vermes e insectos que são nocivos ao lavrador, sem tocar nas plantas! E’ tempo que se pense nisto, que se cogite de se regulamentar a caça, pois, si assim não succeder, em poucos annos mal conheceremos os nomes de muitos passaros e outros animaes que hoje habitam as nossas frondosas florestas. E’ um appello que faço aqui aos nossos governos e legisladores, esperando que esta semente não seja atirada em terreno esteril!” (KRUG, 1925, p. 385).

Das resoluções propostas por Edmundo Krug para o caso da decadência em que se encontrariam os animais de criação existentes, podem ser destacados dois elementos: a necessidade se desenvolver pontos estratégicos para a integração regional e o reiterado papel do governo em promover as ações de modernização. Na perspectiva do engenheiro:

Seria, talvez, conveniente que o Governo creasse em Santa Cruz do Rio Pardo, por ser ponto mais ou menos central, por convergirem as estradas de Pirajú, Salto Grande, São Pedro do Turvo respectivamente Campos Novos de Parapanema etc., um posto zootechnico, havendo n'elle porem, sómente touros destinados a produzir gado para corte, não levando em consideração a produção de leite, que para esta zona tambem não póde ser bom. Emquanto a raça existente no logar não estiver em pé satisfactorio, julgo que o governo não devia preoccupar-se com productos secundarios: si o animal não é bom o seu produto tambem não póde ser bom (KRUG, 1925, p. 414).

Um outro elemento também destacado por Edmundo Krug ao longo do texto foi o anseio pela introdução de imigrantes europeus, que seriam mais competentes que o “caipira”. Mas esses somente se dirigiriam para a zona após a abertura de grandes e racionais fazendas, a partir de chegada dos trilhos da ferrovia. No entanto, o governo poderia se adiantar, e criar um núcleo colonial para que se racionalizasse a produção dos gêneros agrícolas e a criação de animais, influenciando os moradores ao redor. Um desses locais estratégicos, poderia ser a vila de S. Pedro do Turvo, para onde convergiam as estradas no caminho de Salto Grande e Campos Novos:

Veem, pois, os meus pacientes leitores que este logar possui melhores e mais aproveitaveis elementos que qualquer outro da zona, por constituir verdadeiro entreposto para o commercio importador e exportador. Seria, pois, bem acertado, levando-se em consideração a barateza dos terrenos d'ahi, si o governo comprasse vastos complexos e mandasse formar um grande nucleo colonial no qual os lavradores da circumvisinhança pudessem aprender a manejar, junto com os colonos os diversos instrumentos agricolas e ficassem conhecendo as vantagens do cruzamento das diversas raças de gado e desenvolvessem um outro systema de cultura nas suas proprias terras. Só a criação de um tal nucleo traria enormes vantagens a zona e a esta fertil e abençoada região (KRUG, 1925, p. 415-416).

Ao longo do relatório, o engenheiro reclamou da falta de comunicações, a qual seria resolvida principalmente pela expansão da dos trilhos férreos da

Sorocabana até o ponto onde o rio Paranapanema pudesse ser navegável. Naquele ano, o governo do estado havia adquirido o controle da empresa e retomado a construção dos trilhos no médio Paranapanema. Essa perspectiva pode ser interpretada como uma demonstração da crença na técnica enquanto elemento que superaria o atraso que o Brasil se encontrava:

O rio Paranapanema, por sua vez, até hoje de navegabilidade impraticável, não tardará que se torne perfeitamente navegável, porque proporcionalmente ao desenvolvimento intelectual de um povo, desenvolve-se a técnica, a engenharia, como se pode demonstrar com inúmeros exemplos dos países europeus. E, então, a necessidade de meios de transportes, fáceis e baratos, permitirá, em um futuro não muito remoto, sulcarem vapores nesse volumoso rio (KRUG, 1925, p. 370-371).

Além de promover esse desenvolvimento regional, a ligação entre a os trilhos da ferrovia Sorocabana e a o rio Paranapanema permitiria que se intensificasse a ocupação das terras do norte do estado do Paraná e que se desenvolvesse o comércio direto com o sul Mato Grosso. Além disso, proporcionaria a comunicação com as republicas vizinhas:

Pois bem, sendo o rio Paranapanema o limite natural entre o Estado de S. Paulo e o Estado do Paraná, despejando-se elle em outro que é, por sua vez, a divisa entre outros Estados brasileiros e fertilizador de diversas republicas Sul-Americanas, o Paraná, que também recebe inúmeros afluentes navegáveis, será, o Paranapanema, forçosamente, a melhor via de comunicação entre o Estado de S. Paulo, e os demais Estados brasileiros e republicas platinas (KRUG, 1925, p. 371).

Criava-se um futuro pela negação da natureza não modificada e pela superação da sociedade no estágio em que se encontrava em determinada área, através do desenvolvimento técnico e da atuação do poder público. Enquanto membro das classes letradas paulistas, Edmundo Krug manifestou que:

O que desejamos é o desenvolvimento de nossa lavoura, a exportação regular de nossos productos, a *industrialização* das nossas riquezas que jazem escondidas no subsolo, e o povoamento de nosso Estado por intermedio de uma colonização inteligente.

Si o governo presente e os vindouros não se descuidarem desta prospera zona, veremos em breve ahi se erguerem bellissimos estabelecimentos agricolas, e os torreões das fabricas denunciarão pela fumaça ahi ha actividade, que ahi se ganha dinheiro (KRUG, 1925, p. 371, grifo do autor).

No relatório de Edmundo Krug apareceram projeções que aliavam recursos naturais de uma “zona fertilíssima” com um conjunto de capacidades técnicas que deveriam ser localmente implantadas como elemento para promover o desenvolvimento da indústria agrícola na região. A racionalização na ocupação do solo e a criação de meios de comunicação implicariam na própria modernização das relações sociais pré-existentes e, principalmente, atrairiam novos atores – fazendeiros e imigrantes – que realizariam os anseios descritos no texto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a interiorização das fazendas cafeeiras e das vias férreas para o oeste paulista (“oeste velho”), nas últimas décadas do século XIX, agentes a serviço dos interesses econômicos dos grupos que detinham o poder político-econômico intensificaram viagens para áreas onde poderiam solicitar terras devolutas ou adquiri-las a baixos preços. Além disso, havia a constante demanda por controle político/simbólico dos territórios e das populações do interior do Brasil, como era evidente na bacia do rio Paraná. A porção paulista do vale do rio Paranapanema foi uma das frentes de conquista e interiorização dessa estrutura socioeconômica.

A análise feita da conjuntura história que se desenvolveu no médio Paranapanema, entre as últimas décadas do século XIX e a primeira do século XX, permite a apreensão de um movimento maior, que pode ser explicado pela categoria de frente de expansão. Essa perspectiva pressupõe que na realidade concreta que está sendo idealmente reproduzida houve um período de encontros e conflitos sociais em um território, implicando em avanços de grupos invasores e recuos de populações que reagem a uma situação externamente imposta.

A delimitação de tal área parte dos elementos como a limitação que os rios e as serras implicavam para os movimentos de interiorização, ao mesmo tempo que relações com esses elementos poderiam favorecer a resistência de grupos pré-estabelecidos, como os indígenas Kaingang. Além disso, povoações, como Salto Grande do Paranapanema, enquanto elementos representativos da técnica dos “brancos”, poderiam permanecer como “bocas do sertão” frente a territórios pouco controlados. Nesse aspecto, o próprio reconhecimento dos elementos ambientais proporcionaria o controle dessas populações; por isso, ao mesmo tempo, uma conjuntura de conquistas simbólicas e bélicas.

Como discutido, conflitos entre agentes “brancos” e grupos indígenas pré-estabelecidos haviam se intensificado no médio Paranapanema a partir de meados do século XIX, com os aldeamentos às margens dos rios Itararé e Paranapanema e com a contínua interiorização de posseiros mineiros de Botucatu em direção aos territórios indígenas nos campos do espigão do rio Paranapanema – a fronteira demográfica. Ocorreram conflitos com os indígenas Oti-Xavante, cuja etnia, sofrendo

também com desajustes socioculturais, foi exterminada até a década de 1900 (DORNELLES, 2017), e os grupos Guarani-Kaiowá e Kaingang da região, que, quase totalmente dizimados, foram expulsos para outros locais (CRUZ, 2007).

Nesse aspecto, é preciso voltar às discussões apresentadas na revisão bibliográfica, pois foi apontado que as povoações de São Sebastião do Tijuco Preto (atual Piraju) e São João Batista do Rio Verde (atual Itaporanga) surgiram em locais estratégicos para a liberação dos territórios indígenas. Esses pontos significaram elementos avançados dos “brancos” que desceram dos campos do alto Paranapanema e de Itapeva em direção às matas do médio Paranapanema (CORRÊA, 2013). Os aldeamentos implantados nessas localidades, ainda que apontados como decadentes, acabaram cumprindo parte de seu papel enquanto elementos para liberar esses territórios de populações indígenas.

No entanto, a partir do final do século XIX, os moradores das cidades que já existiam em torno da Serra da Fartura – Piraju e Fartura – minimizaram suas relações econômicas com a zona de Itapeva e fortaleceram uma rede de comunicações com a área de Santa Cruz do Rio Pardo e Botucatu. Com a expansão dos trilhos férreos no médio Paranapanema, a partir de 1906, e com a abertura de grandes fazendas cafeeiras na área de matas, a partir das décadas seguintes, essa rede de comunicações se consolidou (CORRÊA, 2013).

O período de integração econômica direta – a fronteira econômica – da área do médio Paranapanema, efetivamente começou a ocorrer a partir de 1906, com a inauguração de estações férreas nas cidades de Piraju (1906), Santa Cruz do Rio Pardo (1908) e Salto Grande (1909). Nesse período, também foram criadas diversas cidades entre de Piraju, Santa Cruz do Rio Pardo e Salto Grande; ocorrendo ainda a constituição de elementos da técnica moderna, como grandes pontes e energia elétrica pública em algumas cidades. Em 1918, fundou-se o município de Ourinhos, que foi desmembrado do território (sul) de Salto Grande. Em 1924, foi inaugurado o primeiro trecho da Estrada de Ferro São Paulo-Paraná, cuja ponte sobre o rio Paranapanema foi construída em Ourinhos, e passou a ser um importante entroncamento ferroviário (MARQUES, 2009; PEREIRA, 2013). Na década de 1930, a área em torno de Piraju e Ourinhos, com altos índices de produtividade, se tornou um dos principais polos cafeeiros do Brasil naquele momento (MONBEIG, 1984).

As fontes analisadas foram produzidas por agentes históricos encarregados de explorar uma frente de expansão ao longo de um período de 28 anos, no qual o conjunto dos elementos ambientais foi relativamente pouco modificado – se comparado com as transformações que ocorreram a partir de 1906. Apesar de esses atores não se limitarem a reproduzir suas percepções sobre uma área delimitada, a partir das descrições de seus itinerários e das reiteraões sobre o espaço representado nos discursos, é possível traçar um centro para o qual convergiram as andanças e os discursos: a porção média do vale do rio Paranapanema. As diferentes tarefas que cada um desses viajantes deveria realizar, em conjunto com suas capacidades logísticas, implicaram que seu itinerário se concentrasse principalmente no rio Paranapanema e suas margens, ou nos campos do espigão, ambos tendo as matas como o horizonte que os rodeava.

Ao longo do período investigado, a falta de comunicações e de centros populacionais “brancos”, a presença de indígenas que resistiam a expulsão, além da mata que se tornava mais predominante no interior, desestimulavam o estabelecimento de novos grupos no baixo Paranapanema e no norte do Paraná. Salto Grande do Paranapanema e Campos Novos, praticamente na mesma longitude, permaneceram como os últimos centros populacionais dos “brancos” a oeste dessa zona. Por isso, todos os agentes aqui analisados visitaram essas localidades, as quais tiveram menor ou maior importância, dependendo de seus interesses e dos meios de transporte utilizados.

Nos relatos de Francisco C. Silva e Luiz B. Bertoldi, produzidos em 1878, o estranhamento frente ao meio ambiente foi tal que as povoações de Campos Novos e Salto Grande apareceram como limites civilizacionais significativamente avançados no interior. A diferença principal entre as duas localidades foi a temporalmente representada: Campos Novos simbolizava um ponto fundamental para a conquista dessas terras (presente); enquanto que Salto Grande deveria se tornar o ponto para onde, no futuro, convergiriam os elementos constitutivos da técnica moderna e do desenvolvimento econômico.

Por outro lado, nota-se a partir do texto de Edmundo Krug que, em 1905, a população no médio Paranapanema estava maior e os limites de sua ocupação estavam mais dilatados, e o engenheiro conseguiu circular por mais pontos de

referência. Nesse momento, o isolamento dessas duas localidades foi representado como evidência do atraso nas comunicações e na conquista dos territórios do baixo Paranapanema. Diminuiu-se o clamor contra o problema indígena e tornou-se mais notório o problema das técnicas deficientes do “caipira”.

Em um outro sentido dos roteiros dos viajantes, percebe-se que pouco foi comentado a partir da investigação direta da porção sul da área percorrida, a partir da serra da Fatura, em direção à cidade de Fatura, ou sobre as vilas do lado paranaense do rio Itararé (nordeste do Paraná). A Serra da Fatura foi representada, na maioria dos relatos analisados, com base em considerações indiretas, a partir do que foi percebido a distância ou informado por moradores locais. Esse pode ser percebido como um elemento no qual se projetava o futuro: uma riqueza já assegurada, pois conquistada (sem indígenas “bravios”), ainda que, momentaneamente, fosse desestimulante seu povoamento por populações “brancas”.

Por isso, para esses viajantes o principal limite ao sul foi a cidade de Piraju, onde as populações se comunicavam por estradas com Santa Cruz do Rio Pardo e Fatura. A localidade foi destacada como um lugar destinado ao desenvolvimento, pela sua localização estratégica na margem esquerda do rio Paranapanema, pela qualidade de suas terras e pelas matas que predominavam a oeste, na Serra da Fatura e em torno da foz do Itararé. Os poucos agentes Guarani-Kaiowá descritos nos relatos analisados foram representados como “mansos”, práticos no rio, e sua população estaria distribuída em algum local às margens do Paranapanema, frente aos “brancos” que chegavam e aos conflitos com os “bravios”.

Ao se fazer um balanço quanto as representações sociais evidenciadas nos discursos dos seis viajantes analisados no Quarto Capítulo, pode-se traçar algumas considerações. Inicialmente, houve incertezas quanto aos usos a serem feitos sobre os elementos ambientais, as quais estiveram ligadas a própria falta de conhecimento da região, pois traçava-se pareceres que muitas vezes eram baseados em relatos ouvidos de moradores locais. A partir dessas dúvidas e perspectivas pessoais, esses agentes históricos traçaram pareceres sobre os possíveis usos econômicos

da área de matas do médio Paranapanema e dos campos do espigão. Os elementos ambientais, como animais e plantas, praticamente não eram representados como constituídos de valor em si mesmos, sem serem transformados pela técnica moderna.

Um primeiro elemento a ser comentado é o rio Paranapanema, o principal símbolo da riqueza de toda essa zona, pois descer seu leito até o rio Paraná significava adentrar em uma grande rede de comunicações que estava sendo desenvolvida com os territórios vizinhos. No entanto, as dificuldades no trânsito em seu leito, além dos perigos que poderiam estar escondidos em suas margens, faziam da descida do rio uma tarefa demorada, trabalhosa e perigosa.

Nesse aspecto, os principais comentários foram feitos por Theodoro F. Sampaio, o explorador que fez a viagem mais completa, com maior disponibilidade orçamentária, mais respaldo institucional e tendo conseguido auxílio do maior número de técnicos e práticos nesse tipo de viagem/expedição. Como havia falta de informações oficiais sobre o vale, posteriormente, os dados colhidos pelo engenheiro se tornaram uma importante referência para os exploradores que percorreram o oeste paulista a partir desse período. Mesmo assim, ainda que o rio tenha sido mapeado, sua efetiva conquista, que deveria ocorrer em conjunto com o controle das matas, era uma tarefa para o futuro (SAMPAIO, 1890).

Nas representações de todos os agentes aqui discutidos, as matas do médio Paranapanema foram apontadas como principal símbolo da grandeza da natureza e como elemento que demonstrava as potencialidades de futura riqueza regional. A necessidade de apontar a existência de árvores padrões de solo era uma forma de comprovar sua fertilidade, mesmo para aqueles que viajaram principalmente pelos campos, que os descreviam cercados por matas imponentes. Muitos desses pareceres foram compostos a partir de comparações com zonas mais “velhas”, com terras menos férteis, como os campos do alto Paranapanema e Itapetininga, ou mesmo o Vale do Paraíba.

No entanto, esses atores possuíam dúvidas quanto a principal cultura a ser implantada para que essas matas se transformassem em significativa riqueza econômica: devido a altitude, seria ou não viável implantar fazendas cafeeiras na

faixa de matas do médio Paranapanema paulista, ao menos acima (leste) de Salto Grande? Essa discussão, podemos sugerir, dizia menos respeito a pereceres técnicos, e mais a experiências em outros locais, como Ribeirão Preto e Botucatu. Perante as dúvidas, eram apontadas as serras, as quais efetivamente não puderam ser visitadas, mas a óbvia altitude e as descrições dos moradores sobre a existência de matas fechadas comprovariam sua adequação para o plantio de cafeeiros.

Em outro sentido, considerações foram feitas sobre o papel que as áreas de campos/cerrados deveriam desempenhar no futuro. Assim como o rio, mas de mais fácil circulação, esses campos, que se iniciavam nas cuestas da serra de Botucatu, proporcionavam a novos ocupantes e viajantes avançar com mais facilidade para o oeste. No entanto, os campos também eram rodeados por elementos representativos do desconhecido: estreitavam-se entre uma faixa de matas que se estendia ao sul da área, desde as margens do rio, e as matas que predominavam ao norte, na serra dos Agudos e no rio do Peixe, e terminavam a centenas de quilômetros em meio a “matta virgem”.

Nessas representações sobre os campos e suas funções econômicas ocorreram as maiores diferenças de perspectiva. Domingos Jaguaribe filho, que havia dito possuir recente fazenda de criar nas proximidades do médio Paranapanema, discorreu principalmente sobre os campos, argumentando que esses eram vitais para a racionalização da criação de animais que já vinha sendo feita, mas que também serviriam para diversas culturas, caso fosse desenvolvida uma rede logística nessa área (JAGUARIBE FILHO, 1886). De forma praticamente oposta, José H. Carvalho, que declarou seu interesse pelas matas e terras altas para o futuro plantio de cafeeiros, os campos praticamente não possuíam importância e pouco foram discutidos: serviriam no máximo para a criação de animais (CARVALHO, 1892).

Quanto aos aspectos populacionais, todos os atores que viajaram para o médio Paranapanema nesse período concordaram em um ponto: a presença indígena era um problema. Para esses viajantes, os indígenas “mansos” estavam desaparecendo por suas “fraquezas”, mas os “bravios” deveriam desaparecer pela força do “homem civilizado”. No entanto, em nenhum momento, algum dos agentes defendeu o efetivo extermínio dos indígenas “bravios”, ainda que isso fosse

aprovado ou indiretamente promovido em seus discursos. Enquanto os engenheiros Francisco C. Silva e Luiz B. Bertoldi, em 1878, apenas apontaram a necessidade de criação de aldeamentos para aglutinar os indígenas, Theodoro F. Sampaio estipulou seu papel enquanto postos estratégicos para liberar os territórios e os reduzir até que esses deixassem sua condição de indígena, “assimilados por uma raça superior” (SAMPAIO, 1890, p. 45).

Nenhuma crítica efetiva foi tecida aos constantes conflitos que ocorriam ao redor de Campos Novos, que, segundo as descrições dos moradores – agentes invasores –, acabavam em dezenas de mortes por parte dos indígenas “bravios” para vingar as vidas de alguns sertanejos. A todo o momento – e contraditoriamente – a presença indígena no baixo Paranapanema e a norte de Campos Novos foi acentuada como um perigo, e essas terras foram apontadas como “desertas” e disponíveis para sua ocupação depois que fossem conquistadas. Todos os atos dos sertanejos que ainda ocorriam contra os indígenas, teriam sido contra os “bravios”, e o desaparecimento gradual dos indígenas “mansos” seria culpa dos sertanejos do passado ou de sua própria condição “degenerada” frente aos “brancos”.

Havia uma negação da humanidade dos indígenas através de sua categorização enquanto “mansos” ou “bravios” e da previsão de seu “natural” desaparecimento, como se esses fossem exemplares de uma espécie que deveria ser extinta – e não como povos culturalmente diferentes e vítimas de um genocídio. Além disso, negava-se seu direito de permanecer em terras que já ocupavam antes da chegada dos invasores “brancos”, inicialmente, através dos discursos sobre a existência de terrenos “desconhecidos” e “desocupados”; depois, da legitimação legal do apossamento das posses violentamente instaladas.

Nesse aspecto, também é importante fazer um apontamento: a conquista dessas terras não foi feita diretamente através de campanhas militares institucionalizadas. Ainda que tenha sido defendida a necessidade da constituição de aldeamentos militarizados, no vale do Paranapanema paulista não foram construídas colônias militares ou designadas tropas para desalojar os grupos indígenas. Ao invés de efetuar a violência física contra os indígenas, os poderes públicos se absteram da tarefa; o que não a limitou, mas permitiu que ocorresse descontroladamente.

Quanto à população representada como “sertaneja” ou “caipira”, ao longo do tempo, sua presença foi valorizada dependendo de cada localidade em que se encontrava e de sua densidade demográfica. A incapacidade dos viajantes cumprirem suas tarefas frente aos elementos ambientais da área impôs que as propriedades mais avançadas no interior servissem como pontos estratégicos para o recolhimento de informações e suprimentos. Aqueles que viviam além da povoação de Campos Novos foram apontados por todos os agentes aqui discutidos como sertanejos corajosos: sentinelas avançadas do “homem branco” frente às matas e aos territórios onde predominavam os indígenas. Esses foram nomeados e suas propriedades assinaladas, apesar de os elementos de sua produção agrícola e cultura material não chamar a atenção. Diferentemente dos elementos ambientais, que futuramente seriam transformados em progresso, aos moradores mais distantes o papel a ser desempenhado era no presente: reconhecer os “terrenos desconhecidos”, abrir propriedades nas matas e dar auxílio para que fosse resolvido o problema indígena.

Esse heroísmo atribuído diminuía na medida com que a população e as propriedades se multiplicavam voltando para leste de Campos Novos e Salto Grande. Os conflitos com os grupos indígenas e os perigos das matas não eram assinalados, e começavam os elementos constitutivos da chamada “civilização moderna”, como comércio e a presença de fazendeiros. Sem esses perigos, as comunicações deficientes, as rudimentares técnicas agrícolas desenvolvidas e a chegada de criminosos se tornavam os problemas imediatos. Quando elementos de uma economia mais complexa foram assinalados, como a indústria agrícola e a exportação para fora do vale, como apontou o engenheiro Theodoro F. Sampaio, foram citadas cidades mais populosas, como os casos de Santa Cruz do Rio Pardo e S. Sebastião do Tijuco Preto (Piraju).

A partir desses expostos, é possível argumentar que era justamente onde a indústria agrícola não podia ser desenvolvida, mas as terras já estavam conquistadas e começavam a ser efetivamente ocupadas pelas populações “brancas”, é que as críticas ao “caipira” se tornavam evidentes. Como não havia mais indígenas para representar o perigo, a queima indiscriminada das bordas das matas para a criação de porcos (economia de excedentes), aparecia como um

desperdício de recursos. Em 1878, os engenheiros criticaram as práticas nocivas dos pequenos produtores que se estabeleciam em torno de Santa Cruz do Rio Pardo. A longo dos relatos dos anos seguintes, as representações quanto a presença de “caipiras” foram mais abrangentes, apontadas mais no interior, em torno de Campos Novos.

Nesse aspecto, ouve uma significativa diferença entre os textos escritos entre 1878 e 1892 e o texto escrito por Edmundo Krug, em 1906. Além do fato de esse último engenheiro pouco ter se aventurado pelo rio Paranapanema e suas margens, o seu percurso ocorreu entre todas as vilas existentes na porção média do vale e o reverso das cuestas de Botucatu, sobretudo entre Santa Cruz do rio Pardo e Campos Novos. Como viajou principalmente entre propriedades e nas estradas que avançavam pelos campos, o relato foi o que menos teve o caráter de expedição. Os perigos descritos por Edmundo Krug ocorreram somente no breve período em que ele avançou nos campos que se estendiam paralelamente ao baixo Paranapanema. Por isso, as críticas às populações foram mais agudas, representando o “caipira” enquanto elemento desajustado tecnicamente frente o meio (KRUG, 1925).

Um outro elemento foi gradativamente assinalado por alguns desses viajantes: o problema com as titulações de terras. A representação da existência de terras livres, desocupadas, influenciava que fossem solicitadas posses que nem sempre podiam ser ocupadas, pois faltava sua conquista. Esse aspecto foi também a principal oposição entre os dois fazendeiros. Domingos Jaguaribe Filho, em 1886, pouco falou de problemas de titulações de terras; enquanto que José H. Carvalho, em 1892, evidenciou a existência crônica de títulos forjados. Novamente percebe-se que o primeiro procurou valorizar a área em que possuía propriedades; enquanto que o segundo procurou demonstrar o problema de modo a advertir seus amigos que pensavam em adquirir terras na região. No caso de José H. Carvalho, inclusive é provável que houvesse o interesse em pressionar para que fossem mantidos os baixos preços das terras, facilitando assim sua aquisição.

Nas representações sociais dos agentes aqui discutidos, através dos elementos da técnica moderna poderiam ser resolvidos os problemas apontados e promovido o desenvolvimento da região. Para isso, caberia aos poderes públicos controlar o “problema indígena” através da criação de aldeamentos, regulamentação

e controle sobre as posses de terra e a nomeação de autoridades para a região. Posteriormente, deveria ser assegurado meios para que os responsáveis pela empresa Sorocabana estendessem seus trilhos férreos até Salto Grande, completando o traçado até a última povoação no interior, nas margens do rio e na fronteira com o território paranaense. Finalmente, deveria ser criado pelo poder público uma rede de estradas, pontes e mesmo postos zootécnicos e um núcleo colonial, para estimular capitalistas a constituir fazendas na área. Esse conjunto de medidas deveria proporcionar o transporte de imigrantes, pois essa seria a única mão de obra adequada para o desenvolvimento da indústria agrícola.

Ainda que houvesse dúvidas ao longo dos pareceres dos engenheiros que visitaram o rio Paranapanema, havia uma certeza quanto a necessidade de desenvolvimento futuro de uma rede mista de comunicações entre a ferrovia Sorocabana e vapores que transitariam entre o baixo Paranapanema e o rio Paraná. A esse respeito, nos pareceres de todos os agentes discutidos, depois de alcançado Salto Grande, as dúvidas quanto em que local os trilhos compatibilizariam com a navegabilidade do rio ficaram em aberto: Salto dos Dourados, Foz do Tibagi, Agua Boa, faltou um parecer definitivo para a escolha de quais desses pontos deveria servir para a construção de um porto.

No entanto, é preciso atentar que para os empresários da ferrovia faltava interesse em construir trilhos em uma região onde ainda não havia produção significativa para ser transportada, além de problemas de titulações de posses e cidades precárias. Os interesses políticos e militares em se controlar a região em torno dos rios Paranapanema e Paraná não atendiam propriamente aos resultados econômicos esperados pelos acionistas da empresa. Além disso, diante de problemas econômicos e administrativos, a Companhia Sorocabana decretou falência em 1902 – a retomada da construção dos trilhos ocorreu por iniciativa do governo estadual, em 1905 (MARQUES, 2009).

Finalmente, é necessário fazer um balanço quanto aos formatos e os motivos de publicação dos seis textos (fontes) analisados. Produzidos enquanto relatórios de trabalhos efetuados, colunas de jornais ou artigos de instituições de pesquisa,

alguns desses textos foram replicados em outros formatos, mantendo características similares entre si, ocorrendo ainda citações mútuas entre esses agentes. As poucas contradições diziam mais respeito aos interesses pessoais de cada agente e a pontos pontuais de cada itinerário. Como esses textos, escritos por engenheiros e fazendeiros/intelectuais, em termos de objetivos políticos e econômicos não se opuseram entre si ou às instituições que os publicaram, é possível concluir que esses compunham discursos que atuavam nos interesses das elites políticas e econômicas estabelecidas em São Paulo; logo, discursos do poder.

Quanto às representações presentes nesses discursos, conclui-se que, inicialmente, a falta de caminhos, o desconhecimento frente as matas e ao rio, a ausência de populações “brancas” e suprimentos, serviram como atestado da ausência de meios disponíveis para que os viajantes completassem suas tarefas de reconhecer áreas demandadas. Além disso, as percepções sobre a carência dos elementos constitutivos da “técnica moderna” nas áreas percorridas serviam como elemento explicativo das insuficiências sociais das populações frente a natureza hostil e aos inimigos declarados.

Por isso, a técnica foi representada como o elemento que proporcionaria um futuro de riquezas. A uma “mata frondosa” e um “rio perigoso”, os discursos opunham pontes, estradas, fazendas racionalizadas, a via férrea, barcos a vapor e até energia elétrica. No entanto, nesses relatos produzidos ao longo de 28 anos, havia a incerteza quanto a como fazer: os pareceres apontavam para a necessidade de outros pareceres. A riqueza ambiental se tornaria riqueza econômica em um futuro próximo, ao menos era o que acreditavam todos os agentes aqui discutidos.

Nesse contexto, para um leitor médio que não conhecesse a área descrita e que tivesse contato com um desses textos enquanto colunas de jornais, os textos atuavam como expressão de uma realidade que existia concretamente. Mesmo os termos técnicos, presentes nos textos replicados dos relatórios iniciais, poderiam atuar como forma de garantir a veracidade dos dados apresentados. Assim como os mapas discutidos no Terceiro Capítulo, esses textos serviam para criar uma representação social de uma região que estava sendo conquistada, negando-se discursos contrários, daqueles que não possuíam meios impressos para se expressar. Esses discursos do poder, além de legitimar um violento processo,

serviam para fixá-lo enquanto uma memória social: a “modernidade vencendo o atraso”.

FONTES

BERTOLDI Luiz Bianchi. Relatório apresentando a' Directoria da Companhia Sorocabana. **A Província de São Paulo**, 24 de janeiro de 1878, p. 2-3.

BRASIL. Decreto nº 7.995, de 12 de maio de 1910. Transfere para o porto de Tibiriçá, no rio Paraná, o ponto terminal de uma das linhas ferreas da Estrada de Ferro Sorocabana, e dá outras providencias. **Diário Oficial**, 5/6/1910, Página 4177.

CARVALHO Cláudio Lomellino. **Província de S. Paulo**. Lith. de Ângelo e Robin. Litogr. Sem escala, 33 x 47 cm., Rio de Janeiro, 1879.

CARVALHO. José Hyppolito de. Viagem aos rios Paranapanema e Tibagy. **Correio Paulistano**, 30 de abril de 1892a. "Collaboração: viagens", p. 2.

_____. Viagem aos rios Paranapanema e Tibagy. **Correio Paulistano**, 1 de maio de 1892b. "Collaboração: viagens", p. 2.

_____. Viagem aos rios Paranapanema e Tibagy. **Correio Paulistano**, 3 de maio de 1892c. "Collaboração: viagens", p. 3.

_____. Viagem aos rios Paranapanema e Tibagy. **Correio Paulistano**, 5 de maio de 1892d. "Collaboração: viagens", p. 2.

COMMISSÃO GEOGRAPHICA E GEOLOGICA. **Carta geral do Estado de São Paulo** – com indicações sobre a agricultura, commercio, instrução publica, industria e colonização. Lit. Hartmann e Reichenbach, Escala 1:200.000, São Paulo, 1910.

JAGUARIBE, Domingos J. N. **O Sul de S. Paulo**: contribuição para o estudo da geographia phisica d'esta zona da província. São Paulo: Leroy King Bookwalter, 1886.

KRUG, Edmundo. As margens do Paranapanema. In: **Revista do IHGSP**: São Paulo, vol. 23. 1925, p. 369-461.

SAMPAIO, Theodoro F. **Exploração dos Rios Itapetininga e Paranapanema**. Comissão Geographica e Geologica da Província de S. Paulo. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1889.

_____. Considerações Geographicas e Economicas sobre o Valle do Paranapanema. In: **Boletim da Comissão Geográfica e Geológica**, nº.4. São Paulo. Leroy King Bookwalter, 1890.

SÃO PAULO. Lei n. 754, de 14 de novembro de 1900 Auctoriza o Governo a contractar a abertura de uma estrada de rodagem que, partindo do rio São Matheus,

no município de São José dos Campos Novos, termine á margem esquerda do rio Paraná, em frente ao porto Quinze de Novembro. **Diário Oficial**, 23/11/1900, p.3931.

SÃO PAULO. Lei n. 105, de 27 de setembro de 1892. Auctoriza o Governo a mandar construir uma estrada de rodagem que, partindo do Salto Grande, vá terminar na margem esquerda do rio Paraná. **Diário Oficial**, 06/10/1892, p.4345.

SILVA, Francisco Carlos. **Explorações no Valle do Paranapanema**. Correio Paulistano. 8 de janeiro de 1878a, p.1.

_____. **Explorações no Valle do Paranapanema**. Correio Paulistano. 9 de janeiro de 1878b, p.1.

SOCIEDADE PROMOTORA DE IMMIGRAÇÃO DE SÃO PAULO. **Mappa da Provincia de São Paulo**, mandado organizar pela Sociedade Promotora de Immigração de São Paulo. Lith. Paulo Robin & Cia. Escala 1: 2.000.000. 38 x 58 cm., Rio de Janeiro, 1886.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Dióres S. Comunicações entre o sul de Mato Grosso e o sudoeste de São Paulo: o comércio de gado. **Revista de História**, São Paulo, v. 53, n. 105, jan./mar. p. 191-214, 1976.

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões: entre a história e a memória**. Bauru: Edusc, 2000.

BEIER, José R.; MARHTIN, Daniel. Aspectos da representação do território paulista em sua cartografia impressa: uma análise cartobibliográfica (1833-1932). **CONFINS (PARIS)**, v. 1, (on line) p. 1-25, 2018.

BÉRGAMO, E. P.; ALMEIDA, J. A. P. A importância da geomorfologia para o planejamento ambiental: um estudo do município de Fartura/SP. In: VI **Simpósio Nacional de Geomorfologia**. Goiânia. Anais do VI Simpósio Nacional de Geomorfologia. Goiânia, p. 1-11, 2006.

BRASIL. **Mapa da Geodiversidade Estado de São Paulo**. Ministério de Minas e Energia. Brasília/São Paulo, 2006.

CAVENAGHI, Airton. J. O território paulista na iconografia oitocentista: mapas, desenhos e fotografias – análise de uma herança cotidiana. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 14, p. 195-241, 2006.

CORRÊA, Anna M. M. **Poder local e representatividade político-partidária no Vale do Paranapanema, 1920-1930**. 1988, 358p. Tese (Livre Docência em História) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 1988.

CORRÊA, Dora S. **Paisagens Sobrepostas: índios, posseiros e fazendeiros nas matas de Itapeva (1723-1930)**. Londrina: Eduel, 2013.

CRUZ, Leonardo O. **O ser e o estar índio: produção de identidades entre kaingang e krenak, em Vanuíre**. 2007. 129 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2007.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**. A história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DI CREDDO, Maria. C. S. **Terras e índios: a propriedade da terra no Vale do Paranapanema**. São Paulo: Arte & Ciência, 2003.

DORNELLES, Soraia S. **A questão indígena e o Império: índios, terra, trabalho e violência na província paulista, 1845-1891**. 2016. 265 f. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

DRUMMOND, José A. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisas. **Estudos Históricos**, CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, Vol. 4 n. 8, p. 177-197, 1991.

FALEIROS, Rogério N. **Fronteiras do café: fazendeiros e “colonos” no interior paulista (1917-1937)**. 2007. 438 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2007.

FANTIN, Elisangela P. **Memória em retalhos: Bruno Giovannetti entre o profissional e o intelectual (1917-1955)**. 2009. 179 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, 2009.

FIGUEIRÔA, Sílvia F. M. **Modernos bandeirantes: a comissão geográfica e geológica de São Paulo e a exploração científica do território paulista (1866-1931)**. 1987. 162f. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

GHIRARDELLO, Nilson. **À beira da linha: formações urbanas da Noroeste Paulista**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

GIAVARA, Eduardo. **Viagem ao desconhecido: o olhar científico nas fronteiras do oeste paulista 1886-1905**. 2007. 178 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2008.

HENRIQUES, Amilson B. **Agriculturar a Agricultura: a modernização da agricultura no governo estadual paulista (1892-1926)**. 2015. 397 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2015.

HOBSBAWN, E. J. A. **A Era dos Impérios: 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOLANDA, Sérgio B. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

KER, João C. Latossolos do Brasil: uma revisão. **Geonomos**, Minas Gerais, UFMG v.5, p. 17-40. 1997.

LATTANZI, José R.; FARIA, Fernando A. O Estado de S. Paulo: um expoente da imprensa conservadora (1889 – 1929). In.: **XXVII Simpósio Nacional de História**, ANPUH, Natal - RN, p. 1- 10, 2013.

LOBATO, Mateus M.; SOARES, Daniel A. S. Fronteira na ciência geográfica: um conceito e dois contextos. In.: SILVA, Christian Nunes et al. **Territórios, ordenamentos e representações na Amazônia**. Belém: GAPTA/UFPA, p. 35-58, 2017.

LUCE, Mathias S. **Teoria Marxista da Dependência: Problemas e categorias –uma visão histórica**. São Paulo, Expressão Popular, 2018.

MACHADO, Andréa S. V. **Geomorfometria da Região de Fartura (SP)**. 2014. 72 f. Dissertação (Mestrado em Geociências). Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro, 2014.

MAHL, Marcelo L. **Ecologias em terra paulista (1894-1950)**. 2007. 214 f. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2007.

MANTESSO-NETO et al.. Patrimônio Geológico no Estado de São Paulo. IN.: **Boletim Paranaense de Geociências**, Curitiba- PR, UFPR, v. 70, p. 53-76, 2013.

MARQUES, Pedro P. **Técnica, modernização e produção do espaço**: um estudo sobre o papel da estrada de ferro nas transformações sócio-espaciais da zona Alta Sorocabana. 2009. 180 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MARTINS, José S. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. In: **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 1997. p. 145-203.

_____. **O cativo da terra**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MILLIET, Sérgio. **Roteiro do café e outros ensaios**. São Paulo: Departamento de cultura, 1941.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.

MONDARDO, Marcos. L.; GOETTERT, Jones. D. Frente de expansão e frente pioneira no Brasil: espaços e tempos da migração, do conflito e da alteridade. **Revista OKARA**: Geografia em debate. João Pessoa, PB, DGEOC/CCEN/UFPB, v.1, n.2, p. 38-61, 2007.

MORENO, Guilherme P. Prestes Maia e Le Corbusier: bases teóricas compartilhadas, visões distintas para São Paulo. In: IV **ENANPARQ**, Porto Alegre. Anais do IV ENANPARQ. PROPARG/UFRGS v. 1. p. 1-21, 2016.

MOTA, Lúcio T. As populações indígenas Kaiowá, Kaingang e as populações brasileiras na bacia dos rios Paranapanema/Tibagi no século XIX: conquista e relações interculturais. In.: **Fronteiras**: Revista de História UFGD, Dourados, MS, v. 9, n. 16, jan./jul. 2007, p. 47-72.

_____. **As guerras dos índios Kaingang**: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924). Maringá: Eduem, 2008.

NIMUENDAJÚ, Curt. O fim da Tribo Oti. In.: **Textos Indigenistas: relatórios, monografias, cartas**. São Paulo: Loyola, 1982, p. 33-41.

NOGUEIRA, Carlo E. **O lugar da fronteira na geografia de Pierre Monbeig**. 2013. 361 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana), FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

OLIVEIRA, J.B.; CAMARGO, M.N.; ROSSI, M.; CALDERANO FILHO, B. **Mapa pedológico do Estado de São Paulo: legenda expandida**. Campinas, Instituto Agrônomo/EMBRAPASolos. Campinas, 1999.

OLIVEIRA, Lúcia L. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Fiocruz, Rio de Janeiro, vol.5, p. 195-215, 1998.

_____. **O Brasil dos imigrantes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PÁDUA, José A. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**, USP, São Paulo, v. 24, nº 68, p. 81-101, 2010.

PEREIRA, Anísio B. Mata Atlântica: uma abordagem geográfica. **Nucleus**, Fundação Educacional de Ituverava, São Paulo, v.6, n. 1, p. 27 a 53, 2009.

PEREIRA, Thiago H. V. **Uma pequena cidade, uma grande relação: Piraju (SP) e a importância do Café**. 2013. 180 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - PPGG, Universidade Estadual Centro-Oeste, Guarapuava, 2013.

QUEIROZ, Paulo R. C. A navegação na Bacia do Paraná e a integração do antigo sul de Mato Grosso ao mercado nacional. **História Econômica & História de Empresas**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 165-197, jan./jun. 2004.

_____. **José de Souza Martins e os conceitos de frente de expansão e frente pioneira**. In.: Anais do XII Encontro de História Seção de Mato Grosso do Sul da Associação Nacional de História (ANPUH/ MS), p. 1-12, 2014.

RIBEIRO, Darcy. O Brasil Caipira. In: **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido de Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 364-407.

RUBIO, Maurício F. **Gênese e dinâmica de erosões em margens de reservatórios**. Pesquisa e Desenvolvimento no estudo de caso nas UHEs Chavantes e Rosana (rio Paranapanema, SP). 2014. 255 f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia Física, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução: o prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: SEVCENKO, Nicolau. (org.) **História da vida privada no Brasil**. República: da Belle Epoque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.7-48.

SALLES, Iraci G. **Trabalho, progresso e a sociedade civilizada: o Partido Republicano Paulista e a política de mão-de-obra (1870-1889)**. São Paulo: HUCITEC, 1986.

SÃO PAULO, Governo do Estado. **Secretaria do Meio Ambiente**. Disponível em ><http://www.ambiente.sp.gov.br><. Acesso em 24/10/2018.

SÃO PAULO. **Modelo Digital de Elevação de São Paulo**. CATI/Governo do Estado de São Paulo, 2016.

SILVA, Ligia O. **Fronteira e identidade nacional**. Campinas, UNICAMP, 2001.

SOSMA/INEP. **Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica – 2016-2017**. São Paulo: Fundação S.O.S. Mata Atlântica/Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2018. Disponível em: <<http://www.sosmatatlantica.org.br>>. Acesso em 24/10/2018.

THALASSA, Ângela. **Correio Paulistano: o primeiro diário de São Paulo e a cobertura da Semana de Arte Moderna – “jornal que não ladra, não cacareja e não morde”**. São Paulo. 2007. 158 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

VIANNA, Paula V. C.; ZANETTI, Valéria; PAPALI, M. A. Geografia, saúde e desenvolvimento urbano no interior paulista na passagem para o século XX: Domingos Jaguaribe e a construção da Estância Climática de Campos do Jordão. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Fiocruz, Rio de Janeiro, v.21, n.4, p.1341-1360, 2014.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Revista Estudos Históricos**, CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, v.4, n.8, p.198-215, 1991.